

Universidade Federal da Bahia  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo

**TRAMAS CARTOGRÁFICAS CONTEMPORÂNEAS:**  
sobre política, representação e produção da cidade

**Carolina Ferreira da Fonseca**

Salvador, 2014.

**Carolina Ferreira da Fonseca**

**TRAMAS CARTOGRÁFICAS CONTEMPORÂNEAS:  
sobre política, representação e produção da cidade**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal da Bahia – PPGAU/ UFBA – como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Urbanismo.

Orientadora: Dra. Ana Maria Fernandes

Co-orientador: Dr. Henri Acselrad

Salvador, 2014.

à Aurora do amor

## AGRADECIMENTOS

À minha família, toda ela, mãe, pai, avós, avôs, irmãos, sobrinha ...

À Ana Fernandes, pela acolhida que impediu a desistência, orientadora e madrinha da tese;

Ao Pedroca, companheiro implacável do deserto;

Ao professor Henri Acselrad, pela confiança na empatia e pelo rigor;

Aos professores Xico Costa, André Lemos, Ângelo Serpa e Gilberto Corso pela colaboração na pesquisa de campo, nos concedendo atenciosas e extensas entrevistas;

Mais uma vez aos professores Xico Costa e André Lemos, por suas generosas e criteriosas indicações na banca de qualificação;

Ao professor Ângelo Serpa, pelo desejo de integrar a banca mesmo diante das turbulências institucionais;

À Silvandira e Maria por conduzirem de forma atenciosa a secretaria do PPGAU;

Aos compadres do sertão Ana e Guarany e suas crias;

À Bahia e aos generosos elos de amizade que fertilizou, Vívian e família, compadres Laura e Thiago, Maicyra, Deise, Romar, Edu, Titia, Gaia, Jana, Marcelo, Fulaninho, Fabi, Zon Zon, Drica, Gabriel e Priscila. Eles e o Bloco DHJ à 8 tornaram a vida em Salvador mais familiar, fraterna e alegre.

À Clara pela parceria e amizade tão plenas;

Às crianças, Sofia, Benjamin, Bettina, Tereza, Ugu, David, Valentina, Peri e Iberê, por me encorajarem rumo à transformação.

## RESUMO:

A tese “Tramas cartográficas contemporâneas: sobre política, representação e produção da cidade” compõe-se do questionamento do estatuto da representação, apontando para a hipótese de que a cartografia, ao lado de outros mecanismos sócio-espaciais conhecidos, concorre para produzir a cidade. Partimos do pressuposto que se apresenta uma irreduzível tensão entre hegemonia e emergência; dominação e insurgência ou ainda regulação e emancipação. As relações desencadeadas no e pelo movimento da constituição das tramas territoriais e cartográficas aderem aos engendramentos desses polos condensadores de sentidos. Trata-se de um movimento cujas configurações territoriais e cartográficas sentenciam múltiplos arranjos políticos, dada a natureza do jogo de representações em plena composição, tensionamento, sobreposição e imbricamento na cidade. A tese estrutura-se por dois eixos, a revisão da literatura comprometida com a crítica da cartografia moderna e a formulação de categorias alternativas à epistemologia científica que lhe atribui legitimidade; e a exploração de estudos de casos articulados, que permitem pôr em relação a produção do espaço urbano, os sujeitos sociais implicados e as disputas políticas instauradas nestes engendramentos. A dimensão política trava a contenda central destas especulações, que persegue a princípio a seguinte pergunta: “qual é a ação política a que o gesto cartográfico serve efetivamente de suporte e quem é o sujeito do mapeamento?” (ACSELRAD, 2010, p. 11) Desta questão desdobram-se outras duas: em que medida se correspondem ação política e modo de representação? E, que cidades são instauradas/ produzidas na contemporaneidade, mediadas e mediante tais práticas cartográficas? Este conjunto de indagações guiam as problematizações das tramas agrupadas pelas seguintes expressões: escriturísticas a contrapelo; liminaridades sobre o estatuto do real; pesquisa, observatório e mídia; participação e plasticidade; encruzilhadas entre táticas e estratégias. Tais expressões depreendem-se da discussão sobre Cartografia Social; o Mapeamento dos terreiros de Salvador/ e das Casas de religião de matriz africana do Rio de Janeiro; o Guia de Ruas da Maré; a Cartografia da Ação Social; os Observatórios das Remoções e de Conflitos urbanos da cidade do Rio de Janeiro; o evento Cartografias Insurgentes; os projetos Solos Culturais, Guia Cultural de Favelas e Wikimapa. Nesse espectro traçamos questões sobre os regimes de legitimidade, de visibilidade e de ação que constituem diferentes modos de existência das territorialidades e dos sujeitos na cidade contemporânea.

## ABSTRACT:

The dissertation '**Contemporary cartographic fabric: on politics, representation and the production of the city**' is composed by questioning the statute of representation and pointing towards the hypothesis of production/ implementation of cities through cartographic practices. The starting point of this research is the presupposition here presented as the irreducible tension between hegemony and emergency; domination and insurgence, or yet, regulation and emancipation. The relations triggered both by and inside the movement of constitution of territorial and cartographic fabrics comply with the devisings of these two extreme points of condensed meaning. The territorial and cartographic configurations of these movements indicate multiple political arrangements, given the nature of the game of representation in its full composition, tensioning, superposition and imbrication regarding the city. The dissertation is then structured by two axis: a review of the literature committed to the critic of modern cartography and formulation of categories which are alternative to the scientific epistemology – and the subjacent legitimacy implied –, as well as the exploring of hinged case studies which relate the production of urban space, its social subjects and the political disputes implemented in such devisings. The political dimension sets the central struggle of these speculations which, at first, pursue the following question: what is the political action to which the cartographic gesture effectively serves as basis and who is the subject of mappings? Having the previous question as reference, two other questions unfold: in which degree political action and modes of representation correspond to each other? Which cities are implemented/ produced in contemporaneity, both mediated and in face of such cartographic practices? This set of inquiries guide the proposed problematic of fabrics grouped by the following terms: 'writings against the grain' [*escriturísticas a contrapelo*], 'thresholdings on the statute of the real' [*liminaridades sobre o estatuto do real*]; 'research, observatory and media' [pesquisa, observatório e mídia]; 'participation and plasticity' [*participação e plasticidade*]; 'crossroads between tactics and strategies' [*encruzilhadas entre táticas e estratégias*.] Such terms were inferred from the discussion on Social Cartography [Cartografia Social]; the 'Mapping of Salvador's *terreiros* and religious premises of African origin of Rio de Janeiro' [Mapeamento dos terreiros de Salvador e das Casas de religião de matriz africana do Rio de Janeiro]; 'Maré's Street Guide' [Guia de Ruas da Maré]; 'Cartography of social action' [Cartografia da Ação Social], 'Observatories of evictions and urban conflict of Rio de Janeiro City' [Observatórios das Remoções e de Conflitos urbanos da cidade do Rio de Janeiro], the Seminar 'Cartografias Insurgentes' [Insurgent Cartographies]; the projects 'Cultural Grounds' [Solos Culturais], 'Cultural Guide of Favelas' [Guia Cultural das Favelas] and

Wikimapa. In such spectrum we trace questions on the regimes of legitimacy, visibility and action which constitute different forms of existence of territorialities and subjects in contemporary cities.

## RÉSUMÉ:

La thèse "Trames cartographiques contemporaines : au sujet de la politique, la représentation et la production de la ville" pose la question du statut de la représentation et exploite l'hypothèse d'une production/instauration des villes issue de la pratique cartographique. Nous partons de la prémisse d'une tension irréductible entre l'hégémonie et l'émergence; la domination et la rébellion ou encore la régulation et l'émancipation. Les relations entraînées dans et par le mouvement de constitution des trames territoriales et cartographiques adhèrent à la création de ces pôles où se concentrent les sens. Il s'agit d'un mouvement dont les configurations territoriales et cartographiques sanctionnent de multiples agencements politiques, de par la nature du jeu des représentations fait de compositions, tensions, superpositions et imbrications dans la ville. La thèse se structure autour de deux axes : une révision bibliographique dédiée à la critique de la cartographie moderne et à la formulation de catégories alternatives à l'épistémologie scientifique qui la légitime et, l'exploitation d'études de cas articulés qui mettent en lien la production de l'espace urbain, les sujets sociaux qui y sont impliqués et les disputes politiques issues de ces engendremens. C'est dans la dimension politique que se concentre la remise en cause centrale de la réflexion qui s'attache, en premier lieu, à la question suivante : quelle est l'action politique à laquelle le geste cartographique sert effectivement de support et qui est le sujet de ce geste ? Cette question se dédouble sur deux voies: dans quelle mesure existe-t-il une correspondance entre l'action politique et le mode de représentation ?; et quelles villes sont instaurées/produites, dans la contemporanéité, de telles pratiques cartographiques en étant à la fois le média et le moyen? Les trames font ainsi l'objet de diverses problématisations orientées par cet ensemble d'interrogations et regroupées autour des expressions suivantes: scripturaire à contre courant; statut liminaire du réel ; recherche, observatoire et médias ; participation et plasticité ; entrecroisements entre tactiques et stratégies. Ces expressions sont issues de la discussion portant sur la Cartographie Sociale ; la Cartographie des *terreiros* de Salvador et autres lieux de cultes de religions de matrice africaine de Rio de Janeiro ; le Guide des *Ruas da Maré* ; la Cartographie de l'Action Sociale ; les Observatoires des Expulsions et des Conflits urbains de Rio de Janeiro ; l'évènement Cartographies Rebelles ; les projets Sols Culturels, le Guide Culturel des Favelas et Wikimapa. Sous cet angle, nous questionnons les régimes de légitimité, visibilité et action qui constituent différents modes d'existence des territorialités et des sujets au sein de la ville contemporaine.



## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: As meninas de Velázquez p. 5
- Figura 2: Diagrama metodológico p.14
- Figura 3: Diagrama plataformas p.18
- Figura 4: Programa ambientes verdes e saudáveis (PAVS) - Plataforma Mapas Coletivos p.20
- Figura 5: visualização da fotografia aérea de uma área do Rio de Janeiro p.56
- Figura 6: Mapeamento dos terreiros de Salvador – distribuição das nações pela cidade p.80
- Figura 7: Mapeamento das casas de religião de matriz africana – Rio de Janeiro p.82
- Figura 8: Mapeamento das ações sociais das casas de religião de matriz africana da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro p.85
- Figura 9: Mapa de localização dos terreiros de Salvador – Bairro Garcia p.90
- Figura 10: páginas do Guia de Rua da Maré, 2014 p.95
- Figura 11: exemplo de configuração da Cartografia da ação social p.107
- Figura 12: exemplo de configuração da Cartografia da ação social p.107
- Figura 13: exemplo de configuração da Cartografia da ação social p.108
- Figura 14: legenda da Cartografia da ação social – Escola Est. Carlos Maia Porto Velho p.109
- Figura 15: página inicial do Observatório das Remoções p.111
- Figura 16: Mapa das remoções p.114
- Figura 17: Mapa das Comunidades em perímetros de intervenção urbana p.115
- Figura 18: página inicial do Observatório de Conflitos Urbanos p.118
- Figura 19: detalhe dos mapeamentos gerados *on line* pelo Observatório p.120
- Figura 20: Imagens da página de abertura do projeto Wikimapa/ Rio de Janeiro p.134
- Figura 21: anúncio do coletivo Antena Mutante p.141
- Figura 22: imagem do coletivo Rio 40 Caos p.141
- Figura 23: imagem do vídeo *Interrupción Cartográfica: Río Distópico* p.142
- Figura 23: mapeamento coletivo “La Barceloneta” p.143
- Figura 24: anúncio do evento Cartografias Insurgentes p.146
- Figura 25: Cronologia da estrutura do Solos Culturais e Guia Cultural de Favelas p.164
- Figura 26: Site do projeto Solos Culturais p.169

## LISTA DE SIGLAS

Acbantu – Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CEP – Código de Endereçamento Postal

CMP - Central dos Movimentos Populares

DST – Doença Sexualmente Transmissível

EIA/RIMA – Estudo e Relatório de Impacto Ambiental

FLM - Frente de Luta pela Moradia

GATEPAC – *Grupo de Artistas e Técnicos Catalanes para el Progreso de la Arquitectura Contemporânea*

GGB – Grupo Gay da Bahia

GLBT – gays, lésbicas, bissexuais e transexuais

GPS – Global Positioning System

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPP – Instituto Pereira Passos

IPTU – Imposto Territorial Urbano

LabCidade - Laboratório do Espaço Público e Direito à Cidade

LabHab – Laboratório de Habitação e Assentamentos Urbanos

ONG – Organização não- governamental

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

PUC – Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

SAJU - Serviço de Assessoria Jurídica Universitária

SEPPIR – Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial

SIG – Sistema de informação Geográfica

TIC – Tecnologia Informacional e Comunicacional

TIE – tecnologia de informação espacial

UMM - União dos Movimentos de Moradia

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

## SUMÁRIO:

13      **PREFÁCIO ILUSTRADO** – Jogo das metamorfoses

### INTRODUÇÃO

16      HIPÓTESE: dominâncias: emergência, insurgência, resistência X regulação, dominação e hegemonia

19      SOBRE A TESSITURA DAS TRAMAS

### CAPÍTULO 1

#### ENCADEAMENTOS METODOLÓGICOS: DO RECORTE ÀS TRAMAS

1.1 Traçados e movimentos entre campos disciplinares	22
1.2 Proposição metodológica: tramas escalares	24
1.3 Limbo cartográfico e hiper-visibilidade: convivências paradoxais	28
1.4 Apuração do material empírico	30
1.5 Guia para indagações: formulando o problema da tese	32

### CAPÍTULO 2:

#### HISTORIOGRAFIA CARTOGRÁFICA: POR UMA ARQUEOLOGIA DAS REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS

2.1 Arqueologia: contestação do <i>a priori</i> científico	36
2.2 Esquizofrenia ontológica: saber, poder, dispositivo e subjetivação	40
2.3 Passagens entre feudalismo, iluminismo e modernidade	44
2.4 Crise da representação e reprodutibilidade técnica	51
2.5 Inflexões contemporâneas: simbólico, cognitivo e imaterial	57
2.6 TRAMAS CARTOGRÁFICAS: Liminaridades: sobre os estatutos do real	62
2.6.1 Política da borracha: apagamentos na cidade funcional e na cidade espetacular	64
2.6.2 Ausências cartográficas	69

### CAPÍTULO 3:

#### SONDANDO REPRESENTAÇÃO E POLÍTICA

3.1 Mecanismos de representação: escala, projeção e simbologia	74
--	----

3.2	Relações entre economia escriturística e privatização	76
3.3	TRAMAS CARTOGRÁFICAS: sobre escriturísticas a contrapelo	
3.3.1	Cartografia social	79
3.3.2	Mapeamento dos terreiros de Salvador/ e das Casas de religião de matriz africana do estado do Rio de Janeiro	86
3.3.3	Guia de Ruas Maré 2014	100
3.4	TRAMAS CARTOGRÁFICAS: pesquisa-observatório e mídia	109
3.4.1	Cartografia da ação social	112
3.4.2	Observatório das remoções	119
3.4.3	Observatório dos conflitos urbanos da cidade do Rio de Janeiro	126
3.5	Interpelações das tramas: apontamentos sobre participação	130

## **CAPÍTULO 4:**

### **SOBRE MUTAÇÕES DA CIDADE E DA TÉCNICA: LIMINARIDADES E REPRESENTAÇÃO**

4.1	Credibilidades políticas: injunções cidade-mídia	133
4.2	TRAMAS CARTOGRÁFICAS: participação e plasticidade	137
4.2.1	Projeto wikimapa	139
4.2.2	Evento Cartografias Insurgentes	146
4.3	Vácuos e zonas de indiferenciação entre linguagem e luta	158
4.4	TRAMAS CARTOGRÁFICAS: encruzilhadas entre táticas e estratégias	167
4.4.1	Solos Culturais e Guia Cultural de Favelas	173
4.5	Gestos cartográficos para reclassificações: quando pobre vira classe média e rico	180
4.6	Das fabricações: do guia cultural de favelas ao mapa de significações culturais	181
4.7	Cartografias políticas da cidade	184

	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	188
--	-----------------------------	-----

	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	196
--	-----------------------------------	-----

## PREFÁCIO: Jogo das metamorfoses



Figura 1: As meninas de Velázquez

Fonte: <http://9aprojectos.blogspot.com.br/2009/05/diego-velasquez.html>

Foucault descortina com o “jogo das metamorfoses” - detectado no quadro “As meninas” de Velázquez - intrincadas relações subjacentes à oscilação das posições do pintor, espectador, visitante, modelo, espelho, representação, luz, sombra e personagens. O autor adentra as sucessivas espessuras representacionais desta obra e levanta questionamentos relevantes para pensar a noção de representação num espectro mais abrangente, que aqui direciono para problematizar a relação entre representação e produção cartográfica.

Foucault movimenta-se por inúmeros cantos, focos e enquadramentos da cena constituída no quadro e explora incompatibilidades, recusas, esquivas e encantos dispostos entre o olhar e a imagem: o que se vê, quem vê, de onde e interceptando por que conjunto de forças? As múltiplas triangulações entre pintor, espectador e modelo desdobram questões sobre a natureza da representação:

*O pintor olha, o rosto ligeiramente virado e a cabeça inclinada para o ombro. Fixa um ponto invisível, mas que nós, espectadores, podemos facilmente determinar, pois que*

*esse ponto somos nós mesmos: nosso corpo, nosso rosto, nossos olhos. O espetáculo que ele observa é, portanto, duas vezes invisível: uma vez que não é representado no espaço do quadro e uma vez que se situa precisamente nesse ponto cego, nesse esconderijo essencial onde nosso olhar se furta a nós mesmos no momento em que olhamos. E, no entanto, como poderíamos deixar de ver esta invisibilidade, que está aí, sob nossos olhos, já que ela tem no próprio quadro seu equivalente, sua figura selada? (FOUCAULT, 1995, p. 20)*

*Ponto cego, reverso das superfícies inacessíveis e lugar irreal do modelo* figuram uma região de ambiguidades onde se superpõem visibilidades e invisibilidades. Em “As meninas” o que é olhado não é visível, aloja-se em tal ambivalência, cujas justaposições são deflagradas pela presença do espelho, que por sua vez é quase imperceptível. Foucault contrapõe a irredutibilidade à reciprocidade e adequação entre o que se diz e o que se vê, por intermédio de uma linguagem nebulosa e anônima. Prefere manter os próprios personagens da tela no anonimato, apontando para uma relação infinita entre o espaço onde se fala e o espaço onde se olha. Desse modo, prescinde do artifício do nome próprio, pois isso identificaria categoricamente o pintor, os personagens da cena e o modelo como indícios úteis e entrega-se ao infinito da tarefa, ou seja, a proposição de designações ambíguas.

As múltiplas profundidades sobrepostas no quadro atraem o exterior, o que está fora da cena, ao centro da pintura por intermédio do espelho, no “espetáculo-dos-olhares” desencadeado pela incessante transposição entre aquele que olha e o que é olhado. O refletido e o que contempla, um enquanto o devir instantâneo do outro; os espaços-tempo da observação e da representação embaralham-se nos *interstícios da moldura* em um nó cego:

*É que, nesse quadro talvez, como em toda representação de que ele é, por assim dizer, a essência manifestada, a invisibilidade profunda do que se vê é solidária com a invisibilidade daquele que vê – malgrado os espelhos, os reflexos, as imitações, os retratos. Em torno da cena estão depositados os signos e as formas sucessivas da representação; mas a dupla relação da representação com o modelo e com o soberano, com o autor e com aquele a quem ela é dada em oferenda, essa relação é necessariamente interrompida. Ela jamais pode estar toda presente, ainda quando numa representação que se desse a si próprio em espetáculo. Na profundidade que atravessa a tela, que a escava ficticiamente e a projeta para a frente dela própria, não é possível que a pura felicidade da imagem ofereça alguma vez, em plena luz, o mestre que representa e o soberano representado. (ibidem)*

O que o espelho revela ao centro é o casal real, Felipe IV e sua esposa Mariana, enredados no jogo das metamorfoses pela ambiguidade das forças que operam a sua invisibilidade refletida. A invisibilidade solidária é reportada na perspectiva de Foucault, aos interstícios da moldura que pressupõe a interrupção entre modelo, representação e autor. Deslocamentos pertinentes para a compreensão destas posições na prática cartográfica. Parafraseando o autor, propomos adentrar os interstícios da cartografia, a

atração da sua exterioridade como modo de questionamento da representação desta figura (correntemente) soberana.

Nesta formulação foucaultiana, a representação distancia-se, portanto, do princípio da semelhança, da estabilidade do real e do visível e impele a própria soberania real ao regime das ambiguidades. O casal constitui a figuração mais frágil e irreal em cena, desprezada na palidez ofuscante da parede ao fundo sob o risco de esvanecer-se a qualquer variação da luz do ambiente. Entretanto, é para ele e por ele que todas as presenças se mobilizam e são ordenadas.

A ambiguidade, ao rejeitar a pura felicidade da imagem, focaliza as oscilações das posições de mestre, autor, soberano, o que se olha e aquele que é olhado. A atenção neste caso é direcionada ao jogo das visibilidades e invisibilidades, e não ao objeto e sujeito em si, tal como entes estáticos disponíveis à observação/ representação. É por aqui, perscrutando ao lado de Foucault as minúcias da obra “As meninas” ou “O auto-retrato de Velázquez”, que iniciamos a problematização do estatuto da representação no âmbito da cartografia e do urbanismo.

O jogo das metamorfoses delineado pela interação visibilidade x invisibilidade associa-se à dimensão de poder operado nos seus embates. O cartógrafo, enquanto o sujeito que executa determinada cartografia, poderia ser remetido ao pintor representado ao fundo da tela? Ou ao casal real incrustado no plano quase imperceptível da representação, mas absolutamente determinante no engendramento das poses, enquadramentos, luz, personagens e olhares? Ou seria o próprio Velázquez, pintor ausente da própria representação? E a cartografia, seria o espelho ou a tela, e neste último caso, qual das telas? Ou ainda, poderia ser a interação deflagrada pelo jogo visibilidade x invisibilidade, em que um se revela pelo outro?

# INTRODUÇÃO

## HIPÓTESE:

**Dominâncias: emergência, insurgência, resistência X regulação, dominação e hegemonia**

A tese “Tramas cartográficas contemporâneas: sobre política, representação e produção da cidade” compõe-se do questionamento do estatuto da representação, apontando para a hipótese de produção/ instauração das cidades pela prática cartográfica. Pretendemos abordar tal prática pelo entrecruzamento do viés histórico, sociológico e antropológico. O pressuposto inicial para a problematização da tese é a cartografia enquanto instrumento de poder. O exercício do poder ocorre desde a efetivação da dominação e do assujeitamento até a possibilidade de compor emergências e insurgências. No enfoque aqui pretendido, a tensão se estabelece entre modos de regulação e modos de emancipação das existências na cidade, detonados pela presença da cartografia enquanto instrumento de exercício destes poderes.

Diante destas expressões da vida social pela prática cartográfica, partimos do seguinte pressuposto: apresenta-se uma irreduzível tensão entre hegemonia e emergência; dominação e insurgência ou ainda regulação e emancipação. A hipótese fundada sobre as formas de dominação e suas derivações via cartografia foi fundamental para a historiografia crítica elaborada a partir do final da década de 80 (HARLEY [1989], MONMONIER, [1991], COSGROVE [1999])<sup>1</sup>. Em particular, estreitou-se a relação entre a consolidação do Estado Moderno e o uso da cartografia, no sentido da apropriação jurídica do território e seu respectivo exercício da soberania, aprofundando nos liames entre ciência, Estado, território e propriedade. Entretanto, diante das recentes inflexões técnico-políticas deflagradas pela radical transformação das formas de acumulação do capital - consolidadas na contração capitalismo cognitivo e trabalho imaterial (HARDT E NEGRI, 2003, 2005)<sup>2</sup>- e pelas suas intercorrências com a dita revolução informática, a proeminência da dominação reposiciona-se frente a um

---

<sup>1</sup> É fundamental ressaltar o impacto da obra *La Géographie ça sert d'abord à faire la guerre* (LACOSTE, Y., 1976) sobre as formulações destes autores e a emergência, a partir dela, de uma vertente do pensamento geográfico e cartográfico dedicada ao exercício crítico.

<sup>2</sup> Discutiremos os conceitos de capitalismo cognitivo e trabalho imaterial no capítulo 2, tópico 2.6 “Inflexões contemporâneas: simbólico, cognitivo e imaterial.”



embate capilar, pulverizado por diferentes instâncias das relações de poder operadas de forma dispersiva e espectral na cidade.

É relevante relacionar o debate de caráter histórico da cartografia, da década de 80 com a crítica formulada especialmente por De Certeau (1980), no tópico Práticas do espaço; e pelos Situacionistas<sup>3</sup> (1950 – 1960) cujas proposições teórico-práticas sobre a deriva, o desvio e a psicogeografia interceptaram a vertente formalista, fortemente consolidada pelo planejamento racionalista moderno. Ambos atribuíram-lhe a qualificação de autoritário, totalizante, funcionalista, vigilante e ordenatório. Tais inflexões técnico-políticas na contemporaneidade demandam uma reavaliação da crítica formalista e epistemológica proposta, frente o deslocamento da cartografia da esfera disciplinar e sua intensa disseminação nas instâncias cotidianas da vida.

Entendemos a pertinência da crítica elaborada entre 1950/1960 pelos situacionistas e, mais recentemente, na década de 80 por De Certeau, considerando-as extensivas ainda hoje a determinados modos de investigar e interrogar o espaço urbano esvaziados das intercorrências com o senso comum, a dimensão coletiva e cotidiana. Entretanto, não é possível mais admiti-la naqueles mesmos termos e com a mesma ênfase, uma vez que a conjuntura alterou-se radicalmente. Nem toda cartografia figurada enquanto vista aérea, projeção geométrica e espaço euclidiano se enquadra nos termos sugeridos por esta crítica: totalizador, autoritário e ordenatório; especialmente por inserir-se na complexidade das tramas cartográficas, deflagradas via mídia pós-massiva<sup>4</sup>, capitalismo cognitivo, capital simbólico e novas formas de ação política daí decorrentes.

A articulação entre produção e instauração versus representação pretende relativizar a crítica à expressão formalista das cartografias, cujo radicalismo e absoluta desqualificação da visão aérea, estruturada pelas técnicas do saber geométrico e

---

<sup>3</sup> Grupo de natureza internacional, também conhecido por Internacional Situacionista, formado por ativistas, poetas, arquitetos, artistas plásticos, cineastas e pensadores, entre eles, citamos pontualmente Guy Debord, que assumiu efetiva centralidade nas suas mobilizações. A seguir apontamos algumas questões problematizadas e exploradas pelo grupo: o estreitamento das relações entre arte e política; a arquitetura e o urbanismo como práticas centrais na aproximação entre arte e cotidiano; o desdobramento e radicalização dos pressupostos das vanguardas dadaístas e surrealistas, dos movimentos Internacional Letrista, Fluxus e COBRA. Uma contundente crítica social, cultural e política do estágio em que o capitalismo se encontrava, apontando para a transformação da ordem social a partir da reinvenção de situações do cotidiano urbano.

<sup>4</sup> A noção de mídia pós-massiva foi apresentada pelo professor Dr. André Lemos, durante uma entrevista que nos concedeu em 2010. Nosso objetivo era entender as intercorrências entre os seguintes campos do conhecimento comunicação x sociologia x cartografia. Nesta ocasião, o pesquisador apontou para a hipótese de cartografia enquanto mídia, que também encontramos sistematizada na seguinte passagem: "Podemos aqui estabelecer um paralelo entre a dinâmica dos meios de massa, que caracteriza os mapas tradicionais (analógicos, feitos por cartógrafos profissionais, cuja emissão é controlada e cujos utilizadores são leitores), e as TIG e bases cartográficas, que podem ser apropriadas pelos usuários a partir de uma comunicação transversal, aberta e colaborativa. Estes não são unicamente leitores, mas produtores e distribuidores de informações cartográficas. (...) Se os mapas podem ser considerados meios (uma mensagem, um canal, um emissor e um receptor), aqueles tradicionais estão para as mídias de massa, enquanto os digitais, para as mídias "pós-massivas". (LEMOS, 2013, p. 223)

matemático, converte-se também numa crítica formalista, engessando em termos correspondentes contextos distintos. A figuração do mapa com elementos de maior apelo estético ou resultantes de incursões urbanas na escala do cotidiano, como o caminhar e a oralidade, sistematizados em colagens e outros recursos de composição, como desenhos manuais, relatos, não asseguram por si um contraponto crítico.

Nesse espectro levantamos uma questão: em que medida se correspondem ação política e modo de representação? Modo de representação no sentido dos elementos da linguagem cartográfica adotadas, tais como escala, signos, simbologias, carta, cores, imagens, técnicas de desenho. Ou seja, do ponto de vista da figuração visual da cartografia, em que medida pode-se estabelecer uma relação unívoca entre deslocamentos formais da linguagem e potência da ação política enquanto insurgência e emergência acena uma leitura excessivamente simplista do conjunto de forças engendradas nas tramas cartográficas. A sua antítese seria tornar sinônimo o modo de representação fundado pela disciplina cartográfica (visão aérea, projeção geométrica sobre o plano) enquanto instrumento de dominação e regulação.

Uma determinada “cartografia experimental” do ponto de vista da linguagem adotada e das técnicas de representação gráfica não necessariamente asseguram um processo de emancipação dos imaginários e das práticas políticas daí decorrentes. Pode até mesmo incorrer na absoluta contradição ao veicular conteúdos e posicionamentos ético-políticos com relação à cidade absolutamente reacionários e autoritários, ou seja, formatar tais imaginários e práticas numa perspectiva hegemônica. Enquanto determinado mapa aéreo, figurado pela técnica canônica da cartografia disciplinar pode derivar processos de disputas territoriais de natureza contestatória e sustentar práticas políticas de caráter emancipatório.

A ênfase na ideia de tramas cartográficas explicita a abordagem construída sobre o tema. Não nos deteremos nas cartografias em si, no objeto ou produto final, mas nos enredos que tramam seus sentidos políticos e urbanos. A amplificação pretende escapar da crítica formalista muitas vezes naturalizada no próprio campo do Urbanismo, para adentrar os processos de elaboração, os usos subsequentes a este, os sujeitos envolvidos, suas respectivas ativações territoriais e os embates políticos deflagrados. A ideia de trama é afeita à seguinte proposição de Acselrad:

*Chamamos de tramas territoriais ao movimento configurado pelos diferentes meios de produção social dos territórios e suas relações constitutivas por apropriação direta, por instrumentos legais, por projeções identitárias, por mapas e outros meios representacionais. Esses processos situados exprimem redes de relações e práticas*

*que conformam os territórios sob a ação da cultura, do arcabouço jurídico e de práticas políticas.* (ACSELRAD, 2010, p. 10)

Propomos a noção de tramas cartográficas como uma das diversas dimensões que compõe as tramas territoriais. O princípio do movimento é central na elaboração das tramas territoriais, assim como das tramas cartográficas aqui perseguidas. As redes de relações e práticas desencadeadas no e pelo movimento da constituição das tramas territoriais e cartográficas aderem aos engendramentos da dominação, hegemonia e regulação x emancipação, emergência e insurgência. Trata-se de um movimento cujas configurações territoriais e cartográficas sentenciam múltiplos arranjos políticos, dada a natureza do jogo de forças destes engendramentos em plena composição, tensionamento, sobreposição e imbricamento na cidade.

A montagem das tramas é proposta como um regime de visibilidade orientado pelo conflito, pois intenciona traçar linhas transversais entre as imagens-discursos ali expostas a fim de entender como se dão os processos de produção da cidade via produção cartográfica. Nosso objetivo é refletir sobre como se configuram as tramas dessa produção, tendo em vista os intrincados rebatimentos entre política e representação; e sobre como as dominâncias (emancipação x regulação; hegemonia x emergência; dominação x insurgência) enquanto polos de interação dos engendramentos políticos tecem as tramas dessa produção.

## **SOBRE A TESSITURA DAS TRAMAS**

A tese é composta de 4 capítulos. No primeiro **Encadeamentos metodológicos: do recorte às tramas** nos comprometemos com a perspectiva metodológica, suas intercorrências com o material empírico levantando e a temática da tese. Adotamos uma conformação diagramática, uma espécie de mapa-arquivo da pesquisa e seu processamento. A culminância é o último tópico intitulado “Guia para indagações: formulando o problema da tese”. A conjugação entre a dimensão teórica e empírica exigiu em princípio o posicionamento dos conceitos de cartografia e representação, expostos nos capítulos dois e três.

O segundo capítulo intitula-se **Historiografia cartográfica: por uma arqueologia das representações espaciais** e recorre ao debate proposto por Brian Harley e Denis Wood no tocante à desconstrução da epistemologia científica da cartografia e à natureza performativa dos mapas. Traçamos um diálogo destes autores com o entendimento de Foucault quanto às relações entre saber, poder, dispositivo e processo de subjetivação e

como estes colaboram no entendimento das práticas cartográficas. Percorremos os engendramentos do feudalismo, iluminismo e modernidade, pela perspectiva de David Harvey e sua hipótese da crise da representação e de Walter Benjamin no que tange os desdobramentos perceptivos da modernidade. Por fim, problematizamos as inflexões contemporâneas, que impactam no nosso escopo histórico a partir da emergência da “web e cartografia 2.0”. No seu encerramento, propomos a primeira trama, detida sobre a noção de ausências cartográficas deflagrada com o episódio de apagamento das favelas cariocas da plataforma *google maps*.

No capítulo três, **Sondando representação e política** perscrutamos o sentido de representação a partir do paralelo traçado entre representação cartográfica e representação jurídica formulada por Boaventura de Sousa Santos. Os mecanismos centrais da representação cartográfica, como escala, projeção e simbologia, são desdobrados nas seguintes categorias analíticas: geocêntrica e egocêntrica; homérico e bíblico; local, nacional e internacional. Estes, por sua vez, são incorporados na discussão da cartografia enquanto produção da empresa escriturística definida por Michel de Certeau. A *empresa escriturística* proposta por De Certeau, confrontada às formulações de Benjamin, no que se refere à escrita de uma *história a contrapelo*, encadeiam a contração conceitual – escriturística a contrapelo. Uma tentativa de discutir processos relativos à associação entre a figura jurídica da escritura e os modos de inscrição do espaço, no nosso caso, prioritariamente mobilizado pelo suporte cartográfico e suscitado pela ação de sujeitos sociais envolvidos em disputas por legitimidade territorial. Neste capítulo tecemos mais duas tramas: a primeira dedica-se a explorar a noção de escriturísticas a contrapelo, a partir dos pressupostos da Cartografia Social, do Mapeamento dos terreiros de Salvador/ e das Casas de religião de matriz africana do Rio de Janeiro e do Guia de Ruas da Maré; a segunda articula as noções de pesquisa, observatório e mídia, confrontando-as com as proposições da Cartografia da Ação Social, do Observatório das Remoções e do Observatório dos Conflitos Urbanos.

O capítulo quatro **Sobre mutações da cidade e da técnica: liminaridade e representação** persegue as intercorrências entre disputa por capital simbólico, capitalismo cognitivo e instauração das cidades nas tramas da contemporaneidade. Tais intercorrências perpassam a discussão de cartografia como mídia e as inflexões políticas na pauta da participação daí decorrentes. Aqui configuramos a trama “plasticidade e participação”, a partir das relações entre o projeto Wikimapa e o evento Cartografias Insurgentes; e a trama “encruzilhadas entre táticas e estratégias”, que se sobrepõem à anterior, discutindo o projeto Solos Culturais e o Guia Cultural de favelas. Desta sobreposição emergem indícios quanto ao processo de fabricação, classificação

e participação alinhados com a noção de cartografias políticas da cidade, proposta por Vera Silva Telles.

# CAPÍTULO 1

## ENCADEAMENTOS METODOLÓGICOS: DO RECORTE ÀS TRAMAS

### 1.1 TRAÇADOS E MOVIMENTOS ENTRE CAMPOS DISCIPLINARES

Cartografias e mapas podem assumir tantos sentidos, formas e materialidades na contemporaneidade, que esbarramos na dificuldade de delimitar um campo de investigação. Em linhas gerais, a cartografia pode ser apreendida em sua acepção literal ou ainda enquanto metáfora. Enquanto produção literal, a cartografia assume forma, materialidade, estética e técnica definidas pelo saber cartográfico. Mas mesmo na sua figuração canônica, vem transbordando os domínios disciplinares da cartografia. É incorporada em diversas instâncias dos movimentos sociais, nas peijas de lutas territoriais, nas disputas mais recentes sobre o sentido da democracia, em projetos erigidos sob a égide da participação e protagonismo social de grupos de baixa renda, escolaridade, ou seja, sujeitos não-hegemônicos nas suas formas de apropriação da vida.

O geógrafo Harley (1989) propõe uma qualificação intrigante sobre o fenômeno da cartografia. Alega, a partir de uma perspectiva crítica acerca da dimensão histórica desta prática, que estamos diante de uma “esquizofrenia ontológica”. Uma intrincada trama emaranhada em transversalidades de discursos, campos disciplinares, domínios técnicos e pressupostos éticos colocam em disputa a acepção da prática cartográfica, o seu saber fazer.

Entendendo a própria linguagem enquanto um campo de disputa de sentido, observa-se uma tensão recente na nomeação e qualificação desta prática que passa a admitir as seguintes acepções: mapas performativos (COSGROVE, 2001), cartografia insurgente (UNIVERSIDADE NÔMADE, 2011), cartografia sentimental (ROLNIK e GUATTARI), cartografia da ação social (RIBEIRO, 2010), ativismo cartográfico (EMERSON, 2010), cartografia coletiva (ICONOCLASSITAS, 2006), cartografia social<sup>5</sup>, cartografia crítica (CRAMPTON E KRYGIER, 2008), cartografias de controvérsias (VENTURINI *apud* LEMOS, 2013). A reescrita da cartografia nas expressões

---

<sup>5</sup> A expressão cartografia social delimita um complexo campo, não identificamos uma autoria específica. Dedicamos um tópico no capítulo 3 apenas para aprofundar no entendimento dos seus pressupostos.

mencionadas aponta para a dimensão política inerente ao exercício e uso das nomeações, seja para designar a prática, seja para operá-la.

A princípio, fez-se premente traçar um mapeamento dos movimentos entre estes campos disciplinares no sentido de compreender as transformações decorrentes dos deslocamentos da prática cartográfica entre eles – especialmente a filosofia, a geografia, a sociologia, a comunicação e as artes. Este traçado foi delineado por 3 procedimentos distintos, mas simultâneos e coimplicados: entrevistas, revisão bibliográfica e levantamento de campo.

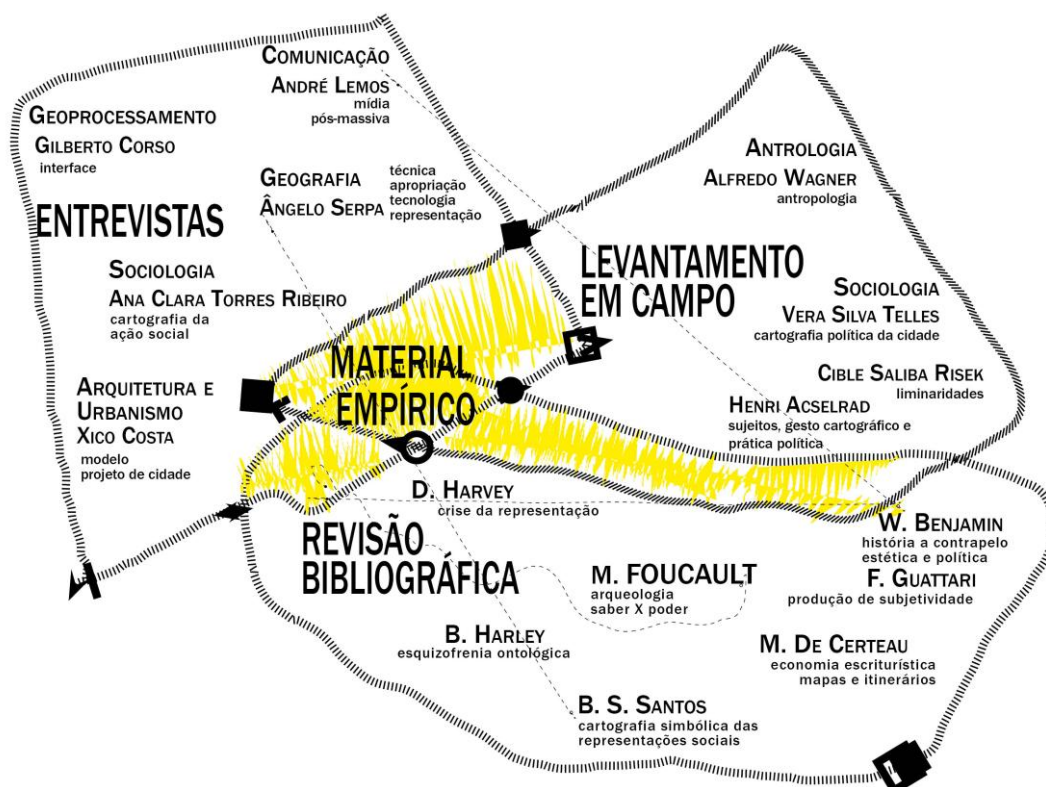


Figura 2: Diagrama metodológico  
Fonte: da autora

Esta primeira investida metodológica procurou perscrutar como se configuram os regimes de linguagem e de visibilidade da cartografia em tais campos e suas interceptações ou desconexões frente à ordem positiva que lhe atribuía um sentido estrito até então, ou seja, a gênese da cartografia enquanto um saber específico. O diagrama pretende evidenciar o aglomerado de autores e concepções levantados e sintetizados numa figura panorâmica e esquemática. Uma forma de conferir simultaneidade na leitura das ideias que preenchem as formulações teóricas aqui apresentadas.

O material empírico ocupa a região central do diagrama, onde se esboça uma zona resultante das descobertas efetivadas ao longo da pesquisa. No intuito de revelar seu adensamento e natureza, sistematizamos este material em diferentes formatos: a cronologia (verso da p. 29), o diagrama das plataformas (p. 27) e o anexo (p. 204). Nestes formatos intermediários definimos algumas recorrências, transversalidades que passaram a articular uma conjunção espacial mais específica, a trama.

## **1.2 PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA: TRAMAS ESCALARES**

A insistência sobre a dificuldade de extrair da proliferação superlativa de sentidos de cartografia um recorte investigativo, revela-se fundamental para indicar a construção metodológica adotada. O arbítrio investigativo refere-se ao “como entrar”, um modo de definir artifícios de sobreposição, justaposição e articulação pertinentes para problematizar uma conjuntura tão pop, massificada e pulverizada. As ações de construção desta tese, de “como” o arbítrio investigativo as insere em determinada trama figuram um plano eminentemente político.

A produção de sentidos decorrente de seus enquadramentos, seleções e visibilidades forja o seguinte plano: a cidade enquanto espaço de disputa de sentidos e existências aqui entendido como espaço político da produção do comum, uma emergência contingente e engajada nas diversas facetas das mobilizações contemporâneas. Nestas emergências, a cartografia, ou a produção cartográfica das existências constitui uma ação ininterrupta, uma de suas expressões mais adensadas e perseguidas.

Especialistas e supostos leigos arremessam-se na corrida da visibilidade cartográfica, entendida por ora como obscenidade cartográfica ou hipervisibilidade. Nesta excitação em tornar visível - até mesmo as superfícies mais submersas, subversivas, subreptícias – paira a dúvida sobre a efetiva possibilidade de apreensão das singularidades de movimentos, sujeitos e espaços: o que significa colocar em cena absolutamente tudo?

Se por um lado, podemos pensar na cidade como um campo de forças em intenso processo de reconfiguração de seus sentidos e dos próprios regimes anteriormente citados, por outro desponta um conjunto de mecanismos, instrumentos, aparelhos, todo um escopo técnico-informacional que amplifica exponencialmente as possibilidades de captura, registro, compartilhamento, armazenamento, duplicação,



substituição, apagamento cartográficos das cidades, via a disseminação da internet e das tecnologias de satélite. O paradoxo da escala 1:1 relatado na fábula de Jorge Luís Borges apresenta alguns rebatimentos no contexto contemporâneo:

*Naquele império, a arte da cartografia alcançou tal perfeição que o mapa duma província ocupava uma cidade inteira, e o mapa do império uma província inteira. Com o tempo esses mapas desmedidos não bastaram e os colégios de cartógrafos levantaram um mapa do império, que tinha o tamanho do império e coincidia com ele ponto por ponto. Menos dedicadas ao estudo da cartografia, as gerações seguintes decidiram que esse dilatado mapa era inútil e não sem impiedades entregaram-no às inclemências do sol e dos invernos. Nos desertos do oeste perduram despedaçadas ruínas do mapa habitadas por animais e mendigos; em todo o país não há outra relíquia das disciplinas geográficas. (BORGES, 1979, p.220)*

O empreendimento do Colégio de Cartógrafos do Império arruinou uma das principais ferramentas da própria da cartografia – a escala – que permite a figuração gráfica de objetos impossíveis de serem desenhados nas suas dimensões reais. A escala 1:1 adotada para cartografar um Império revela um anseio totalizante, paradoxal, pois que, coincidindo com a própria superfície sobre a qual se detém torna-se ela mesma. Um mecanismo de apreensão mais próximo do espelho plano do que de um mapa, incapaz de mediar a relação entre o espaço e a cognição, já que se converte no próprio referente, anulando por fim o propósito da sua existência.

Se à escala 1:1 foi atribuído o caráter de fábula na década de 1940, hoje nos parece uma ordem de grandeza factível, do ponto de vista da produção de informação e dado sobre cada ponto do território. Esta seria apenas uma das ordens, sendo possível pensar até mesmo em escalas como 1.000:1, 100:1 se pensarmos na multiplicação de mapas observada nesta espessa tessitura informacional. Sobre um determinado ponto do território, algumas vezes são traçados dezenas, centenas de incidências, redimensionando a própria desmesura de 1:1 - algo absolutamente despropositado do ponto de vista do uso da linguagem cartográfica - em relações de grandeza a-dimensionais, do ponto de vista da possibilidade analítica. Uma espécie de espaço infinito (ou quase) do mundo virtual, topografia densa e ao mesmo tempo frágil, que aponta para outros modos de descrição e atribuição de sentido.

É como se estivéssemos diante de uma exploração empírica da cidade a tal ponto intensificada que a possibilidade de síntese, articulação e proposição de nexos se tornasse uma tarefa ainda mais difícil. Esse desafio coloca-se na presente tese, revelando-se impossível partir para um levantamento que pretende esgotar as produções cartográficas urbanas. O esforço de cartografar as cartografias urbanas

explicitou um conjunto labiríntico de produções, em que algumas recorrências quanto aos sujeitos envolvidos, as técnicas adotadas, as cidades abrangidas e os engendramentos políticos deflagrados orientaram a tessitura das tramas cartográficas expostas a seguir.

A primeira trama compõe-se no sentido de explicitar o paradoxo da escala 1:1, e para tanto encadeamos de forma descritiva parte deste vasto conjunto de cartografias urbanas, apurados entre 2010 e 2014 e pautadas pelas intercorrências entre as novas tecnologias de informação/comunicação, a produção cartográfica contemporânea e as interfaces com outras disciplinas. Como se trata apenas de uma aproximação panorâmica e secundária diante das demais frentes de trabalho, remetemos sua exposição para os anexos. Neste anexo, a síntese das recorrências aponta para as seguintes categorias transversais e associativas: política/ urbanismo e comunicação/cultura. Estas categorias figuram um atravessamento temático extraído de todo o material levantado e sistematizado. Trama e atravessamento temático como outro modo de enquadrar a pesquisa, uma conjunção espacial conformado por casos arbitrados a partir da sua potência de problematizar as questões guias da tese.

Ainda no esforço de explicitar o paradoxo da escala 1:1, sintetizamos um diagrama comprometido com as plataformas virtuais tributárias da inflexão conhecida como cartografia 2.0, que por sua vez decorre das transformações técnicas deflagradas com a web 2.0<sup>36</sup>. Estas duas frentes de exposição pretendem revelar a natureza desse conjunto de práticas cartográficas contemporâneas e a envergadura escalar do nosso recorte investigativo, que pautaram a supressão do recorte e a emergência do artifício da trama. Por fim, objetivam iniciar uma aproximação dos princípios que arbitraram nosso exercício de tramar entendimentos conjunturais a partir de casos pontuais.

---

<sup>6</sup> Desenvolvemos no capítulo 2 os sentidos de cartografia 2.0 e web 2.0 no tópico "Inflexões contemporâneas: simbólico, cognitivo e imaterial".

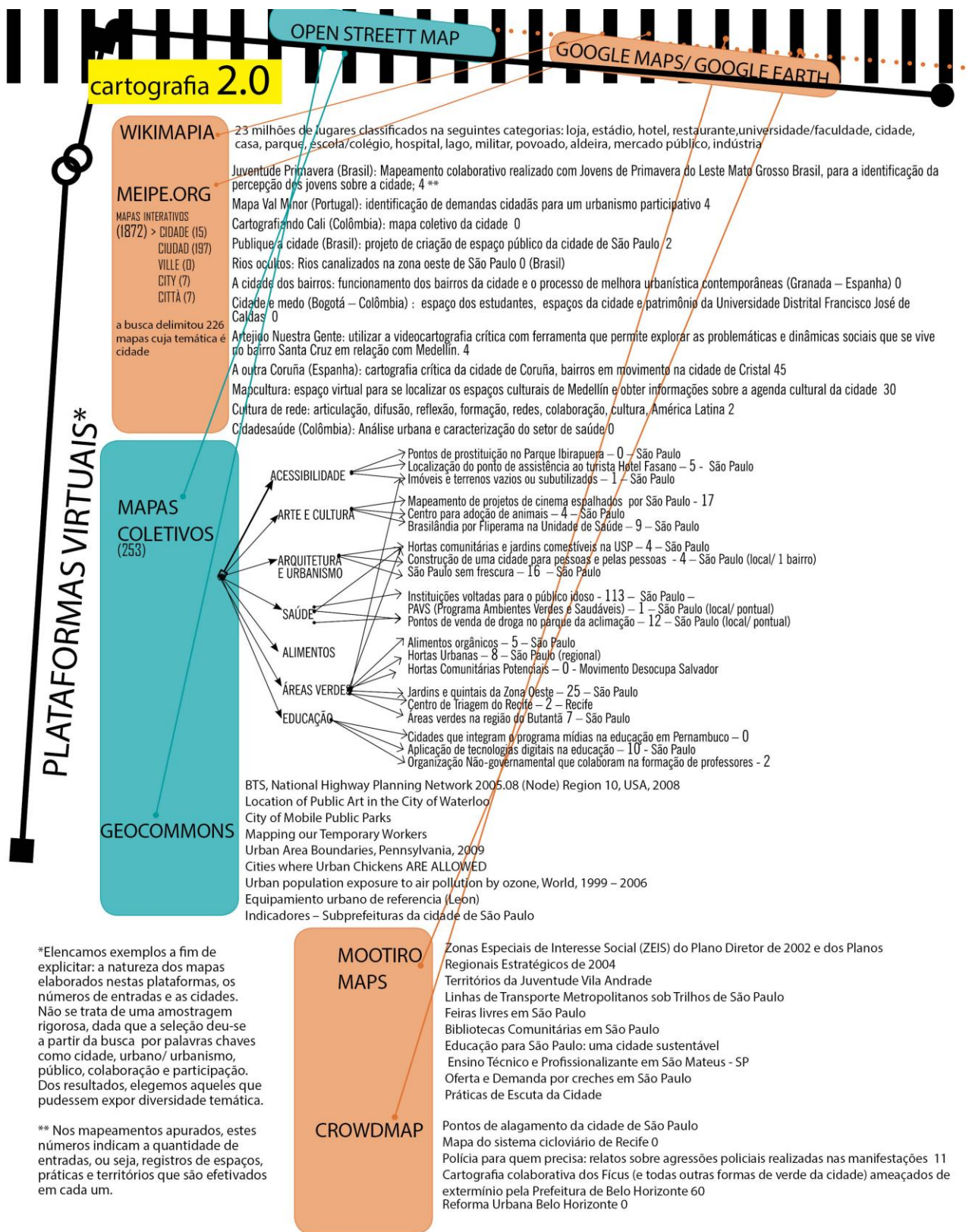


Figura 3: Diagrama plataformas  
 Fonte: da autora

### 1.3 LIMBO CARTOGRÁFICO E HIPER-VISIBILIDADE: CONVIVÊNCIAS PARADOXAIS

Se pensarmos qualitativa e quantitativamente, há de fato uma esquizofrenia cartográfica, não apenas no que se refere às diversas denominações em uso e exercício. Observamos saltos escalares conduzidos pela velocidade do zoom, redundando em mapas elaborados, por exemplo, com apenas quatro marcações específicas e uma legenda padrão detida apenas na localização de ocorrências. Nessa acumulação de marcadores e presenças tão desarticuladas, muitas vezes orbitantes da mesma plataforma, levantamos um questão: qual o uso efetivo dessas cartografias? Elas congelam um gesto pontual de interesse específico às vezes de um único indivíduo num ambiente virtual povoado de milhares de outros mapas correlatos.

A rigor, observando as entradas, usuários e comentários disponíveis para a visualização nas plataformas parece haver uma inoperância, desuso e apenas fotografia avulsa e despropositada de temáticas urbanas de A a Z. Por exemplo, são centenas de mapas, dedicados apenas a cidade de São Paulo, com baixíssimo índice de inserção de ocorrências, consulta e efetiva interação social. Um tipo de limbo<sup>7</sup>, onde vagam perdidos e inertes milhares de mapas no paradoxo da obscenidade ou hiper-visibilidade cartográfica.

Por exemplo, como pensar um mapa intitulado “Construção de uma cidade para pessoas e pelas pessoas”, com quatro ocorrências, todas vinculadas a um grupo de estudantes de uma universidade particular de São Paulo dedicado a desenvolver mobiliários para espaços públicos da cidade? O título do mapa parece não corresponder em representatividade e legitimidade ao que ele comunica. Outro exemplo quase paródico, o mapa intitulado Programa ambientes verdes e saudáveis (PAVS) elaborado com uma única marcação.

Entendemos que se trata de uma plataforma aberta à colaboração, entretanto, os exemplos analisados, demonstram um nível insignificante de participação voluntária. A imagem a seguir aponta para uma situação muito comum na observação dos mapeamentos ditos coletivos em plataformas colaborativas virtuais: são os mapas de uma pessoa só, cuja potência de articulação e síntese a partir da espacialização de processos é nula. Tal imagem também inquieta, angustia e emociona pelo horizonte de verde mapeado solitariamente e pelo sujeito que propõe o mapa. Esse fenômeno demarca as relações paradoxais entre escala de observação e análise, limbo cartográfico e hiper-visibilidade.

---

<sup>7</sup> *Teol catól* Lugar intermediário entre o céu e o inferno onde, sem a felicidade celeste, nem as penas infernais, se encontram as almas das crianças que morreram sem batismo e onde permaneceram as almas dos justos, antes da ascensão de Jesus Cristo. <sup>9</sup> Lugar para onde se deita coisa a que não se liga apreço; cadoz. *Pôr no limbo*: deixar no esquecimento. (<http://michaelis.uol.com.br/>)

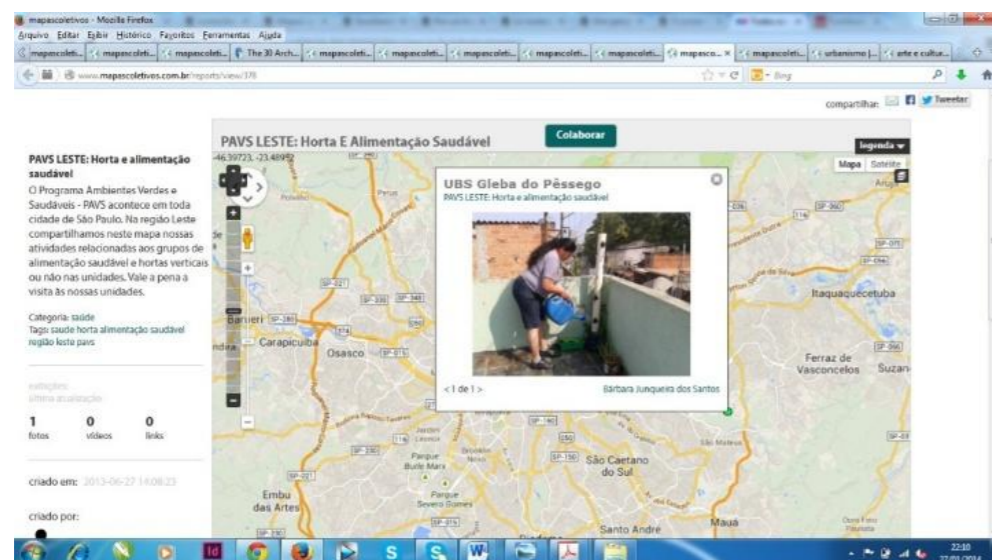


Figura 4: Programa ambientes verdes e saudáveis (PAVS) - Plataforma Mapas Coletivos

Fonte: <http://www.mapascoletivos.com.br/maps/5318c652cb160eaf6d30103c/>

Essa observação expõe um impasse intrigante para a temática das cartografias urbanas. Estas apresentam uma especificidade correlata à proeminência do regime imagético das tramas do capitalismo cognitivo e sua disputa pelo capital simbólico. O impasse é instaurado pela constatação das excessivas flutuações destas produções, que esparsam a sedimentação para uma leitura da dinâmica urbana adotando tais mapas como fonte. Tais flutuações muitas vezes não significam a transformação efetiva de alguns sentidos já estabelecidos ou legitimados. Flutuação versus estratificação demarcam uma paradoxal inconsistência derivada da natureza super dinâmica do funcionamento da rede.

Este paradoxo orientou o arbítrio dos casos problematizados ao longo da tese: cartografias que efetivamente decorrem em disputas de sentidos de cidade, mais particularmente engendrados pelas intercorrências entre política/ urbanismo e comunicação/cultura. Este primeiro enquadramento das práticas cartográficas circunscrito pelas associações entre comunicação/ cultura e urbanismo/política deriva das emergências do material empírico selecionado (ver anexo 1) e do exercício de justapor categorias que por sua vez nos remetem a novas categorias e imprimem a dinâmica associativa da reflexão aqui pretendida.

Além dos formatos já mencionados: diagrama metodológico, diagrama plataformas e o anexo, expomos a seguir uma sumária cronologia, cujo objetivo é explicitar as imediações mais diretas dos casos adotados como fios condutores da nossa trama. Se os formatos anteriores acenam a panorâmica, com a cronologia pretendemos mover nossas lentes de observação para um zoom mais próximo, de onde podemos observar os principais pontos da trama, suas margens e conexões mais diretas, que por sua vez reverberam as recorrências da apuração, apresentadas no próximo tópico.

Xerrox PARC Map View 1993  
Map Quest 1996

Open Street Map  
Google Maps/ Google Earth  
Bing Maps



cartografia 2.0

1993  
ALMEIDA, ALFREDO WAGNER  
Carajás, a guerra dos mapas: repertório de fontes documentais e comentários para apoiar a leitura do mapa temático do Seminário-Consulta "Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?"

- PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA
- 2006 > 2010 - Publicação série 3: Conflitos nas Cidades da Amazônia
1. Indígenas na Cidade de Belém/ 2. Homossexuais na Cidade de Belém
  3. Afro-religiosos na Cidade de Belém/ 4. Negras e Negros na Cidade de Belém
  5. Catadores na Cidade de Belém/ 6. Pessoas com Deficiência na Cidade de Belém
  7. Feirantes e Ribeirinhos dos Portos Públicos de Belém
  8. Ribeirinhos das Ilhas de Belém/ 9. Moradores do Riacho Doce e Pantanal: Histórias de luta e conquistas no Igarapé Tucunduba - Belém
  10. A Luta pela regularização fundiária dos moradores da AGRISAL, Salinópolis.
  11. "Fé e Esperança: Mulheres Guerreiras de Campo Sales", Manaus
  12. "Histórias de Lutas e Conquistas dos Moradores do Bairro Jesus Me Deu", Manaus
  13. "Famílias da Comunidade Parque Riachuelo I", Manaus
  14. "Bairro Parque Riachuelo II: História, Conquistas e Reivindicações", Manaus
  15. "Ontem um dono, hoje milhares: A História Bairro Parque São Pedro", Manaus
  16. "Comunidade Negra de São Benedito da Praça 14 de Janeiro", Manaus
  17. Indígenas na Cidade de Manaus: Os Sateré-mawé no Bairro Redenção
  18. Mulheres Indígenas e Artesãos do Alto Rio Negro em Manaus
  19. Comunidade "Beco dos Pretos" Morro da Liberdade Manaus - AM
  20. Indígenas na Cidade de Rio Preto da Eva - Comunidade Indígena Beija-flor, Rio Preto da Eva - Amazonas
  21. Bairro do Cabelo Seco - Marabá/ 22. Carvoeiros de Rondon do Pará
  23. Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LGBT) - Manaus/Amazonas
  24. Associações Indígenas na Cidade de Manaus: AMARN - Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro - NUMIÁ KURÁ
  25. Movimento de lésbicas, gays, bissexuais e travestis (LGBT) - Manaus
  26. Catadores na cidade de Manaus
  27. Ilê Axé Alagbedê Odumare, Casa de Axé Ferreiro de Deus Povos do Terreiro - Paço do Lumiar - Maranhão
  28. Wotchimaücü - Tikunas na Cidade de Manaus
  29. Pescadores e Extrativistas das Ilhas ao Sul de Belém

1993  
MAPA DOS CONFLITOS DO RIO DE JANEIRO  
Laboratório Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza ETERN (UFRJ)

2006  
OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS URBANOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Laboratório Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza ETERN (UFRJ)

2010  
REDE LATINO-AMERICANA DE OBSERVATÓRIOS DE CONFLITOS URBANOS  
Belo Horizonte, Maceió, Santiago do Chile, Medellín (Colômbia) e La Paz (Bolívia)

MAPEAMENTOS: BANCOS DE DADOS  
PUBLICAÇÕES (LIVROS, DOSSIÊS, INVENTÁRIOS, FASCÍCULOS), SITES, BLOGS.

EVENTOS:  
SIMPÓSIOS, COLÓQUIOS, EXPOSIÇÕES SEMINÁRIOS

2006/ 2007  
MAPEAMENTO DOS TERREIROS DE SALVADOR  
Secretarias Municipais da Reparação e da Habitação, em parceria com o Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA e apoio entidades representativas ACBANTU, FENACAB, Fundação Cultural Palmares e Seppir

2008-2012  
MAPEAMENTO DOS ESPAÇOS DE RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS DO RECÔNCAVO E DO BAIXO SUL (BA)  
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Governo do Estado da Bahia)

2008  
MAPEAMENTO DOS TERREIROS DE ILHÉUS  
UESC/ Núcleo de Estudos Afro-Baianos Regionais KÁWÉ

2010  
MAPEANDO O AXÉ: PESQUISA SÓCIO-ECONÔMICA E CULTURAL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE TERREIROS - BELO HORIZONTE, PORTO ALEGRE, RECIFE E BELÉM  
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)

MAPEAMENTO DOS TERREIROS DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO  
Secretaria de Igualdade Racial

2012  
MAPEAMENTO DOS TERREIROS DE NATAL  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Departamento de Antropologia  
Comunidades de Terreiro de Natal

2013  
MAPEAMENTO DOS TERREIROS DE CAMAÇARI  
Secretaria Municipal da Reparação

2014  
MAPEAMENTO DOS TERREIROS DE LAURO DE FREITAS  
apoio da ACBANTU - Associação da Tradição e Cultura Bantu no Brasil.

2010  
NOVAS CARTOGRAFIAS URBANAS: RECONFIGURAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO  
FESTIVAL VIVO ART.MOV  
Salvador  
Vivo

2011  
SEMINÁRIO "CULTURA DIGITAL: CARTOGRAFIAS COLABORATIVAS"  
Brasília - DF  
Ministério da Cultura / Arte fora dos museus/ CulturaEduca/ Porto Alegrecc/ Webdoc Graffiti

LABORATÓRIO DE CARTOGRAFIAS INSURGENTES  
Rio de Janeiro  
Rede Universidade Nômade, Coletivo Imotirô, Coletivo acidade

ONU/ SEPPIR  
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD  
PPA/G7/010 Projeto de Apoio às Ações Temáticas da SEPPIR  
Mapeamento e identificação de comunidades quilombolas, terreiros e populações ciganas

2008 - 2011  
MAPEAMENTO DAS CASAS DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Conselho Griot  
PUC-RIO com financiamento do Governo Federal através da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)

2011  
MAPA DA CULTURA DE FORTALEZA  
Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza  
Mapas Digitais.org

2011 - 2013  
MAPA DE CULTURA DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria do Estado de Cultura e Petrobrás

2012  
SEMINÁRIO OUTROS MAPAS: CARTOGRAFIA E PESQUISA SOCIAL / Recife  
PNCSA, Universidade de Pernambuco, Universidade Federal de Pernambuco, Unicamp, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério da Educação

2014  
CARTOGRAFIAS DO SUL, DO SOL E DO SAL  
Curso de Extensão A Cartografia enquanto método de pesquisa em Humanidades  
Escola de comunicação - UFRJ  
Giuseppe Cocco, Buno Tarin e Laila Sandroni

2013  
SIMPÓSIO NOVAS CARTOGRAFIAS  
Rio de Janeiro  
Campo: escritório de arquitetura e design  
Prefeitura do Rio e Centro Carioca de Design

OFICINA NACIONAL: CARTOGRAFIA SOCIAL URBANA  
O QUE ESTÁ EM JOGO NAS CIDADES?  
Rio de Janeiro  
Fase (Rio de Janeiro) e Fundação Rosa Luxemburgo

2013  
SP CULTURA  
Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo  
apoio do Instituto TIM

SOLOS CULTURAIS  
Observatório das favelas

2012  
GUIA DE RUAS DA MARE  
Redes de Desenvolvimento da Mare, Observatório de Favelas, apoio: Instituto Pereira Passos, e 16 Associações de Moradores da região e outras organizações

2012  
OBSERVATÓRIO DAS REMOÇÕES  
LabHab (Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos) e do LabCidade (Laboratório do Espaço Público e Direito à Cidade) FAU- USP.

2014

A PRESENÇA DO AXÉ, MAPEANDO TERREIROS NO RIO DE JANEIRO  
Denise Pini Rosalem e Sonia Giacomini, Ialorixá Mãe Beata de Iyemonjá (Ilê Omi Ojuarô)

MAPA NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA  
Coletivo Soy Loco Por Ti e Laboratório de Cultura Digital

MAPEANDO O COMUM/ MAPPING THE COMMONS  
Pablo Soto (coordenador)  
Atenas - Daphne Dragona, Demetri Delinikolas  
Istambul - Aslihan Senel  
Belo Horizonte - Natacha Rena - Escola de Arquitetura (UFMG)  
Rio de Janeiro - Media LAB - UFRJ  
São Paulo - Bernardo Gutierrez  
Quito

REVISTA CARTOGRAFIA SOCIAL URBANA: TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIAS NA REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO  
Fase (Rio de Janeiro) e Fundação Rosa Luxemburgo

## 1.4 APURAÇÃO DO MATERIAL EMPÍRICO

O material empírico sistematizado em diagrama plataformas, cronologia e anexo foi levantado entre 2010 e 2014 a partir das pistas sinalizadas pelas entrevistas, pesquisa bibliográfica e levantamento de campo (delineadas no diagrama metodológico). Em princípio passamos a incorporar como dado da pesquisa toda e qualquer ocorrência de produção cartográfica contemporânea, conformando uma aglomeração de experiências relacionadas predominantemente à comunicação, artes visuais e eletrônicas, urbanismo, sociologia, antropologia e filosofia. Nesta aglomeração, passamos a perseguir experiências aplicadas na cidade detidas sobre alguma questão urbana, definida pelo viés da política e/ou representação e/ou conflito. Ou seja, processos, trabalhos e pesquisas que manipulavam a linguagem cartográfica para mediar disputas no campo da representação e apropriação da cidade.

Nosso principal instrumento de pesquisa foi a rede (Internet) e o processo de investigação também passou a incorporar sua lógica, a localização de um site de determinada experiência bifurcava-se em dezenas de outras e em pouco tempo, o levantamento abrangia um recorte geográfico internacional. Entretanto, como nosso objetivo não era a dispersão da rede, mas o adensamento e a consistência das tramas, sua capacidade de articular nexos e elos, passamos ao exercício de qualificar o levantamento no sentido de extrair princípios transversais que pudessem tramá-los.

O sentido de trama foi incorporado enquanto estratégia de composição de casos no intuito de articular um debate a partir de transversalidades, pontos de contato e linhas teóricas. As transversalidades emergem das recorrentes problematizações sobre política e representação, regimes de visibilidade, gestos e práticas políticas. Outra transversalidade são as tensões entre forças políticas vinculadas aos modos hegemônicos, regulatórios e controladores da cidade; e as insurgências, resistências e processos emancipatórios; dominâncias de mútuos engendramentos.

À medida que tentávamos qualificar as cartografias, algumas distinções quanto ao material empírico levantado revelaram-se centrais na definição da abordagem metodológica. Em princípio, constatamos duas especificidades:

1. Cartografias operadas como instrumento direto de luta por direitos territoriais, concentradas em mobilizações ligadas às comunidades tradicionais<sup>8</sup>, via de

---

<sup>8</sup> O que denominamos de comunidades tradicionais é uma categoria complexa e heterogênea, que abarca uma multiplicidade de sujeitos/ grupos sociais, entre eles: comunidades ribeirinhas, quebradeiras de coco, comunidades de fundo de pasto, quilombolas, castanheiros, pescadores, seringueiros, indígenas e etc. As comunidades tradicionais com maior inserção na prática cartográfica são predominantemente ligadas a territorialidades rurais. Cf. (ACESLRAD, 2008, 2010, 2013). Nosso debate não se detém sobre as diluições territoriais entre rural e urbano, o que chamamos de territorialidade rural pode ser simplificado como terra não urbanizada. Por outro lado, tradicional não anula a dimensão urbana, encontramos, por exemplo, pescadores, quilombolas, indígenas e ribeirinhos em diferentes cidades brasileiras.



rega, inseridas em contextos fortemente marcados pelo aspecto rural e fronteiriço;

2. Cartografias agenciadas nas lutas urbanas como instrumento de disputa simbólica, formuladas na tentativa de desestabilizar referentes culturais estratificados pelas conjecturas hegemônicas (favelados, índios, a população pobre em geral, povos de santo ligados às religiões de matriz africana, grupos GLBT, etc).

Ambas apresentam forte atravessamento midiático, pulverizado e potencializado pelas capilaridades comunicacionais e informacionais operadas via *web 2.0* e outros instrumentos ligados às tecnologias de informação espacial (TIE's). Deduzimos desta diferença, dois princípios quanto aos modos de ação política, por vezes, atravessados por correspondências e conversões mútuas: instrumento político-jurídico e aporte simbólico de processos de subjetivação. Em alguns casos, estes dois princípios sobrepõem-se em complementaridade: cartografia como suporte simbólico cria consistência interna em grupos específicos, sintetiza pautas, agrega sentidos ancestrais e converge para a instrumentalização de determinada luta política. Podemos até mesmo inferir que o suporte simbólico subjaz ao instrumento político-jurídico, contudo, a recíproca nem sempre se verifica. Não se trata de comparar, rivalizar ou hierarquizar tais modos de ação, mas explicitar os desafios analíticos quanto às implicações políticas advindas de frentes cartográficas singulares.

Por exemplo, quando nos deparamos com determinado caso, em que a cartografia social de um território quilombola conjuga forças políticas aptas a confrontarem o modelo hegemônico de concentração fundiária e propriedade privada, emancipando determinado território com o reconhecimento destas propriedades como coletivas, ficam evidentes as posições assumidas pelos sujeitos envolvidos nessa trama, emancipação e resistência versus hegemonia e regulação. Entretanto, quando nos colocamos diante de uma mobilização de natureza simbólica, acoplada à virtualidade predominante nos seus canais de compartilhamento e mobilização (redes sociais, plataformas virtuais, etc) esbarramos na dificuldade de apurar as dominâncias. As linhas que demarcam as distinções entre resistência, insurgência e emancipação versus regulação, dominação e hegemonia comprometem seus contornos em diluições circunstanciais e por vezes, fugazes. A ambiguidade incorpora-se como condição reflexiva e tentamos inscrever essa tônica no arranjo dos capítulos.

---

Problematizamos as relações entre tradicional e urbano, no caso das práticas religiosas afrodescendentes, cujos territórios urbanos, muitas vezes também são classificados como quilombos. Estes grupos sociais vem mobilizando um conjunto significativo de iniciativas ligadas às práticas cartográficas urbanas (ver capítulo 3).

Neste segundo grupo, de expressiva predominância do contexto urbano, os embates políticos, apontam para tensionamentos dos sentidos que legitimam ou deslegitimam determinados modos de existência na cidade. Os modos de existência, por sua vez, materializam enunciações, práticas e sujeitos, cujo amálgama pode ser compreendido como um intrincado jogo de representações sociais ou nos termos aqui trabalhados ambíguos processos de subjetivação. Nestes casos, os processos de desestabilização dos referentes culturais podem reverberar de forma direta no acesso à terra/ território, quando processos de subjetivação ativam a dimensão político-jurídica. Ser reconhecido como legítimo, muitas vezes, significa poder permanecer e conquistar direitos territoriais, fundiários, profissionais e/ ou culturais.

Exploramos ao longo da tese este vasto conjunto de cartografias de contundente aderência simbólica e expressiva implantação urbana. Dele emergiram os princípios de mídia, escriturística, modelo, pesquisa, fabricação e liminaridade, nas diferentes contrações operadas entre comunicação/cultura, urbanismo/política, os campos para onde convergem nossos vetores reflexivos. Estes princípios são extraídos do arranjo analítico proposto, que passa a condensar os enredamentos políticos correlatos a tais contrações nas tramas da tese. Passamos ao esforço de compreender o movimento decorrente das reconfigurações dos modos de representação do espaço urbano derivado de tais contrações e das associações entre os princípios apurados, entrelaçando as noções de instrumento político-jurídico e aporte simbólico de processos de subjetivação.

## **1.5 GUIA PARA INDAGAÇÕES: FORMULANDO O PROBLEMA DA TESE**

Cartografias “outras”, como contraponto às cartografias estruturadas sobre a ideia de espaço cartesiano e referendadas por legitimidades técnicas vinculadas à macropolítica urbanística- geográfica, também necessitam ser problematizadas. A sua produção está implicada numa conjuntura tecnológica inerentemente política, do ponto de vista da atribuição de sentidos às práticas, aos sujeitos, às territorialidades e aos regimes de participação de cada um destes agenciamentos.

Os engendramentos cartográficos no que se refere aos regimes de linguagem, de visibilidade, de ação, que acabam por definir regimes de verdade, demandam uma atenção criteriosa, especialmente, por se entender que tais práticas, com denominações tão diversas produzem regimes de legitimação das cidades, instauram sujeitos, poderes e uma evidente política de subjetivação urbana. Nestas tramas, instala-se nossa

questão-tese desta pesquisa: que cidades são instauradas/ produzidas na contemporaneidade, mediadas e mediante tais práticas cartográficas?

As reescritas da prática cartográfica em expressões como mapas performativos, cartografia sentimental e etc. têm naturezas e efetividades distintas. Algumas nomeiam práticas localizadas espaço-temporalmente, realizadas em contextos bem específicos, tais como mapeamento participativo e cartografia coletiva; enquanto outras, como cartografia sentimental e crítica pretendem reposicionar o sentido epistemológico da prática cartográfica e podem ser adotadas para problematizar algumas práticas cartográficas, que em algumas vezes não se automeiam como tal. Estas diferenças referem-se à ênfase teórica e prática e suas diversas conjugações observadas nas tramas cartográficas contemporâneas.

Pretendemos adentrar nas proposições específicas de algumas destas reescritas no decurso da tese, abordando-as de forma conjugada, ou seja, como determinada experiência intitulada de mapeamento participativo pode ser compreendida pelas proposições da cartografia crítica ou permanece referenciada pela cartografia hegemônica? O objetivo é confrontar experiências práticas situadas espaço-temporalmente e a problematização forjada no plano epistemológico e histórico a fim de compor estudos de casos articulados, concebidos enquanto tramas cartográficas.

A tese estrutura-se, portanto, por estes dois eixos, a revisão da referida literatura (explicitada no diagrama metodológico) e análise de algumas práticas citadas, configurando estudos de casos articulados, que relacionam a produção do espaço urbano, os sujeitos sociais implicados e as disputas políticas instauradas nestes engendramentos. A dimensão política trava a contenda central destas especulações, que persegue a princípio a seguinte pergunta: como se desencadeiam as disputas pela superfície urbana mediante a prática cartográfica?

As disputas pela superfície urbana contemporânea são travadas no cerce de intensas mutações técnico-políticas, onde os regimes de legitimidade, de visibilidade e de ação constituem diferentes modos de existência das territorialidades e dos sujeitos na cidade contemporânea. A articulação destes regimes perpassa as noções de produção e de representação cartográficas, uma vez que a cartografia é uma das suas figurações mais exploradas e evidentes. Elas podem ser observadas em aparições midiáticas, viabilizadas e veiculadas nas tramas simbólicas do capitalismo cultural e cognitivo, presentes desde a esfera mais cotidiana a mais institucional da vida urbana.

A cidade emerge na interação destas mutações como um campo de forças, onde as existências são fulguradas exponencialmente, num tipo especulação cartográfica

comparada à dinâmica da acumulação flexível de caráter financeiro do capitalismo contemporâneo. Atualmente, cada sujeito na sua dimensão dita mais individual e cotidiana gera uma quantidade demente de mapas simplesmente pelo fato de possuir um telefone celular, integrar as redes sociais, navegar pela internet nas plataformas como *google maps* e *google Earth*. Esta dimensão conforma uma espessa tessitura urbana tramada nas redes informacionais e digitais, muitas vezes geradas de forma automática por tais equipamentos. As territorialidades constituídas no espectro das tecnologias informacionais podem ser entendidas como um ponto de inflexão deflagrado pelas interposições entre mídia, técnica e política nos enredamentos da dimensão política da vida urbana.

É neste panorama de injunções técnico-políticas que emergem práticas cartográficas cunhadas sob a égide da participação, absolutamente reviradas quanto à composição dos sujeitos que as produzem. As mobilizações políticas encadeadas nas articulações entre cidade, espaço público, mídia e movimentos sociais esboçam nas últimas décadas – especialmente a partir do final de 1990, período coincidente com o acirramento da agenda neoliberal – significativas alterações nas suas composições, modos de ação, natureza de vínculo, dimensão temporal, atravessamentos institucionais. No tema aqui recortado, cabe perguntar, que expressões políticas a pauta da participação tem desencadeado na prática cartográfica urbana? Insistimos na questão levantada por Acselrad “qual é a ação política a que o gesto cartográfico serve efetivamente de suporte e quem é o sujeito do mapeamento?” (2010, p. 11)

Desta pergunta, extraímos os principais parâmetros para analisar os casos: ação política, gesto cartográfico e sujeito do mapeamento. Tais parâmetros adotados são formulados a partir da seguinte perspectiva metodológica:

O sujeito do mapeamento apresenta derivações, sendo aquele que mapeia efetivamente, produz o mapa, desenha-o, levanta suas informações; também é aquele que agencia um jogo de forças mais amplo, no cerne da escala global e patrocina ou financia o produtor do mapa; e, por fim, o sujeito mapeado, quem aparece nas informações. Então falar em sujeito nestes casos, pressupõe tratar de uma relação de forças estabelecida entre estas dimensões subjetivas e, portanto, suas respectivas políticas e regimes de visibilidade/ ação. Qualificar tais relações mostrou-se uma tarefa abrangente, pois as derivações acima mencionadas, resultavam em casos compostos por múltiplos sujeitos, dispersos geograficamente, ou seja, com restritas possibilidades de interlocuções e procedimentos que envolvessem contato mais direto, sem mediação institucional, por exemplo. A fim de posicionar o conjunto, definimos como fonte de pesquisa sites e blogs, na sua maioria de caráter institucional, e reproduzimos as

apresentações lá encontradas. Procedimento de auto declaração, potente nas captura dos princípios gerais das configurações desses sujeitos, mas limitado na identificação de contradições. Para tanto, complementamos nossa composição de forças com os dois parâmetros seguintes, aptos a confrontarem, em alguma medida, a dimensão retórica que muitas vezes se afirmava nas auto declarações.

Os gestos cartográficos articulam aspectos de como o mapeamento é feito, seus conteúdos, enunciados, parâmetros, fontes de pesquisa, formas de representação, ou seja, as diversas instâncias técnicas, estéticas e metodológicas constituintes dos seus regimes de visibilidade. Interrogar tais gestos resultou em abordagens diferentes, derivadas das especificidades dos seus regimes de visibilidade. Naqueles casos em que a simbologia (SANTOS, 1988) ocupava centralidade no cerne dos engendramentos do capitalismo simbólico priorizamos a uma analítica de signos, símbolos e imagens, sem no entanto, almejarmos uma abordagem semiótica. Uma descrição especulativa, permeada de ironias, cujo objetivo foi disparar uma apreensão ruidosa destes regimes de visibilidade, um confronto das suas figurações visuais e o repertório conceitual explorado.

A ação política por sua vez compõem-se da problematização pautada pelas duas vertentes mencionadas anteriormente: instrumento político-jurídico e aporte simbólico dos processos de subjetivação. Nossa abordagem detém-se sobre a ideia de luta taxonômica<sup>9</sup> a fim de explicitar as disputas de sentidos enquanto evidência política, operadas por tais sujeitos e gestos cartográficos. Ou seja, trata-se de um parâmetro delineado pelas convergências dos demais, na expectativa de encadear os engendramentos que atribuem efetividade e consistência aos sentidos e seus respectivos sistemas classificatórios (FRASER, 2009).

Como o objetivo é evidenciar a trama cartográfica, esboçamos composições e articulações entre tais parâmetros em cada caso pontualmente e, em seguida, pensamos algumas transversalidades das suas questões.

---

<sup>9</sup> Luta taxonômica é uma expressão derivada da provocação sobre o arbítrio das taxonomias vigentes na obra *As palavras e as coisas* (FOUCAULT, 1992). Adentramos com maior minúcia nesta concepção no capítulo 2. Aqui apontamos apenas a relação entre taxonomia e sistemas classificatórios (FRASER, 2009) com a intenção de delinear o repertório conceitual adotado para discutir o parâmetro ação política.

## CAPÍTULO 2

### HISTORIOGRAFIA CARTOGRÁFICA: POR UMA ARQUEOLOGIA DAS REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS

*Em que “tábua”, segundo qual espaço de identidades, de similitudes, de analogias, adquirimos o hábito de distribuir tantas coisas diferentes e parecidas? Que coerência é essa - que se vê logo não ser nem determinada por um encadeamento a priori e necessário, nem imposta por conteúdos imediatamente sensíveis? (FOUCAULT, 1992, p.9)*

#### 2.1 ARQUEOLOGIA: CONTESTAÇÃO DO A PRIORI CIENTÍFICO

As provocações de Foucault no prefácio do livro “As palavras e as coisas” deflagram uma investida arqueológica, em que a prerrogativa da ordem tomada como solo positivo é arruinada. Ali, a ordem perde sua condição de solo silencioso, sob o qual se inscreve o olhar codificado, as teorias de ordenação e sua pressuposta interpretação, na intenção de emergir deste abalo os modos de ser desta ordem, suas condições de possibilidade, o seu campo epistemológico.

*Mais que de uma história, no sentido tradicional da palavra, trata-se de uma arqueologia. Tal análise, como se vê, não compete à história das ideias ou das ciências: é antes um estudo que se esforça por encontrar a partir de que foram possíveis conhecimentos e teorias; segundo qual espaço de ordem se constitui o saber; na base de qual a priori histórico e no elemento de qual positividade puderam aparecer ideias, constituir-se ciências, refletir-se experiências em filosofias, formar-se racionalidades, para talvez se desarticulem e logo desvanecerem. (FOUCAULT, 1992, p.11, 12)*

A esquizofrenia ontológica é propícia à emergência do campo epistemológico, pois nesta crise do ser e das suas ordens desfaz-se o *a priori* e coloca-se em relevo as operações que os constituem. O solo silencioso e ordem muda de Foucault (1992) podem ser associados ao questionamento da agenda oculta da cartografia e da caixa preta dos cartógrafos enunciada por Harley (1989). Desta associação, formulamos uma migração de ordenamento da epistemologia científica da cartografia nos direcionamos à epistemologia arqueológica<sup>10</sup> deste saber e antes de entendê-la enquanto uma definição estável, pretendemos analisar a conformação das suas diversas positivities.

---

<sup>10</sup> Na qualificação, o professor e membro da banca de avaliação, Dr. André Lemos levantou um conjunto de associações do trabalho com a Cartografia de Controvérsias (CC), um método correlato à Teoria Ator-Rede (TAR). Ambas indicações, descortinaram um repertório teórico desconhecido, entretanto fértil para futuras problematizações. Por isso, remetemos sucintas pontuações ao rodapé, a fim de evidenciar nossa abertura ao diálogo e registrar pistas relevantes para o presente debate. Resguardadas suas orientações epistemológicas, a figura da caixa-preta proposta pela Cartografia de

A esquizofrenia ontológica é mencionada pelo autor no embate específico entre as forças implicadas no interesse da estabilidade da epistemologia científica. Ele cita o caso da Sociedade Britânica de Cartografia que prevê a partir de 1990 – década das inflexões técnico-informacionais, com o advento dos Sistemas de Informação Geográfica – duas definições para cartografia, uma para profissionais e outra para o público em geral. A primeira é definida como a ciência e tecnologia de análise e interpretação das relações espaciais e a comunicação dos resultados por meio de mapas. Enquanto a segunda seria a arte, ciência e tecnologia de produzir mapas. Sem nos determos na definição em si, consideramos relevante que nesta peleja coloca-se em pauta o regime de legitimidades e de verdades da ordem cartográfica, em função da disseminação desta prática deflagrada naquele momento, com nítidos rebatimentos sobre a autoridade dos sujeitos cartógrafos.

Nesta disputa por legitimidade e autoridade, alvorece a contenda central da tese: a ordem científica da cartografia assenta-se sobre o princípio da representação, e novamente a aparição do *a priori*. Neste caso, a própria ordem em questão e o objeto sobre o qual se detém, o espaço, constituem-se enquanto *a priori*, uma sucessão contundente que demarca o método, a forma e o conteúdo da cartografia científica. Por outro lado, ao fraturar a evidência do *a priori*, entendido em termos foucaultianos como efeito de superfície, alinhamos esta abordagem à proposta por Harley:

*Como contraponto à claridade da transparência, podemos descobrir a pregnância do opaco. Para o fato, podemos acrescentar o mito e em face à inocência, podemos esperar a duplicidade. Antes de trabalhar com a ciência formal da comunicação, ou ainda a sequência lacunar relativa aos processos técnicos, nosso interesse é direcionado à **história e à antropologia das imagens**, em que aprendemos a reconhecer a **qualidade narrativa da representação cartográfica** assim como a reivindicá-la como promoção de uma imagem sincrônica do mundo. Além disso, para conduzir à rejeição da neutralidade dos mapas, passamos a definir suas intenções em contraponto à face literal da representação e a assumir as consequências sociais da prática cartográfica. (HARLEY, 1989, p. 8 - tradução da autora)<sup>11</sup>*

---

Controvérsias reverbera sentidos do solo silencioso e ordem muda, aqui pontuados: “As controvérsias são resistentes às reduções, apontando sempre para inúmeros fatores. Elas existem justamente por haver desestabilização, quando as coisas que estavam no fundo, despercebidas e estabilizadas, passam para a frente da cena, colocando os problemas em evidência e gerando novas mediações. Abrem-se as caixas-pretas. Logo podemos ver as controvérsias como mundos que entram em conflitos, como “modos de existência” em embate antes das estabilizações e da “agregação do social”. LEMOS, 2013, p. 109)

<sup>11</sup> Instead of just the transparency of clarity we can discover the pregnancy of the opaque. To fact we can add myth, and instead of innocence we may expect duplicity. Rather than working with a formal science of communication, or even a sequence of loosely related technical processes, our concern is redirected to a history and anthropology of the image, and we learn to recognize the narrative qualities of cartographic representation as well as its claim to provide a synchronous picture of the world. All this, moreover, is likely to lead to a rejection of the neutrality of maps, as we come to define their intentions rather than the literal face of representation, and as we begin to accept the social consequences of cartographic practices. I am not suggesting that the direction of textual enquiry offers a simple set of techniques for reading either contemporary or historical maps. In some cases we will have to conclude that there are many aspects of their meaning that are undecidable. (HARLEY, 1989, p. 8 – versão original)

Ao incorporar as espessuras do mito, do opaco e da duplicidade ao 'fato cartográfico' viola-se definitivamente o *a priori* que viabiliza a própria possibilidade de representação, que corresponderia a uma suposta 'imagem sincrônica do mundo'. Não se trata de rejeitar todo e qualquer procedimento de representação, mas de destitui-lo do posto de neutralidade e imparcialidade, fatores estes que lhe asseguram legitimidade e autoridade científica. No questionamento destes estatutos, Wood, também infringe os cânones da epistemologia científica e repele a aproximação entre mapas e espelho, testemunho, transcrição ou reflexão: "Eles agem. Eles transformam mundos em seres. Eles ... performam. Mapas propõem a existência de coisas."<sup>12</sup> (WOOD, 2010, p. 51). Tais suposições derivam do questionamento sobre o mito do olho inocente e a própria condição do objeto a ser representado.

O autor explicita a conexão entre representação e a existência de algo que será representado, e sua questão retorna sobre si mesma: o que define esta existência? Frente à impertinência de entender a existência enquanto *a priori* e dado bruto, suas questões bifurcam em algumas direções: entende a representação como um alibi dos fatos; propõe a noção de *frame* para pensar os processos de nomeação das existências e os nomes como flutuações sobre as superfícies; e aponta uma densa relação entre proposição, facticidade e autoridade, estabelecidas pela dimensão social das existências que encarnam, tornam factuais e autorizam o existir.

Wood e Harley esburacam o 'solo silencioso' da epistemologia científica, revolvem sua solidez e conformam outra topografia; executam um procedimento de envergadura arqueológica, ao escavar as reentrantes implicações entre os mapas e os sujeitos sociais, sua dimensão antropológica e histórica, interpelando outro *a priori* da referida epistemologia, a premissa do progresso da ciência enquanto orientação, legitimidade e finalidade última das suas produções. É como se o progresso da cartografia resultasse de forma estrita na precisão da representação da realidade e, este dado irrevogável constitui na perspectiva de Harley, o elemento de blindagem desta epistemologia. Trata-se da matéria bruta da construção de um muro protetor da 'cidadela cartográfica' erigida sobre a verdade dos mapas.

Às produções dissidentes deste pressuposto atribui-se a chancela de herege, inexato, subjetivo, valorativo e ideologicamente distorcido. O arquiteto Enrico Chapel (2000) atrela a emergência do urbanismo enquanto um saber disciplinar da virada do

---

<sup>12</sup> "They acted. They made things. They brought worlds into being. They ... performed. Maps propose the existence of things." (WOOD, 2010, p. 51 – versão original)



século XX ao imbricamento entre princípios e conceitos intelectuais e instrumentos gráficos como cartas, cartogramas, diagramas e histogramas. De acordo com esta perspectiva, estes dispositivos materiais formulam o pensamento urbanístico, são as condições de possibilidade da elaboração de um projeto sobre o espaço, efetivadas a partir da consolidação de uma 'verdade gráfica urbanística'. O autor arrisca intitular um de seus livros como o 'Olho racionalizado: invenção do urbanismo pelos mapas'<sup>13</sup>.

Nesta tese, pretendemos transitar neste solo revolto, espreitar as positivities desta ordem na produção urbana e perturbar, por conseguinte, a 'cidadela cartográfica' formulada pelo entrecruzamento do saber cartográfico e urbanístico. Desta primeira aproximação arqueológica, indicamos uma hipótese fundamental: a linguagem cartográfica consolidada pela epistemologia científica apropria-se do espaço de interlocução mediado pela figuração da própria cidade nos mapas; e de forma contundente, mitifica as ambiguidades constitutivas da vida urbana. Neste caso, reorientamos a prerrogativa da representação para a ideia de produção e instauração cartográfica das cidades.

A instauração da cidade via produção cartográfica efetiva-se em diferentes níveis e gradações, oscilando da incisão mais concreta e material sobre os diversos modos de configuração e existência das territorialidades urbanas até reverberações de ordem simbólica, imaterial, intangível, que por sua vez ainda conspiram oscilações entre contundências e fugacidades, na produção de subjetividade aí implicada. De forma correlata, os processos de produção e apropriação das territorialidades e existências também alçam escalas temporais e espaciais diversas nestes engendramentos cartográficos. Resultam em privação, encarceramento, impedimento, assolamento, expropriação, entre outras ações de violação da possibilidade de co-presença (RIBEIRO, 2010) no espaço urbano e, por outro lado, deflagram a emergência, reivindicação, contestação, potencialização e legitimação desta possibilidade efetivar-se.

---

<sup>13</sup> CHAPEL, Enrico. *L'oeil raisonne: l'invention de l'urbanisme par la carte*. Genève: Métis Presses, 2010.

## 2.2 ESQUIZOFRENIA ONTOLÓGICA: SABER, PODER, DISPOSITIVO E SUBJETIVAÇÃO

*Donde vem bruscamente essa mobilidade inesperada das disposições epistemológicas, o desvio das positivities umas em relação às outras, mais profundamente ainda a alteração de seu modo de ser?*  
(FOUCAULT, 1992: 231)

O pressuposto teórico desta abordagem admite a prática cartográfica como instauradora e produtora de cidades, cujos engendramentos históricos, políticos, sociais, culturais, entre outros, configuram múltiplas articulações entre saberes, poderes e modos de subjetivação relativos hegemonicamente à instância das macropolíticas urbanas. Estas agenciam, desenham e, portanto, não só representam cidades cuja existência se efetiva a priori, mas as produzem enquanto prática, imagem e discurso co-implicados nas políticas de subjetivação imanentes às nossas formas de conhecimento do, no e com o espaço urbano.

Nesta maquinaria, saberes e poderes são agenciados pelos processos de subjetivação, que implicam o funcionamento de máquinas de expressão de natureza extrapessoal (sistemas econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia) e de natureza infra-humana, infra-psíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagem, de valor, modos de memorização e produção de ideias, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos e assim por diante) (GUATTARI, 2005, p. 39)

A maquinaria proposta por Guattari ao operar o agenciamento de subjetividades contemporâneas - no entrecruzamento das máquinas de natureza extrapessoal e infrapessoal – produz entre outros engendramentos, cartografias e, por conseguinte, cidades. Todos os sistemas supracitados encontram-se implicados nesta produção, alguns com mais contundência, outros em ações tangenciais. As dimensões cognitivas e subjetivas inerentes à cartografia atribuem-lhe uma força-tensão, que varia incessantemente entre expressões hegemônicas e singulares.

À perspectiva maquínica de Guattari remetida aos processos de subjetivação, aproximamos a arqueologia do saber de Foucault. No entrecruzamento destas duas abordagens, pensamos a cartografia enquanto dispositivo que faz funcionar a produção destes modos de existência, ou seja, os processos de subjetivação, embrenhados em redes de poder, cuja extensão é disseminada e pulverizada em ramificações infinitesimais engendradas em todo o campo social, desde suas dominâncias mais hegemônicas até seus interstícios.

O dispositivo cartografia faz funcionar relações de poder em diversas funções como localizar, orientar, direcionar, formalizar, organizar, identificar, figurar e contar, de modo que tais funções atualizam e efetivam as possibilidades dessas relações de poder agirem na produção da cidade. Tal definição suscita a acepção de Agamben que chama de dispositivo “tudo o que tem, de uma maneira ou de outra, a capacidade de capturar, de orientar, de determinar, de interceptar, de modelar, de controlar e de assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (2009, p. 31).

O dispositivo cartografia enquanto operador das forças sociais dispersas na cidade, institui portanto, a dimensão de poder, uma relação da *força com a força*, remetida a ações como incitar, suscitar, combinar. Entretanto, orientamos as investidas desta tese pela seguinte afirmativa de Foucault “o poder produz realidade, antes de reprimir”, ou seja, não se trata estritamente de relações de violência, exploração e sujeição, mais evidentes na abordagem de Agamben. Nesse sentido, interessa entender que força produtiva opera nas figurações cartográficas/ urbanas no perpassar das diferentes conjunturas históricas e como se definem seus regimes de luz e de linguagem, ou seja, o seu saber-fazer.

Os regimes de luz referem-se às formas de conteúdo, o que produz visibilidades (imagens, materialidades e existências); os regimes de linguagem às formas de expressão (enunciados); e o agenciamento entre eles deflagra os domínios do saber, ordem estratificada por um tipo de regularidade, que institui demarcações rigorosas entre o verdadeiro e o falso. (FOUCAULT, 1992). O saber cartográfico, nesta perspectiva, instaura forças produtivas, tanto pelo que possibilita conhecer da cidade, dos sujeitos, das práticas, dos territórios, do cotidiano e uma miríade de variáveis que os envolve, tanto pelo poder, daí decorrente, enquanto atualização imanente e recíproca do saber.

O atrelamento saber-poder, se confrontado com a própria definição da cartografia enquanto saber-fazer, aponta para uma conformação triádica definida por ora de poder-saber-fazer. A proposição de Foucault coloca outra tríade, delineada pelas co-implicações entre saber, poder e processos de subjetivação, numa relação de forças com forças enquanto emergência e transversalidade produtiva da vida. E sublinha o saber - seja nos seus contornos disciplinares ou no sentido mais abrangente do conhecimento - como a principal força de produção social.

A cartografia opera na transversalidade das combinações apontadas: poder-saber-fazer-processos de subjetivação e tal como dispositivo espalha-se pelo corpo

social, de forma a efetivar as funções já listadas. Se nos orientarmos pelo pensamento de Deleuze, em diálogo atento com Foucault, constatamos algumas indicações constitutivas destas combinações:

*Em primeiro lugar, o dispositivo é uma espécie de novelo ou meada, um conjunto multilinear. É composto por linhas de natureza diferente e essas linhas do dispositivo não abarcam nem delimitam sistemas homogêneos por sua própria conta (o objeto, o sujeito, a linguagem), mas seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio, e essas linhas tanto se aproximam como se afastam uma das outras. Cada uma está quebrada e submetida a variações de direção (bifurcada, enforquilhada), submetida a derivações. Os objetos visíveis, as enunciações formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como que vetores ou tensores (...) Desemaranhar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que Foucault chama de “trabalho em terreno”. (DELEUZE, 1990, p. 155-161)*

A cartografia constitui um dispositivo absolutamente central no atual e vertiginoso processo de **transmutação dos equipamentos coletivos de subjetivação** da cidade e a multiplicidade de engrenagens aí instalada. Um “trabalho em terreno” neste caso, seria tentar desemaranhar algumas linhas próprias deste dispositivo, ou seja, cartografar a própria prática cartográfica, explorar os vetores e tensores constitutivos de tal saber x poder na contemporaneidade.

A esquizofrenia ontológica apontada por Harley nos convocou uma atenção minuciosa a fim de discutir a historicidade da cartografia e entender as transformações quanto às imagens produzidas, os sujeitos implicados, as técnicas adotadas, as forças sociais em jogo, enfim, as variações nas curvas de efetivação dos saberes x poderes x processos de subjetivação. O desafio da historiografia aqui proposta é desfigurar a acepção unívoca de cartografia legitimada pelo saber disciplinar cartográfico, deflagrado a partir da modernidade e colocar em relevo as suas múltiplas conformações, o caráter transitório e histórico desta prática, de forma a entender que o confronto entre hegemonias e emergências movimentam as curvas mencionadas acima.

Cada conjectura histórico-social define circunstâncias singulares, no que se refere às formas de expressão, à linguagem, à técnica, à seleção de informação, aos modos de subjetivação, de circulação e de apropriação das cidades pela prática cartográfica. O pressuposto de historicizar as idéias assegura a reflexão de equívocos anacrônicos, recorrentes em estudos sobre cartografias, que privilegiam a lógica da origem e da continuidade. Tais investigações inserem a produção de mapas numa trajetória linear e contínua que inicia com civilizações anteriores à Idade Cristã e alcança a contemporaneidade. A presente abordagem parte do pressuposto das contingências

históricas relativas a este tema, que encontram ressonância no campo do urbanismo, ao instaurarem outras estratégias no fazer cartográfico.

É recorrente encontrar a História da Cartografia, tal como uma correspondência de imagem e semelhança à história da Humanidade. Fixa-se para tanto um axioma: o homem sempre produziu mapas já que possui uma necessidade de se localizar e a partir desta regra percorre-se cronologicamente todas as Idades Históricas instituídas disciplinarmente. A pretensão desta investida histórica procede por um caminho diferente, aponta-se como princípio de corte a ideia de pontos de inflexão nas curvas de efetivação citadas, de forma a problematizar os valores de uso, visibilidade e exposição equacionadas nas relações entre cartografia x capitalismo x produção do espaço.

A dimensão do poder implicada no fazer cartográfico equaciona sistemas de autoridades disciplinares, que se estratificam a partir da criação de uma linguagem sectária, de circuitos específicos de circulação - produção e não se encerram na imagem que formam de determinado processo. Passam a co-determinar os próprios processos e relações cartografadas. As hegemonias criadas por determinado posicionamento ético-estético-político de uma cartografia possuem um campo de reverberação cujas delimitações são praticamente indiscerníveis. Trata-se da dimensão de poder no sentido do funcionamento da maquinaria social (FOUCAULT, 1999) que opera travessias espaço-temporais complexas. São substratos de relações de forças, que produzem territórios ao estabelecerem hierarquias, estratificarem-se em registros e consolidarem imaginários.

As co-determinações entre saber, poder e modos de subjetivação engendram o funcionamento desta maquinaria social (FOUCAULT, 1999) e no que se refere à produção cartográfica, o imbricamento de tais instâncias efetiva uma determinada política, à medida que instaura sentidos e define *regimes de visibilidades*. A política inerente a qualquer produção cartográfica compreende uma determinada política do conhecimento, do tornar conhecido, do se fazer conhecer/ des-conhecer, a partir do qual são positivados modos de existência do espaço num determinado regime de visibilidade.

A produção de subjetividades corresponde aos modos de existência do social num espectro que pode variar ao infinito, mas que se encontra imerso nas determinações que esta maquinaria instaura, tanto como possibilidade quanto como impossibilidade. Uma incessante disputa de significados orchestra tais visibilidades e Foucault entende a constituição dos saberes neste jogo, o de tornarem-se verdadeiros sob determinado regime de linguagem. A cartografia, nesta acepção, compõe um

regime de linguagem, uma forma específica de enunciado espacial e, ao mesmo tempo, uma forma de conteúdo e sua respectiva visibilidade.

### 2.3 PASSAGENS ENTRE FEUDALISMO, ILUMINISMO E MODERNIDADE

As hegemônias territoriais, técnicas e jurídicas sustentam-se nos documentos oficializados por antecedentes históricos tidos como inquestionáveis, porque históricos, tal como testemunhas da propriedade instituída. A cartografia enquanto ferramenta valiosa na consolidação da propriedade, combinava, na sua versão moderna, o saber iluminista da geometria e da matemática e as técnicas de produção do valor capitalista em exercício naquele momento. Landes tem uma passagem enfática sobre este ponto “mapas eram dinheiro, e os agentes secretos de potências desejosas de obtê-los pagavam em ouro por boas cópias dos *padrons* portugueses cuidadosamente guardados”. (*apud* HARVEY, 2006, p. 209)

A perspectiva de Harvey tem fortes rebatimentos marxistas, e assume a analítica do espaço - e, em algumas passagens da cartografia e do saber geográfico - como fundantes da luta de classes. Sua formulação aponta como o lucro, a função do dinheiro enquanto equivalente universal, o saber-mercadoria e o controle do contexto material da experiência social configuram variáveis centrais no exame materialista-histórico acerca das transfigurações do espaço-tempo ocorridas na passagem da modernidade à pós-modernidade. Tal acepção interessa pontualmente no escopo desta tese, à medida que permite delinear algumas dimensões da hegemonia relevantes na exploração historiográfica da cartografia.

Podemos entender as formas de acumulação do saber cartográfico como os fatores de integração dos espaços, sujeitos e coisas. Tais formas passam por diferenciações históricas relativas à própria noção de valor atribuído pelos muitos modos de produção capitalista, engendrados nas suas expressões mercantil, industrial, financeira, cognitiva e várias composições entre estes.

*Se para tomar um exemplo do campo da representação espacial, ameaças geopolíticas puderam ser parcialmente produzidas com a ajuda dos tipos apropriados de projeção cartográfica (que fundem a imagem de um “Império do Mal” como a Rússia com uma posição política ameaçadora) quem comanda as técnicas de representação obterá um considerável poder. Se uma imagem ou mapa vale mil palavras, o poder nos reinos da representação pode terminar tendo tanta relevância quanto o poder sobre a materialidade da própria organização espacial. (HARVEY, 2006, p. 213)*

Um jogo de forças deflagrado pela visibilidade do território das principais potências da Guerra Fria<sup>14</sup> é viabilizado pela adoção das diferentes projeções cartográficas e as distorções próprias a cada uma delas. O episódio citado por Harvey, sobre a constituição do “Império do Mal” a partir da significativa ampliação/ distorção da URSS é também marcada pela acusação aos russos de “falsificarem” a topografia do seu território a fim de enganarem seus inimigos, os mesmos que os haviam transformado num território tão agigantado.<sup>15</sup>

A primeira passagem é entendida como distorção legitimada pelo uso das regras da geometria, fato que autoriza a operação sem desqualificar as inverossimilhanças entre imagem e território. Ao segundo, em que existe o uso deliberado de formas de ocultamento de informações na imagem, outra forma de **distorção**, é atribuído o caráter de **falsificação**. Distorção científica e geométrica em contraponto à falsificação, eis a produção de subjetividade em jogo nos enlances dos saberes e poderes manifestos na Guerra Fria. À ciência, a imparcialidade, objetividade e rigor determinado pelo uso geométrico das projeções; ao Estado Russo a falsificação, e, nesse sentido, indagamos, que relações se estabelecem entre “os reinos da **representação**” e a **materialidade**, a partir da perspectiva aqui apresentada, a própria produção cartográfica enquanto produção do território?

A relação entre cartografia x capital x poder atrela-se ao domínio de um saber, que institui valores de exposição, de uso e de visibilidade. Alguns pontos de inflexão modificam a curva dos valores, transformando parâmetros absolutamente centrais em determinada época - como a visada geopolítica tão evidente e preponderante nos anos de Guerra Fria – num ‘dado’ já naturalizado e inerte noutros momentos históricos. Ou a preponderância de determinada variável relativa à infra-estrutura do território - como estradas de ferro, linhas de telégrafos, portos, determinantes para acessos e domínio

---

<sup>14</sup> Esta é a primeira passagem em que associamos guerra e mapas, entretanto, trata-se de uma relação profunda, anterior à Guerra Fria. Ocorre que neste caso, a forma de representação do território passa a constituir o mote da disputa e o mapa não comparece estritamente como instrumento estratégico para definir posição, orientação e direção das frentes de batalha. As relações simbólicas da representação do território assumem o primeiro plano, diante de uma configuração de guerra que o mecanismos de domínio era tão mais forte quanto a latência da ameaça, sem efetivar-se, necessariamente em confronto. Encontramos ressonância com os apontamentos de Yves Lacoste no livro “A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra” (1976). E também com um dos casos citados na cronologia “Carajás, a guerra dos mapas: repertório de fontes documentais e comentários para apoiar a leitura do mapa temático do Seminário-Consulta “Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?” (1993) empreendido pelo antropólogo Alfredo Wagner de Almeida, que posteriormente passa a coordenar o projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

<sup>15</sup> What are we to make of the 1988 newspaper headlines such as “Russians Caught Mapping” (*Ottawa Citizen*), “Soviets Admit Map Paranoia” (*Wisconsin Journal*) or (in the *New York Times*) “In West, Map makers Hail ‘Truth’” and “The rascals finally realized the truth and were able to tell it, a geographer at the Defense Department said”? The implication is that Western maps are value free. According to the spokesman, our maps are not ideological documents, and the condemnation of Russian falsification is as much an echo of Cold War rhetoric as it is a credible cartographic criticism. (HARLEY, 1989, p. 5)

de um espaço tido como disponível ao uso privado do capital – é convertida em valor secundário ou subsidiário de outros, já que as estratégias de acumulação alteram-se sobremaneira no contexto do capitalismo cognitivo ou flexível.

A ordem do espaço feudal é produzida por muitas visadas, o ponto de vista do desenho faz-se múltiplo ainda que estivesse comprometido com as forças de doutrinas religiosas e as hierarquias da comunidade local. A finitude do espaço implanta-se sobre a própria finitude do papel. As extremidades do papel e **muros** da cidade coincidem numa delimitação brutal entre o dentro e o fora. No mapa aparecem trajetórias, vínculos entre lugares, remetimentos de distâncias percorridas, uma figuração do alcance tátil do espaço, circunscrito à sua experiência.

O imponderável e o perigo do mundo/ cidade/ território além muro, estava fora dos limites do mapa, assombrados por uma “cosmologia misteriosa, povoada de figuras sinistras, mitos e imaginação”, anconrados no paroquialismo e na autoridade feudal que os perpetravam.<sup>16</sup> Mapeia-se aquilo que se vive e conhece, o incógnito adentra deliberadamente o mundo da fabulação e não o da abstração, como vai ocorrer com as luzes. O papel do mapa define as margens do muro/mundo e neste esboça-se a experiência imediata, correlata ao tempo local preenchido pela vida cotidiana, um tempo permanente, inferido pela sua infinidade e inapreensibilidade. (HARVEY, 2006, p. 219-222)

O traçado dos mapas medievais, a partir da acepção de Certeau (1994), adere a uma dimensão teológica da experiência e expõe um percurso, prescrições dos passos de uma caminhada que se insinua sobre o espaço, inclusive para além dos muros, em marchas de peregrinação que atravessam cidades e registram espaços onde parar, rezar, alojar-se. A métrica adotada é a contagem dos passos implicadas na feitura do espaço, operada ao percorrê-lo.

A disjunção entre itinerário e mapa evidente na passagem da lógica medieval-teológica para a modernidade-iluminista é explorada tanto por Harvey quanto por De Certeau (*idem*). Harvey, a partir de uma abordagem materialista-histórica, enfoca a historicidade da relação espaço-tempo para entender seus rebatimentos na cartografia. Enquanto De Certeau, transita entre a acepção medieval e moderna dos mapas, para delinear uma análise propositiva acerca da relevância dos percursos, enquanto atos de

---

<sup>16</sup> Once again, much like 'the rule of ethnocentrism,' this hierarchicalization of space is not a conscious act of cartographic representation. Rather it is taken for granted in a society that the place of the king is more important than the place of a lesser baron, that a castle is more important than a peasant's house, that the town of an archbishop is more important than that of a minor prelate, or that the estate of a landed gentleman is more worthy of emphasis than that of a plain farmer. Cartography deploys its vocabulary accordingly so that it embodies a systematic social inequality. (HARLEY, 1989, p. 7)



enunciação e constituição de um lugar praticado, para além da delimitação histórica do medievo.

Ao formular a crítica ao planejamento urbano cego às operações e sujeitos ordinários da cidade e suas táticas microbianas, De Certeau problematiza o olho panóptico, o olho solar ou olhar divino. Todos tributários e ferramentas de um saber-óptico, autoridade incontestada do espaço-geométrico figurado no mapa, entendido pelo autor como uma descrição redutora e totalizante das observações. Neste escopo, ele aponta outro modo de apreensão do espaço - o trânsito como modalidade epistêmica - afeito às operações narrativas e postulados de itinerários, que compreendem séries discursivas, feitura do espaço, relatos de viagem, geografias de ações, fundantes de uma sintaxe própria do fazer cidades e não estritamente do ver a cidade.

A coordenação entre fazer e ver suscita um determinado ordenamento de operações espaciais e imagéticas, hierarquizadas e engendradas pelos valores de exposição, uso e visibilidade, ora hegemônicos ora emergentes. O processo de constituição da cartografia no medievo delimita horizontes relacionais entre fazer e ver. Ambas operações produzem espaço de modo coimplicado à dimensão do praticado e da experiência, empreendidas, entretanto, por sujeitos hegemônicos (Igreja, o rei e senhores feudais), via de regra. O dentro e fora, apreensível e inapreensível passa por uma ruptura brutal a partir da emergência do perspectivismo na Renascença.

O limite para o olho humano passa a ser o **globo**, não mais o muro. O globo enquanto totalidade apreensível, ainda que só fosse possível concebê-lo enquanto imagem virtual (imaginada) ou como produção de um modelo miniaturizado. A conjuntura técnica não possuía ferramentas que possibilitassem uma observação efetiva da superfície esférica do globo. A visão aérea configura desde o renascimento, o ponto de vista pelo qual se concebe a cartografia, apoiada sobre conhecimentos da geodésica, geometria, astronomia e matemática.

Em tais figurações habita uma contradição, a visão aérea enquanto perspectiva de observação que situa o observador fora do objeto do conhecimento antecede a própria possibilidade de efetivar tal observação. A emergência do perspectivismo instaura a primazia da ciência óptica, a supremacia do ver sobre o fazer e o ponto de vista de um observador - autoridade detentora de um saber científico e racional - reposiciona os sujeitos e espaços na cartografia renascentista.

O arranjo de forças sociais redefine sobremaneira as hierarquias e a curva da relação saber x poder delinea-se sobre pressupostos como rigor, objetividade e

funcionalidade, operados enquanto produção de subjetividade hegemônica a partir da perspectiva florentina, da projeção geométrica, dos princípios da óptica e da matemática (especialmente a grade ptolomeica). Produz-se um efeito descendente na estabilidade articulada pela Igreja e saber-poder divino e uma ascensão progressiva da razão cartesiana. A cartografia é um instrumento central no que se refere aos imperativos econômicos e sociais de então: “a precisão da navegação, a determinação dos direitos de propriedade de terra (em oposição ao confuso sistema de direitos e obrigações legais que caracterizava o feudalismo), as fronteiras políticas, os direitos de passagem e de transporte”. (HARVEY, 2006, p. 223-227)

A corrida epistemológica engendrada na virada do século XVIII para o XIX, que vai desencadear todo um conjunto de especificações do saber, tem ressonâncias e reciprocidades com a formação disciplinar em curso, convergindo para o surgimento do que Foucault denomina de homem do humanismo moderno. Este figura uma modulação de enunciações e visibilidades legitimadas pela racionalidade técnico-econômica da estatística, demografia, geografia, anatomia, medicina e da cartografia, saberes disciplinares absolutamente centrais na subjetivação moderna.

Esse quadro dos saberes disciplinares modernos é integrado pelo movimento de supressão da cartografia enquanto arte e o conseqüente apagamento dos seus mecanismos fabulatórios, imaginativos, pictóricos, ficcionais e narrativos. A cartografia moderna possui lentes próprias de produção de uma visibilidade hierarquizada da informação espacial, que destila as subjetivações espaço-temporais singulares afeitas ao processo de concepção artístico anterior. Nesta passagem, o apagamento da dimensão artística também significa o afastamento do sujeito do conhecimento, que a partir de então constitui um observador externo e necessariamente ausente do espaço concebido.

Alguns pressupostos implacáveis do pensamento modernista emergiram no rastro do iluminismo renascentista. Nesta intrincada rede de relações saber x poder x processos de subjetivação, a sobreposição do espaço praticado pelo espaço geométrico efetiva-se em termos cada vez mais estratificados. O ímpeto de domínio da natureza, vida e espaço enquanto entes autômatos é mobilizado pela ordem mecanicista e pelas intercorrências da emergente divisão social do trabalho; e nas cartografias, rebate-se pelo assolamento da dimensão narrativa e transumante dos espaços.

As aproximações propostas por De Certeau entre relatos e percursos enquanto feitura do espaço são absolutamente eliminadas dos valores de exposição, visibilidade

e uso da prática cartográfica hegemônica na modernidade. Nesta, o espaço-tempo é concebido como universal e homogêneo e formalizado em instrumentos como o relógio, o mapa e o cronômetro, a partir de uma intensa vigilância disciplinar. Ou seja, a própria produção cartográfica homogeneiza, nos termos iluministas e modernos, o espaço tornando-o uma abstração racionalizada, cuja forma de apreensão baseia-se em equivalentes gerais, absolutamente centrais na reprodução capitalista.

*(...) construtores, engenheiros, arquitetos e administradores de terra, por sua vez, mostraram como as representações euclidianas do espaço objetivo podiam ser transformadas numa paisagem física espacialmente ordenada. Os mercadores e proprietários de terras usaram essas práticas para seus propósitos de classe, enquanto o Estado Absolutista (com a sua preocupação com a taxa da terra e a definição do seu próprio campo de domínio e de controle social) também apreciava a capacidade de definir e **produzir espaços** com coordenadas espaciais fixas. Mas, no mar de atividades sociais, havia ilhas de prática em que toda espécie de outras concepções do espaço e do tempo – sagradas e profanas, simbólicas, pessoais, animistas – podiam continuar a agir imperturbáveis. Havia necessidade de algo mais para consolidar o **uso real** do espaço como algo universal, homogêneo, objetivo e abstrato na prática social. Apesar de pletora de planos utópicos, o “algo mais” que viria a dominar foi a propriedade privada da terra e a compra e venda do espaço como mercadoria. (HARVEY, 2006, p. 231)*

As relações sociais, ao codificarem distintos engendramentos para o espaço nas cartografias, operam uma política referenciada na produção de determinadas existências territoriais. Os diferentes processos sociais articulam no transcórre do tempo, atravessamentos entre o feudalismo, o iluminismo e a modernidade<sup>17</sup>, instaurando modos de existência ora complementares, ora díspares, e evidenciamos alguns entre tantos perpassados aqui: espaço-mercadoria, espaço-geométrico, espaço-praticado, espaço-percorrido, espaço-falsificado, espaço-distorcido, espaço-tátil, espaço-experenciado, espaço-globo, espaço-muro, espaço-representação, espaço-materialidade, espaço-fabulação.

As subjetivações mencionadas são incorporadas na tese numa coexistência temporal. Não se trata de pensar que determinadas existências do espaço circunscrevem-se ao feudalismo ou ao iluminismo, de forma excludente, mas de entender que condições sociais deflagraram a sua emergência e possibilidade de efetivação. Forja-se neste estudo um plano de consistência habitado por espaços subjetivados nas intercorrências entre feudalismo, iluminismo e modernidade que são

---

<sup>17</sup> Nossa abordagem histórica recua até o feudalismo, espaço-tempo demarcado por De Certeau (1994) – aporte teórico central das nossas problematizações – como contraponto fundamental para entender a guinada cartográfica empreendida pela modernidade.

atualizados e transfigurados incessantemente nos movimentos das curvas de efetivação dos saberes x poderes x processos de subjetivação contemporâneos.

A maleabilidade das relações de poder, sua condição mutante, reverte liberdades e sujeições ininterruptamente e desatualiza os mecanismos disciplinares, tornando-os ineficazes frente às sucessivas transformações da subjetivação do espaço-tempo. A sociedade de controle proposta por Deleuze, a partir da obra de Foucault, converte a linguagem analógica em ondulação, variações ininterruptas de uma linguagem numérica, posto que define cifras, senhas e códigos enquanto modo de controle das existências e não mais estritamente relatórios, quadros, exames.

*Ao passo que os diferentes modos de controle, os controlatos, são variações inseparáveis, formando um sistema de geometria variável cuja linguagem é numérica (o que não quer dizer necessariamente binária). Os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro. (...) O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua. O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado... O controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas. (DELEUZE, 2007, p. 222)*

Na contemporaneidade, a acumulação capitalista é tomada pela ordem do simbólico que acessa prioritariamente referentes culturais. A acumulação flexível opera em regimes disseminados por circuitos que imbricam tecnologia x cotidiano x biografias x produção de subjetividade e reconvertem energias sociais e vida ordinária ora em capital financeiro ora em capital simbólico. Ambos, de forma atrelada, incidem sobre as existências e inscrevem trajetórias possíveis para suas formas de estar na cidade e participar da vida urbana, em diversas instâncias. Por exemplo, formulando uma questão, apontamos: que trajetórias são possíveis para o espaço-muro, na cidade contemporânea, a partir da prática cartográfica? Estas interrogações poderiam se estender a todos os espaços articulados acima.

As reflexões aqui expostas criam uma série de lacunas para se pensar o tema da tese. Desta primeira aproximação histórica, cuja pretensão é minúscula e apenas operatória para problematizar a cartografia como produção de cidade, outros problemas/ hipóteses apresentam-se: a cartografia enquanto força produtiva – produtora e produto - de campos sociais, engendra-se neste mesmo campo por diferentes modos de apreensão do mundo/ cidade; e ambas, **cartografia e modos de apreendê-la deflagram-se como forma histórica.**

As intercorrências entre cartografia e tempo histórico suscitam uma aproximação mais minuciosa entre historiografia e cartografia, a partir do seguinte rebatimento: a primeira investiga os modos como determinada história é escrita a partir do jogo de forças inerente à formulação desta história, invalidando a máxima disciplinar da história como dado ou fato; a cartografia aqui proposta é entendida nesta acepção, não se trata de um dado/fato espacial representado por determinada disciplina, **mas de pensar como, por qual jogo de forças ela inscreveu determinado território/ cidade nos termos que se apresenta.**

#### 2.4 CRISE DA REPRESENTAÇÃO X REPRODUTIBILIDADE TÉCNICA

Direcionar a discussão para o sentido da produção cartográfica em detrimento do sentido da representação coloca em pauta a análise da intrincada maquinaria operada pelos equipamentos coletivos de subjetivação no transcurso histórico da conformação das cidades. Esta discussão dirige-se por dois eixos argumentativos, a fim de compreender as significações da própria representação: a primeira pensa representação no campo da linguagem e a segunda no campo da política, ambas de forma articulada e co-implicadas. E para tanto, contextualizamos inicialmente tais eixos num horizonte mais abrangente, deflagrado pelo que Harvey (2006) denomina de crise da representação.

A condição pós-moderna discutida por Harvey é configurada pelo aprofundamento disruptivo de um conjunto de modos de ver, lidar, apreender, apropriar-se, experienciar as dimensões do espaço-tempo, especialmente as emergentes no âmbito do modernismo. Na explanação do autor sobre os momentos de inflexão do capitalismo, o período compreendido entre 1850 e 1920 é tido como disparador de uma transformação radical. Trata-se das imediações da 1ª Guerra Mundial, única até então a deflagrar um impasse na escala do mundo simultaneamente, a primeira guerra global, que impacta de forma contundente na compreensão e experiência do tempo e do espaço, implicados nas dimensões econômica, política e cultural da vida social.

A crise refere-se às inúmeras incertezas decorrentes dos intensos processos de transformação das formas de produção da mercadoria e da inserção do dinheiro nos modos de organização do espaço, do tempo e da vida social de forma excepcionalmente generalizada. Além de remeter-se a uma das primeiras crises patentes da superacumulação capitalista, ocorrida em 1846-1847 na Inglaterra. Outro aspecto

fundamental para compreender a “crise da representação” deriva de uma conjuntura técnica radicalmente inédita:

*Mais enfaticamente, o capitalismo entrou numa incrível fase de **investimento de longo prazo maciço na conquista do espaço**. A expansão da rede de estradas de ferro, acompanhada do advento do telégrafo, do desenvolvimento da navegação a vapor, da construção do Canal de Suez, dos primórdios da comunicação pelo rádio e da viagem com bicicletas e automóveis no final do século, mudou o sentido do tempo e do espaço de maneiras radicais. Esse período viu também a chegada sequencial de toda uma série de inovações técnicas. Novos modos de ver o espaço e o movimento (derivados da fotografia e da exploração dos limites do perspectivismo) começaram a ser concebidos. A viagem em balões e a fotografia aérea mudaram percepções da superfície da terra, ao mesmo tempo em que novas tecnologias de impressão e reprodução mecânica permitiam a disseminação de notícias, informações e artefatos culturais em camadas cada vez mais amplas da população. (HARVEY, 2006, p. 240)*

Numa conjuntura de pulsão transitória e instável - que atrelava uma crise econômica, uma guerra e um contexto técnico emergente – extremaram-se as possibilidades de domínio do espaço, numa ação recorrentemente chamada de compressão espaço-tempo, ou ainda outras expressões como: aniquilação, encolhimento ou colapso do espaço. A partir da analogia com a divisão social do trabalho proposta por Ford, fala-se também em espacialização do tempo, de forma a se estabelecer uma hierarquia ou sobredeterminação de um pelo outro, num arranjo em que o tempo público dedicado ao trabalho, é tornado homogêneo e universal no espaço tanto da fábrica quanto da vida social em geral.

Ambos, espaço e tempo são confrontados com a estratificação do equivalente geral, o dinheiro, que passa a regular de forma extensiva as relações sociais. O domínio do tempo ou o enquadramento dos seus ritmos díspares e singulares efetivou-se pela instituição desta força homogeneizante, ou seja, o tempo de produção das mercadorias e o espaço que determinado tempo preenche na linha de produção. Neste engendramento, institui-se a hegemonia do tempo e um nível até então desconhecido de domínio do espaço: sua materialidade, condições, formas de existência, distâncias, territórios, lugares.

A radicalidade evidente em ideias como aniquilação e colapso do espaço referem-se às impensáveis formas de comunicação, de troca, de circulação, de registro operadas por: telégrafo, telefone, imprensa (de escala nacional e em processo de massificação), rádio, automóvel, fotografia (inclusive aérea). Trata-se dos equipamentos coletivos de subjetivação do espaço-tempo detonadores de outro modo de experienciá-lo e percebê-lo, delineando uma formação histórica singularizada pelos regimes de visibilidade e de enunciação forjadas por tal inflexão técnico-política.

Tais equipamentos constituem dispositivos centrais da formação histórica referenciada pela passagem entre os séculos XIX e XX. Enquanto dispositivos, interpõem, interceptam, atravessam, incitam, excitam, impulsionam, irrompem, como força relativa à existência de cada uma destas formas de tornar visível e enunciar o espaço-tempo. O sentido de internacionalismo, universalidade e globalismo instauram uma força engendrada pela sincronia, temporalidade insegura e tensa, tal como o exemplo da Guerra citado. Tais sentidos confrontam-se com forças subjetivadas pelo ímpeto do particularismo e do nacionalismo, um embate que resultou extremismos e radicalidades disruptivas, no que se refere aos atravessamentos entre técnica, política e estética:

*Na qualidade de espacializações, os artefatos produzidos pelos modernos (é verdade que com exceções como os dadaístas) transmitiam um sentido permanente, senão monumental, de valores humanos supostamente universais. Mas mesmo Le Corbusier reconhecia que tal ato tinha de invocar o poder do mito. E aqui começa a real tragédia do modernismo, porque não foram os mitos preferidos de Le Corbusier, Otto Wagner ou Walter Gropius que dominaram as coisas. Foram ou o culto a Mamom ou, pior ainda, os mitos incitados por uma política estetizada que dava o ritmo. Le Corbusier flertou com Mussolini e se comprometeu com a França de Pétain, Oscar Niemeyer planejou Brasília para um presidente populista, mas a construiu para generais implacáveis, as percepções do Bauhaus foram empregadas no planejamento dos campos de morte e a regra de que a forma segue o lucro e a função dominou em toda parte. (HARVEY, 2006, p. 256)*

Tais atravessamentos entre dispositivo e as bifurcações dos pressupostos estéticos do modernismo em rotas de coalisão com expressões extremistas dos nacionalismos citados, revelam a imbricação entre técnica, política e estética. Benjamin (1985) traça uma análise desta imbricação por um viés singular do materialismo histórico, radicalizando seus desdobramentos, ao aproximar a produção de cultura à produção de barbárie<sup>18</sup> assumida em tais conformações do nacionalismo-extremista.

Interessa entender as conexões entre a abordagem de Harvey (*ibidem*) e Benjamin (*ibidem*) no que se refere à historicidade da percepção e da experiência e os seus rebatimentos no entendimento das metamorfoses contemporâneas da percepção engendradas pelo conjunto de dispositivos cartográficos infiltrados e absolutamente presentes no cotidiano urbano. A partir de Harvey, esboçamos sumariamente os pressupostos da crise da representação do espaço-tempo na modernidade.

Benjamin (1994) traz contribuições para entender tal crise à medida que percorre a cidade moderna, enquanto campo perceptivo, explorando suas formas materiais, tanto

---

<sup>18</sup> As explorações analíticas acerca da obra de Benjamin partem da aproximação entre o autor e Foucault, proposta por Drummond na tese intitulada Pierre Verger: uma cidade surrealista nos trópicos. Além das discussões propiciadas no âmbito da disciplina Urbanismo Contemporâneo, nos tópicos sobre Walter Benjamin.

as emergentes quanto as em declínio, frente ao intenso e radical processo de urbanização e modernização que a atravessava. O vidro, o ferro e suas implicações com os interiores e as passagens; o cinema, a fotografia e os mecanismos técnicos da imprensa revolucionários na possibilidade de reprodução da imagem são percorridos como lampejos, em que as imagens aí constituídas figuram uma dimensão histórica produtora e produto das metamorfoses da percepção e da experiência em curso efusivo.

Engendramentos perceptivos disparados por uma radical reorientação das formas de perceber e de registrar o espaço e o tempo são constituintes da emergência de uma realidade fragmentada e de uma fragmentação da percepção. Neste sentido, não se trata de uma realidade a priori fragmentada que é registrada e representada de forma também fragmentada, já que a relação não se esboça de forma causal, mas dialética. Realidade e fragmento conspiram jogos perceptivos dialéticos e desembocam em expressões como fragmento de realidade e realidade fragmentária, para citar apenas duas conformações evidentes, por exemplo, na técnica da montagem cinematográfica, tão explorada pelo autor.

Os equipamentos coletivos de subjetivação em pauta nesta conjuntura técnico-política - ao definirem regimes de visibilidade e de enunciação e, por conseguinte, regimes de exposição - efetuam na acepção benjaminiana, a passagem da percepção contemplativa à distração fragmentária. A velocidade das imagens, suas interrupções, desaparecimentos, ruínas, emergências, de figuração lampejante, alteram a condição de imagem-culto ou imagem-aura e instauram a imagem-fragmentária agenciada a uma realidade também fragmentária, de forma a atrelar o sentido ótico ao tátil. Tal percepção tátil que se realiza por uma série de “toques” do olho sobre o objeto, movimenta o horizonte estético, culminando no extremo de uma estetização da política, evidente na última citação de Harvey e também na aproximação implacável observada por Benjamin, quanto à produção de cultura e de barbárie.

A mitologia da modernidade proposta por Benjamin apura na exploração dos pormenores da vida urbana, a condição de transitoriedade e reprodutibilidade que se contrapõem à unicidade e durabilidade da imagem até então praticada. A pulsão convulsiva das forças sociais no panorama do modernismo testemunha a coexistência paradoxal do dinamismo técnico e da fixidez disciplinar, evidentes nos planos urbanísticos de Le Corbusier e Otto Wagner, por exemplo.

Diante do atrelamento das múltiplas conformações da vida urbana ao regime industrial de caráter disciplinar, os mitos modernistas de Le Corbusier, Gropius, Otto



Wagner, Niemeyer são apropriados no cenário da real tragédia anunciada por Harvey. Neste agenciamento entre mito, modernidade e disciplina, a cartografia é acusada de falsificações como a divulgação da mídia americana sobre a alteração topográfica praticada pela URSS na ocasião da Guerra Fria. Entretanto, no caso da cartografia, enquanto equipamento coletivo de subjetivação e dispositivo, a dispersão flagrada por Benjamin, não se efetiva neste contexto.

O que ocorre é a passagem do valor de aura para reprodução, mas não para dispersão se comparada à outra natureza de enunciados e visibilidade que circularam por dispositivos como rádio e cinema, por exemplo. Há aí uma diferença de natureza, pois a cartografia manteve-se encerrada nos domínios disciplinares, de forma muito segmentada, não penetrou, portanto, nos domínios cotidianos da imensa multidão que se formava nas cidades industriais. Suspeita-se do caráter de reprodutibilidade - viabilizado pela multiplicação das formas de impressão dos próprios mapas, barateadas pela pujança da imprensa - mas sob circulação restrita e privativa<sup>19</sup>.

A linguagem cartográfica da modernidade consolida regras, operações matemáticas e geométricas do renascimento, mediadas pelos dispositivos emergentes de circulação restrita, como por exemplo, a fotografia aérea, os satélites e os aviões. No contexto da supremacia do tempo, o espaço figura nestas cartografias - do ponto de vista formal – um ente inerte e inflexível, atrelado ao caráter de imobilidade, que praticamente não altera seus modos de composição e figuração, se comparado aos malabarismos temporais<sup>20</sup>.

A conjuntura técnica da modernidade incide sobre espaço e tempo de forma bem distinta e impregna de ambiguidades as possibilidades de percepção e experienciação de ambos. A elasticidade do tempo, mito da modernidade, opera travessias impensáveis neste contexto e produz uma aceleração radical da vida (VIRILIO, 1994)<sup>21</sup>, operada pela inserção massiva de relógios e cronômetros na vida social, o que significou uma recusa

---

<sup>19</sup> A passagem de acesso restrito, vinculado aos domínios disciplinares e técnicos para um acesso cotidiano e extra profissional ocorre com a emergência da web 2.0, momento em que a virtualização do linguagem cartográfica e a sedimentação dos mecanismos de compartilhamento dos mapas passa por uma radical transformação. A seguir, aprofundamos nos meandros desse processo.

<sup>20</sup> Aqui é importante ressaltar a montagem cinematográfica como operação radical das formas de composição e figuração do tempo, mediados por tais dispositivos. O que chamo de malabarismo temporal é a possibilidade de exposição do tempo enquanto ruptura, corte, edição, supressão, descontinuidade, argumentos centrais na obra de Benjamin, que recorre à técnica da montagem enquanto construção metodológica, para referenciar tais operações temporais.

<sup>21</sup> “Modelo das próteses de visão, o telescópio projeta a imagem de um mundo fora de nosso alcance e, enquanto uma outra forma de nos movermos no mundo, a logística da percepção inaugura uma transferência desconhecida do olhar, ela cria o encaixe entre o próximo e o distante, um fenômeno de aceleração que abole nosso conhecimento das distâncias e das dimensões.” (VIRILIO, 1994, p. 18-19)

e um assolamento de temporalidades singulares<sup>22</sup>. Isso provoca uma fratura no liame tempo e espaço e assola em inexistência, ilegitimidade, desrazão, irrealidade, imprecisão, falsidade e irrelevância a multiplicidade de percepções de espaço prenhes de temporalidades singulares, estas também descompassadas da noção de tempo-máquina, tempo-produção e tempo-relógio.

A conquista do espaço, declarada por Harvey versus a sua aniquilação expõe outra face desta ambiguidade, pois o espaço assumido como um dado ou fato irrevogável a ser vencido pelo tempo, era também o mote central das disputas de então. A produção do espaço urbano era absolutamente central nas estratégias de constituição das hegemonias do capitalismo industrial e determinar as orientações, direções, extensões, implantações, por exemplo, do arsenal necessário ao funcionamento do telégrafo, rádio e das estradas de trem, significou uma força de subjetivação proeminente. A cartografia mantinha seu valor de visibilidade e de exposição atrelados às ordens privadas e estatais, sem alçar seu voo dispersivo rumo às multidões urbanas das cidades industriais.

A Primeira Guerra Mundial implicada nesta crise é um dos fenômenos correlatos à intensificação dos processos competitivos instalados no âmbito do capitalismo industrial e da própria cartografia. O mundo da competição extrapola a escala da disputa entre indústrias e converte-se num fator determinante dos Estados-nações. A máxima da aniquilação do espaço também sustém a hipótese da quebra das barreiras espaciais, de forma que o espaço passa a não constituir mais um limite para ação.

Retornamos à ideia de “aniquilação do espaço por intermédio do tempo” que norteia a discussão acerca da crise da representação, proposta por Harvey. Entretanto, tais máximas abrigam inúmeras contradições, pois ao mesmo tempo em que se fala da quebra de barreiras, vê-se surgir movimentos nacionalistas de extrema radicalidade, munidos de pressupostos estéticos modernistas.<sup>23</sup> Tais contradições abarcam a prática cartográfica, que corresponde a um determinado modo de perceber o espaço, que por sua vez constitui o alvo de interesse desta competição. A disputa pelo domínio do espaço, que por sua vez deixa de configurar um limite à ação, diante dos diversos

---

<sup>22</sup> Por temporalidades singulares entende-se a apreensão do tempo mediada por determinações da experiência cotidiana, da imprecisão da memória, da expressão afetiva do corpo, dos ciclos da natureza, que não se sujeitam à contagem numérica, fortemente legitimada pela modernidade.

<sup>23</sup> Há pouco (pag. 43) mencionamos uma citação de Harvey, que fala das relações entre Le Corbusier, Mussolini e Pétain; Oscar Niemeyer e o regime militar, elos que não afirmam o alinhamento ético entre estes sujeitos, mas as contingências históricas que converteram certo ideais utópicos modernos (a noção de monumento, o homem como valor universal) em formalizações violentas, o caso mais extremo, é a aplicação de ideais da Bauhaus na definição espacial de campos de morte alemães. (HARVEY, 2006)

dispositivos de comunicação, circulação, subjetivação, às vezes, é o próprio limite, e a cartografia é acusada – por ser tributária da geografia – de ser a arte de fazer a guerra.

A constituição do dinheiro enquanto equivalente universal protagonizou na análise da linguagem cartográfica, a propulsão da abstração de caráter homogenizante e universalista, no contexto de redução generalizada da vida à quantificação. É possível entender no campo da cartografia as imbricações deste regime de visibilidade e enunciação, em que o nível de abstração forjado pela hegemonia do equivalente geral subjaz à figuração cartográfica atualmente legitimada, hegemônica e presente na nossa vida social.

Os alinhamentos entre disciplina, mito e modernidade explicitam pressupostos epistemológicos e metodológicos da ciência moderna cunhada sob os princípios régios da ordem racionalista, positivista e funcionalista. Funda-se na prática cartográfica, uma investida desistoricizante do espaço, dada a sua abstração em dado inerte. De espaço aniquilado propomos a ideia de aniquilação do tempo no espaço cartográfico, que redundando num processo de naturalização da percepção do espaço pela ótica euclidiana, geométrica e matemática, enquanto dado verdadeiro. Eis o regime de verdade incitado por tais visibilidades e enunciações do espaço-tempo da modernidade.

## **2.5 INFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS: SIMBÓLICO, COGNITIVO E IMATERIAL**

O regime de visibilidade e enunciação consagrado pela modernidade atesta uma especificidade bastante inflexível quanto à materialidade da cartografia, cuja imagem forma-se imediatamente ancorada na composição estrita entre escala, projeção e simbologia, tríade fundante da epistemologia da representação cartográfica científica. Este esquema pode ser apreendido como o paradigma da ciência cartográfica moderna, relegada a certo anacronismo e impotência frente às vigorosas injunções técnico-estético e políticas deflagradas pela intensiva mutação dos processos produtivos do capitalismo na sua feição contemporânea.

Tais feições incorporam qualitativos como cultural, cognitivo e pós-industrial e explicitam as agitações e contrações dos domínios econômicos pelos fusionamentos entre economia e cultura, economia e estética, ou noutros termos, um tipo de estetização da economia. São outros regimes de visibilidade e de enunciação revigorantes do formato canônico do mapa, derivados dos movimentos e reposicionamentos das curvas de efetivação entre saberes, poderes e processos de subjetivação travados nas teias do *capitalismo cognitivo* (LAZZARATO e NEGRI, 2001).

A supremacia assumida pelo *trabalho imaterial* (*ibidem*) atraca-se às inflexões técnicas - comunicacionais e informacionais; e, no nosso enquadramento, evidencia-se no fenômeno denominado de cartografia 2.0. Neste rol, emergem novos elos entre possibilidades de produção de mapas, sujeitos produtores, formatos disponíveis, relações entre público/ coletivo/ colaborativo versus sectário/ autoral/ disciplinar.

*Em resumo, podemos distinguir três tipos de trabalho imaterial que impulsionam o setor de serviços, no topo da economia informacional. O primeiro está envolvido numa produção industrial que foi informacionalizada e incorporou tecnologia de comunicação de um modo que transforma o próprio processo de produção. A atividade fabril é vista como serviço e o trabalho material da produção de bens duráveis mistura-se com o trabalho imaterial e se inclina na direção dele. O segundo é o trabalho imaterial de **tarefas analíticas e simbólicas**, que se divide na **manipulação inteligente e criativa** de um lado e nos **trabalhos simbólicos** de rotina de outro. Finalmente, a terceira espécie de trabalho imaterial envolve **a produção e a manipulação de afetos** e requer **contato humano (virtual ou real)**, bem como trabalho do tipo físico. Esses são os três tipos de trabalho que impulsionam a pós-modernização da economia global. (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 314).*

Para além da classificação em tipologias de trabalho imaterial, nos ocupamos em grifar aspectos relevantes para o entendimento das tramas cartográficas contemporâneas. Tais tramas atravessam e são atravessadas por processos comunicacionais e informacionais, formação de redes de sociabilidade e produção de conhecimento de natureza dispersiva e descentralizada (por vezes caracterizadas como colaborativas e participativas, adjetivações objeto de nossos questionamentos). As contrações entre economia, cultura e estética traduzem-se nas recorrentes aparições da dimensão simbólica como força proeminente nos processos de atribuição de valor, estratégia de acumulação (nesse caso de caráter flexível) e reposicionamento da força de trabalho no processo produtivo.

A lógica empreendida pelo simbólico é definida pelos autores como uma metamorfose histórica dos sentidos admitidos e praticados para o trabalho, impactando de forma fulminante nos processos de composição do social, remetidos nessa perspectiva a emergência de uma nova subjetividade. Esta seria constituída por processos de emancipação e autonomia viabilizados pelos próprios mecanismos do trabalho imaterial efetivar-se; e por processos de sujeição, comprometidos com a aderência do controle (DELEUZE, 2007), subjacente a estes mesmos mecanismos.

A proeminência de noções como afeto, criatividade, inteligência (grifadas acima), inscrevem-se nessa nova subjetividade e circunscrevem os domínios do conhecimento e do saber como as principais forças produtivas do capital simbólico. Apresentam-se como o lócus central da realização do trabalho imaterial e explicitam o sentido atribuído

ao capitalismo cognitivo, um tipo de economia do conhecimento, ou como temos observado mais recentemente economia criativa. Numa passagem mais pontual e simples, os autores declaram “como a produção de serviços não resulta em bem material e durável, definimos o trabalho envolvido nessa produção como trabalho imaterial – ou seja, trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação (HARDT e NEGRI, 2003, p. 311)”.

Nos enredos tecidos pela lógica do capitalismo cognitivo, a imagem assume centralidade categórica nos processos de engendramento de valor, de produção de sentido e de exercício político. Se pudermos entender como antecedentes históricos, as proposições de Benjamin quanto à adesão entre estética e política, cultura e barbárie no contexto da modernidade emergente e lampejante, por certo, não estaríamos diante apenas de um aprofundamento desses elos, mas de uma contingência histórica. Uma transmutação contingente das formas de apreensão e experiência social, mediadas pela presença da imagem, ou da imagem como forjadora de presenças e existências. A máxima benjaminiana da crise da aura frente à radicalidade da reproduzibilidade técnica (especialmente impactada pela fotografia), requer uma atenção histórica, no sentido de encontrar uma abordagem alinhada às singularidades desta nova subjetividade e seus respectivos equipamentos coletivos de subjetivação.

A síntese de Hardt e Negri nos permite classificar a cartografia contemporânea como lócus do trabalho imaterial, já que sobrepõem aspectos de serviço, produto cultural, conhecimento e comunicação. Sua natureza imagética fortemente delineada pelas novas Tecnologias de Informação Espacial (TIEs) interpõe-se como dispositivo potente na produção de sentidos e existências e, portanto, como equipamento coletivo de engendramento destas novas subjetividades. As transmutações da cartografia, a partir do fenômeno conhecido como cartografia 2.0, tributário das operações da web 2.0<sup>24</sup>, constituem uma destas inflexões técnico-estética e políticas, tamanho os redimensionamentos que mobiliza.

Um vasto conjunto de novas denominações emerge no rastro dessa inflexão no sentido de nomear processos até então vislumbrados apenas nos domínios da ficção

---

<sup>24</sup> Web 2.0 designa de um novo *modus operandis* da internet, uma segunda geração desenvolvida em 2004 pela empresa norte americana *O'Reilly Media*, cujo funcionamento baseia-se em princípios como redes sociais e tecnologias de informação. “One leading figure recently called open source a ‘paradigm shift’ and pointed out that it is about more than the software on your desktop; ‘most of the “killer apps” of the internet, **applications run by hundreds of millions of people** [including Google] run on Linux or FreeBSD” (O’Reilly, 2006, p. 255). Substancialmente, a mudança de paradigma refere-se à possibilidade dos usuários inserirem-se como produtores de conteúdo no ambiente web, configurado como plataforma aberta para tais produções.

científica<sup>25</sup>. Crampton (2009, p. 91) caracteriza esta nova conjuntura como a “explosão de um nova mídia espacial” e levanta as seguintes emergências “*geospatial web* ou *geoweb* (Scharl and Tochtermann, 2007), nova geografia (Turner, 2006), mídia locativa (Rheingold, 2002), *DigiPlace* (Zook and Graham, 2007a), *crowdsourcing* espacial ou geocolaboração (Hopfer and MacEachren, 2007) e hackeamento de mapas (Erle *et al.*, 2005).”<sup>26</sup> Nossa expectativa não é distinguir cada uma destas novas denominações (tampouco Crampton dedicou-se a isso), mas explorar de forma panorâmica as associações entre estas emergências e as proposições quanto ao sentido de *trabalho imaterial e capital simbólico*.

Nesta conjuntura, a tríade primordial da cartografia moderna – escala, projeção e simbologia - ramifica-se em arranjos elásticos, conformam-se materializações mais abrangentes, armazenadas em suportes como blogs, observatórios, diversas publicações (dossiês, livros, guias, manifestos, manual), sites e etc; sedimentadas por processos de construção/ criação definidos pelas alcunhas de laboratórios, oficinas, workshops; agrupam uma miríade de sujeitos, desde usuários cotidianos de aplicativos móveis e da própria web que espreitam a rede por diferentes razões e objetivos, até os movimentos sociais, militantes, coletividades heterogêneas agremiadas na dispersividade da rede; por fim, traçam novas associações entre os eixos primordiais dessa tríade.

O descentramento disciplinar e as associações entre cartografia, colaboração, *crowd* (multidão/ grupo) e mídia faíscam múltiplas passagens entre imaginação, criatividade, desejo, afeto, imagem, símbolo, informação e comunicação. Dimensões centrais nos engendramentos do trabalho imaterial e produtoras de um novo tipo de conhecimento espacial inscrito nas incessantes tensões entre emancipação e autonomia (o poder constituinte) (Hardt e Negri, 2005) e dominação e sujeição. Tais inscrições testemunham a ambiguidade da cartografia contemporânea enquanto ativadora de capital simbólico, cuja forma de produção de valor, neste caso, valor espacial e territorial extrapola as premissas iniciais do esquema moderno, prioritariamente dedicado à planificação, ordenamento, localização e demarcação do espaço.

---

<sup>25</sup> Bar-Zeev, um dos fundadores da Keyhole (precurssora do Google Earth) em uma entrevista recente (2008) mencionou obras de ficção científica influentes na concepção deste projeto, ‘*Snow crash*’ (Stephenson, 1992) e ‘*Powers of ten*’ (Boeke and Eames, 1978).

<sup>26</sup> “(...) *geospatial web* or *geoweb* (Scharl and Tochtermann, 2007), *neogeography* (Turner, 2006), *locative media* (Rheingold, 2002), *DigiPlace* (Zook and Graham, 2007a), *spatial crowdsourcing* or *geocollaboration* (Hopfer and MacEachren, 2007) and *map hacking* (Erle *et al.*, 2005).” (CRAMPTON, 2009, p. 91 – versão original) Na tradução acima, mantivemos algumas denominações em inglês por já terem se incorporado ao entendimento corrente, prescindindo de tradução e por deterem uma carga conceitual, cuja tradução implicaria simplificações equivocadas.

Ativações simbólicas por vezes convertidas em reivindicações jurídicas territorializam pertencimentos minoritários e historicamente expropriados dos direitos territoriais (inclui-se aí o direito à cidade), reivindicações ancestrais quanto ao uso e ocupação do espaço, singularidades e transversalidades entre micro-história e cartografia. A noção de alteridade territorial ou cosmografias díspares (LITTE, 2001) abre-se como interesse para a prática cartográfica que adota os dispositivos da web 2.0, que por sua vez coexiste com a multiplicação das estratégias de localização, categorização e capitalização mercadológica das novas subjetividades; são as duas faces mais extremas e contrastantes do mesmo dispositivo.

Se poderíamos entender a cartografia moderna a partir do nexos estabelecido por Foucault quanto à sociedade disciplinar e suas diversas frentes de exercício, a partir destas inflexões nosso esquema reflexivo precisa ser reelaborado. A produção de capital simbólico detonado nas diversas operações da cartografia 2.0 pode expor à apreciação coletiva e pública as relações de poder imanentes aos trâmites sociais daí decorrentes, embaralhando em liminaridades, o que em princípio emergiu como estratégia declaradamente disciplinar.

*Às 11:35 de 18 de setembro de 2007, na Base de Força Aérea de Vandenberg sediada na Califórnia, o satélite Digital Globe's new WorldView-1 é lançado em órbita. O satélite é capaz de capturar imagens sobre três quartos de milhão de quilômetros quadrados por dia, com a resolução de 0.5m. O segundo satélite foi lançado em 2008, capaz de fotografar a proximidade de um milhão de quilômetros quadrados diários na mesma resolução. Os dados tem o dobro da resolução do predecessor líder da indústria, o satélite IKONOS, lançado em 1999 e próximo da resolução militar de 10cm. O que é significativo quanto ao lançamento não é apenas a extensão e resolução da imagem (que de todos os fornecedores agora cobrem a metade da população mundial), mas o fato de que esta imagem é comercialmente acessível (confira isso pelo Google Earth). Tal imagem juntamente à imensa possibilidade de dados espaciais gerados via crowdsourced, representa um interessante e novo desenvolvimento cartográfico. (CRAMPTON, 2009, p. 91)<sup>27</sup>*

A fotografia aérea viabilizada pelos satélites em órbita constituída como tecnologia restrita dos Estados modernos e das instituições militares adentra os domínios comerciais e radicaliza as possibilidades a partir de princípio como *Open*

---

<sup>27</sup> At 11.35 am PDT on 18 September 2007 at Vandenberg Air Force base in California, Digital Globe's new WorldView-1 satellite launched into orbit. The satellite is capable of collecting imagery over as much as threequarters of a million square kilometers a day in resolution as fine as 0.5 m. A second satellite will be launched in 2008, capable of photographing nearly a million square kilometers daily at the same high resolution. The data are twice the resolution of the previous industry leader, the IKONOS satellite launched in 1999 and close to the military's own resolution of 10 cm. What is significant about the launch is not only the extent and resolution of the imagery (which from all vendors now covers over half of the world's population) but also the fact that this imagery will be available commercially (look for it in Google Earth). Such imagery, alongside the tremendous possibilities of 'crowdsourced' geospatial data, represent interesting new developments in cartography. (CRAMPTON, 2009, p. 91 – versão original)

Source Geospatial Foundation (OSGEO) e Free and open source software (FOSS) cartography (CRAMPTON, 2009). Tais princípios materializam-se tanto na aplicação dos dados disponibilizados pelo *Google Earth* e *Google Maps* em plataformas como Wikimapia<sup>28</sup> (ver diagrama das plataformas), bem como em iniciativas ainda mais contestadoras dos sentidos disciplinares e mercadológicos da cartografia como o *Open Street Map*<sup>29</sup>.

Wikimapia, Open Street Map e Google – resguardadas suas especificidades institucionais/ escalares são exemplos relevantes para evidenciar os rearranjos cartográficos em curso e, mais pontualmente as possibilidades de produção de conhecimento sobre a cidade (nosso foco de investigação). No diagrama Plataformas expusemos com maior abrangência outras linhas de produção mobilizadas nas tramas cartográficas contemporâneas, em que as associações e mútuos rebatimentos entre produção social, imagética e urbana apontam para um regime singular quanto às práticas políticas vigentes. Na fricção entre as dimensões técnica, estética e política, cabe interrogar acerca da **política das imagens** e como estas se enredam na política de subjetivação urbana. Que visibilidades e enunciados cartográficos acerca da urbanidade são admitidas, sob que pretexto e legitimidade?

## 2.6 TRAMAS CARTOGRÁFICAS: LIMINARIDADES: SOBRE OS ESTATUTOS DO REAL

Um conjunto de forças urbanas absolutamente alterado configura-se na cidade contemporânea. Tanto a cidade conforma zonas de indiscernibilidade, radicalizadas no entrelaçamento entre ilegal x legal, fixo x móvel, direito x exceção, institucional x autônomo, real x virtual; tanto a cartografia expande os modos de figuração e efetivação das suas funções pressupostas, num realismo óptico subsidiário das inúmeras técnicas deflagradas pós revolução informática.

Este processo relaciona-se à transmutação dos equipamentos coletivos de subjetivação e à noção de apreensão e experiência como formas/ modos plasmados

---

<sup>28</sup> Wikimapia deriva de Wikipedia, um modelo de acesso ao conhecimento aberto em que qualquer pessoa pode contribuir para a produção de verbetes que compõem uma enciclopédia virtual. No caso dos mapas, compõem-se de um aplicativo cartográfico que localiza entradas no Google maps e layers no Google Earth. Nesse esquema, os usuários podem adicionar seus próprios lugares, que se vinculam a mais 4 milhões de lugares Wikimapia, um volume criado automaticamente a partir do Wikipedia. (CRAMPTON, 2009)

<sup>29</sup> O objetivo do projeto Open Street Maps (OSM) é oferecer dados geográficos globais e livres, tais como rodovias, ruas, estradas e etc. O modo de produção destes dados expõem uma crítica implacável ao Google ou Microsoft, à medida que se recusa a utilizar suas bases de dados, cuja replicação pressupõe a atribuição dos direitos autorais a estas empresas. OSM propõe outro caminho, possui um sistema próprio de coleta de dados, em que seus membros percorrem de carro, bicicleta ou trem a extensão de alguns países munidos de GPS e a partem para o processo de *upload*, simbolização e rotulação dos espaços catalogados em uma base cartográfica própria. (CRAMPTON, 2009)



historicamente. Suscitamos algumas objetivos iniciais, na expectativa de direcionar esta exploração: problematizar os artifícios compositivos adotados na produção cartográfica das cidades contemporâneas; relacionar tais artifícios com o processo de transmutação em curso; e perscrutar rebatimentos entre tal transmutação e a historicidade da apreensão e experiência urbanas.

Para problematizar o pressuposto da representação, apontamos um horizonte epistemológico encharcado de liminaridades, de passagens entre os seguintes estatutos: real/ ficcional. A representação cartográfica é desenquadrada do suposto ideário de legitimidade científica, geométrica e matemática, numa operação afeita ao que Foucault propõe como arqueologia do saber. Ou noutros termos, uma leitura-experiência cujo ímpeto é a desnaturalização destes saberes constituintes da cartografia, tomando a opacidade enquanto condição da própria linguagem. A autoridade e naturalidade atribuídas ao estatuto do real, prerrogativa primeira da representação, distancia da nossa apreensão outras dimensões constitutivas da produção cartográfica, aqui entendidas como ficcional e virtual.

Investigamos por ora como se processa o achatamento destas dimensões, por vezes em uma suposta equivalência entre elas, ou em ilegitimidade e irrealidade, a fim de perseguir os sentidos de cidade e urbanidade, que orbitam estes estatutos no âmbito da produção cartográfica; e a em direção oposta entender como tais estatutos atribuem sentidos às urbanidades e às cidades cartografadas.

Pretendemos desnortear algumas correspondências imediatas e naturalizadas entre termos, tais como real > verdadeiro; virtual > ficcional > falso > irreal. A tensão constante entre verdadeiro e falso, provável e improvável, verossímil e inverossímil, real e irreal, real e virtual perpassa todas as dominâncias perscrutadas. As inúmeras interações entre tais atributos atravessam as cartografias urbanas aqui exploradas, num emaranhado processo de produção de territórios, que opera via de regra, pelos efeitos de real, enquanto hegemonia do regime de visibilidade cartográfica.

Diferentes estratégias são acionadas para assentar de forma contundente o efeito de real enquanto única legitimidade admitida na produção cartográfica do Urbanismo. O achatamento das arestas do virtual e ficcional furta da apreensão e experiência urbanas dimensões relevantes para a desmistificação do estatuto do real. Transmutações da política dos/ nos espaços cartografados passa a incorporar as tensões entre tais arestas, de modo a alterar, por exemplo, a relação entre temporalidade e política do espaço. Se por um lado, encontramos existências efêmeras

cuja pressão midiática consolida pregnâncias incisivas, por outro, identificamos situações em que existências seculares, datadas de longa duração esfacelam-se em descarte instantâneo. No rastro das indagações sobre as políticas do espaço e as implicações do controle e da disciplina nas cartografias urbanas contemporâneas, adentramos no primeiro caso da nossa trama.

## 2.6.1 POLÍTICA DA BORRACHA: APAGAMENTOS NA CIDADE FUNCIONAL E NA CIDADE ESPETACULAR

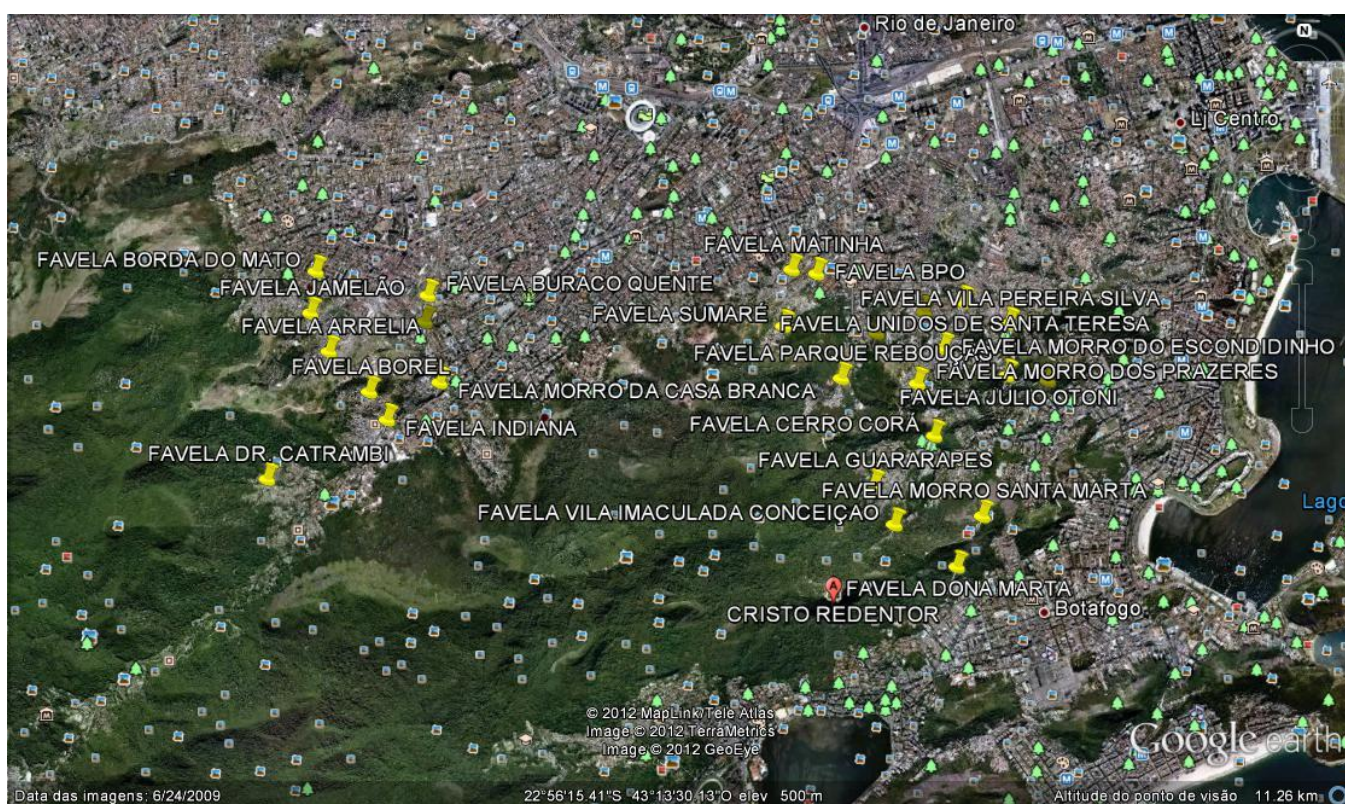


Figura 5: visualização da fotografia aérea de uma área do Rio de Janeiro  
Fonte: Google Earth, 2011.

### “Mapas com imagens de favelas do Rio serão retirados do Google”

A prefeitura do Rio de Janeiro ganhou na Justiça o direito de obrigar o Google a retirar as favelas do Rio de Janeiro dos mapas que o site disponibiliza na internet. A empresa americana se desculpou e informou que fará as alterações em seis meses.

### “A muralha de Barcelona”

Ha um exemplo no próprio Cerdá. Quando ele vai explicar a muralha de Barcelona [para justificar a necessidade de demolição] não coloca o desenho da muralha no mapa, já que ele defende a demolição. Um engenheiro, como ele, no projeto apresenta uma quantidade

O pedido foi feito depois da constatação de que o Google Maps incluiu, no mapa do Rio, cerca de 600 favelas, mas não mostra bairros pequenos e alguns pontos turísticos. As comunidades têm mais destaque do que os bairros de classe média. A empresa chegou a receber várias queixas de internautas e de autoridades, mas o problema persistia.

Desde 2009, a prefeitura do Rio pedia as correções. Os **erros são grosseiros**. No bairro do Cosme Velho, por exemplo, a favela da Vila da Imaculada Conceição tem mais destaque do que o bondinho para o Cristo Redentor, que quase não aparecia.

A empresa também se desculpou pelo fato de o bairro do Humaitá, na zona sul do Rio, aparecer menos que a favela com o mesmo nome. Outro problema surge quando o internauta tenta localizar o Autódromo de Jacarepaguá, na zona oeste. Por estar no meio de nove complexos, fica bem difícil encontrar o local.”

Fonte:

<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/04/23/google-maps-faz-do-rio-um-aglomerado-de-favelas-924305146.asp#ixzz1LuHq1w1p>

enorme de mapas para tudo, em várias escalas. No projeto de ampliação de Barcelona aparece da escala do território até a escala do azulejo da casa. O que ele mostra? Se ele dá tanto valor a essa linguagem, porque ele não vai utilizar para te explicar como é a muralha de Barcelona? Em vez de mostrar isso no mapa, apresenta uma tabela indicando trama por trama da muralha, quantos metros tem, qual o ângulo que faz, mas ele não coloca um desenho, ele coloca a tabela. Eu acho que ele usava, nesse momento, esse subterfúgio das estatísticas, ou, como ele fala, a força dos algarismos. Para convencer da necessidade de demolição da muralha, faz uma palestra para aqueles senhores que iam decidir se derrubava ou não derrubava, e sabia que neste caso tinha mais força se falasse com algarismos. Ele, então, põe uma tabelinha com coordenadas para não fortalecer a imagem da muralha e porque isso tem para o leigo um impacto de precisão. A estatística hoje tem esse equivalente, o da razão.”

Fonte: Costa, 2011

Dois passagens, numa apaga-se a favela, a cidade-pobre e noutra o muro, a cidade-antiga. Numa, a desqualificação do mapa enquanto erro-grosseiro, noutra o assolamento da história em coordenadas geográficas. O instrumento da geopolítica do olhar, neste caso, é a borracha, mas como apagar do mapa sujeitos complexos, territorialidades singulares, materialidades densas, inscrições de existências absolutamente irreduzíveis aos efeitos da borracha? O que orienta os movimentos da política da borracha? O que tal política nos inspira pensar acerca da noção de representação e produção? Que rebatimentos a política da nuvem tem sobre a da borracha?

A borracha cartográfica pode ser remetida, nos dois casos, aos mecanismos das ações higienistas urbanas, distanciadas espaço-temporalmente por mais de um século e até por isso, consideramos tão relevante problematizá-las simultaneamente. O caráter esmiuçante e auto-deformante compõe a geopolítica do olhar em Foucault (1987) e em Deleuze (2007) e apresenta-se aqui sob formas complementares. O detalhamento do

muro é feito pela localização de coordenadas, a codificação espacial em referentes matemáticos genéricos, mas detidos sobre o detalhe, o ponto a ponto que individualiza este território numa série arquitetural abstrata.

Esmiuçado em latitudes e longitudes e esvanecido na sua historicidade, o muro<sup>30</sup> não se inscreve enquanto território de práticas, delimitação de sociabilidades, fronteira de relações, produto social ou referência cultural, mas é demolido numa sucessão de notações geográficas inseridas na tabela, procedimento central das operações disciplinares. Um tipo de inscrição panóptica permite a observação de forma simultânea do muro enquanto totalidade, o que seria impraticável enquanto experiência ordinária da cidade. O muro e suas múltiplas dimensões existenciais, por outro lado, não vê o engenheiro, nem poderia. Envelhecido numa tectônica arruinada, parece alcançar apenas o horizonte imediato do seu encerramento e envolver-se de forma imersiva com aquilo e aqueles que lhe atribuem sentido.

A modulação auto-deformante cuja frequência é a do fluxo, controla a visibilidade da pobreza produzindo a ausência proposital da favela na cidade nesta conformação, mas em outras ela é o próprio mote da cartografia. Na cartografia tida como científica, a seleção e hierarquização das visibilidades, realiza-se pela determinação escalar, daquilo que se faz visível a partir de determinada distância. No *google maps*, a escala é ela mesma uma variação contínua propiciada pelo acionamento do zoom, de modo que cidades, bairros, estados, países são exibições momentâneas de uma posição em constante movimento de aproximação e afastamento. No caso do Rio de Janeiro, a operação escalar que impregna de flutuação as presenças e as ausências cartográficas, estratifica-se num projeto específico de cidade, cujo processo de produção ancora-se na própria estetização da política urbana.

Tais apagamentos cartográficos suscitam intervenções distintas sobre o território da cidade, entretanto, o sentido de produção não é atribuído apenas aos engendramentos que operam sobre a dimensão físico-material da cidade. A produção aqui proposta refere-se também à dimensão dos processos de subjetivação sobre/com a cidade, cujos engendramentos espraiam-se como uma força contundente de estratificação de regimes de uso, de visibilidade, de participação política, de valores, ou seja, o regime de existências legitimado por tais jogos de poder, que por sua vez podem ser compreendidos como jogos de representação.

---

<sup>30</sup> É importante ressaltar que não se trata da defesa do muro, mas de uma análise das implicações suscitadas pela operação que o excluiu.

A demolição extraiu o muro de Barcelona e suprimiu sua temporalidade/territorialidade a partir de uma intervenção canônica na urbanística moderna, a tábula rasa, que neste caso, expulsou a materialidade compacta reminescente das subjetivações da cidade-feudal, mas preservou o conjunto gótico da cidade medieval. O caráter higienista em exercício na segunda metade do século XIX revela pontos de convergência com a geopolítica esmiuçante das disciplinas modernas, sendo o próprio urbanismo uma emergência disciplinar desta conjuntura<sup>31</sup>. O plano de Cerdá como ficou batizado na urbanística, significa uma das ocorrências mais emblemáticas dos pressupostos em formação desde a intervenção de Haussmann em Paris.

As intervenções do barão de Haussmann e de Cerdá contrapõem-se à desconfiança de Foucault, de que a cidade constituía um limite aos processos de disciplinarização generalizada da vida, uma utopia frente ao ideal da “cidade perfeitamente governada”. Ambos converteram-se no modelo idealizado da transição da cidade antiga para a cidade moderna, cujos pressupostos ainda que apresentem especificidades, compartilham de uma racionalidade técnica e econômica, que priorizava a produção da **cidade-funcional** adequada às exigências da revolução industrial em curso.

A disciplina fica evidente nas formas de hierarquização viária cujo objetivo era conter agrupamentos e levantes operários da cidade então adensada pela instalação das fábricas e “curar” a cidade “doente”, fundando a tese higienista, ainda hoje hegemônica na produção da cidade contemporânea. Neste horizonte, observa-se uma transformação dos instrumentos e procedimentos do regime disciplinar, no que se refere à presença da cartografia na produção da cidade. No âmbito da emergência disciplinar do urbanismo no conturbado contexto da virada do século XIX para o XX, efetiva-se a articulação das topografias médicas, idealizadas pelos médicos e das cartografias temáticas, executadas pelos arquitetos modernistas:

As topografias médicas eram similares a um Atlas da cidade desde o ponto de vista da saúde, do ambiente. Por exemplo, indicando se a cidade está localizada num lugar saudável, se o lugar é muito úmido, o tipo da água, se a população é alta, baixa, se é gorda, magra, quais são os problemas de enfermidades que tem, onde se localizam naquela cidade. Mapeavam a cidade e localizavam os enfermos. Elas [as topografias médicas] estão muito presentes a partir da metade

---

<sup>31</sup> Sobre as interações entre o regime disciplinar e a emergência do urbanismo ver dissertação de mestrado de RIBEIRO, Rosa. **Cidade, Biopoder e população**, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - UFBA 2010 (dissertação de mestrado).

do século XVIII e durante todo o século XIX. No final do século XIX, acaba sendo substituída por cartografias temáticas, por uma aproximação muito maior dos engenheiros e dos arquitetos. Há, talvez aí um ponto de inflexão, na forma como a cidade “se mostrava” com mais clareza, especialmente em relação a determinados conflitos relacionados com seu crescimento.

Digamos, a cartografia do século XVIII já representa perfeitamente os lotes, as áreas construídas, o que está ocupado naquele terreno, o que não está e quantos terrenos são. Mas com a revolução industrial, com uma quantidade muito grande de gente, as epidemias, a necessidade de controlar o que ocorre dentro dos edifícios surge uma nova topografia. Os edifícios já não são como eram no início do século XVIII. Proliferam o que poderíamos chamar de cortiços, uma casa, um apartamento que foi de uma família, com uma densidade suportável pra ela, que de repente tem 10 famílias morando. E eles [o Estado] começam a pensar a forma de controlar, ter poder sobre isso. Então, nesta revolução industrial já estabelecida é o momento em que os arquitetos/engenheiros resolvem por a mão na cidade, no lugar dos médicos e dizer, bom isso aqui a gente vai consertar. E aí eu acho que os engenheiros, geógrafos, historiadores, arquitetos recuperam essa tradição médica das topografias, como uma forma de você tentar representar determinadas informações sobre a cidade que te ajudam a pensar questões menos aparentes, aquela coisa que está mais invisível.

Os médicos começam a fazer isso. Eles e os engenheiros sanitários começam a tentar criar cartografias que tem a ver com a própria vida que tem nesses prédios. O que tem lá, quem vive, como se dorme. E os modernos, racionalistas, vão pegar isso aí e vão sistematizar. Você vai ao arquivo do GATCPAC [o Grupo de Artistas y Técnicos Catalanes para el Progreso de la Arquitectura Contemporánea], por exemplo, em Barcelona, eles têm fichinhas cadastrais de moradias da cidade antiga de Barcelona, localizando exatamente onde ficavam as camas, os banheiros, onde as pessoas dormiam, a posição que dormiam. Umas fichas sanitárias ou coisa parecida, os médicos entravam e mapeavam aquelas áreas mais enfermas, quais eram e descreviam o interior, indicando coisas como “pessoa com tuberculose em quarto escuro”. Descrevem muito o que está por dentro desses edifícios e a cartografia começa a mostrar isso. Começa a mostrar riqueza, pobreza, onde estão os mais ricos, os advogados. (...)

O Cerda faz a mesma coisa, quando vai vender o modelo de Barcelona, começa falando exatamente do centro antigo da cidade onde ele propõe a abertura de algumas vias apenas, mas na cabeça dele, aquilo ali não servia de nada, servia para um modelo antitético da ampliação de Barcelona. Até porque, na cabeça dele, nos cálculos dele, tinha que ser destruída praticamente toda a área central para que tivesse as condições de higiene, de ventilação. O GATEPAC, 60 a 70

anos depois, faz a mesma coisa, pega o mesmo centro antigo de Barcelona e começa a falar: o Bairro Chino, as putas, a degradação, os vícios, a falta de sol... já não fala de vento como apoio do olhar médio. Cerdá fala de vento, o paradigma miasmático. Os modernos falam de falta de sol, o paradigma bacteriológico. Todos os dois tem o olhar do médico dando apoio. Em tudo isso aparece esse modelo de cidade que eles fazem: as imagens que usam, as fotografias, as fotografias do Casco Antigo. Nas fotografias aéreas usadas você vê aquelas ruas escuras e, nas outras, as pessoas, que seguramente nem todo mundo tinha a pinta que aparece nas revistas, mas sempre aparecem como interessa que apareçam: aquelas figuras, crianças que aparecem deformadas, como se tivessem tirado uma foto daquelas revistas médicas que mostravam deformidades. Em contraste, eles colocam na revista imagens lindas de filmes soviéticos da época, sol, muito sol banhando lindos corpos nus. E nisso vai se criando, constituindo, o modelo de cidade. (COSTA, 2011)<sup>32</sup>.

Esta montagem de fragmentos da narrativa de Costa expõe sua hipótese, que entende a cartografia enquanto produção de modelos de cidade. Na sua perspectiva, não se trata de procurar entender a partir da cartografia que cidade é esta, mas que vontade e modelo de cidade se instalam a partir de determinada cartografia. Contrária, portanto, o pressuposto da representação do território, à medida que entende tal representação como um domínio sobre este território. Os modelos de cidade são formações históricas que entrecruzam as dimensões técnica, estética e política, num sentido muito próximo às proposições de Benjamin expostas anteriormente.

## 2.6.2 AUSÊNCIAS CARTOGRÁFICAS <sup>33</sup>

A política da borracha e seus apagamentos configuram práticas compositivas das cartografias urbanas, cuja manipulação opera relações de visibilidade e invisibilidade de sujeitos e territorialidades tributários de modelos específicos de cidade. Entretanto, a política da borracha não é uma especificidade da cartografia 2.0, mediada pelos instrumentos virtuais, em que a empresa *Google*, figura uma dos sujeitos mais emblemáticos. A operação disciplinar da cartografia também opera via apagamento, a própria noção de escala pressupõe a ausência de informações pautada pelo índice de

---

<sup>32</sup> Esta é uma passagem da entrevista realizada em abril de 2011 com Francisco (Xico) Costa, professor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA e coordenador da pesquisa Atlas Histórico de Cidades.

<sup>33</sup> Ressaltamos o diálogo estimulante com a professora Renata M. Marquez (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/UFMG) cuja tese intitulada "Geografias portáteis: arte e conhecimento espacial" (2009), abriu diversos caminhos para pensar as alteridades/extravios cartográficos. Estas considerações desdobraram-se da leitura desta e de conversas virtuais.

redução adotado. A dimensão do controle, por outro lado, com suas ondulações e flutuações da informação passam a conferir outro modo de ação para a borracha.<sup>34</sup>

A prática compositiva do apagamento é desmistificadora do pressuposto da representação do real e do regime de verdade que legitima um conjunto de disciplinas modernas, tais como cartografia, urbanismo, estatística, demografia e geografia. No caso do apagamento das favelas cariocas da plataforma virtual 'Google maps', decompõe-se diversos níveis da produção da cidade na contemporaneidade, que conjuga formas de intervenção nas dimensões física e simbólica, ambas atreladas às formulações do imaginário e da produção de subjetividades urbanas.

O apagamento das favelas ocorre a partir da substituição desta denominação por morro, atributo geográfico que inspira neutralidade social, pois refere-se a um dado irrefutável da sua conformação topográfica. Tal apagamento é apenas uma das inúmeras intervenções urbanas aplicadas no Rio de Janeiro orientadas para a produção de um modelo bem específico de cidade, ligado aos grandes eventos, mais especificamente, a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Tal modelo tem em vista a produção da **cidade-mercadoria** e **cidade-espetáculo** promovida pela ação combinada de agências multilaterais (BIRD, Habitat); de consultores internacionais<sup>35</sup>; de parcerias público-privadas e de empreendimentos estritamente privados de escala global (corporações internacionais, redes multinacionais, etc). A proeminência da favela,

---

<sup>34</sup> Encontramos mais duas ocorrências testemunhas das estratégias de apagamento, a primeira chamamos de marcha das nuvens. Trata-se de uma nuvem geopolítica, distinta do fenômeno climático, figurada por um borrão branco-acinzentado compacto e denso de transparência esfumada, convertida em barreira visual, obstáculo que produz invisibilidades, apagamento e recobrimento intencional do território. A segunda, identificamos na seguinte passagem "Google Maps adapta a crise da Ucrânia ao gosto do freguês (...) O Google busca agradar todos os envolvidos no conflito da Crimeia, península ao sul da Ucrânia. A empresa mostra versões diferentes do mapa da região - dependendo de onde o site é acessado. Os usuários que leem a versão russa do serviço enxergam uma linha entre a região e o resto da Ucrânia, que indica que a o território é parte da Rússia. Na versão ucraniana do Google Maps, o mapa mostra apenas uma linha pontilhada quase imperceptível para estabelecer uma fronteira entre a Crimeia e a Ucrânia. Há ainda a versão internacional do site, que mostra a região da Crimeia separada da Ucrânia, mas por uma linha pontilhada." (disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/versao-russa-do-google-maps-mostra-crimea-como-parte-da-russia> acessado em 03/03/2014). Fenômeno semelhante foi identificado no caso de uma região da Índia sob tensão e domínio da China. Vale destacar essas ocorrências, para explicitar como se constituem as diversas estratégias geopolíticas deste dispositivo remetidas à política das imagens, um tipo de geopolítica do olhar, que no caso, mescla um tipo de elasticidade geopolítica e xenofobia virtual, flutuação de fronteiras e pertencimentos oscilantes de países por um lado, e preconceito e discriminação contra os pobres na cidade, por outro.

<sup>35</sup> Carlos Vainer ressalta a presença dos catalães Jordi Borja e Manuel Castells na formulação de políticas voltadas para o marketing urbano, utilizando como modelo de cidade o processo de intervenção urbana empreendido em Barcelona para as Olimpíadas de 1992, consolidado no campo do urbanismo como planejamento estratégico. É interessante notar como a relação entre os dois casos se atualiza neste recorte temporal, o modelo da cidade-funcional de Cerdá para Barcelona versus o modelo da cidade-mercadoria do planejamento estratégico para a Barcelona mais de um século depois. Observamos ainda uma proximidade com o atual processo de intervenção urbana em função dos eventos mencionados que vem sendo empreendido em diversas cidades brasileiras, mais pontualmente e com maior ênfase no Rio de Janeiro.



sua presença generalizada, extensiva, cuja territorialidade é constituinte e co-implicada num campo de forças muito flagrante da existência dos pobres na cidade - tomados como ilegais, informais, muitas vezes criminosos, e invasores da propriedade privada - é um entrave para o Rio de Janeiro da Copa, do Choque de Ordem e da Cidade Maravilhosa.

A atribuição de “erro grosseiro” à aparição presentificante e estridente das favelas no “google maps” apresenta-se como contraponto ao estatuto de testemunha irrefutável e de representação do real, que compõem o regime de verdade hegemônico no campo da cartografia e do próprio urbanismo quando dela se apodera. Na conjunção técnica-estética-política imanente à cidade contemporânea, a imagem figura uma força absolutamente decisiva nos processos de produção material e simbólica. Trata-se da interação entre a face do controle e da singularização, esta última entendida nos termos de Ana Clara Torres Ribeiro (2010) enquanto “emancipação dos imaginários pela valorização imaginativa dos lugares”, uma política da co-presença.

No Rio de Janeiro a co-presença é estrangida na plataforma do *google maps* e faz-se ação de expulsão, recrudescendo o processo de apagamento das favelas do território da cidade. Intervenções violentas, amplamente praticadas contra a população pobre do Rio de Janeiro, especialmente aquela entendida como entrave ao seu canteiro de obras e modelo de cidade perseguido, tornaram-se consensos silenciados. Não propomos pensar uma como consequência da outra numa relação unidirecional, donde apagamento virtual gera apagamento físico; mas problematizar um intrincado processo de produção que age via atravessamentos imagéticos, consolidação de imaginários, inculcação de desejos e naturalização de algumas legitimidades que conduzem à negação generalizada do direito à cidade. A imagem publicizada em 2009 na plataforma do *google maps* nos suscita o pensamento de Benjamim, que aponta a produção de cultura enquanto produção de barbárie.

*Com o advento dos megaeventos de entretenimento globais, mais especificamente a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, e também a Rio+20 no ano que vem, a cidade toda está entretida em seu re-desenho, projetos britânicos of course, em obras faraônicas como implosão de viadutos, super-museus, super-avenidas, trens-bala, polícias-pacificadoras, e para tanto segue em frente com as remoções de comunidades, pixações de casas, demolições na calada da noite, ZERO dias de notificação, infiltração de padres e pastores nos territórios ocupados, e milícias naqueles para os quais são “transportados”, seus móveis em caminhões de lixo. Uma guerra de baixa intensidade instaurou-se com legalidades e ilegalidades perenes, como o fazem governos, máfias e corporações.* (Coletivo Baobá disponível em <http://cartografiasinsurgentes.wordpress.com/megaeventos-x-microguerras> acessado em 10/08/2012)

A consternação das existências empreendida pelos apagamentos recalca a cidade num modelo de ordem estética/política, que passa a constituir-se no próprio desejo de cidade. Remoções forçadas, indenizações irrisórias, destruição de milhares de casas são operações permeadas pelo processo de produção hegemônico, que se instaura a partir da naturalização de dados em estatutos de legitimidade, verdade, legalidade e realidade, comprometidos com o capital financeiro e simbólico<sup>36</sup>. “Compromissos instáveis” é o modo como Boaventura de Souza Santos descreve as tensões entre representação e orientação, a partir dos graus de distorção das representações cartográficas, desencadeados pelo uso da escala e da projeção.

*Porque medeia entre intenção e acção, o mecanismo da escala também se aplica à acção social. Os urbanistas e os chefes militares, tal como os administradores e os legisladores, definem as estratégias em pequena escala e decidem a actuação quotidiana em grande escala. O poder tende a representar a realidade social e física numa escala escolhida pela sua virtualidade para criar os fenómenos que maximizam as condições de reprodução do poder. A representação/ distorção da realidade é um pressuposto do exercício do poder. (SANTOS, 1988, p. 144-145)*

A distorção passa a ser entendida como produção do “fenômeno” e não meramente como erro, inverossimilhança, anamorfose, constitui uma força estratégica nos jogos de poder implicados na produção da cidade. Na outra citação, o coletivo Baobá menciona a perenidade das legalidades e ilegalidades e podemos articular a instabilidade, a perenidade, a distorção e o apagamento - envolvidos nas práticas cartográficas urbanas – com as operações de natureza auto-deformante da sociedade de controle inspirados em Deleuze.

Colocamos em pauta dois momentos, a elaboração do plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro em 1996 e o brutal processo de intervenção urbana nas imediações de 2014-2016. O apagamento do Morro da Providência, as mais de 30 mil previsões de remoção só no Rio de Janeiro, a excepcionalidade da lei da Copa e o apagamento dos **erros grosseiros** do circuito turístico explicitam rebatimentos da intensificação do processo de estetização da política empreendidos desde 1996:

*A preocupação com a imagem atinge seu paroxismo entre os estrategistas carioca-catalães, quando o diagnóstico aponta como um dos problemas a “forte visibilidade da população de rua” (Plano Estratégico do Rio de Janeiro, p. 50): a miséria estrategicamente redefinida como problema paisagístico (ou ambiental) (...) A transfiguração da pobreza em ambiente foi explicitamente formulada pelos catalães, quando incluíram no que chamam de entorno social “o peso da pobreza”. Os pobres são*

---

<sup>36</sup> O observatório da Copa do Rio de Janeiro sistematizou alguns dados dessa realidade, na tabela “Síntese do número de famílias removidas ou ameaçadas de remoção, por comunidade, cidade do Rio de Janeiro, 2013”. Neste documento, o número de famílias removidas soma 3.099, que corresponde a remoção integral dos seguintes bairros: Restinga, Campinho, Metrô-Mangureira, Vila Harmonia, Vila Recreio II e Sambóbromo. As famílias ameaçadas estão estimadas em 7.843, resultando num total de 10.942 famílias já removidas ou ameaçadas de remoção. (Disponível em [http://www.observatoriodasmegacidades.net/download/megaeventos\\_demian.pdf](http://www.observatoriodasmegacidades.net/download/megaeventos_demian.pdf))

*entorno ou ambiente pela simples razão de que não constituem nem autóctones, nem os virtuais imigrantes, em demanda solvável. Em todos os níveis, tanto do ponto de vista concreto (infra-estruturas, subsídios, favores fiscais, apoios institucionais e financeiros de todos os tipos) quanto do ponto de vista da imagem, não resta dúvida: a mercadoriedade tem um público consumidor muito específico e qualificado. (VAINER, 2002, p. 82)*

O confronto entre representação, modelo, apagamento, borracha e nuvem compôs momentaneamente - no quadro que esboçamos a positividade dos regimes de controle e disciplinar que se sobrepõem incessantemente nesta produção. A sondagem dos pressupostos da representação cartográfica deu-se, nestes casos, em direções espaço-temporais descontínuas, perpassando desde a Barcelona de Cerdá e o Rio de Janeiro das Olimpíadas. A idéia proposta por Costa (2011) da produção cartográfica como produção de modelos de cidades desencadeou a exploração analítica de alguns modelos, a cidade-funcional, a cidade-mercadoria e cidade-espetáculo. Todas estas são coexistências dos processos de produção urbanos em pleno curso, e revelam profundas estratificações históricas constituintes do atrelamento entre técnica x estética x política. A ideia de produção intensifica os movimentos dos vetores de forças presentes nos regimes de visibilidades e enunciações urbanas operados nos múltiplos engendramentos cartográficos; e revela a dimensão do poder inerente a eles.

Esta reflexão contesta a adesão à representação cartográfica inerte, e assume sua condição enquanto produção, fabricação, fabulação de mundos, cidades, sujeitos, presenças. Existências conjecturadas numa cidade, onde os jogos perceptivos são acionados tal como Benjamim nos sugere. Lampejos de natureza tátil que nos arremessam numa sucessão vertiginosa de imagens e de cidades, e enredam tais experiências num campo de liminaridades. Neste se entrecruzam panoptismo, individuação e disciplina (FOUCAULT, 1987); distração fragmentária, estetização da política e barbárie (BENJAMIM, 1994); auto-deformação, oscilação, senha e controle (DELEUZE, 2007). Os apagamentos, afinal, instauram ausências propositais na cidade, de forma que a borracha, assim como os satélites, são as próprias lentes da observação cartográfica e não apenas um obstáculo ou uma limitação à sua ação.

## CAPÍTULO 3

### SONDANDO REPRESENTAÇÃO E POLÍTICA

#### 3.1 MECANISMOS DE REPRESENTAÇÃO: ESCALA, PROJEÇÃO E SIMBOLOGIA

A cartografia simbólica das representações sociais traçada por Boaventura de Sousa Santos, a fim de problematizar uma concepção pós-moderna do direito orienta as aproximações e correspondências entre representação cartográfica e representação jurídica. Esta aproximação por sua vez, será desdobrada na articulação entre representação cartográfica e representação política. Os objetivos da tese quanto à desconstrução da epistemologia científica da cartografia alinham-se com a estratégia analítica do autor, que pretende descanonizar a independência da ciência jurídica e defender a existência da pluralidade de ordens jurídicas ou, noutros termos, múltiplos modos de juridicidade.

Para tanto, Boaventura traça um paralelo analítico entre direito e mapas cartográficos, no sentido de entender como estes modos específicos de ‘imaginar’ e ‘representar’ a realidade são tributários de representações sociais: “as várias formas de direito tem em comum o fato de serem mapas sociais e, de tal como os mapas cartográficos, recorrerem aos mecanismos da escala, da projeção e da simbolização para representar e distorcer a realidade” (1988, p.148). Aborda estes mecanismos reunindo considerações que se aproximam da epistemologia arqueológica exposta no capítulo anterior. A incessante interação entre os pressupostos do mito, opacidade e distorção, presentes nesta epistemologia, com os princípios do fato, literalidade, sincronismo e exatidão alegados pela epistemologia científica disputam legitimidade frente à regulação jurídica.

Boaventura considera a hipótese de que a escala produz o fenômeno e, por isso, apresenta uma dimensão qualitativa, de modo que a mudança da escala implica também a mudança do fenômeno. Ao traduzir tal mecanismo para o direito alega “estas formas de direito criam diferentes objetos jurídicos a partir dos mesmos objetos sociais empíricos. Usam diferentes critérios para determinar os pormenores e as características relevantes da atividade social a ser regulada. Estabelecem diferentes redes de fatos. Em suma, criam realidades jurídicas diferentes”. (*idem*, p.149-150). O autor identifica mais pontualmente três ordens jurídicas: o direito local (ou vernacular); o direito estatal,

consubstanciado pelo Estado moderno e pela ciência política institucionalizada com o direito; e por fim, o direito internacional.

Quanto à projeção coloca que cada tipo de projeção determina formas e graus distintos de distorção nas regiões de centro e periferia da superfície projetada, cujas regras são conhecidas, dada sua natureza geométrica. Dirigindo-se ao direito afirma “tipos diferentes de projeção criam objetos jurídicos diferentes e cada objeto jurídico favorece uma certa formulação de interesses e uma concepção própria dos conflitos e dos modos de os resolver.” Dadas as implicações sobre extensão e angulação dos territórios, o autor caracteriza a projeção como um aspecto de dramatização das conformações espaciais, por dois vieses principalmente: a projeção egocêntrica e geocêntrica. Trata-se de uma classificação definida por diferentes representações do objeto social em questão, que correspondem a formas de regulação jurídica com especificidades históricas.

Remete-se às considerações de Weber quanto às diferentes comunidades jurídicas vigentes no passado, constituídas por parâmetros como o nascimento, a religião, a etnia ou a ocupação. Neste contexto, predomina o direito egocêntrico fundamentado por representações subjetivas e particulares, próprio e aplicado em um grupo social específico. O direito geocêntrico, por sua vez, configura um direito geral, exercido em todo o território, decorrente da consolidação da economia de mercado, da burocratização das relações sociais e suas instituições. “O Estado moderno se transformou numa instituição coerciva global e o seu direito passou a aplicar-se a todos os indivíduos e a regular de modo geral e abstracto todas as situações.” (*ibidem*, p. 158)

A simbolização como terceiro mecanismo é condicionada pelos anteriores e classifica-se de acordo com os níveis de abstração adotados nos símbolos. Dividem-se em sinais icônicos, cuja visualidade é figurativa e naturalista; e em sinais convencionais como o próprio nome declara, são convenções arbitradas como detentoras de um índice de abstração apto a comunicar universalmente determinada ideia. Para incorporar essa classificação como uma simbolização jurídica da realidade, o autor delimita dois estilos, correspondentes respectivamente aos dois tipos de simbolização: bíblico e homérico. No estilo jurídico bíblico predomina uma juridicidade imagética, formulada por descrições figurativas e concretas, por meio de sinais icônicos e expressivos. O homérico contrapõe-se como uma descrição formal e abstrata, constituída enquanto juridicidade instrumental.

Em linhas gerais, depreende-se da analítica proposta por Santos, elementos para pensar a dimensão política da noção de representação. Insistimos na ideia de

produção e instauração cartográfica versus a ideia de representação, conforme defendido anteriormente e as articulações propostas pelo autor expandem o quadro relacional em que se insere nossa hipótese. As implicações entre geocêntrica, egocêntrica, bíblico, homérico, direito nacional, internacional e local inserem na presente problematização modos de formular e constituir direitos relevantes para a problematização da legitimidade das múltiplas formas e ferramentas de regularização do espaço.

Sua análise debruça-se sobre três estudos vinculados à sociologia do direito, realizados em Portugal, Cabo Verde e Brasil. Por ora, nos deteremos “na investigação no Brasil, que foi realizada em 1970, no Rio de Janeiro e, em 1980 no Recife e trata das lutas sociais, jurídicas e políticas dos moradores das favelas contra o Estado e os proprietários privados do solo urbano no sentido de garantirem o direito à habitação nos terrenos que eles ocupavam ilegalmente.” (*ibidem*, p.148) Este caso interessa pontualmente, pois coloca em questão os modos como se instituem as propriedades privadas na cidade, a partir dos mecanismos cartográficos de representação/ distorção da realidade, enquanto processos coimPLICADOS e acessados pela perspectiva da sociologia do direito.

Ao analisar as duas cidades, Santos detectou a ideia de interlegalidade, sugerindo que no espectro dessas lutas é insuficiente pensar em oposições entre as diversas categorias levantadas na cartografia simbólica do direito. Compreende que a interação escalar entre direito local e direito nacional, projeção egocêntrica e geocêntrica, provoca uma tensão dialética entre representação e orientação, posição e movimento. Rompe-se a fronteira do particularismo e o fenômeno da disputa pela propriedade efetiva-se pela porosidade ética e jurídica, adentrando instâncias jurídicas alinhadas à hegemonia da propriedade privada mediada pelo Estado.

### **3.2 RELAÇÕES ENTRE ECONOMIA ESCRITURÍSTICA E PRIVATIZAÇÃO**

No momento em que se consolida o princípio da propriedade privada burguesa, a dimensão espacial assume centralidade nas estratégias de regulação viabilizadas pelos instrumentos de abstração e equivalência universal. Esse processo de hegemonia da regulação jurídica pelo enquadramento do Estado Nacional, tributário do direito geocêntrico, apresenta intercorrências com a produção cartográfica hegemônica, que instrumentaliza os modos de representar o espaço e definir os termos do seu acesso, domínio, propriedade e uso. Santos (1988) cita o contrato como o centro da projeção

hegemônica das representações sociais instituídas via direito burguês. Às associações entre direito x espaço x cartografia e legitimidade política associamos as proposições de De Certeau sobre economia escriturística:

*A empresa escriturística transforma ou conserva dentro de si aquilo que recebe do seu meio circunstancial e cria dentro de si os instrumentos de uma apropriação do espaço exterior. Ela estoca aquilo que vai selecionando e se dá os meios de uma expansão. Combinando o poder de acumular o passado e o de confrontar a seus modelos a alteridade do universo, é capitalista e conquistadora. (...) A escritura se torna um princípio de hierarquização social que privilegia ontem o burguês, hoje o tecnocrata. Ela funciona como a lei de uma educação organizada pela classe dominante que pode fazer da linguagem (retórica ou matemática) o seu instrumento de produção.* (DE CERTEAU, 1994, p. 226-230)

Nessa passagem, alteridade corresponde a um conjunto mais abrangente que a dimensão espacial, envolve práticas correlatas ao “corpo vivido” (Certeau, 1994) atracadas ao lugar, à oralidade, à terra, às tarefas não - verbais. A escriturística, ao confrontar-se com a alteridade, constrange o outro e, no caso da presente análise, os outros modos de se relacionar com o espaço, sua figuração, expressão, visibilidade, materialidade, submetendo-o aos seus pressupostos econômicos, científicos e jurídicos. Na acepção de Acselrad (2010, p.18) poderíamos falar de “economia territorial de signos”, que diante da concepção de controle e apropriação mencionada, efetiva o processo de interceptar e enquadrar a alteridade territorial por pressão fundiária e desenvolvimentista, muitas vezes de envergadura internacional.

A análise de Certeau sobre a disjunção entre oralidade e escritura no seio do fazer histórico relaciona-se ao exame da disjunção entre itinerário e mapa, narrativa e mapa operada na transição da lógica medieval-teológica para a modernidade-iluminista. A cartografia moderna e científica insere-se como um dos instrumentos protagonistas dessa economia escriturística, voltada à apropriação do espaço exterior. “A produção de mapas, no caso, propõe uma forma de controle simbólico e, no sentido lefebvriano, de apropriação do espaço, que se articula a disputas territoriais por dominação de espaços concretos”. (ACSELRAD, 2010, p.19)<sup>37</sup>

Os rebatimentos entre De Certeau e Santos requerem uma mediação específica, uma vez que as formulações sobre economia escriturística constituem um ensaio-crítico direcionado à escrita da história, e por fim, remete-se à construção da ciência numa perspectiva mais abrangente. E Santos, ao propor uma cartografia simbólica do direito,

---

<sup>37</sup> Henri Acselrad trata como “assalto territorial” (2010, 17) o processo de mercantilização das terras nas regiões da fronteira agrícola do Brasil durante o período militar. Neste momento, objetivou-se fazer funcionar o mercado de terra, incorporando-lhe a lógica do capitalismo financeiro. Observa-se nesta conjuntura, correlações analíticas com os pressupostos da economia escriturística indicada por De Certeau.

recorre à metáfora da cartografia para em seguida explorá-la de forma literal. Nesta mediação aproximamos tais considerações, pensando na escritura enquanto a figura jurídica que institui a propriedade no atual regime fundiário e o direito enquanto a instância de legitimidade que a admite.

Ambos, direito e economia, nessa perspectiva, inscrevem um modo de regulação espacial, instrumentalizado pela cartografia e seus respectivos mecanismos de distorção/ representação da realidade, incorrendo na apropriação do espaço. A cartografia que em muitos casos instrumentaliza processos entre diversas instâncias atreladas a determinado espaço, ela mesma na sua figuração canônica, ao lançar mão de convenções de uma linguagem sectária, privatiza o próprio espaço de interlocução. A privação subjacente ao exercício desta linguagem, por vezes, fragiliza o domínio de determinada propriedade, ao expropriar da efetiva possibilidade de participação aqueles que não dominam seus códigos. Um tipo de interdito entre esta linguagem e os particularismos inerentes à alteridade territorial, que despotencializa a adoção do mapa como suporte para interlocução.

O Estado moderno, a economia de mercado e a ciência atrelam-se e operam a partir da privatização, processos de dominação, expropriação, acumulação e concentração dos territórios, estabelecendo a ideia de território jurídico. Noutros termos, território legal, oficial, formal, arremetendo aqueles modos de representar os espaços e seus respectivos modos de juridicidade - a alteridade territorial - para os idos da ilegalidade e da informalidade. Tais alcunhas jurídicas deflagram um truncado confronto pela legitimidade dos territórios, que por sua vez, passam pela legitimidade dos sujeitos e suas práticas correlatas. Neste confronto de legitimidades, a cartografia proposta por Santos, pretende trivializar o direito e incitar um novo senso comum, enquanto conhecimento simultaneamente vulgar e crítico. Identifica-se a partir da interlegalidade, um tipo de porosidade ética e jurídica como estratégia para desnaturalizar o exercício do poder decorrente da ciência jurídica dominante.

O enfrentamento crítico da conjuntura delimitada pelas relações entre economia escriturística x direito x legitimidade x cartografia aponta horizontes cartográficos engajados em mobilizações decorrentes de inúmeras condicionantes, entre elas e a mais central, encontra-se o processo denominado de “virada territorial”<sup>38</sup>. Esta é uma expressão cunhada por Karl Offen (2003) para definir o processo de reconfiguração do controle sobre os territórios, desencadeado a partir da década de 90. Trata-se de

---

<sup>38</sup> Cf. OFFEN, Karl H. **The territorial turn: making black territories in Pacific Colombia** in Journal of Latin American Geography 2(1), 2003, p. 43-73.



mobilizações cujas demandas territoriais têm acionado diferentes figuras e recursos jurídicos para efetivar a demarcação e titulação de terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas e afro-descentes mais pontualmente na região tropical da América Latina. A Constituição brasileira de 1988 influi na afirmação desta virada, à medida que altera sobremaneira a relação de forças entre o Estado, a economia e os sujeitos tradicionais, ao definir o mecanismo de auto-declaração como estruturante das dinâmicas de reconhecimento e titulação da terra e/ou território.

Nestas mobilizações estão envolvidas questões como a dessacralização da ciência cartográfica e sua respectiva epistemologia científica; a valorização do senso comum territorial ou em outros termos da alteridade territorial; por fim, a desestabilização do diagrama de forças definidor de posições, projeções, simbologias dos sujeitos enredados nessas tramas. A aproximação do senso comum em contraponto à sua recusa em deslegitimidade, desencadeou a ressemantização da cartografia em incontáveis expressões. Pretendemos abordá-la a partir de uma proposição central, a **cartografia social** e de desdobramentos conceituais forjados na ideia de escriturísticas a contrapelo. Estas são adotadas como guia analítico de algumas experiências recentes classificadas por nós como convergentes à ideia de cartografia social; o mapeamento dos territórios afrodescendentes realizados por diferentes cidades brasileiras (ver cronologia, capítulo 1); e o Guia de Ruas da Maré. Ainda que não se autodeclarem como tal, encontramos pontos de contato relevantes para prosseguirmos a problematização dos estatutos cartográficos, operados nas tramas cartográficas urbanas.

### **3.3 TRAMAS CARTOGRÁFICAS: sobre escriturísticas a contrapelo**

#### **3.3.1 CARTOGRAFIA SOCIAL**

Em princípio, o recorte temático pautado pela perspectiva urbana poderia relegar a um plano secundário as experiências designadas por cartografia social, pela natureza preponderante do espaço em disputa. Estas experiências apresentam maior incidência e relevância nos conflitos territoriais decorrentes do enfrentamento entre povos e/ ou comunidades tradicionais e o bloco formado por “agentes do capital agroindustrial, minero-metalúrgico, energético-empregado e financeiro” (ACSELRAD, 2013, p.11). Ou seja, incidem de forma mais substancial e efetiva nas zonas rurais e no campo, principalmente nas regiões de fronteiras tanto nacional quanto dos estados federativos.

Entretanto, diante da problematização construída pelas intersecções entre Santos, De Certeau e Acselrad, identificou-se a relevância epistemológica e política de

tais iniciativas para além da natureza do espaço disputado. Na sua elaboração é premente a porosidade ético-jurídica alegada por Santos, no tocante às tensões entre projeção egocêntrica e geocêntrica; a inscrição cartográfica de um novo senso comum; e o reposicionamento frente às disjunções entre escrita e oralidade examinadas por De Certeau. Outro fator determinante é constituir um contraponto para as experiências eminentemente urbanas e contextualizá-las num espectro mais abrangente, o campo designado por cartografia social, em incessante processo de formação e discussão há aproximadamente 15 anos:

*São múltiplas as tramas territoriais fundiárias, étnicas e políticas sobre as quais as iniciativas deste tipo de mapeamento tem se realizado no mundo. Listam-se reconstrução da geografia histórica dos deslocamentos forçados de população; definição de potenciais sócio-ecológicos do solo em políticas de acesso à terra, água e recursos em biomassa; a caracterização das regras de uso da terra e de manejo dos recursos por grupos familiares na interface agricultura-floresta; o registo das mudanças no uso do solo e suas implicações para cobertura florestal das margens dos rios e as enchentes decorrentes; reconhecimento de domínios ancestrais assegurados por novos instrumentos legais relativos aos direitos dos povos indígenas; instrumento de contra-mapeamento utilizado para se evidenciar a diversidade da paisagem rural e dos direitos costumeiros destinados a proteger territórios indígenas do avanço das monoculturas; manejo de conflitos por uso da terra e para o planejamento da oferta de serviços de água e infra-estrutura em assentamentos informais urbanos; mapeamentos dos locais em que houve massacres contra a população durante guerras civis. (ACSELRAD, 2010, p.12, 13)*

Observa-se neste levantamento a complexidade de interesses e implicações constituintes das tramas da cartografia social, que também podem ser traduzidas por inúmeras reescritas da prática cartográfica, a saber:

- mapeamento comunitário, etnomapeamento, contra-mapeamento, cartografia popular: referenciando-se pelos sujeitos envolvidos;
- hackeamento de mapas ou mapeamentos livres: remetidos às “práticas de explorar aplicações de mapeamento livre ou combinações da funcionalidade de um site com a de outro”, evidenciando a dimensão técnica;
- mapas performativos, mapas afetivos e experimentais, em cuja produção enredam-se a dimensão estética decorrente de práticas artísticas ou correlatas.<sup>39</sup>

Tais reescritas contestam práticas, rompem silêncios seculares e incorporam outros sujeitos que os encerrados pelo exercício da cartografia clássica. As forças

---

<sup>39</sup> Essa listagem apenas expõe panoramicamente as bifurcações da prática cartográfica sem adentrar as especificidades e contextos de cada uma das expressões. Metodologicamente, traçamos um quadro panorâmico, para expor a envergadura sociológica deste fenômeno, para em seguida adentrarmos em estudos de casos articulados.

políticas, técnicas, jurídicas e econômicas, em contundente embate pela apropriação e controle de territórios, passam por inflexões, anunciadas a seguir por Offen:

*Cinco fatores-chave ajudam a entender a rápida adoção de mapeamento participativo e cartografia social na América-Latina: as forças transferenciais inerentes ao multiculturalismo neoliberal, associadas a reformas constitucionais; a ratificação em 1989, da Convenção de Povos Indígenas e Tribais da OIT (169) por 14 países latino-americanos até 2009; o surgimento de movimentos sociais e das complexas redes com frequência globais, que os sustentam; o crescimento sustentado do ambientalismo global e a rápida difusão das tecnologias geomáticas. (OFFEN, 2010)<sup>40</sup>*

Tais inflexões circunscrevem também a ‘virada territorial’ proposta pelo autor e implicam desdobramentos quanto a noção de participação e crítica. Ambas constituem emergências políticas que incidem fortemente nas redefinições da representação, aqui compreendida pela associação entre representação cartográfica e representação política. De acordo com Crampton e Krygier, a cartografia crítica disparou um “golpe duplo – um conjunto amplo de práticas imaginativas de mapeamento e uma crítica ressaltando a política do mapeamento – que indisciplinou a cartografia.” (2006, p.85) Os autores partem da ideia de insurreição de conhecimentos indicada por Foucault, retomam a teoria crítica desenvolvida pela escola de Frankfurt e a filosofia crítica de Kant para afirmar a crítica como um exame dos pressupostos de um campo do conhecimento.

Estas formulações relacionam-se, portanto, com os princípios da epistemologia arqueológica explorados no primeiro capítulo. Uma política do conhecimento afeita às práticas imaginativas, alteridades territoriais e à hipótese de que os mapas produzem realidades tanto quanto a representam. As representações cartográficas enfocadas pela perspectiva da crítica e da participação alteram significativamente as legitimidades políticas, uma vez que a alteridade territorial passa a ser incorporada como constitutiva do regime de visibilidades cartográfico.

Insurreição dos mapas, ataque à economia escriturística, povoamento do saber cartográfico por um novo senso comum, transformações substantivas que apontam para novas mobilizações políticas em curso. Tais mobilizações desestabilizam o jogo das representações políticas, conjugando movimentos de insurgência, descolonização, resistência, emancipação, que por sua vez são fortemente tensionados pelas

---

<sup>40</sup> Estas considerações são apontadas na orelha da seguinte publicação ACSELRAD, Henri; VIANNA, Aurélio (Orgs.) **Cartografia Social dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), 2010.

estratégias de dominação, controle e regulação, num incessante e intrincando jogo de representações.

As cartografias sociais são perpassadas por todos estes processos e os próprios pressupostos de participação passam a compor ambiguidades entre emancipação e regulação. O pressuposto da participação passa a compor o léxico das agências de desenvolvimento multilaterais, que vem adotando as chamadas “metodologias de pesquisa participativa”, integradas por métodos de pesquisa participativa e pelas tecnologias SIG’s e sensoriamentos remotos, forjando um horizonte propício às suas intervenções e interesses. A ambiguidade permeia diversos posicionamentos políticos dos sujeitos envolvidos e é fundamental uma análise detida, caso a caso, para entender em que direção efetivamente determinada cartografia social aponta: se partem da busca por emancipação ou se são apenas justificativas contemporizadoras de iniciativas absolutamente colonialistas<sup>41</sup>.

*As práticas e instituições de participação criados no bojo destes processos são a resultante possível entre a diretriz de equilíbrio democrático – conferindo a grupos minoritários (ou, dominados) a possibilidade de influir em processos decisórios – e o risco (evitado pelos grupos dirigentes) de que novos modelos democráticos ameacem interesses hegemônicos. (SANTOS E., 2011, p. 52)*

A pauta da participação insere a discussão sobre democratização na questão cartográfica. A ampliação da representatividade da alteridade territorial (qualitativa e quantitativamente) nas cartografias sociais desdobra-se no aprofundamento do processo de democratização<sup>42</sup> do acesso à terra e aos territórios, que por outro lado coincide com o processo de estabilização fundiária e incremento da pressão financeira e imobiliária das propriedades instituídas via cartografia participativa. Ou seja, as linhas de distinção entre dominação e emancipação, hegemonia e resistência, regulação e insurgência são extremamente tênues e o que se observa são ambiguidades no decurso destas experiências.

A centralidade da dimensão política nas cartografias sociais decorre das intercorrências com a questão da democracia e o modo como tais processos efetivam-

---

<sup>41</sup> Hale (2002) articula práticas políticas de mapeamento à mobilizações políticas promovidas por um tipo de multiculturalismo neoliberal, de natureza flexível para compor com a diferença, mas manter o vínculo entre diferença e desigualdade. Para entender efeitos paradoxais e colaterais da inserção da participação na cartografia ver FOX, J., SURIANATA, K., HERSHOK, P., PRAMONO, A. **O poder de mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial** in ACSELRAD, H. (org.) **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 2009.

<sup>42</sup> Ressaltamos que ainda se trata de um processo incipiente de democratização do acesso à terra e aos territórios, o que persiste é uma conjuntura marcada pela concentração e negação do acesso. Poderíamos falar de um aprofundamento efetivo quando se efetivar a reforma urbana e agrária, enquanto isso, o que chamamos de aprofundamento é um lento processo de transformação frente a uma assimetria sedimentada desde as primeiras investidas na constituição do território nacional.

se pela politização das 'nomeações da vida cotidiana e das práticas rotineiras de uso da terra' (ALMEIDA *apud* CRUZ, 2013, 155). Como se o novo senso comum explorasse estratégias específicas inclusive para a nomeação dos sujeitos da ação política, que vem se afirmando prioritariamente sob a chancela de identidades como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco, camponês, afro-descendentes, entre outros. A politização enquanto disputa por visibilidade e posição, atrela-se às nomeações da vida cotidiana e às práticas dos espaços que são incorporadas nas cartografias sociais.

No Brasil, é notório citar a inserção do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) como operadora e militante dos pressupostos da Cartografia Social. A cronologia exposta no capítulo 1, evidencia a atuação do PNCSA em contexto urbano, somando entre 2006 e 2014 um conjunto de 29 fascículos, dedicados a sujeitos indígenas, homossexuais, afro-religiosos, ribeirinhos urbanos, catadores, mulheres, artesãos das cidades de Belém, Manaus, Marabá e Salinópolis. As suas mobilizações junto às comunidades tradicionais, agrícolas e extrativistas (de inserção não-urbana) é exponencialmente maior e testemunha a centralidade que este projeto assume nas disputas por representação política, mediadas pelo instrumental cartográfico, no contexto contemporâneo marcado pelo acirramento dos conflitos por território.

A representação política via representação cartográfica pode ser compreendida mediante as formulações de Fraser (2009) quanto à representação como o 'estabelecimento de fronteiras do político', a constituição das 'fronteiras da comunidade política' implicando sistemas **classificatórios** que incluem e excluem, definindo quem pertence ou não e quem, portanto, tem ou não direitos. Na esfera do direito, o pertencimento ao regime de legitimidades políticas aponta para a noção de cidadania territorial (OFFEN, 2009), alçada à condição de plataforma primordial das disputas contemporâneas diante a suposição do território como condensador de direitos (CRUZ, 2013, p. 136).

O elo entre lutas sociais e lutas territoriais demonstra a reconfiguração das possibilidades de representação política via representação cartográfica. As 'fronteiras do político' determinantes nos processos de representação perpassam tanto a dimensão metafórica quanto a literalidade da fronteira enquanto elemento constitutivo do regime de visibilidades da cartografia. Os rebatimentos sobre a representação política na esfera do direito desencadeados pelas experiências de cartografia social conjugam a politização das nomeações da vida cotidiana e a disputa pela cidadania territorial.

A incorporação da alteridade territorial demanda transformações dos próprios mecanismos de representação cartográfica. Observa-se, por exemplo, a alteração da escala e das simbologias das cartografias, uma vez que os conteúdos e suas respectivas legendas são referenciados pelo “corpo vivido” (DE CERTEAU, 1994), impactado pela oralidade, cotidiano, memória, enfim, por múltiplas expressões da experiência concreta dos sujeitos cartografados e cartografantes. Enquanto as cartografias convencionais, na sua maioria mediadas pelo Estado ou seus duplos são formuladas via de regra, pela razão instrumental, filiada à abstração geométrica e a cegueira diante o senso comum. Nota-se uma diferença fundante nestes dois modos de representação quanto à escala, simbologia e projeção.

Vainier coloca a transição da escala estritamente geográfica classificada pela abrangência (local, regional, nacional, internacional, etc) e definida pelas cartografias clássicas para a escala das relações sociais, econômicas e políticas, influenciadas pelas institucionalidades envolvidas nos processos. Retomando as categorias indicadas por Santos, observa-se na cartografia social uma interação dialética entre egocentrismo e geocentrismo, localização e orientação. Ou seja, rompe-se com a hegemonia geocêntrica, calcada no estatuto da localização geográfica e abre-se para o diálogo com os particularismos que podem redefinir algumas fronteiras da comunidade política e orientar movimentos impensáveis para a condição estática das cartografias hegemônicas. Tais movimentos compreendem por vezes processos de transformação das propriedades instituídas, a partir do reconhecimento de direitos territoriais e ou redistribuição de terras.

Um aspecto fundamental para entender esta conjuntura é a disseminação – alastramento da exploração das tecnologias digitais que vem permitindo um volumoso trabalho de produção cartográfica tanto por especialistas quanto por usuários dos sistemas computacionais e informatizados da atualidade. Tratam-se das Tecnologias de Informação Espacial (TIE)s – em que se inserem ferramentas tais como os SIG (Sistema de informação geográfica), os procedimentos de Geoprocessamento, os GPS (Global Positioning System), o Goolge Earth e Google Maps.

*As TIEs constituem num sistema complexo de práticas materiais e conceituais que inclui: a extração de matérias primas; sua manufatura em ferramentas como unidades de GPS, notebooks e satélites; a estocagem de informação em massa, base de dados mediadas pela internet; propaganda e marketing dessas ferramentas, serviços a elas associados e os “mundos” aos quais elas dão acesso; a constituição de instituições legais e regulatórias específicas; **novos padrões de saber perito nas disputas legais em torno do uso da terra**; e uma redefinição das políticas de desenvolvimento. Enquanto tecnologia, as TIEs transformam o discurso sobre a terra e os recursos, o sentido do conhecimento geográfico, as práticas de trabalho desenvolvidas por*

*profissionais da cartografia e do direito, e, em última análise, o próprio sentido do espaço. (FOX et all, 2008, p. 74)*

A radicalidade desta transformação técnica coloca-se central na emergência da cartografia social. É a partir do alastramento desse complexo sistema de tecnologias que se descortinou a possibilidade de inserção do saber cartográfico em outros circuitos de produção. Do ponto de vista da representação gráfica das cartografias, significa atrelar a sua figuração ao ponto de vista aéreo (olhar divino) já consolidado, aquele mesmo questionado por De Certeau, por interferir nas injunções entre relatos e espaços. Entretanto, ainda que o ponto de vista permaneça, os observadores alteram-se substancialmente e vitalizam elos entre relatos e espaços, por vezes são incorporados desenhos manuais, expressões locais, manualidades e oralidades descartadas pela ciência régia.

Convocam a cosmografia enquanto regime de propriedade de determinado grupo, vínculos afetivos específicos, história de ocupação guardada na memória coletiva, uso social que se dá ao território e formas de defesa dele (LITTE, 2001, p.4), a integrem a centralidade das projeções cartográficas, reconfigurando as possibilidades de ação política dos sujeitos aí implicados. A ação política vinculada à virada territorial e à abrangência dos desdobramentos da cartografia social provoca significativas alterações numa conjuntura declaradamente assimétrica quanto às possibilidades de representação política.

O histórico de conflito e luta via de regra inscrito na cosmografia desses grupos minoritários passam por uma inflexão substantiva quanto ao próprio sentido assumido pelo espaço. Neste campo de batalhas enredam-se novos sujeitos e modos de articulação política que, atacadados às reconfigurações das escalas de ação com o alastramento dos sistemas digitais de comunicação impugnam a invisibilidade, armados com a cartografia enquanto instrumento jurídico.

Estes processos de ativação política não se restringem à mediação cartográfica passam a compor um conjunto abrangente de modos de inscrever tais cosmografias no escopo de visibilidades legitimadas pelos saberes peritos, ou seja, ampliam o repertório de instrumentos jurídicos admitidos nestas frentes de batalha. É recorrente encontrar menções a dossiês, fascículos, publicações diversas, kits de tutoriais para mapeamentos participativos. Enfim, a multiplicação de instrumentos adotados faz jus ao desafio de incorporar a alteridade territorial e aos contundentes confrontos decorrentes dos tensionamentos com a economia escriturística. Trata-se, na perspectiva de

Alemida<sup>43</sup>, da transição da cartografia enquanto localizador social para a cartografia como descrição, muitas vezes de caráter etnográfico, liminaridades definidas a partir da leitura foucaultiana de cartografia.

À própria postura investigativa do filósofo Foucault é atribuída a emergência de “um novo cartógrafo” (DELEUZE, 2005, p.33). Esta aproximação entre filosofia e cartografia relaciona-se com uma luta taxonômica instalada nas múltiplas instâncias de constituição dos sujeitos políticos, compreendidos enquanto sujeitos da sua ação, o que rejeita a abordagem afeita à história natural e à noção de sujeitos biologizados. Lutas taxonômicas, nomeação como disputa de sentido, incongruências da representação. Nesse arrolamento, procuramos explicitar a partir de dois casos localizados - uma favela e religiões afrodescendentes - tramas que disputam nomeação, escriturísticas sobre terra, território, espaço, imaginário, historicidade e inscrevem um jogo de representação política mediado pela prática cartográfica.

### 3.3.2 MAPEAMENTO DOS TERREIROS DE SALVADOR E

#### MAPEAMENTO DAS CASAS DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O título dos dois projetos - correlatos quanto ao objeto e à metodologia – colocam em primeiro plano do se trata a ideia de luta taxonômica. O primeiro mapeamento (realizado entre 2006- 2007) dedica-se aos terreiros, o segundo (2008 – 2011) às casas de religiões de matriz africana, nomeações distintas que, entretanto detém-se sobre o mesmo recorte investigativo. Terreiros e casas, nomeações e espacialidades singulares, a casa contém o terreiro, mas nem toda casa autodeclara-se como terreiro. Tênuas mas relevantes distinções que ainda subsistem às particularidades assumidas por tais cultos nos estados do Rio de Janeiro e da Bahia. A luta não se dá entre casa e terreiro, um versus o outro, mas entre todo um conjunto de práticas religiosas de caráter popular, cujo processo de reconhecimento, nomeação e classificação constitui-se como disputa.

*(...) como precisar se um determinado espaço religioso poderia ser considerado um terreiro, segundo definição consagrada do termo tanto nos estudos afro-brasileiros como no cotidiano das casas de culto? (SANTOS, 2008, p. 14)*

*Este trabalho utiliza a expressão “casas de religiões de matrizes africanas” para refletir a pluralidade das denominações de que trata. Contudo, a expressão “terreiros” tem sido utilizada como sinônimo por alguns membros de movimentos sociais (particularmente*

---

<sup>43</sup> Estas considerações foram compartilhadas pelo professor Alfredo Wagner de Almeida durante o simpósio “Outros mapas: cartografia e pesquisa social” realizada de 15 a 17 de outubro de 2012 em Recife.



*os vinculados ao Candomblé de nação Nagô) e pela SEPPIR/PR. (...) De outro lado, simultaneamente, era também importante a preocupação de que essas categorias não fornecessem a impressão equivocada de designarem um campo homogêneo, o que, certamente, deturparia a própria riqueza e a integridade de cada uma das diversas denominações que se reconhecem sob o rótulo amplo e diverso de “religiões de matrizes africanas”. (FONSECA e GIACOMINI, 2013, p. 49)*

Nesses breves fragmentos dos coordenadores de ambos mapeamentos, ressaltamos instâncias fundamentais onde se enveredam as disputas de sentido: definição consagrada nos estudos afro-brasileiros (universo acadêmico) e cotidiano; campo homogêneo e rótulo amplo e diverso. Demonstra-se de partida a preocupação com uma abordagem apta a demarcar processos de representação comprometidos com singularidades, cujo nexos encontra-se no entrecruzamento das nomeações remetidas ao campo teórico-empírico e àquelas experienciadas na vida cotidiana.

Um alerta primordial frente aos desafios de um conjunto de práticas, sujeitos e territorialidades congregadas sob uma chancela comum, que inclusive lhe atribui relevância cartográfica. Mas cujo longo processo de mitificação, invisibilização e constrangimento culminou na simplificação de múltiplas existências em classificações rotulares, consensuais e, algumas vezes, inoperantes no campo heterogêneo da vida cotidiana. Abrir a discussão desses mapeamentos pelo ângulo dessas pejeas anuncia o intrincado jogo de representações mobilizado nesse ínterim, envolvendo Universidade, Governo (municipal e federal), os próprio sujeitos mapeados e a sociedade de uma forma geral.

As duas cidades – Salvador e Rio de Janeiro – são precursoras de um conjunto de mapeamentos que desde 2008 vem se disseminando em todo território brasileiro e já abarca as seguintes capitais: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Belém, Natal, São Luís do Maranhão, João Pessoa, Teresina, São Paulo (em vias de negociação); e diferentes municípios e regiões do estado da Bahia: Camaçari, Lauro de Freitas, Ilhéus, Recôncavo e Baixo Sul. Um alastramento cartográfico empreendido como política afirmativa apoiado via de regra pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial e pela Fundação Palmares, duas instâncias federais que efetivam articulações estaduais e municipais. Em princípio, pretendemos abordar as especificidades das primeiras cidades para na sequencia apontar algumas considerações sobre tal alastramento.

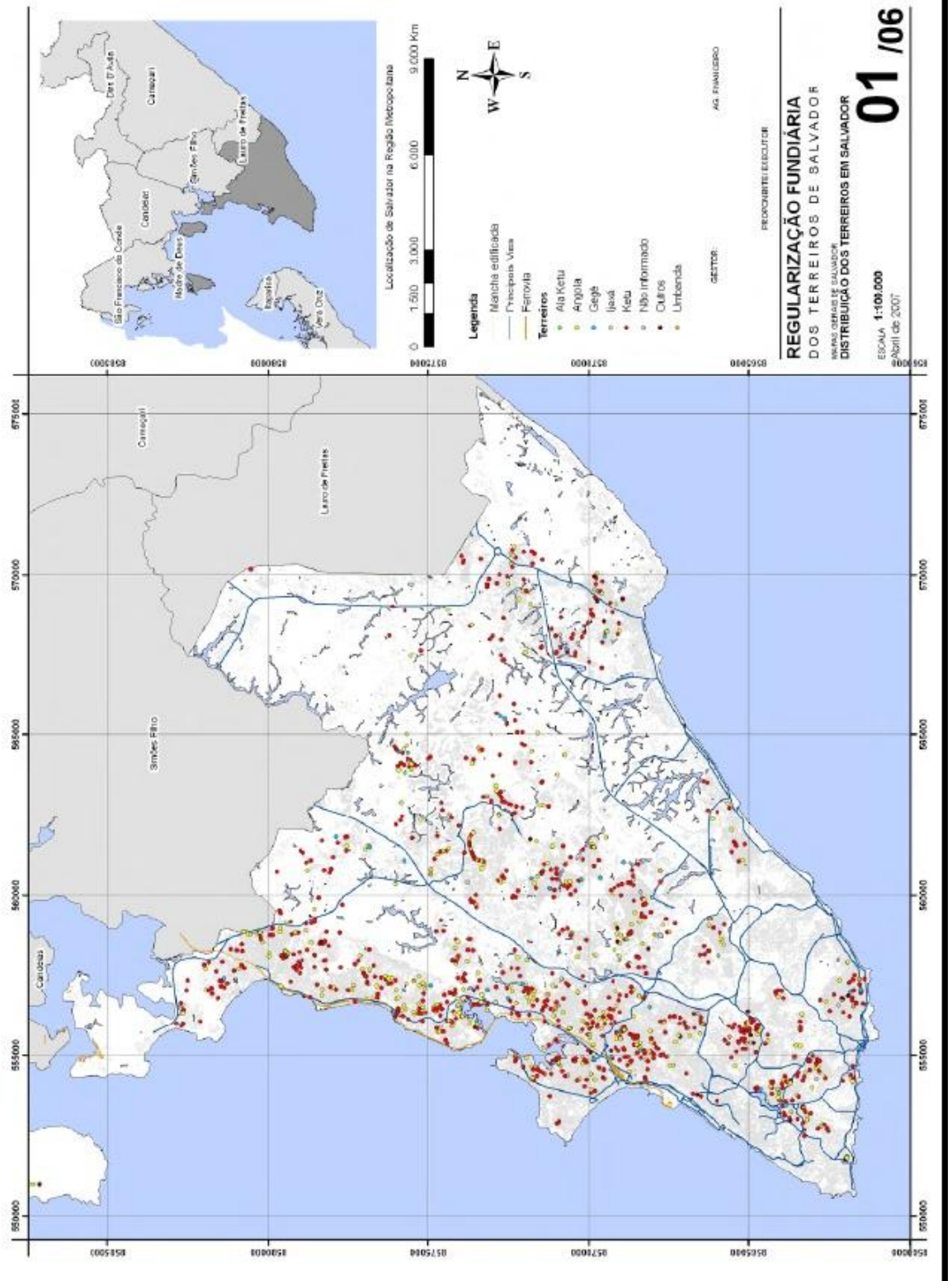


Figura 6: Mapeamento dos terreiros de Salvador – distribuição das nações pela cidade  
 Fonte: <http://www.terreiros.ceao.ufba.br/mapa>

➤ **Do método: conselho e rede**

Em Salvador, o procedimento metodológico para a identificação e localização dos terreiros adotou uma primeira base de dados elaborado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) em 1998, quando realizou oficinas de prevenção às DST/Aids em 500 terreiros, que por sua vez foram catalogadas na publicação *Candomblés da Bahia. Catálogo de 500 casas de culto afro-brasileiro de Salvador* (MOTT, CERQUEIRA, 1998); e uma listagem da Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (Acbantú). Articulado a essas fontes, propôs-se uma rede de identificação, mobilizada pela indicação de terreiros a partir da interlocução com as lideranças e o povo de santo em geral. O levantamento também realizou-se com a visitação de associações de bairros, bares, feiras e outros pontos comerciais onde esses sujeitos transitavam.

A metodologia aplicada no estado do Rio de Janeiro é definida como “bola de neve”, e assemelha-se ao procedimento da indicação de entrevistados adotado pela rede de identificação. A diferença é que em Salvador, cuja escala é de um município, parte-se de um populoso banco de dados (GGB e Acbantú) e no estado do Rio de Janeiro persegue-se as indicações de um conselho *Griô* formado especialmente para compor um quadro mais abrangente de conselhos da pesquisa, Conselho acadêmico da PUC-Rio e Conselho acadêmico-político externo à PUC-Rio. O conselho *Griô* ou Conselho religioso-político foi composto por 14 autoridades representantes de distintas tradições religiosas afrodescendentes presentes na região, com ênfase nos municípios do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense e divisão equitativa entre as representações de Candomblé e Umbanda:

*Este (método) foi adotado por melhor se adequar ao tipo de sujeito político pesquisado e sua história. Cabe ressaltar que este método, ao privilegiar a indicação direta de pessoas pertencentes a grupos geralmente pouco conhecidos e de difícil acesso, geralmente se esgota nos limites da rede conformada por relações de identificação e confiança. Assim sendo, embora esse critério de indicação possa, de fato, resultar na identificação de redes significativas e com malhas razoavelmente finas, não permite conhecer amplamente o campo pesquisado. (FONSECA e GIACOMINI, 2013, p. 32)*

As limitações apontadas pelas coordenadoras são, em princípio, justificadas como uma impossibilidade de esgotar tal campo investigado, dada sua dinâmica urbana e natureza, independente da opção metodológica adotada. De fato, tal ponto de vista reflete os paradoxos da escala 1:1 entretanto, há se avaliar o conjunto levantado no sentido de entender se de fato trata-se de um mapeamento de recorte estadual, ou se seria o caso, de reenquadrar o critério por outro ângulo.

**Mapa I**  
**Casas de religiões de matrizes africanas mapeadas**

**Casas Religiosas de Matriz Africana - RJ**

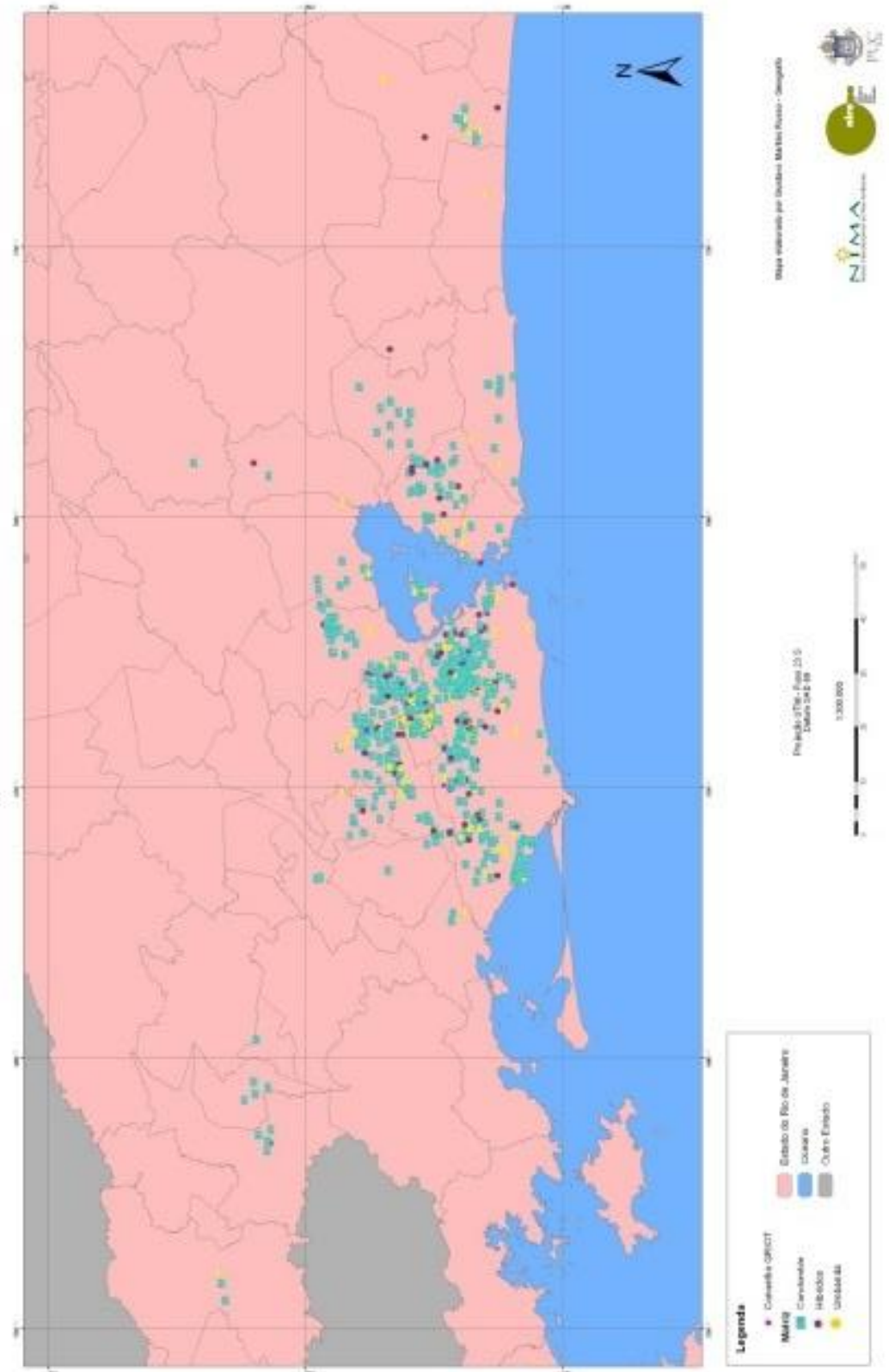


Figura 7: Mapeamento das casas de religião de matriz africana – Rio de Janeiro  
 Fonte: <http://www.nima.puc-rio.br/index.php/pt/>

No tópico conclusivo, avalia-se que a rede, de qualidade dispersiva, converteu-se em um círculo. Uma forma circular fechada sobre si mesma, adensada simbólica e espacialmente tendo as lideranças religiosas, com assento no conselho *Griô*, como centro. Tal formatação metodológica evidencia lacunas e pontos cegos, pois aquelas casas que não integram a pressuposta rede interna, autônoma e de reconhecimentos recíprocos, perpetram e acentuam sua condição precedente de invisibilidade. Por exemplo, não houve nenhuma evidência da presença de terreiros no Complexo da Maré, uma das favelas mais populosas do Rio de Janeiro.

Disto deduzimos que a metodologia carioca não conseguiu romper fronteiras territoriais e subjetivas de alta complexidade e tensão, justamente num local onde se radicalizou o processo de silenciamento e invisibilização do povo-de-santo. E, por fim, associamos que tais hierarquizações internas - dos mais visíveis e identificáveis ao mais invisíveis e anônimos – precisam ser transpostas pelo esforço cartográfico, a fim de efetivamente localizar os sujeitos e territorialidades de maior vulnerabilidade e constrangimento social, desviando-se do risco de consolidar regimes hierárquicos, que por sua vez definem regimes de visibilidade subjacentes à tais práticas religiosas.

### ➤ **Dos parâmetros**

Em ambos casos, parte-se para uma sistemática de inventário e catalogação dos terreiros, em que os mapeamentos integram tal banco de dados, incorporando o georeferenciamento das casas/ terreiros identificados. O trabalho desenvolvido em Salvador, intitula-se também como Censo das religiões afro-brasileiras na Bahia e revela-se com a seguinte abrangência:

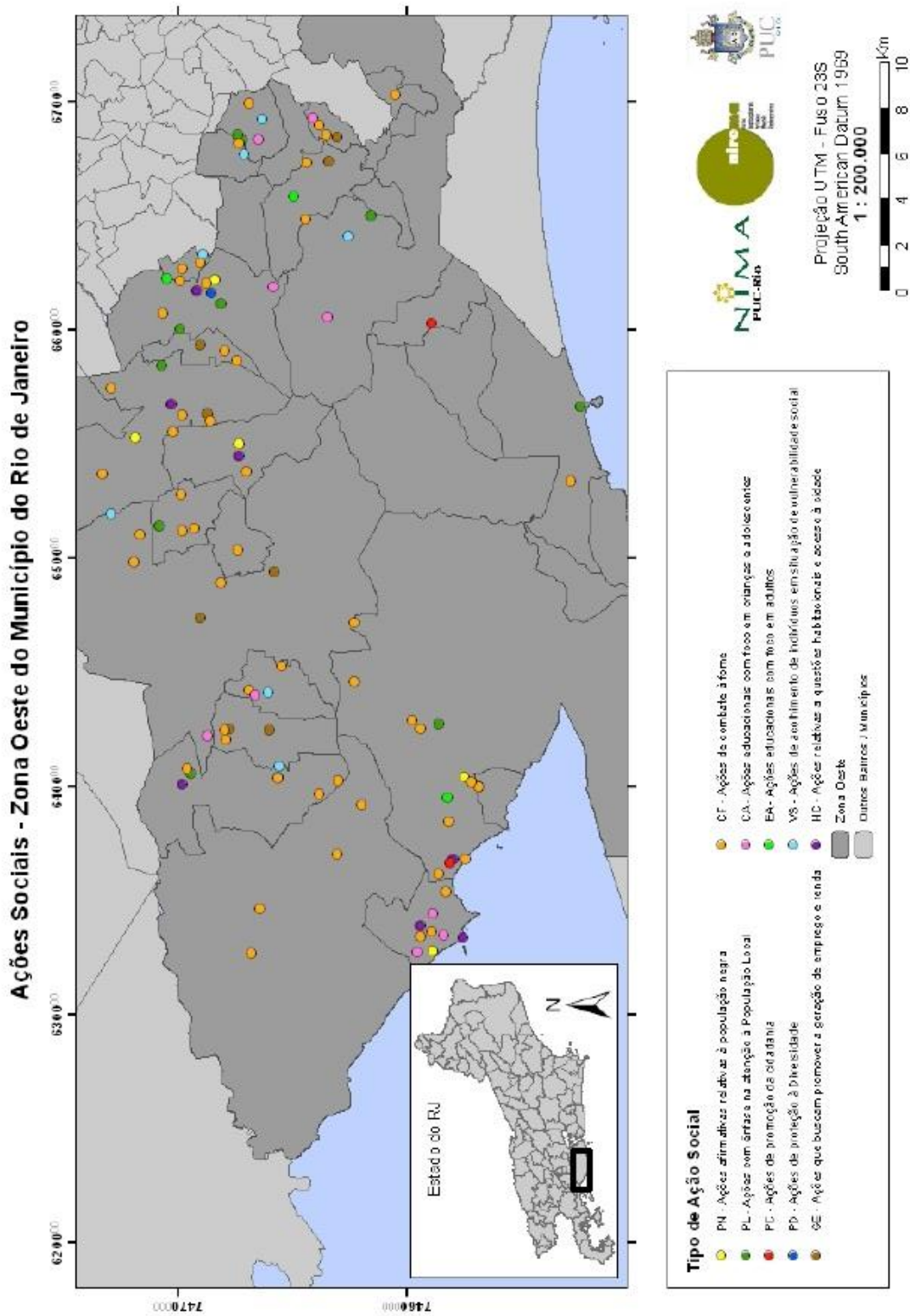
*Decidimos coletar informações relacionadas a: 1) identificação e localização do terreiro (nome, endereço, bairro e código do logradouro, região administrativa, código de endereçamento postal e telefone); 2) identificação e caracterização das lideranças religiosas (nome/como é conhecido, sexo, idade, cor, naturalidade, condição migratória, tempo de residência na Região Metropolitana de Salvador, tempo à frente do terreiro, escolaridade, profissão e participação em programas governamentais; 3) caracterização geral do terreiro (nação, nome e nação dos fundadores, descendência, registro em instituições e associações representativas, ano de fundação, se é constituído como sociedade civil, nome da associação, número de associados, valor das contribuições, origem dos recursos para a manutenção do terreiro, número de pessoas e de famílias residentes; 4) aspectos religiosos e da hierarquia (principal entidade, número de filhos/filhas de santo, número de ogãs e tatas, número de equedes e macotas, número de abiãs, número e origem de novos adeptos e número e destino de ex-adeptos; 5) atividades religiosas e comunitárias (ciclo e duração dos festejos, realização de missas e atividades comunitárias; 6) características ambientais (existência e número de matas, fontes, lagos e árvores); 7) características físicas (situação do terreno, regime de propriedade, documentação, número e pagamento de IPTU, regularização da área do terreiro, área do terreiro, variação no tamanho da*

*área do terreiro, ocorrência de conflitos sobre a propriedade, ocorrência de conflitos religiosos, ocorrência de conflitos com a vizinhança, número e tipo de cômodos residenciais e unidades econômicas. Além dessas informações, acrescentamos um anexo com dados sobre os residentes no terreiro (nome sexo, idade, cor, posição na família, escolaridade, profissão, tempo de moradia e renda). (SANTOS, 2008, p. 15)*

O Censo dos religiões afro-brasileiras da Bahia engaja-se mais especificamente com a perspectiva da regularização fundiária e para tanto, elabora um diagnóstico, formatado em um minucioso quadro sócio-econômico-cultural dos terreiros. O Censo espacializa-se na cartografia intitulada “Regularização Fundiária dos Terreiros de Salvador”, sistematizada a partir das seguintes temáticas: distribuição dos terreiros em Salvador, distribuição dos terreiros nas regiões administrativas, distribuição dos terreiros nas macrorregiões de Salvador, distribuição dos terreiros por Nação em Salvador, distribuição dos terreiros por ano de fundação em Salvador (até 1980, até 1922, até 1945, até 1950, até 1960, até 1970, até 1980, até 1990, até 2000, até 2006, até 2007). Tais mapas estão disponibilizados na publicação homônima ao projeto e na página virtual do projeto que, por sua vez, ainda expõe um sistema de geração de mapas para cada bairro de Salvador e seus respectivos levantamentos.

A pesquisa desenvolvida no Rio de Janeiro, foi proposta pela líder religiosa Mãe Beata de Iyemonjá em 2006. A sua participação como sujeito deliberativo no processo de mapeamento, aliado à instância participativa definida como Conselho Griô e o modo de definição dos parâmetros geográficos apontam convergências com os pressupostos da Cartografia Social. A reconstrução da variável “regiões”, aponta uma divergência com relação à sua definição administrativo-política, ou seja, a projeção eminentemente geocêntrica. Passa-se a operar com uma formulação geográfica singular e circunstancial, no sentido de contemplar “percepções regionalizadas [dos membros do Conselho Griô] sobre as práticas das casas de axé, na maioria dos casos, nos termos que os mesmos adotam para nomeá-las”. (FONSECA e GIACOMINI, 2013, p.54)

Uma primeira pista quanto à porosidade entre projeção geocêntrica e egocêntrica, mesmo que sua materialização cartográfica persista estruturada com o ponto de vista aéreo, num espaço euclidiano/ matemático. Ainda assim, engendra-se a passagem entre a percepção regionalizada (a dimensão egocêntrica) e a formalização abstrata (a dimensão geocêntrica). Neste caso, tal engendramento cartográfico tem como principal objetivo realizar uma leitura geográfica da presença do axé no Rio de Janeiro, com foco nas práticas sociais solidárias. Esse foco exigiu a construção analítica da ideia de trabalho social, a fim de distinguir-se da vertente do assistencialismo e encontrar uma nomeação afinada às suas especificidades, com forte implicações com as redes de solidariedade e o sentido de cuidado.



Fonte: Banco de dados da pesquisa do mapeamento PUC-Rio/SEPP/FR, 2011

Figura 8: Mapeamento das ações sociais das casas de religião de matriz africana da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro  
 Fonte: <http://www.nima.puc-rio.br/index.php/pt/>

Os diversos modos das práticas sociais solidárias passam a estruturar as demais variáveis, definidas por: agência sociopolítica, parceiros, tamanho, abrangência e fundação. E a leitura das relações entre todas estas, tem como epicentro as ações sociais classificadas nas seguintes categorias: 1) afirmativas relativas à população negra; 2) com ênfase na atenção à população local; 3) promoção da cidadania; 4) proteção à diversidade; 5) que buscam promover a geração de emprego e renda; 6) combate à fome; 7) educacionais com foco em crianças e adolescentes; 8) educacionais com foco em adultos; 9) acolhimento de indivíduos em situação de vulnerabilidade social; 10) defesa de direitos humanos; 11) relativas às questões habitacionais e ao acesso à cidade; 12) preservação ambiental.

O mapeamento fluminense institui um recorte específico e, por sua vez, detalha a constatação quanto à forte atuação social destas comunidades diante da omissão e ausência dos poderes públicos nas regiões onde a maioria das casas se estabelecem. Nesse caso, os resultados da pesquisa são adotados como instrumento de regularização destas casas no sentido de contribuir com o processo de institucionalização jurídico-política desses espaços/ comunidades, transformando-os em instituições religiosas. A regularização fundiária também é mencionada como objetivo entretanto, identificamos a predominância da primeira intenção, a regularização como instituição religiosa. Encontramos por exemplo, a elaboração da Cartilha para legalização de Casas Religiosas de Matriz Africana (Mulholand e Pires, 2012)<sup>44</sup>, gerada como subproduto da pesquisa, uma ação concreta que materializa tal objetivo e o centraliza frente à regularização fundiária.

### ➤ **Das taxonomias e escriturísticas**

A luta taxonômica exposta inicialmente enquanto dimensão política travada na disputa por legitimidade de sentidos, enquadra apenas uma aproximação do conjunto de lutas inscritas na relação entre as religiões afrodescendentes e a sociedade brasileira. Inicialmente, discutimos sobre a distinção entre casa e terreiros, cuja legitimidade e reconhecimento passa por entendimentos e pertenças múltiplas dos seus praticantes. Outra magnitude desta luta, refere-se aos persistentes processos de

---

<sup>44</sup> Disponível em [www.nima.puc-rio.br/images/MAPCMRA-RJ/TEXTOS/Texto\\_Cartilha.pdf](http://www.nima.puc-rio.br/images/MAPCMRA-RJ/TEXTOS/Texto_Cartilha.pdf). A cartilha relaciona-se com nosso objeto de trabalho e apresenta-se com uma elaboração valiosa quanto à possibilidade de construção da cidadania das comunidades tradicionais de terreiros. Entretanto, não adentraremos em detalhes da sua elaboração, apenas apontamos sua relevância quanto ao efetivo engendramento de política pública decorrente do mapeamento problematizado.



discriminação, criminalização e constrangimento das suas existências, territorialidades e práticas num longo e contundente processo de violação da sua legitimidade religiosa<sup>45</sup>.

Tal magnitude pode ser observada na classificação e quantificação, levantadas pelos mapeamentos, quanto às formas de violência sofridas por esses sujeitos: xingamento, incêndio, depredação, apedrejamento, invasão das casas de culto, perseguição dos praticantes, pressão fundiária (quando os terreiros localizam-se em espaços alugados), entre outras. As pesquisas evidenciaram índices significativos de manifestação dessa violência, que por sua vez, repercutem nas táticas de invisibilidade<sup>46</sup> como opção de muitos fiés, no sentido de preservarem sua integridade. A violência e intolerância religiosa assumem centralidade no confronto político, em que a legitimidade dessas práticas ainda demanda um criterioso processo de construção frente às múltiplas instâncias da sociedade brasileira.

Esse conjunto de formatos: diagnóstico, censo, mapeamento, cartilha deflagrados com ambos mapeamentos apontam para a emergência de uma escriturística a contrapelo, como forma de disputa de legitimidade política. Tais mapeamentos evidenciam processos relevantes para problematizarmos as tensões e implicações entre hegemonia x resistência e insurgência x dominação. Atribuímos à cada uma das dominâncias, o sentido de polo de atratividade de sentidos, uma perspectiva magnética, que ora atrai, ora repele determinadas ocorrências, conformando zonas adensadas ou esvaziadas de sentido. Zonas repletas de manifestações resistentes quanto à inscrição dos cultos afrodescendentes nos regimes de visibilidade contemporâneos, zonas ocas de resistência, atraídas que são pelas dominâncias hegemônicas.

A escriturística a contrapelo insere-se nesse movimento e mesmo que seja uma emergência fulgurante do polo resistente, passa a deslocar-se nos engendramentos desse magnetismo de natureza política. Entendemos que entre tais polos de atratividade de sentido - hegemonia x resistência, insurgência x dominação - poderíamos interpor a noção de regulação como mediadora. Mediação, nesse caso, não

---

<sup>45</sup> Tal processo histórico remete-se às inúmeras estratégias de colonização da alteridade desde o Brasil colônia. O decurso desse processo extrapola nosso enfoque e, portanto, ressalvamos que nossas menções quanto a ele são apenas à título de contextualização das justificativas dos mapeamentos.

<sup>46</sup> Localizamos o seguinte dado que atesta a tática de invisibilidade: "de acordo com o Censo IBGE 2000, o percentual de adeptos declarados das religiões afro-brasileiras foi de 0,34%, em Salvador. Umbandistas e candomblecistas são, respectivamente, 0,12% e 0,37%." (Santos, 2008, p. 16)

equivale à média, equação equilibrada entre duas partes, mas corresponde à uma zona interposta, uma zona que é o próprio movimento, o entre.

Ambas escriturísticas a contrapelo delineadas pelos mapeamentos dos terreiros/casas de cultos afrodescendentes vislumbram como objetivo final a regulação fundiária e jurídico-política das casas. O mapeamento compõe um conjunto mais abrangente de instrumentos no sentido de fortalecer e, por vezes, instituir um regime de visibilidades pautado por parâmetros próprios, que lhes atribuem existência e legitimidade. A regulação constituiria a esfera em que se daria o exercício pleno de direitos fundamentais, nesse caso, a liberdade religiosa e a função social da propriedade, com a obtenção de direitos correlatos à figura jurídica dos espaços religiosos (fundiário, tributário, previdenciário).

*O mapeamento dos terreiros realizado através de um convenio Município/UFBA, sobretudo, deu visibilidade aos territórios negros numa cidade negra, com um município branco; permitindo que essa observação subverta esse entendimento. Assim o mapeamento-instrumento-"dispositivo", torna-se grande instrumento para possíveis políticas públicas municipais, a partir dos "regimes de visibilidade", e dos "grupos de enunciados" desdobrados nos instrumentos de mapeamento: cartografia, fotografia, entrevistas, fichas descritivas, etc. Portanto, a sua efetividade está enquanto instrumento para adoção políticas públicas municipais; um campo de saber-poder que se apresenta à gestão das cidades. No entanto, ao analisarmos os desdobramentos enquanto política aplicada sobre o município de Salvador, o mapeamento realizado não apresenta ações concretas, sobretudo aquelas relacionadas ao Estatuto da Cidade, conteúdo do artigo analisado. Os principais "dispositivos" adotados municipalmente com base nesse saber-poder foram legislações que **reconhecem culturalmente esses território negros, mas não os protege ou enseja ações concretas de intervenções**. Outra observação interessante, é que o regime de visibilidade criado pelo mapeamento, ensejou uma disputa interna dessa visibilidade, hierarquizando os territórios, sobretudo, quanto ao seu valor histórico e sua relação com a cidade de Salvador. Enfim, o ensejo, transita, ainda, no plano saber/poder em detrimento da adoção de políticas públicas para territórios negros em uma cidade/município negro. (grifo nosso, Oliveira, 2014)<sup>47</sup>*

Na perspectiva do pesquisador, o mapeamento passa a operar como saber-poder, cujos regimes de visibilidade e grupos de enunciados detém a potencialidade de subverter a representatividade religiosa branca de um cidade eminentemente negra (tal como os dados do Censo 2000 apontam). A efetividade não é identificada por ações concretas resultantes da implementação de determinada política pública. O mapeamento é disponibilizado como instrumento de gestão, mas que até o presente

---

<sup>47</sup> Estas considerações foram obtidas diretamente com o pesquisador André Luiz Araújo Oliveira em resposta à seguinte pergunta: "Na leitura do artigo de sua autoria 'A cidade e o terreiro: proteção urbanística aos terreiros de candomblé na Bahia pós-estatuto da cidade', você afirma que este processo de mapeamento 'ensejou em grande instrumento para adoção de políticas públicas municipais'. Como você percebe esta efetividade?"

não havia sido incorporado como tal, havendo uma predominância dos dispositivos de gestão abrangidos por legislações de reconhecimento cultural.

A princípio, apontamos que este conjunto de mapeamentos poderia ser compreendido como instrumento-político jurídico de apoio aos movimentos sociais. Nas justificativas de todos eles, inclusive dos diversos outros mapeamentos em curso, principalmente nas capitais brasileiras, centraliza-se o sentido de instrumento de implementação de política pública. O financiamento e a execução destes mapeamentos é realizado por entidades públicas (Seppir, Universidades, Fundação Palmares e etc) o que confirma sua natureza de política pública. Entretanto, estes não se inserem como mediadores de outros engendramentos políticos, e não tem resultado na ativação de outras dimensões da ação pública. À medida que adentramos suas operações particulares, notamos que tais mapeamentos alinham-se mais à ideia de aporte simbólico de processos de subjetivação e como tal, figuram como armas na tal luta taxonômica de conotação política, sem efetivar-se como instrumento no plano jurídico.

A regulação constitui a instância primordial do plano jurídico e, por exemplo, caberia questionar, no caso da pretendida regularização fundiária, se a escala 1:2.000, a maior adotada no mapeamento seria adequada para efetivamente confrontar as delimitações territoriais desses espaços. Ou se, para ser adotada nessa peleja, demandaria um redesenho dessa escriturística, apto a testemunhar os limites fundiários desses espaços, e não apenas as fronteiras simbólicas, que passam a localizá-los dentro da comunidade política legítima (FRASER, 2009). A regulação pressupõe a institucionalização e a adesão às determinantes do direito geocêntrico (SANTOS, 1988). Neste, impera a lógica das representações, temporalidades e prerrogativas forjadas pelo estilo homérico e particularmente alheios à cosmologia destas religiões, que sequer poderia ser compreendida pelo estilo bíblico, proposto pelo autor como contraponto ao anterior. Entretanto, a rejeição de tais determinantes, pode imobilizar dinâmicas políticas importantes na conquista de direitos plenos.

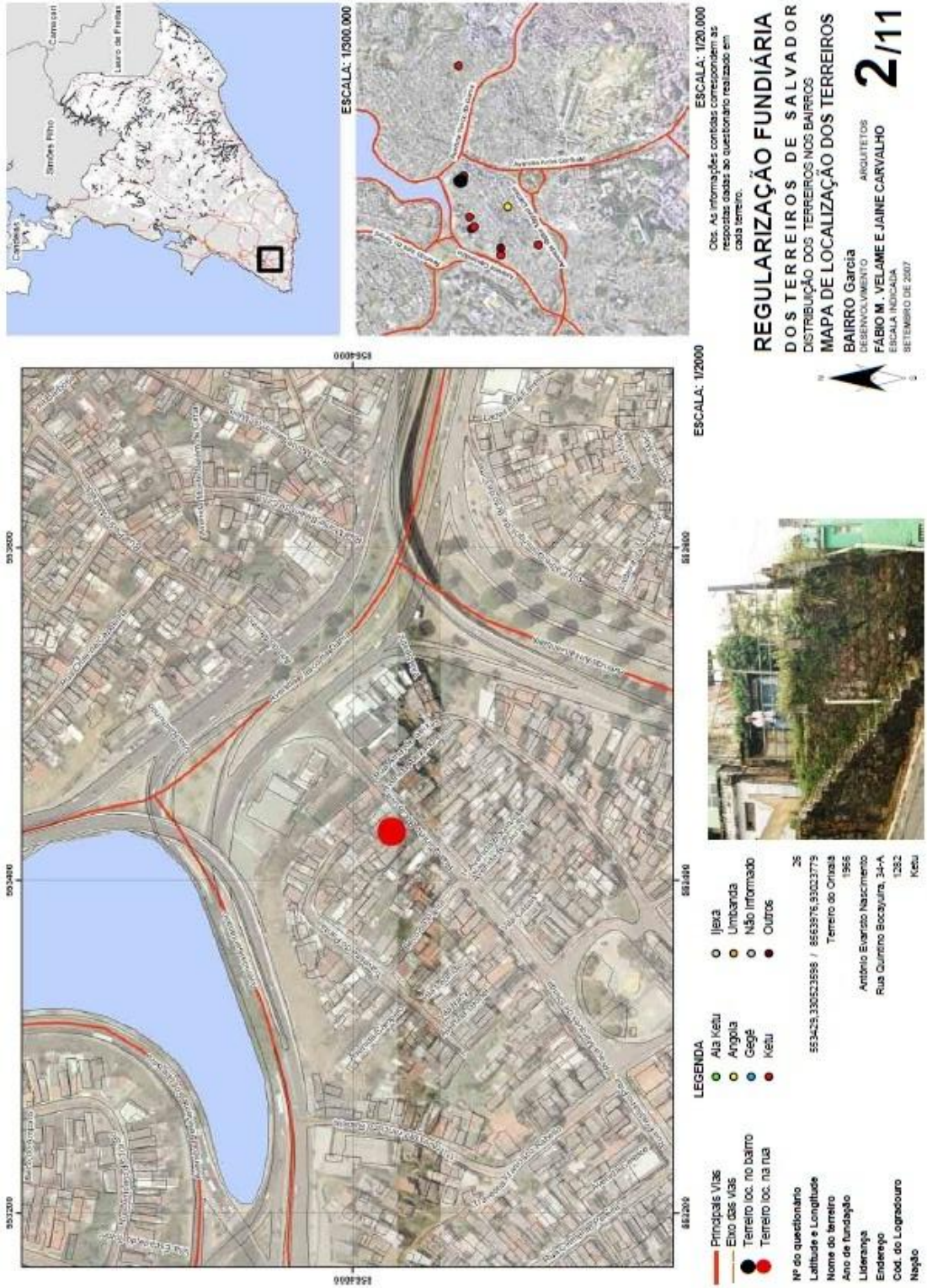


Figura 9: Mapa de localização dos terreiros de Salvador – Bairro Garcia  
Fonte: <http://www.terreiros.ceao.ufba.br/mapa>

O tal magnetismo entre os polos da resistência e da hegemonia opera como força orbitante das tensões entre institucionalização, mapeamento e regulação. Se a rejeição estabelece um fora das fronteiras do político<sup>48</sup>, o dentro dispara vetores de difícil contenção quanto aos desdobramentos e reverberações, forjando uma zona propícia à cooptação e a emancipação efetivarem-se, tal como forças interpostas e tencionadas. A visibilidade cartográfica passa a compor outras disputas por legitimidade, Oliveira (2014) menciona a aderência entre mapeamento e valor histórico dos terreiros na relação com a cidade de Salvador. Uma decorrência colateral que parece afirmar um sentido da cartografia como produção de formas de hierarquização que, por sua vez, podem resultar em formas de dominação.

A impossibilidade de conter o magnetismo das dominâncias e seus pólos de atratividade, atestam que, para além do desafio analítico enredado pelas tramas da tese, afirma-se o desafio metodológico das cartografias sociais e seus correlatos. A ausência quase total de terreiros localizados em favelas cariocas configura como dupla consequência: primeira da metodologia adotada; segunda das diversas formas de violência decorrentes do fenômeno que associa grupos armados e algumas instituições religiosas vinculadas ao neopentecostalismo<sup>49</sup> nas favelas cariocas que, por sua vez, radicalizam o processo de constrangimento e invisibilização dos praticantes das religiões afrodescendentes.

Nesse sentido, a atração entre cartografia e dominação reforça-se, quando outros mecanismos de dominação obliteram a possibilidade dela efetivar-se e, como tal, contrapor-se às formas de dominação aí vigentes. Ou seja, ativar a zona de resistência subjacente ao regime de visibilidade que instaura e efetivar-se enquanto escriturística a contrapelo, no sentido de aporte simbólico de processos de subjetivação, contrariando inclusive a evidência jurídica de onde extraímos a noção de escriturística proposta por De Certeau (1994). No rastro dos diversos sentidos das escriturísticas a contrapelo, saltamos para a discussão do Guia de Ruas Maré, com forte ressonância das tensões entre institucionalização, regulação e mapeamento e de tumultuados movimentos entre as dominâncias aqui sondadas, seus respectivos polos e zonas de atratividade.

---

<sup>48</sup> Ressaltamos que se trata de um fora parcial, pois admitimos que diversos outros engendramentos políticos, inclusive a política cotidiana exercida pelos trabalhos sociais desenvolvidos persiste enquanto força legítima e pulsante nesses grupos.

<sup>49</sup> Para compreender tais elos ver: GIACOMINI, Sônia M. "Intolerância religiosa": discriminação e cerceamento do exercício da liberdade religiosa" *In* GIACOMINI, S. M.; FONSECA, D. P., **Presença do axé: mapeando terreiros no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2013.

### 3.3.3 GUIA DE RUA - MARÉ 2014

Um conjunto de ações investigativas realizadas no complexo da Maré (Rio de Janeiro) condensa sentidos de representação mobilizados enquanto força emancipatória e resistente, num intenso processo político conjecturado pela produção cartográfica enquanto dispositivo central de disputa e legitimação de territórios urbanos. Um tipo de escriturística a contrapelo, figura jurídica instituinte, investida política reivindicatória de existências sociais, territoriais e culturais descartadas deliberadamente pelo exercício escriturístico constrangedor da alteridade territorial.

*Aparecer no mapa é significar a existência de um lugar habitado por pessoas e suas vidas. É grafar (marcar) o solo em que vivemos. É, portanto, ver onde estamos e onde estão outras pessoas, ruas, praças, rodovias, hospitais, fábricas, portos, rios, montanhas(...) e mais tanta coisa do mundo que se faz aparecer nas artes de cartografar: de fazer presente o que é próximo e o que está distante. Portanto, o cartografado é o escrito, ou melhor, é o tornado visível. O ofício do cartógrafo é fazer uma escrita do espaço habitado e, com sua arte de figuração, fazer o desconhecido ser conhecido e, sobretudo, reconhecido como integrante do mundo da vida. (Guia de Ruas da Maré, 2014, p. 13)*

Nesta passagem do Guia, inserido no capítulo cujo título é a seguinte pergunta “O que significa para a Maré fazer parte da cartografia da cidade do Rio de Janeiro?”, a noção de escrita decorre em reconhecimento, visibilidade e fazer presente. Estas associações já foram mencionadas ao longo das nossas exposições, entretanto, detectamos uma diferença sutil: na cartografia moderna o território passa a ser representado no suporte cartográfico, via de regra, composto de papel e mediado pela tríade projeção, simbologia e escala (problematizada há pouco); no guia aparece o sentido de “**grafar (marcar) o solo em que vivemos**”. Ou seja, toma-se a cartografia como inscrição/ marcação no espaço e não apenas do espaço no papel, delineando uma tensão importante entre escrita, suporte e território se pensarmos na natureza do espaço em questão.

A cartografia como dispositivo da escriturística implicada no exercício de domínios sobre o território da ordem da apropriação simbólica e concreta curva-se num tipo de reversão a contrapelo e evidencia o avesso da direção unívoca território > representação, diagramando movimentos de idas e vindas entre representação <> território <> representação. O guia de ruas do Complexo composto por 40 mil domicílios, em 16 favelas: Marcílio Dias, Praia de Ramos, Roquete Pinto, Parque União, Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Pinheiro, Vila do Pinheiro, Novo Pinheiro, Vila do João e Conjunto Esperança, expõe disputas quanto aos regimes de visibilidade e de

enunciação potentes para problematizarmos linhas de forças das tramas cartográficas aqui delineadas.

*As favelas não deveriam estar na escrita oficial da cidade? Os cartógrafos se esqueceram das favelas? O fato é que as favelas sempre foram consideradas nos discursos hegemônicos como expressões da ausência de civilidade e de carência de urbanidade. Há um perverso senso comum que reduz as favelas à condição de territórios precários, ilegais, inacabados, desordenados e inseguros: o avesso da cidade. Assim vista, as favelas não poderiam figurar na cartografia da cidade. Estavam banidas das representações urbanas oficiais. O avesso não deveria aparecer. (Guia de Ruas da Maré, 2014, p. 14)*

Empreende-se o avesso da cartografia que sustém a representatividade da favela como o avesso da cidade promulgada por múltiplas frentes de constrangimento da alteridade territorial. A alteridade territorial explicitada no bojo das cartografias sociais, via de regra, apropria-se de simbologias singulares e veicula figurações com imagens manuais, locais, geradas por sujeitos comuns ou ordinários nas artes de representar. Neste caso, o guia de ruas da Maré configura um exemplar paradoxal da relação de correspondência direta entre modo de representação e ação política.

Se em princípio poderíamos concluir que desvios formais e estéticos quanto aos modos de representar o espaço nas cartografias apontariam para processos contestatórios de hegemônias, ao nos depararmos com o Guia tal correspondência é desfeita. Neste, encontramos um conjunto de mapas convencionais quanto à forma de representação, cujo objetivo é localizar e orientar; a perspectiva é aérea, o traçado geométrico e abstrato e a escala uma grandeza matemática. Ou seja, adota-se um regime de visibilidade cunhado pela representação estática, tributária da racionalidade instrumental que, nos termos definidos por B. Santos, compreende a projeção geocêntrica, alinhada à ótica do Estado.

Entretanto, esta é apenas uma leitura formalista do vasto conjunto de informações produzido e do processo que viabilizou sua elaboração. Representação estática que, no entanto, movimentada os protocolos da representação hegemônica da favela, que opera via produção de ausência e banimento. Do ponto de vista da linguagem cartográfica, trata-se do alinhamento à ótica do Estado Moderno e da epistemologia científica; entretanto, do ponto de vista do processo e dos sujeitos envolvidos, faz-se presente a perspectiva da cartografia social.

De paradoxal passamos a pensar com B. Santos, no sentido de identificar a *porosidade ético-jurídica*, como fenômeno fundamental em diversos processos de luta por legitimidade jurídica (citamos há pouco a luta pelo direito à moradia em Recife e no

Rio de Janeiro)<sup>50</sup>. Alternâncias e sobreposições quanto à admissão de legitimidades locais e estatais interpõe-se como negociação insistente nestes processos, um tipo de convivência tensionada de diferentes *modos de juridicidade*, que convergem para a constituição de planos de pluralidade jurídica.

O Guia da Maré configura uma tentativa de absorver as convivências entre cartografia social e projeção geocêntrica. Nos casos mais disseminados de cartografia social, também persiste a visão aérea enquanto base (a carta) que acolhe as informações da cartografia que, por sua vez, infiltram a dimensão simbólica pela incorporação de iconografias singulares, correlatas à dimensão das vivências/experiências, oralidade/ ancestralidade, tempo/narrativa histórica, etc. Daí decorre a convivência entre legitimidades local e estatal.

*As comunidades, a partir do domínio de metodologias e tecnologias e do apoio de pesquisadores, têm dado visibilidade a si mesmas e as seus territórios por meio de um processo simbólico de constituição delas mesmas e dos mapas que as representam, em um contexto de disputas territoriais. A representação cartográfica resultante é uma leitura particular da realidade plotada em um mapa. Nesse sentido, os “mapas são os territórios”, e mais, são territórios em disputa em uma verdadeira guerra simbólica de mapas. (VIANA JR., 2009, 4)*

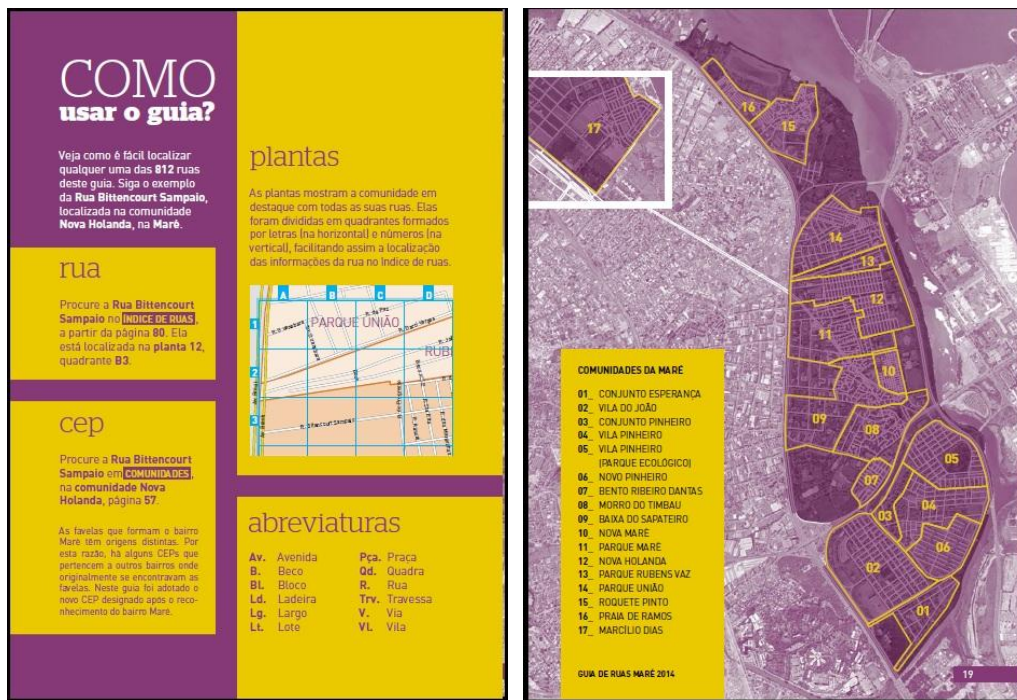
A visibilidade em questão no Guia de Ruas é a possibilidade elementar de possuir, por exemplo, um Código de Endereçamento Postal (Cep)<sup>51</sup> e, portanto, não se faz presente nenhuma exploração iconográfica para construir sentidos particulares. A projeção geocêntrica é exclusiva, a convivência não apresenta intercorrências plástico-formais, pois a tríade (escala, projeção e simbologia) reproduz estritamente o regime de visibilidade da cartografia científica. A porosidade, portanto, deriva dos pressupostos éticos veiculados pelo guia de uma forma geral, sintetizados a seguir, “enfrentar o conjunto de representações e ações distorcidas sobre como são e vivem a população dos territórios abrangidos pela Maré.” (2014, p.5).

---

<sup>50</sup> “Quando em 1970, estudei o direito interno e não oficial das favelas do Rio de Janeiro, tive ocasião de observar que este direito de grande escala, representava adequadamente a realidade sócio jurídica da marginalidade urbana e contribuía significativamente para manter o status quo das posições dos habitantes das favelas enquanto moradores precários de barracas e casas construídas em terrenos invadidos (SANTOS, 1977). Quando dez anos mais tarde, estudeis as lutas sociais e jurídicas dos moradores das favelas do Recife com o objetivo de legalizarem a ocupação das terras por meio de expropriação, compra ou arrendamento, verifiquei que a forma de direito a que recorriam era o direito oficial, estatal, um direito de menor escala, que só muito seletiva e abstratamente representava a posição sócio jurídica, mas que definia muito claramente a relatividade das suas posições face ao Estado e aos proprietários fundiários, um direito que nas condições sociais e políticas da época, oferecia o atalho mais curto para o movimento de uma posição precária para uma posição segura.” (SANTOS, 1988, p. 153)

<sup>51</sup> O caminho institucional previsto para o conjunto de informações levantadas nesse processo é disponibilização para a prefeitura, validação dos logradouros, reconhecimento dos endereços que, por sua vez, assinalam os primeiros passos para o processo de regularização fundiária.





NOVA MARÉ - RUAS POR ORDEM ALFABÉTICA E CEP			
TIPO	LOGRADOURO	CEP	QUADRANTE
BLOCO	30		G7
BLOCO	35		F7
BLOCO	40		G1
BLOCO	40A		H7
BLOCO	40B		F2
BLOCO	40C		G7
BLOCO	50		G7
BLOCO	50A		G7
BLOCO	55		F6
BLOCO	55A		E4
BLOCO	60		D6
BLOCO	60A		E6
BLOCO	60B		E6
BLOCO	60C		F5
BLOCO	70		G6
BLOCO	70A		G6
BLOCO	75		F6
BLOCO	75A		F6
BLOCO	90		G5
BLOCO	100		F4
BLOCO	130		F3
BLOCO	135		F4
BLOCO	140		G5
BLOCO	140A		G5
BLOCO	145		G4
BLOCO	145A		G4

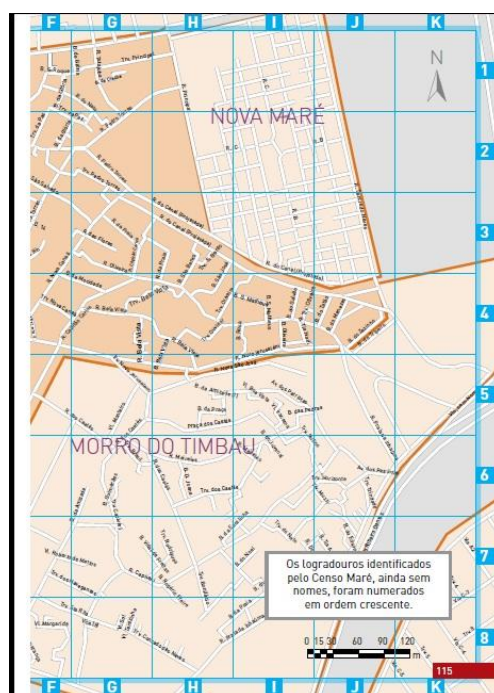


Figura 10: páginas do Guia de Rua da Maré, 2014  
 Fonte: Guia de Ruas Maré

Nesse plano, instaura-se a guerra simbólica de mapas, a ideia de enfrentamento, de confronto mediado pelas existências deliberadas pela cartografia a contrapelo, cujos regimes de participação e visibilidade pleiteiam o reconhecimento dos moradores das

favelas como sujeitos de direitos frente às cartografias hegemônicas, responsáveis pelo seu apagamento e banimento. O Guia de Ruas da Maré (2014)<sup>52</sup> compõe um conjunto mais abrangente de produção de conhecimento e informação, envolvendo processos comunicacionais, denominado de Censo Maré.

Tal Censo foi realizado em 2012 - que também formalizou a primeira versão do Guia de Ruas - defendia a intenção de elaborar um diagnóstico global da situação sócio demográfica do bairro. A prerrogativa de fomento às políticas públicas e fortalecimento de redes de comunicação, desdobraram-se em mais duas ações: o Censo de Empreendimentos Comerciais, com vista a apontar rumos para políticas no campo econômico; e o Censo Domiciliar, possível guia de plano de investimentos norteados pela melhora na qualidade de vida.

A porosidade também faz transpirar os engendramentos disciplinares do procedimento estatístico-geográfico do Censo. O Censo estatal enquanto ferramenta institucional de contar e sistematizar a composição das populações, formato fiel aos protocolos disciplinares nos termos propostos por Foucault, abre-se como membrana permeável por onde infiltram-se outras autoridades recenseadoras. Sujeitos não-estatais herdeiros da exclusão urbana e territorial forjam um interstício institucional, e agenciam seu próprio censo.

*Hoje, mais de meio século que as primeiras favelas apareceram no mapa oficial da Cidade, ainda nos mobilizamos pelo direito de ver nossas casas e ruas identificadas. Casas e ruas fazem parte da história cotidiana das pessoas e da cartografia da cidade. Por isso o seu registro cartográfico é indispensável. E, no caso das favelas, uma dimensão política da maior relevância. Estar no mapa é ter uma marcação gravada, é ter o seu território reconhecido. Nossas ruas são os endereços de nossas moradas. É o lugar onde nossas vidas acontecem, repousam e encontram com outras vidas. Por isso é imprescindível que elas sejam identificadas, nomeadas e gravadas no mapa da cidade. Agora, o ofício de cartógrafo é nosso. Façamos dele uma arte para a garantia e afirmação de direitos. Façamos dele um movimento amplo para sermos reconhecidos como cidadãos de uma mesma, porém, plural cidade. (2014, p. 15)*

O regime de participação vincula-se aos pressupostos da cartografia social no que se refere ao envolvimento comunitário de grupos compostos por sujeitos locais, em que o técnico em saberes específicos da cartografia assume a função de mediador. No caso do Guia, a participação compreende uma ampla investida deliberada por dois sujeitos institucionais coimplicados historicamente com a territorialidade da favela. O

---

<sup>52</sup> Nesta segunda edição de 2014, o Guia de Ruas da Maré, foi atualizado e todas as ruas existentes, atualmente, possuem um nome. Os moradores, através de reuniões por rua, discutiram e escolheram de forma coletiva um nome para a rua onde moram.

Observatório de favelas e a Redes de Desenvolvimento da Maré<sup>53</sup> em parceria com o Instituto Pereira Passos operam a agremiação de moradores, formados como agentes de campo do processo de recenseamento.

### ➤ Da composição dos sujeitos

REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ: instituição da sociedade civil, sediada na Maré e criada a partir do engajamento isolado de alguns militantes envolvidos com o movimento comunitário deste conjunto de favelas. A sua rede de parceiros articula instituições como Petrobrás, Fundação Ford, Funarte, Criança Esperança, Bancos (Caixa Econômica Federal, do Brasil, Itaú Social, de Desenvolvimento da América Latina), entre inúmeras outras, explicitando o atrelamento entre escala local e global. Apresentam-se com o seguinte argumento:

*Promover a construção de uma rede de Desenvolvimento Territorial através de projetos que articulem diferentes atores sociais comprometidos com a transformação estrutural da Maré e que produzam conhecimentos e ações relativas aos espaços populares, que interfiram na lógica de organização da cidade e combatam todas as formas de violência. Com esta estratégia de ação a instituição busca desenvolver projetos dentro de temáticas como educação, arte e cultura, mobilização social, segurança pública, desenvolvimento local, comunicação, combate à violência, em suas diversas manifestações e geração de trabalho e renda.*

*Quanto ao guia, encontramos as seguintes pontuações de dois coordenadores da Redes:*

*Trata-se de um projeto ousado de desenvolvimento local. (Dálcio Marinho)<sup>54</sup>*

*O recebimento de cartas era um problema, nós ligávamos para os Correios e eles diziam que não iriam por ser área de risco. E o ponto fundamental deste trabalho de identificação de logradouros é que as pessoas que moram nas comunidades e conhecem aquela realidade de perto, participam desse momento de mudança". (Edson Diniz)<sup>55</sup>*

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS: surge em 2001 com o projeto de Rede de Universitários de Espaços Populares e em seguida subsidia dois mil bolsistas em 33 universidades do país, no projeto Conexão dos Saberes. Desde sua fundação dedica-se a reposicionar os moradores (principalmente os jovens) de espaços populares, viabilizando processos de formação e pesquisa com foco na desnaturalização dos sentidos das favelas associadas estritamente à violência, criminalidade e pobreza. Seus parceiros e

---

<sup>53</sup> O projeto foi apoiado pelas 16 organizações locais representantes de cada uma das favelas integrantes do complexo: Associação Comunitária Roquete Pinto, Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Esperança, Associação de Moradores do Conjunto Marcílio Dias, Associação de Moradores do Conjunto Pinheiro, Associação de Moradores do Morro do Timbau, Associação de Moradores do Parque Ecológico, Associação de Moradores do Parque Habitacional da Praia de Ramos, Associação de Moradores do Parque Maré, Associação de Moradores do Parque Rubens Vaz, Associação de Moradores do Parque União, Associação de Moradores da Vila do João, Associação Pró-Desenvolvimento da Comunidade de Nova Holanda, Conjunto Habitacional Nova Maré, Conselho de Moradores da Vila do Pinheiro, União de Defesa e Melhoramento do Parque Proletário Baixa do Sapateiro.

<sup>54</sup> Disponível em <http://www.pagina22.com.br/index.php/2012/11/labirinto-decifrado/#sthash.a5XSWByT.dpuf>

<sup>55</sup> Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudo?id=4520488>

patrocinadores apresentam coincidências com as Redes de Desenvolvimento da Maré. Ressaltamos apenas alguns inéditos e com evidência para a temática da tese: Secretaria de Economia Criativa e Secretaria Municipal e Estadual de Cultura do Rio de Janeiro.

Com o passar dos anos, as áreas de atuação do Observatório foram se definindo, ampliando e diversificando. Hoje são mais de 10 projetos em andamento em cinco frentes: Políticas Urbanas; Educação; Comunicação; Artes e Território; e Direito à Vida e Segurança Pública. Atualmente, a instituição conta com um conjunto de intelectuais de origem popular e de outros espaços, os quais, por meio de suas ações, levantam uma discussão não sobre a dimensão particular da favela e de outros espaços populares, mas sobre a cidade. Assim, nos caracterizamos como uma instituição propositiva, buscando possibilidades de construção de metodologias, tecnologias sociais e conceitos que contribuam para a cidadania plena e para o respeito à diferença.

No que se refere mais pontualmente ao Guia, rastreamos:

*Garantir visibilidade e o reconhecimento das favelas contribui para assegurar os direitos dos moradores e o desenvolvimento desses territórios. (Jailson de Souza e Silva)<sup>56</sup>*

Estes dois sujeitos do mapeamento, de caráter institucional interpõem de fato um contraponto às representações hegemônicas da favela. Nesse caso, ou pelo menos até este momento, meados de 2012 quando o Censo Maré e o Guia de Ruas irrompem como mobilização efetiva de sujeitos populares (ainda que institucionais) não se falava em mapear favelas.<sup>57</sup> As dominâncias quanto as tensões entre hegemonia e resistência apresentavam-se de forma nítida, a escriturística a contrapelo demarca a alteridade territorial da favela, uma face dissonante e resistente frente aos gestos cartográficos executados pelas projeções geocêntricas.

Entretanto, o movimento das tramas cartográficas impede a cristalização da resistência, a experiência do Guia de Rua da Maré converte-se no modelo de mapeamento a ser replicado em todos os territórios pacificados do Rio de Janeiro. Este modelo passa a ser coordenado pelo Instituto Pereira Passos, até então parceiro e interlocutor fundamental para de fato viabilizar a incorporação dos dados do mapa oficial da cidade. As posições na trama redefinem-se, as Redes de Desenvolvimento da Maré ocupam nesse novo arranjo da trama o papel de parceiro, desempenhando a atribuição técnica de treinamento dos agente de campo, os moradores-recenseadores desta nova investida que passa a ter o recorte dos territórios pacificados.

---

<sup>56</sup> Disponível em <http://www.pagina22.com.br/index.php/2012/11/labirinto-decifrado/#sthash.a5XSWByT.dpuf>

<sup>57</sup> Haja visto, o truncado jogo de representações delineado pelo pedido de retirada das favelas da plataforma Google.

### ➤ De contrapelo a modelo: gestos pacificados

Em princípio, ressaltamos as expressões emancipatórias da composição de sujeitos formada pela articulação entre as duas instituições supracitadas. Um agenciamento de subjetivações populares, na sua maioria moradores dos 16 bairros da Maré. Seu conhecimento do território, por vezes encontra-se inscrito na sua experiência cotidiana, que em função da elaboração do Guia, passa por um processo de sistematização e formalização, para que posteriormente seja incorporado no mapa oficial.

As linhas e direções de articulação desta trama reposicionam-se quando o Estado passa novamente a anteciper o levante cartográfico do sujeito comum, determinando os modos de instrumentalização do processo, os caminhos a serem percorridos pelo conhecimento produzido e pelo sujeito engajado na sua produção. O Estado neste caso é conjecturado pelo Instituto Pereira Passos, instância responsável pela implementação das UPPs sociais nos territórios já submetidos à ocupação das UPPs.

*A UPP Social mobilizou suas equipes de campo para o desenvolvimento de mapas sobre os territórios pacificados. Até a década de 1960, as favelas não apareciam nos mapas municipais. Hoje, elas já estão assinaladas, mas apenas as principais vias aparecem. Desde maio de 2012, os agentes de campo da UPP Social estão mapeando as ruas, travessas, becos e praças dos 22 territórios pacificados, em um projeto sob a orientação da Redes de Desenvolvimento da Maré, instituição da sociedade civil que em parceria com o Instituto Pereira Passos (IPP) realizou um censo e acaba de lançar um guia de ruas das 16 comunidades da Maré. (LA ROCQUE, 2012, p. 8)<sup>58</sup>*

A escriturística enquanto instrumento de apropriação do espaço exterior, remetida por De Certeau (1994) às estratégias da classe dominante (nas suas diversas formatações – burguês, tecnocrata) alinha-se neste caso ao processo de “gestão territorial, institucional e da informação” empreendido pelas UPP e UPP Social (LA ROCQUE, 2012, p. 5). Converte-se uma mobilização de cunho efetivamente participativo - dado o pólo de deliberação do processo ser um sujeito coletivo, popular, fortemente implicado no território onde atua como cartógrafo - numa das estratégias de gestão destas dimensões.

A centralidade da UPP como parâmetro deliberador dos territórios a serem mapeados evidencia os compromissos de expansão das apropriações dominantes subjacente à escriturística geocêntrica e resseca a porosidade local/ estatal. Ainda que

---

<sup>58</sup> Presidente do Instituto Pereira Passos e Coordenadora da UPP Social. Ex- Secretária Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro, é doutora em Economia pela PUC-RJ e atuou como assessora financeira no BNDES.

haja a presença dos moradores enquanto executores técnicos do mapeamento, a relação de participação é interposta pela hierarquia institucional, restando rastros formalistas e retóricos de uma mobilização que justamente desfez o nexo entre modo de representação e ação política.

O léxico deste modelo de mapeamento derivado do Censo Maré pelo Instituto Pereira Passos tagarela associações entre mapeamento e integração, empreendedorismo, desenvolvimento, sustentabilidade, que por sua vez inserem-se como modo de operação da participação e do protagonismo comunitário. Correspondências entre direito, visibilidade e política pública instâncias fincadas à figura jurídica da escriturística a contrapelo, passam a percorrer os trilhos da favela como “território promissor”<sup>59</sup> e da “favela como oportunidade”, operando um desmonte questionável da representação hegemônica. Neste suplanta-se a hegemonia do banimento e da ilegitimidade via criminalização e expropriação por outro processo de mitificação e reificação, donde a cultura da favela tende a perpetrar valores canalizados para a ideia de teologia da superação, apresentada por Telles (2014)<sup>60</sup>.

*Ao falar em favela como oportunidade, na verdade discutimos a construção de políticas públicas capazes de reconhecer, valorizar e potencializar os ativos desses territórios em prol de uma estratégia de desenvolvimento integradora e sustentável, fundamental para injetar ainda mais velocidade à virada, o processo de transformação positiva que dominou a agenda da Cidade do Rio de Janeiro nesses últimos quatro anos. (LA ROCQUE, 2012, p. 1)*

Tais pontuações datam um processo histórico muito controverso em curso no período de 2008 e 2012, marcado pela intensificação dos mecanismos de gestão militarizada da vida cotidiana, cujo ápice pode ser vislumbrado com os processos de ocupação das favelas pelas UPP's<sup>61</sup>. Uma espécie de saturação do mapa do medo, nos termos propostos por Ribeiro. La Rocque e Telles expõem ângulos opostos enquanto Telles formula a crítica à aderência entre pobreza, empreendedorismo e anulação da perspectiva crítica para entender os modos de produção da própria pobreza; La Roque é porta voz de um conjunto do conjunto de ações definidos pelo Plano Integrado de

---

<sup>59</sup> Expressão encontrada no site do evento Todas as redes: as redes da cidade abertas para os jovens da favela, realizado em 2012, na ECO- UFRJ. Levantamos nessa articulação a presença de uma vertente do Sebrae-RJ voltado para o desenvolvimento de empreendedorismo em comunidades pacificadas.

<sup>60</sup> No capítulo quatro, em que inserimos mais alguns casos nas tramas cartográficas, adentraremos com mais dedicação nas considerações de Telles, sistematizadas a partir do colóquio “Espaços, mercados, controles: campos de tensão e cartografias políticas da cidade”.

<sup>61</sup> A inúmeras e complexas implicações entre comunidade, favela, UPP; a dissensuais perspectivas dos sujeitos envolvidos nesses engendramentos extrapolam nossas indagações. Nesta tese, o caso do Guia de Ruas Maré é o primeiro a empenhar as questões urbana às impactações desse processo. Não nos furtaremos de algumas posições com relação a esses engendramentos, mas de antemão, apontamos nossas limitações metodológicas no sentido de confrontar com maior densidade a questão específica das UPP's e o redesenho da geopolítica urbana na cidade do Rio de Janeiro.

Desenvolvimento da Favela e Rede de Comunidade Integradas, cujo objetivo é vincular desenvolvimento local e empreendedorismo, a partir da exploração dos ativos desses territórios. Um embate irresoluto, que seguiremos explorando em outros fios dessa trama.

No caso pontual do Guia de Ruas da Maré, lidamos com extremidades das dominâncias perseguidas: hegemonia e resistência, como se cada uma delas explicitasse expressões muito saturadas para problematizar a cartografia enquanto escriturística a contrapelo; e escriturística como modelo. O confronto entre modelo e contrapelo engendra na guerra simbólica dos mapas diversos outros movimentos, posições, encadeamentos e associações. No capítulo 4, retomaremos os enlaces entre mapeamento, favela, políticas de segurança pública, a partir do confronto destas com a política cultural. Por ora, insistiremos no adensamento da trama a partir do desdobramento das escriturísticas na figura dos observatórios que, por sua vez, aglomeram outros sentidos para a documentação urbana, cujo suporte e mediação é a cartografia.

### **3.4 TRAMAS CARTOGRÁFICAS: PESQUISA, OBSERVATÓRIO E MÍDIA**

As profundas transformações das lutas e movimentos sociais catalisadas pelas mutações estruturais no meio técnico - com a afirmação cada vez mais cotidiana das tecnologias informacionais - provocam a intensificação do formato observatório, como instância fundamental na instrumentalização política das suas ações. Consolida-se, nesse contexto, o sentido de observatório enquanto centro de escuta das polifonias reivindicatórias, de acompanhamento de processos em múltiplas instâncias da representação democrática, de documentação de uma economia escriturística dedicada aos engendramentos da alteridade, de percepção minuciosa das emergências políticas, de pesquisa e análise das múltiplas conformações da sociedade.

Enfim, uma plataforma condensadora de outro modo de monitorar e controlar movimentos políticos dedicados às pautas mais diversas. A título de exemplo, podemos citar: Observatório da Copa, Observatório da Educação, Observatório do Crack, Observatório Popular de Direitos em São Paulo, Observatório Popular, Observatório de Favelas, Observatório das metrópoles, Observatório dos Conflitos Urbanos na cidade do Rio de Janeiro, Observatório das remoções, entre muitos outros. Nos liames da agenda neoliberal, cuja força política realiza-se via pressão fundiária, financeira, cultural, cognitiva, ideológica, policial e institui-se por engendramentos que associam

disciplina (FOUCAULT, 1999) e controle (DELEUZE, 1992), instalam-se os observatórios ligados aos movimentos e lutas sociais.

As contundentes assimetrias, referentes ao exercício e disputa por representação política, sustentam formas diversas de violência, que oscilam entre violência cotidiana e violência institucional, ambas naturalizadas principalmente pela mídia hegemônica. O mapa do medo, apontado por Ana Clara Torres Ribeiro, como uma das formas hegemônicas de representação social, interpõe-se como força central nos engendramentos simbólicos e concretos da experiência coletiva urbana.

A emergência dos observatórios pode ser compreendida como uma amplificação dos instrumentos de disputa pela representação política nos termos propostos por Fraser (2009) e de questionamento do mapa do medo. De acordo com a autora, a representação instaura-se via definição de fronteiras que delimitam o dentro e o fora, quem está inserido no regime das legitimidades jurídicas e quem é dele excluído. A cartografia social e a cartografia da ação social apontam horizontes revirados no que tange tais fronteiras. Os observatórios, por sua vez, incorporam uma sistemática de trabalho afeita à temporalidade imediata, é como se pudéssemos falar de uma política do presente, um tipo de diário de lutas e mobilizações que podem impactar na definição destas fronteiras.

O observatório clássico, sede restrita de alguns peritos operadores de ciências como a astronomia, meteorologia, climatologia é deslocado da sua acepção disciplinar para constituir-se como esfera pública que recoloca os ângulos, as direções e as lentes de observação dos fenômenos, neste caso, de caráter social. Na disputa por visibilidade e posição no âmbito das fronteiras políticas, os observatórios, cujas produções são investidas da natureza coletiva e pública, recolocam a questão de quem observa/controla quem, a partir da conversão dessa observação/ documentação em instrumento jurídico de disputa por legitimidade política.

Diante do conjunto muito diverso quanto aos seus focos de observação, encontramos uma interlocução estreita entre os observatórios e as práticas cartográficas desenvolvidas no âmbito da Cartografia da ação social, do Observatório das Remoções e do Observatório dos Conflitos Urbanos da cidade do Rio de Janeiro. Um tipo de diário dos engendramentos sociais, cuja implicação espacial é decorrente da centralidade do espaço nas lutas e mobilizações contemporâneas.

Nesta espessura da nossa trama - observatório, pesquisa e mídia - procuramos relacionar três casos, cujas proposições e/ou procedimentos metodológicos, articulam



tais instâncias em distintas associações. A mídia (televisiva, impressa e *web*) assume tanto a função de fonte para o levantamento dos dados de pesquisa, como de suporte para veiculação de conteúdos dispersos (por meio de *sites* próprios dos observatórios); a cartografia por sua vez materializa-se tanto como representação geocêntrica de ocorrência de conflitos urbanos, como operadora analítica da sociologia e do urbanismo, associando o formato do mapa ao de bancos de dados da ação social. Apenas lançamos tais formatações a título de exemplificação adiante entraremos nas suas singularidades.

Os três casos são atravessados pelo sentido de conflito, categoria que também passa a incorporar especificidades nestas associações. Em princípio, conflito decorre das explorações da cartografia social e tecemos fundamentalmente dois planos de análise para construir o diálogo entre a cartografia social e a cartografia da ação social. O primeiro (já exposto nas páginas anteriores) contextualiza a ressemantização da cartografia com a emergência deste subcampo e estabelece a partir da especificidade das suas proposições marcos para o debate de experiências urbanas; o segundo (em vias de se materializar) aprofunda nos pressupostos teórico- metodológicos da cartografia da ação social e movimenta nosso foco de atenção para o recorte urbano, mais pontualmente as sociedades periféricas das metrópoles latino-americanas.

Primeiro, tratamos da cartografia da ação social, uma investigação de caráter teórico-metodológico, empreendido pela pesquisadora Ana Clara Torres Ribeiro, que parte da veiculação dos gestos e ações dos sujeitos corporificados (fios da sua analítica) pela mídia hegemônica no sentido de decodificá-los. Sistematização de rotina das ações sociais no Banco de Ações e Processos Sociais e algumas tentativas de materialização, aglomeradas num método-pensamento em construção. Podemos lhe conotar o sentido da observação e de contraponto epistemológico da hegemonia das leituras instrumentalizadas por tais fontes de natureza midiática.

Desta migramos para sistematizações dos observatórios dos conflitos urbanos da cidade do Rio de Janeiro e das remoções (SP). Práticas cartográficas engendradas como suporte de leitura interescolar e como documentação para instrumentalizar lutas sociais. Nesse conjunto perseguimos nexos entre escala, projeção, simbologia, modos de representação e ação política, diante de cartografias orientadas pelas projeções geocêntricas, mas mobilizadas pelo engajamento com a transformação social.

### 3.4.1 CARTOGRAFIA DA AÇÃO SOCIAL

*No livro Pour Walter Benjamin (Scheurmann e Scheurmann,1994), encontra-se nas páginas 154 e 155 um mapa dos Pirineus com a indicação das rotas de fuga criadas pela Resistência para encaminhar os refugiados, entre outras a percorrida por Walter Benjamin até o lugar da sua morte (Port-Bou, Espanha). Este é um exemplo extraordinário de território praticado, que impede esquecimentos. (RIBEIRO, et all, 2001, p.5)*

Esse trecho traz um exemplo um tanto imponderável ou sem correspondência com as iniciativas que atualmente são definidas pela categoria de cartografia da ação social, mas ao mesmo tempo explicita a tônica e a radicalidade pretendida com este método. A fuga entendida como ação social inserida num dos mais cruéis conflitos mundiais é traduzida num mapa, que por sua vez, conjuga memória, território, vida imediata e solidariedade. Apresentamos essas considerações apenas como uma antecipação condensadora de uma proposta cartográfica que, em poucas palavras, adquire expressão junto ao tecido social por agregar utopias efetivamente transformadoras.

#### ➤ **Sobre os pressupostos conceituais e conjunturais**

O Lastro, Laboratório de pesquisa da Conjuntura Social: tecnologia e território, coordenado pela socióloga Ana Clara Torres Ribeiro no âmbito do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (UFRJ) desenvolveu a proposta teórico-metodológica denominada de cartografia da ação social.

*O Lastro possui uma década de experiência no desenvolvimento da metodologia da cartografia da ação e tem permitido que esse exame aconteça por meio de uma rede de conceitos que valorizam os nexos entre tecido social e espaço urbano como indicam, entre outras, as seguintes noções: micro-conjuntura urbana; superficialidade de relações sociais; território praticado; espaço público provisório e tentativo; arena oculta; impulso global; circuito perverso; humanismo concreto; sujeito corporificado; mercado socialmente necessário. A cartografia da ação social refere-se, sobretudo, às formas de protestos, reivindicações, vínculos sociais que acabam por desenhar novas configurações espaciais e sociais, representações espaciais de trajetos vividos e experimentados. (RIBEIRO, 2011, p. 31-32)*

A autora a considera um contraponto à cartografia social que, na sua acepção, é sinônimo da ação dominante e do entendimento censitário da sociedade, operado via colagem da população ao espaço através do localizador social, o domicílio, apto a traduzir as dinâmicas sociais. Ressalta-se de imediato, que no contexto da tese, cartografia social constitui um subcampo da cartografia disciplinar, tal como expusemos anteriormente. Ou seja, identificamos uma incongruência quanto à denominação e trataremos da seguinte forma o que Ribeiro entende como cartografia social, nós entendemos como cartografia disciplinar.

A cartografia da ação social debruça-se sobre as novas formas de mobilização e luta, em particular correlatas à afirmação de identidades profundamente implicadas no processo de constituição histórica das sociedades periféricas latino americanas. Estas formas de ação social confrontam-se com a face contemporânea do capitalismo – de caráter informacional e cognitivo – cuja força pujante converte energias sociais da vida coletiva em representações dominantes. Nessa conversão cola-se os sentidos da ação ao imediatamente visível, num extenso e contundente processo de rendição do outro, via neutralização dos seus sentidos políticos. O sentido da ação como forma e dimensão visível coincide com o que a autora define como atividade.

Nesta abordagem, coloca-se em relevo a seguinte distinção, “a atividade reitera o que já existe, a percepção funcionalista do mundo, enquanto a ação descobre o que ainda não existe. Só há potencial libertário na ação e não na atividade” (RIBEIRO, 2011, p. 24). A ação consiste na emergência de formas de manifestação social sempre vitalizadas pela relação entre conjuntura e estrutura, pelos diferentes processos de constituição dos sujeitos, ou nos termos da autora, do sujeito corporificado, caracterizados por fortes atravessamentos de dominância cultural. A distinção entre tempo e data<sup>62</sup> é paralela e complementar à primeira, refere-se às inquietações sobre os modos possíveis de grafia da ação social, capazes de traduzir as historicidades singulares do território usado.

Ribeiro reclama por um reposicionamento teórico-conceitual a fim de rever os elos entre conjuntura e estrutura, recusando análises de cunho estritamente econômico. Os modos de acumulação do capital na contemporaneidade passam a incorporar fortemente a esfera da cultura como lugar de negócios, de modo que práticas culturais arraigadas na experiência cotidiana são fortemente tensionadas pela sobreposição entre economia e cultura. Esta sobreposição altera os ânimos das periferias do capitalismo catalisando euforia participativa, ativismos espetaculares e enaltecimento da interatividade, com a utilização ideológica da experiência coletiva apresentada como ‘sem fronteiras’ e ubíqua (RIBEIRO, 2012a).

A ação estratégica, filiada à razão instrumental e censitária, produz uma leitura do território que vincula representação, apropriação e controle, via de regra estruturada sobre indicadores sociais. Em contraponto a esta abordagem, Ribeiro levanta os seguintes pressupostos da ação social: temporalidade acoplada à vida imediata, às

---

<sup>62</sup> Numa entrevista publicada na revista Redobra, a autora quando questionada sobre o modo de inserção do tempo dentro de uma carta responde: “... nós conseguimos colocar datas, mas não conseguimos colocar tempo. Você pode datar os processos, mas você não consegue colocar a apropriação efetiva do espaço. O gesto não.” (RIBEIRO, 2012b, p. 11)

sociabilidades comunicativas da cidade popular, às racionalidades alternativas, todas estas instâncias entrelaçadas numa densa costura do tecido social. São estas incessantes costuras do tecido social que se esgueiram nos impulsos globais do capitalismo contemporâneo e exigem um exercício analítico de fôlego para desenvolver uma contextualização veloz da ação hegemônica. Ou seja, a temporalidade do método também precisa ser construída a partir do entendimento da velocidade da ação hegemônica e das múltiplas variações de direção e posição das formas de luta expressas pela ação social.

Enquanto método, a cartografia da ação social é compreendida como incompleta, praticada, tentativa e plástica. Conjuga dois sentidos principais, denúncia e orientação, apontando para a finalidade de apoiar os sujeitos da ação. Como suporte da ação, é ferramenta usável, o que a distingue das cristalizações fotográficas da ação social coincidentes com a reificação estética da dimensão cultural dos sujeitos sociais. À cartografia da ação social subjaz uma crítica ao fluxo demente de informação jorrado pela nova conjuntura técnico-informacional, potente na neutralização da diferença pela reificação da dimensão cultural e pelo esvaziamento decorrente do excesso de informação sem análise.

#### ➤ **Quanto ao desenho do método**

A iniciativa mais extensa realizada pelo laboratório é constituída pela sistematização de dados da imprensa no Banco de Ações e Processos Sociais (BAPS) estruturado pela natureza multiescalar da economia e da política e, portanto, do poder. Nesse sentido, desenha-se a seguinte articulação no plano político institucional:

*O primeiro dirigido à documentação dos veículos de comunicação (origem, propriedade, vínculos políticos); o segundo constituído por personas, permitindo a rápida identificação de atores políticos com presença na conjuntura e o reconhecimento dos interesses por eles representados e, o terceiro, voltado ao registro de instituições (histórico, formas de financiamento, linhas de atuação). (RIBEIRO, 2001, p.6)*

A dimensão entendida como mapas expressivos da vitalidade do tecido social são elaborados a partir de notícias relativas a protestos, revoltas, passeatas, ocupações de terras e prédios públicos, comícios, acampamentos, interrupção de vias, greves, confrontos, reivindicações. A ação social emerge, portanto, da observação constante da mídia hegemônica no sentido de construir outro desenho da informação e dos sujeitos sociais, que são abordados circunstancialmente e não constituem uma determinação a priori.

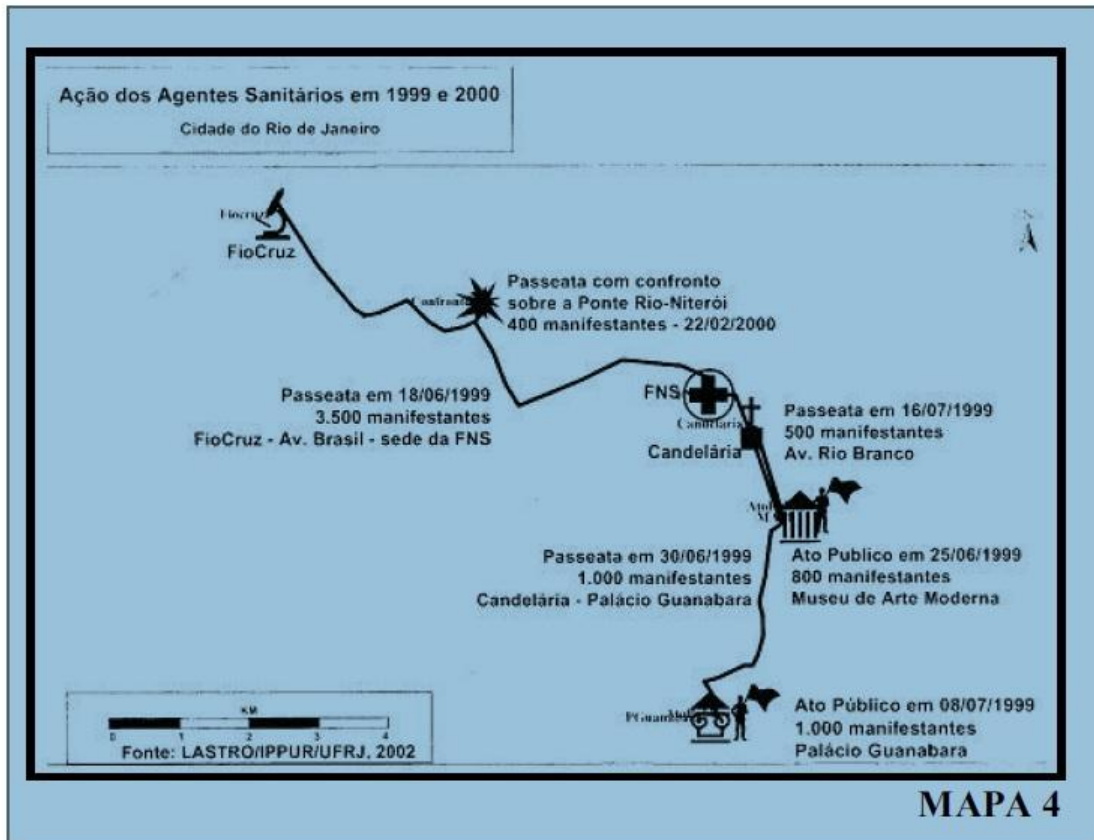


Figura 11: exemplo de configuração da Cartografia da ação social  
 Fonte: SANTOS, 2011.

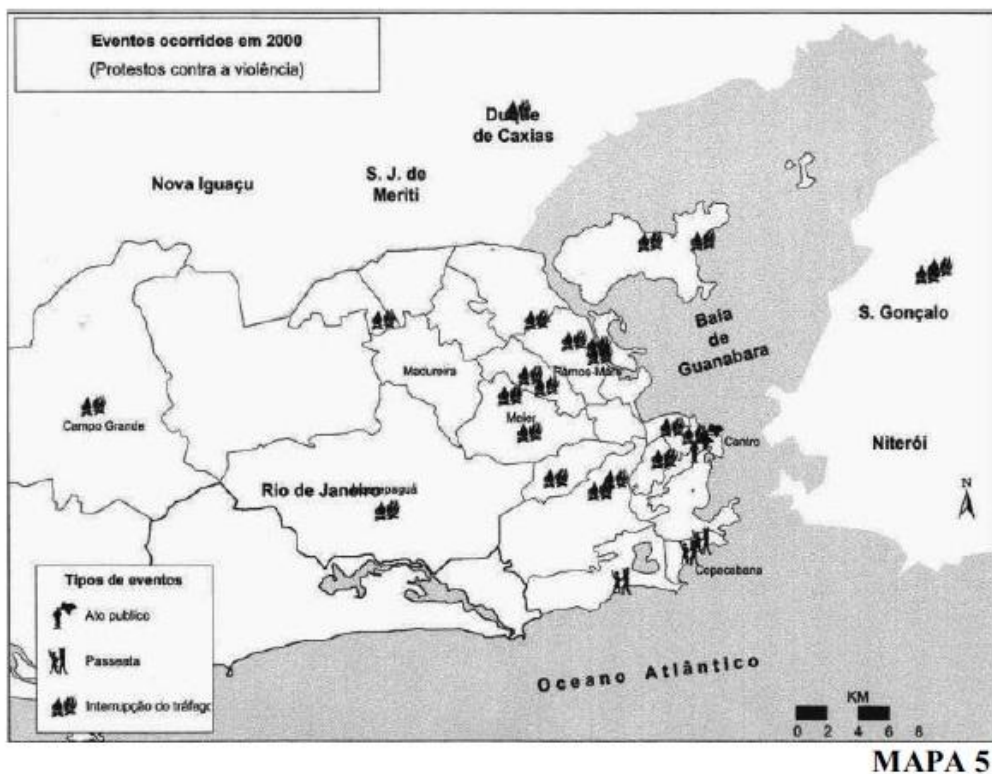


Figura 12: exemplo de configuração da Cartografia da ação social  
 Fonte: *ibidem*

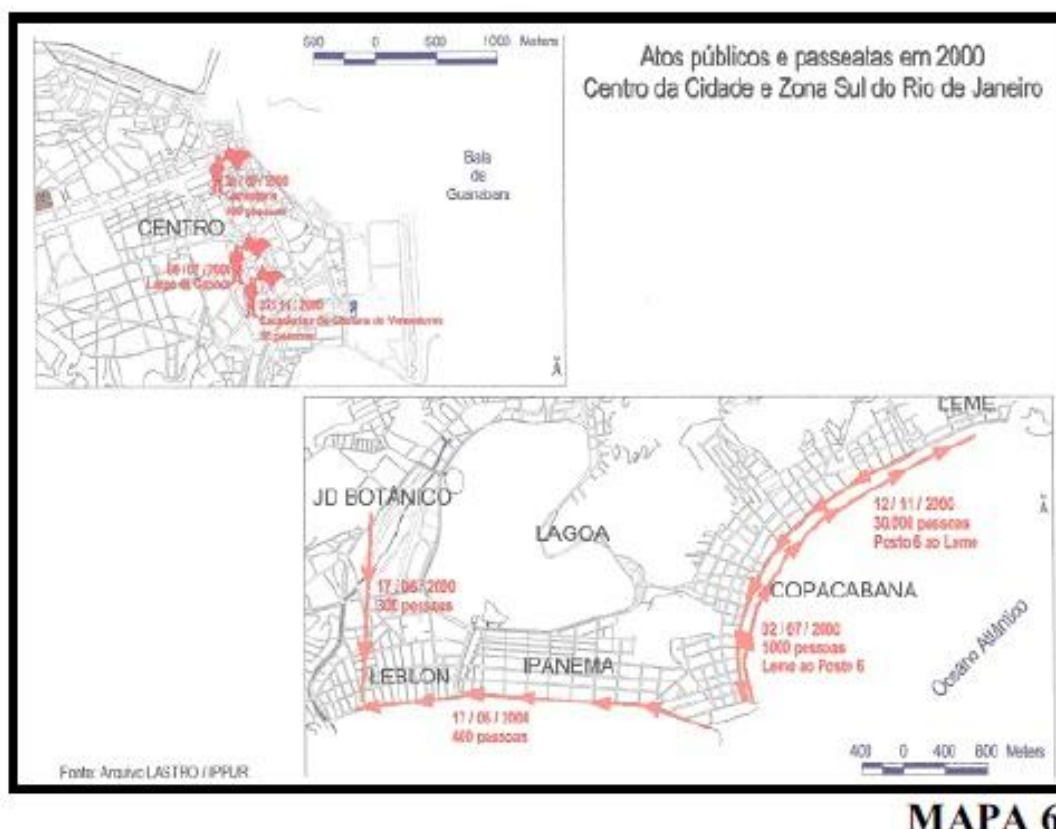


Figura 13: exemplo de configuração da Cartografia da ação social  
Fonte: *ibidem*

O exame crítico proposto pelo método desdobrou-se nos seguintes eixos de construção empírico-analítica: Banco de Ações e Processos Sociais; cartografias da ação social com grupos focais integrado por jovens estudantes, trabalhadores ambulantes e jovens mulheres cooperativadas do bairro popular do Salgueiro em particular a juventude periférica de São Gonçalo (RJ)<sup>63</sup> e com crianças do primeiro ano do ensino fundamental (quarto e quinto ano) do Colégio Carlos Maia localizado no mesmo bairro.

Tais eixos congregam dinâmicas específicas, entretanto, todas são determinadas pelo pressuposto de decodificar a informação da grande mídia. A finalidade última não é produzir mapas, mas mediar o entendimento da ação e dos sujeitos, ou seja, constituir-se enquanto ferramenta analítica e suporte da memória dos muitos outros, como declarava Ribeiro, referindo-se à alteridade urbana metropolitana. O Banco de Ações e Processos Sociais é a iniciativa mais longa do Lastro (data de

<sup>63</sup> Este projeto é uma parceria do Lastro e da Escola de Formação de Professores da Uerj, a partir da mediação da professora Dra. Cátia Antônia da Silva.

1996), os desdobramentos posteriores com grupos focais e atividades na escola passam a ocorrer a partir de 2009 e figuram a passagem de uma instância circunscrita ao universo acadêmico para incorporar-se ao tecido social, priorizando a interlocução com jovens e crianças, entendidas como sujeitos sociais de maior potencial para a efetiva transformação política.

CATEGORIAS SUJEITO DA AÇÃO	PROBLEMA	TIPO DE AÇÃO	Opositor DA AÇÃO	LUGAR DA AÇÃO
MORADORES DE GUAXINDIBA	BLOQUEIOS DE ACESSO A ESTRADA BR-101	REMOÇÃO DE BLOQUEIOS DA ESTRADA	Atopista FLUMINENSE	GUAXINDIBA
MOVIMENTO GLBT (GAYS, LÉSBICAS, BISSSEXUAIS E TRANSGÊNEROS)	HOMOFÓBIA: ASSASSINATO DE JOVEM	PARADA GAY	HOMOFÓBIA: SKINHEADS	ZÉ GAROTO
MORADORES DO LARGO DA IDEIA	PREVISÃO DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO INTERCIVILIZADO NO CAMPO DE FUTEBOL	MANIFESTAÇÃO COM FAIXA	GOVERNO DO ESTADO	LARGO DA IDEIA
MORADORES DA TRAVESSA PRECIOSA (CENTRO)	CRATEIRA ABERTA POR CAMINHÃO DE OBRA DO SHOPPING E ENCANAMENTO QUEBRADO	PROTESTO NA CEDAE	CEDAE (COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS)	CENTRO
TOPIQUEIROS (MOTORISTAS DE TRANSPORTE COLETIVO ALTERNATIVO EM SÃO GONÇALO)	PROIBIÇÃO DA CIRCULAÇÃO DOS TOPIQUEIROS E CONSTANTES FISCALIZAÇÕES	PROTESTO E CARREATA	DETRÔ (DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIAIS)	ALCÂNTRA

Figura 14: legenda da Cartografia da ação social – Escola Estadual Carlos Maia Porto Velho  
Fonte: da autora

Nestas duas atividades, parte-se também da imprensa local enquanto plataforma a ser decodificada e, a partir da leitura dos modos de apropriação do espaço urbano pelos jovens do grupo focal e as crianças, traça-se uma análise crítica da abordagem primeira. Nestes casos, o processo é materializado num mapa elaborado presencialmente e manualmente com os grupos. Tal abordagem pretende deflagrar um contraponto às hegemonias veiculadas via processo de convencimento publicitário, captura política e neutralização de sentidos amplamente disseminados pela grande imprensa tributária do multiculturalismo neoliberal.

Ao colocar em pauta a dimensão analítica e recuar quanto à materialidade dos mapas, esta abordagem prioriza a discussão que leva à decodificação da informação, de modo que durante a sua realização - de caráter eminentemente coletivo - prioriza-se

dilatar o tempo de tensão inerente à discussão e retardar a sua materialização no suporte cartográfico. O interesse central é no processo de formação dos envolvidos, e para tanto, aciona-se uma ética da inclusão, o fazer 'com'. A espacialização da ação é realizada com o uso de pouca tecnologia, renuncia-se a todo o aparato técnico informacional impulsionado pelos TIES, o que também se apresenta como dimensão política, correlata à ética da inclusão, cuja intenção prioritária é poder realizá-la a qualquer tempo, lugar e com o engajamento de qualquer um.

Sobre as cartografias já realizadas, apontamos sumariamente uma listagem apenas a título de orientação panorâmica: linchamentos em Belém; rebeliões em presídios; trajetos das reivindicações no Rio de Janeiro; reivindicações pela educação no Rio de Janeiro que se desdobra em protesto pelo acesso livre e sistema de cotas (contra e a favor), arrastões. A perspectiva analítica não parte de um entendimento pontual destas ações, pretende compreendê-las de forma articulada:

*A organização criteriosa deste banco de dados permite que após algum período significativo de coletas, estejam dispostos não apenas acontecimentos originais, repletos de urgência, insatisfação popular, vontade de mudança, criatividade, mas também estruturadas as bases empíricas de análises mais generalizantes que acabam revelando tendências da ação no espaço, no tempo e em suas formas de socialização e apropriação da esfera pública. A partir deste patamar de pesquisa, alguns fenômenos observados estão suficientemente registrados para transformarem-se em mapeamentos, tipologias, identificação de problemáticas e das respectivas táticas de grupo e estratégias sociais em uso no presente, de acordo, portanto, com os fins da Cartografia da Ação Social. (SCHIPPER, 2012, p. 120)*

A análise conjuntural pode explicitar, portanto, forças e movimentos sociais com altos índices de resistência, contestação, transformação social e, portanto, evidenciar tendências omitidas deliberadamente pela grande mídia, mas também imperceptíveis às suas lentes de observação, cujas “leituras são simplificadoras ou negativistas, formuladas sem empatia por analistas que se alçam à posição de intérpretes ou tradutores dos anseios da sociedade. Uma simplificação e negatividade que amplificam riscos sociais e dificultam a afirmação de coletivos ativos” (RIBEIRO, 2011, p. 30).

Por se tratar de uma leitura potente no sentido de desvelar táticas de grupos e estratégias sociais optou-se pelo caráter restrito de acesso ao banco de dados do projeto, que também se reflete na preocupação sobre para quem serve esta cartografia. Por estas inquietações Ribeiro adverte que nem toda cartografia deve ser elaborada. O risco enfrentado cotidianamente de neutralização da alteridade, reificação de práticas e territórios, captura e conseqüente esvaziamento dos sentidos das ações sociais pode ser amplificado diante a leitura proposta pela Cartografia da Ação Social.



O que é pensado com intenção de valorização dos gestos e dos sujeitos comuns pode acabar convertendo-se no próprio mecanismo de sua cooptação, a depender do uso e do acesso. Uma armadilha muito perigosa frente às persistentes investidas das representações hegemônicas no sentido de sedimentar o “mapa do medo” que autoriza a “militarização do cotidiano” e os contundentes processos de dominação que variam desde a burocratização da existência até o assolamento dos muitos outros.

### 3. 4. 2 OBSERVATÓRIO DAS REMOÇÕES



Figura 15: página inicial do Observatório das Remoções  
Fonte: <http://observatorioderemoco.es.blogspot.com.br/>

O blog é a plataforma central das articulações do observatório. A página inicial apresenta uma sucessão de notícias, desde a divulgação da entrevista com o geógrafo David Harvey, disponível no canal Ibase, com a seguinte chamada “Urbanização incompleta é estratégia do capital”; a denúncia de uma espanhola demitida do trabalho no dia do seu próprio despejo lado a lado do caso dramático da morte do pedreiro Manoel Braga dos Santos, de 48 anos, que sofreu mal súbito a poucos metros de sua casa, quando acabara de saber que sua comunidade teria 30 dias para deixar a área onde está localizada; informações sobre a reintegração de posse de diversos casos em São Paulo (Pinheirinho II, Vila Itororó, ocupação da rua 7 de abril e Rua Martins Fontes); convite para a aula pública intitulada Remoções e Direito à moradia: o urbanismo face à mobilizações por justiça social, que explora casos em Paris, Ile de France, o Grande Cairo e Beirute; uma chamada resumida para cada caso tratado pelo observatório que direcionam o leitor para um extenso memorial destes casos.

Trata-se de diferentes informações relacionadas ao monitoramento das intercorrências entre grandes projetos e obras públicas metropolitanas e os impactos sócio-territoriais e ambientais. Tais projetos e obras resultam na dinamização e valorização especulativa tanto do aspecto imobiliário quanto fundiário com impactações diretas nas disputas por terra urbanizada e localização na cidade. Observa-se, nestes engendramentos, o aprofundamento de assimetrias no que se refere ao acesso a direitos básicos, em particular o direito à moradia, como demonstram os recorrentes processos de remoções forçadas de populações de baixa renda.

Nesta conjuntura, forma-se o Observatório de Remoções, integrado por pesquisadores e professores coordenadores do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab) e do Laboratório do Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Este reúne um conjunto diverso de parceiros, entre eles: Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Núcleo de Habitação e Urbanismo; SAJU (Serviço de Assessoria Jurídica Universitária); Escritório Modelo (PUC-SP); Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos; Movimentos de moradia: CMP (Central dos Movimentos Populares), UMM (União dos Movimentos de Moradia), FLM (Frente de Luta pela Moradia); CESAD (Seção de Produção de Bases Digitais para Arquitetura e Urbanismo). Trata-se de uma articulação institucional travada a fim de abranger a complexidade da empreitada pretendida e transpor os impasses referentes à inexistência e à dificuldade de acesso aos dados concernentes aos projetos de intervenção e às comunidades ameaçadas de remoção pelos mesmos. Os objetivos são apresentados nos seguintes termos:

1. **Agrupar** as informações fragmentadas disponíveis sobre as remoções forçadas em curso ou previstas no município de São Paulo, bem como sobre os projetos e intervenções urbanos em andamento e previstos (parques, operações urbanas, ampliação e extensão viárias, grandes equipamentos vinculados a megaeventos, programa mananciais, urbanização de favelas, etc.) com potencial de gerar remoções, possibilitando um dimensionamento deste processo;
2. Tornar **públicas** e conferir transparência a estas informações de maneira a fomentar e qualificar o **debate** sobre o tema;
3. **Instrumentalizar** as análises sobre as políticas urbanas e habitacionais em andamento no município;
4. Contribuir para a **análise** sobre os impactos das remoções na produção e apropriação do espaço urbano, bem como sobre as mudanças nos padrões de segregação sócio-territorial no município;

5. **Subsidiar** as comunidades ameaçadas de remoção e movimentos sociais com ferramentas de conhecimento e análise da situação.<sup>64</sup>

Colocamos em relevo noções centrais como análise, subsídio, instrumento, agrupamento, público, debate que se desdobra no suporte cartográfico, adotado para espacializar estes processos. A metodologia adotada estabeleceu como recorte espacial o município de São Paulo e como recorte temporal os últimos doze meses. Diante disso, levanta-se um conjunto de dados organizados na seguinte estrutura:

*nome do núcleo; localização; população; ano de início da ocupação, número de famílias atingidas (declarado pelo projeto, informado pela comunidade, já removidas e a serem removidas); justificativa formal da remoção (projeto urbano, situação de risco, urbanização de favela e ocupação de imóvel); a ocorrência da última remoção, data da última remoção, data da coleta da informação, observações gerais, fontes, e estágio de remoção (já removido, já notificado, com contrato de obras já assinado, com sobreposição de comunidade e perímetro de intervenção).*<sup>65</sup>

**Nome da Comunidade:** Vale das Virtudes I  
**Bairro/Distrito:** Campo Limpo  
**Endereço:** Rua Luis Carlos de Moura Campos  
**Subprefeitura:** Campo Limpo  
**Número de Famílias:** 525  
**Ano de Início:** 1970  
**Justificativa Formal:** Projeto Urbano + Urbaniz. favela  
**Outras Justificativas:** 0  
**Nome do Projeto:** Renova SP - Pirajussara 5  
**Observações:** 0  
**Fonte:** <http://renovasp.habisp.inf.br/concurso/info/basesconcurso>  
**Estágio/Risco de Remoção:** Conflito entre comunidade e perímetro de intervenção

Explora-se como fonte: processos em andamento na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, no Escritório Modelo da PUC SP, informações dos movimentos de moradia, material oficial disponível no *site* da prefeitura, imprensa, informações de campo das pesquisas em andamento ou recentemente concluídas nos laboratórios. Estes dados subsidiaram a elaboração de uma base georeferenciada. A fragmentação das informações quanto às remoções e a desarticulação das obras e projetos impedem o entendimento do conjunto no tocante à estruturação urbana, achatam um fenômeno de expressão conjuntural em casos isolados e contribuem na vulnerabilidade das populações impactadas.

<sup>64</sup> disponível em <http://observatorioderemoco.es.blogspot.com.br> acessado em 20/10/2013.

<sup>65</sup> *Idem.*

A plataforma do observatório, por sua vez, ao espacializar os processos de forma sobreposta e relacional, confronta a predominância da escala pontual ou do entendimento dos casos isoladamente, para trata-los como dinâmica articulada. A transposição articulada destes para a base cartográfica resultou em dois mapas iniciais e exploratórios: mapa das remoções e mapa das comunidades em perímetro de intervenção urbana.

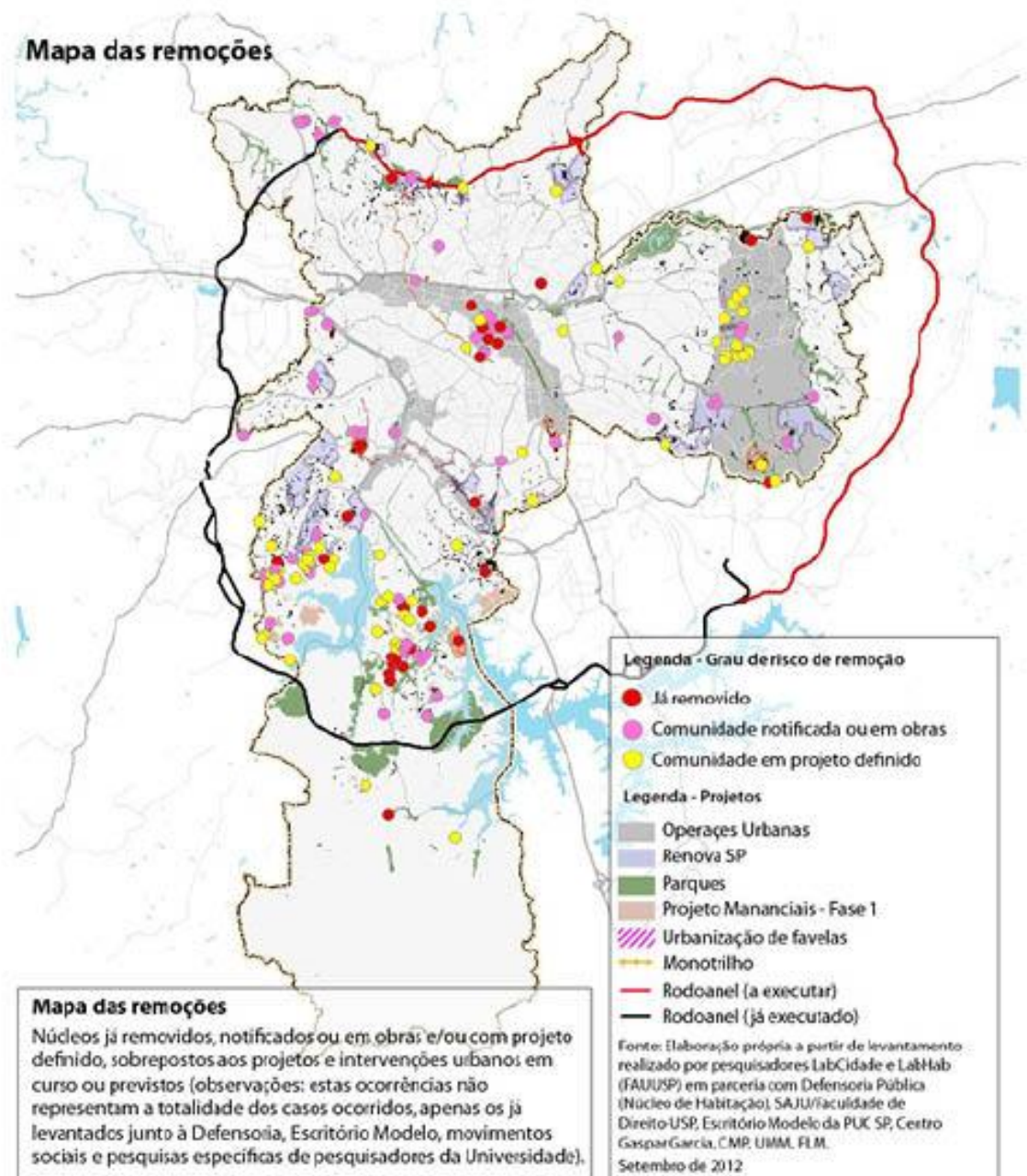


Figura 16: Mapa das remoções  
 Fonte: <http://observatorioderemocoos.blogspot.com.br/>

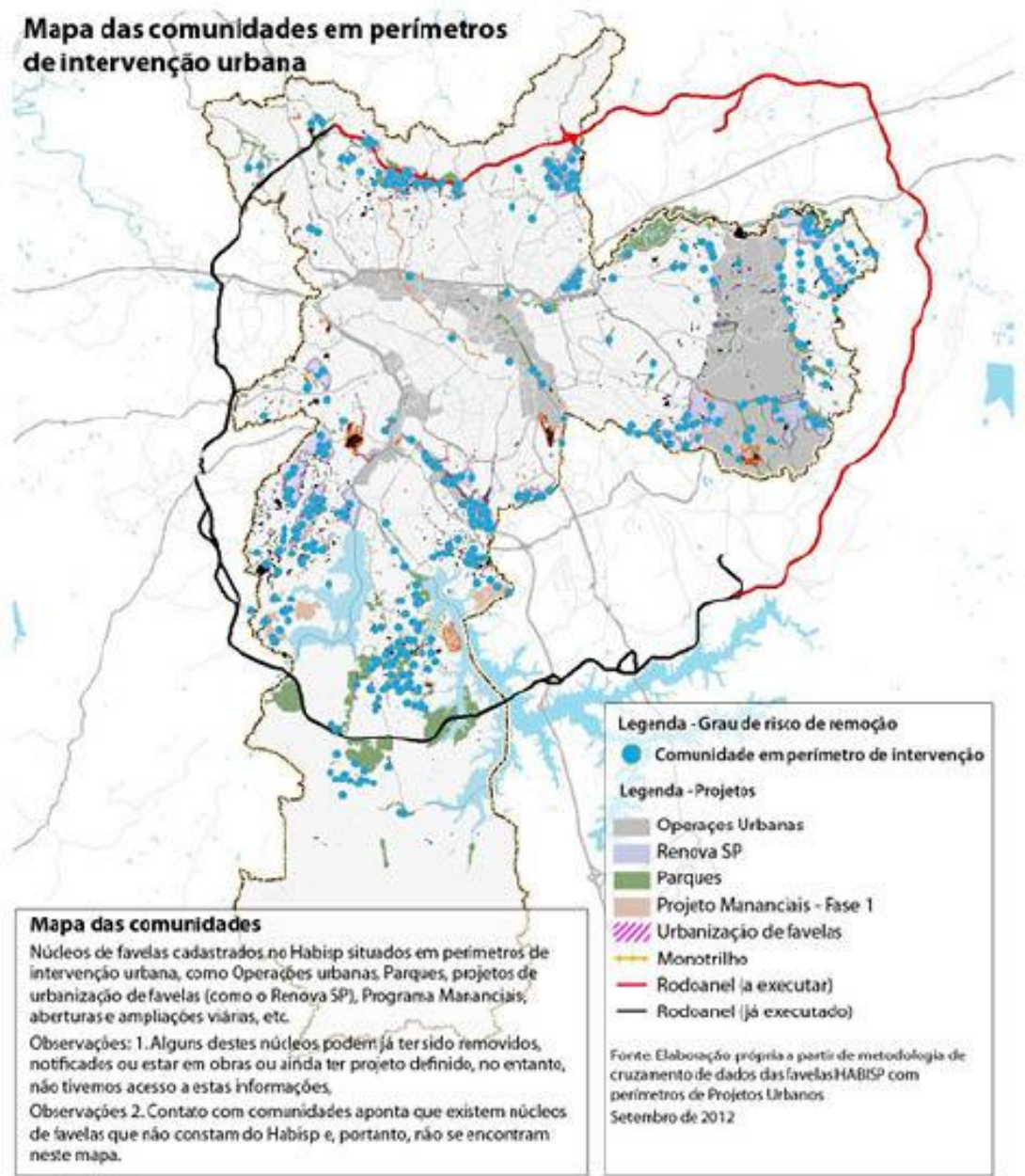


Figura 17: Mapa das Comunidades em perímetros de intervenção urbana  
 Fonte: <http://observatorioderemocoas.blogspot.com.br/>

A sobreposição dos dois mapas com as informações do banco de dados de caráter interativo possibilita o entendimento de relações de proximidade, extensão, abrangência, inserção municipal e regional. A observância de tais intercorrências no conjunto de obras e projetos compreendido pelo: Rodoanel – trecho norte; Centro; Mananciais – Cantinho do Céu; Parque Várzeas do Tietê; Parque Linear do Canivete;

Operação Urbana Água Espraiada e Paraisópolis suscita visibilidades díspares das veiculadas hegemonicamente pelo Estado como estratégia de formação de consenso da opinião pública. O formato observatório, neste caso, agrega a dinâmica diária veiculada pelos mecanismos do blog, atualizado com a regularidade de um periódico; e os conteúdos relativos aos projetos/ obras/ remoções, reunidos em detalhados dossiês de cada caso.

Nestes, relata-se diversas dimensões e questões relativas as: instâncias do Estado engajadas na sua viabilização e interfaces com a iniciativa privada (quando é o caso); argumentos e dados dos diagnósticos que justificam os projetos; presença ou ausência dos Estudos de Impacto Ambiental e o que estes apontam como diretrizes; diferentes relações estabelecidas com as comunidades, envolvendo notificação, relocação, aluguel social, novas unidades, indenizações, etc; desdobramentos das obras e projetos na dinâmica de valorização/ especulação imobiliária; sentido dos projetos frente às comunidades mais diretamente impactadas objetivando responder a questão: para quem se direcionam tais empreendimentos?; dinâmica urbana da área abrangida apontando aspectos referentes ao adensamento, crescimento, ocupação e uso do solo; valores e proveniência dos investimentos; formas de resistência das comunidades (denúncias, articulações institucionais/ sociais, ocupações).

A proporção das remoções forçadas de população de baixa renda é comparada, nos casos assinalados, à população de uma cidade média. São, via de regra, habitações classificadas como assentamentos informais, cortiços, ocupações e loteamentos populares, cuja situação atrelada ao caráter ilegal, irregular, informal enseja fragilidade jurídica e, portanto, graus de ameaça de remoção muito diferenciados. Os projetos, por sua vez, constroem legitimidades muitas vezes fundamentadas pelo EIA/RIMA, afirmando-se como solução irremediável de alguns problemas urbanos. Nesta disputa de legitimidades, interpõem-se os engendramentos do observatório das remoções, instância comprometida com a documentação analítica do processo, um tipo de economia escriturística às avessas.

Os dossiês do observatório, como uma coleção de documentos, testemunham processos e convertem a verticalidade praticada nestas situações em angulações e perspectivas. Documentar quantas famílias são; em que tipo de habitação moram; desde quando; se sairão, como se dará o processo e a sua destinação. Enfim, confronta-se a legitimidade da escriturística hegemônica e os instrumentos que lhe subjazem como: EIA/RIMA, projeto urbanístico, titulação fundiária e avisos prévios. A escritura

como princípio de hierarquização social, uma lei que pode fazer da linguagem (retórica ou matemática) instrumento de produção (De Certeau, 1994), ocupa centralidade nas disputas pelo direito à habitação e à cidade. Pode, portanto, constituir-se enquanto instrumento de produção de acesso ao direito de permanecer, assim como de impossibilidade e negação deste direito. Entretanto, trata-se de um embate inserido numa conjuntura assimétrica de poderes e diante disso, ressoam algumas dúvidas quanto à efetiva possibilidade de transformação e ação política desencadeadas pelo observatório.

A denominação de observatório das remoções parece partir do pressuposto da remoção, é como se existisse algo de incontestável neste procedimento. Um tipo de fatalidade e de irreversibilidade permeia a ideia de observar e documentar as remoções. Não se trata de anular em absoluto o procedimento da remoção, pois em casos específicos, elas podem acontecer e implicar em ganhos para as comunidades, no que se refere a melhorias em mobilidade, saneamento básico, espaços de lazer, infraestrutura arquitetônica dos imóveis.<sup>66</sup>

Entretanto, deflagrar um processo detido sobre a sua observação pode incorrer também em efeitos colaterais, entre eles um tipo de impotência e fatalidade política. Que caminhos pode nos apontar a escriturística a contrapelo das remoções? Questionamos se assegurar um processo de remoções transparente e seguro frente às exigências mínimas do Ministério Público implica no exercício pleno do direito à cidade, pois nos parece que testemunhar este processo, não contribui de fato da sua reversão. Situamos a empreitada do Observatório das Remoções numa posição política tênue, entre contestação efetiva e testemunho legal, e diante de enredamentos tão assimétricos das operações e obras urbanas contemporâneas, arrisca-se ser absorvido pelo contínuo processo de produção de informação sem, no entanto, significar produção de outros sentidos para resistir na cidade.

---

<sup>66</sup> Vale ressaltar que no Brasil predominam as remoções violentas, que implicam a negação do direito à cidade, uma vez que as populações são relocadas em periferias muito distantes das centralidades urbanas. Um distanciamento que implica na exclusão de muitos serviços básicos: como educação, saúde, transporte, áreas de lazer e serviços em geral.

### 3.4.3 OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO



Figura 18: página inicial do Observatório de Conflitos Urbanos  
Fonte: <http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/ajax/indexajax.asp>

A cada entrada na página do Observatório de conflitos urbanos da cidade do Rio de Janeiro uma imagem diferente ocupa centralidade. Neste registro da página congelamos a imagem dos *motoboys* escoltados por um cartaz em protesto contra a presença da polícia e dois balões-bandeiras brancas. A fotografia ao centro enquadra uma mobilização coletiva ligada a um segmento profissional de caráter eminentemente urbano, os campos laterais são preenchidos por análises cujos breves títulos também expõem a conjuntura em questão: Observando de perto: impactos de mega-eventos, Rio de Janeiro, mega-negócios, mega-protestos, a pacificação da cidade, libertem Rafael! Ressaltamos esse encadeamento apenas no sentido de colocar em relevo uma síntese do enfoque adotado na pesquisa.

O observatório de conflitos urbanos da cidade do Rio de Janeiro é ligado ao Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano - UFRJ) e desdobrou-se do Projeto Mapas dos Conflitos Urbanos (1993 – 2003), que trabalhava com 3 jornais (Jornal do Brasil, o Globo e o Dia) e arquivos do Ministério Público Estadual. Trata-se da primeira plataforma de um vasto conjunto constituído como Rede de Observatórios de Conflitos urbanos engajados na mesma metodologia, abrangendo as seguintes cidades: Belo Horizonte, São Paulo, Vitória, Maceió, Fortaleza, Quilmes (Argentina), Medellín (Colômbia), Cidade do México; e com uma metodologia própria Montreal (Canadá). As questões norteadoras do observatório são:



*Atores, objetos e objetivos de conflitos, temporalidades, formas, geografias, retóricas e simbologias oferecem um quadro complexo e diferenciado da cidade. Como e onde se manifestam os conflitos? De que maneira a desigualdade sócio-espacial se expõe a partir de informações sistemáticas?*

O nexos das observações é a conflitualidade cotidiana, esfera em que a “cidade fala” e cuja escuta pode levantar elementos para se formular uma sociologia dos conflitos urbanos. Esta formulação mediada pelo observatório pretende se configurar como subsídio de políticas públicas, a partir da construção de “agendas políticas reais”. O conflito constitui uma chave de leitura da complexidade do espaço urbano caracterizado enquanto produto social e arena. “Entende-se aqui por conflito urbano todo e qualquer confronto ou litígio relativo à infraestrutura, serviços ou condições de vida urbanas, que envolva pelo menos dois atores coletivos e/ou institucionais (inclusive o Estado) e se manifeste no espaço público (vias públicas, meios de comunicação de massa, justiça, representações frente à órgãos públicos e etc.)” Esta delimitação de conflito desdobra-se numa leitura pautada pelas variáveis dispostas na tabela abaixo:

Tabela 1: Variáveis adotadas pelo Observatório de Conflitos da Cidade do Rio de Janeiro  
Fonte: <http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/ajax/indexajax.asp>

Objeto	Forma de manifestação	Coletivo Mobilizado	Instituição Reclamada
Energia e gás	Judicial	Sindicatos e associações	Governo Municipal
Transporte, trânsito e circulação	Denúncia pública via meio de comunicação de massa	profissionais	Governo Estadual
Saúde	Denúncia pública via Ministério	ONGs	Governo Federal
Educação	Manifestação em praça pública	Associações de moradores	Polícia Militar
Infra-estrutura de comunicação	Passeata	Movimento de moradia e sem-teto	Polícia Civil
Acesso e uso do espaço público	Fechamento de vias públicas	Outros Movimentos sociais	Guarda Municipal
Rios, lagoas e praias	Depredação	Estudantes	Corpo de Bombeiros
Parques, jardins e florestas	Ocupação de prédios ou terrenos	Clubes e condomínios	Poder Judiciário
Lixo e resíduos	Carreatas ou manifestações sobre rodas	Camelôs, feirantes e artesãos	Poder Legislativo
Água, esgoto e drenagem	Confronto direto com as forças de segurança	Parlamentares	Companhia de água
Legislação urbana	Abaixo-assinado, cartas ou solicitações	Profissionais da mesma área	Companhia de gás
Moradia	Paralisação e greve	Grupo de amigos e/ou parentes	Companhia telefônica
Segurança Pública	Outros	Detentos e/ou familiares	Empresa de ônibus
Vizinhança		Entidades ambientais	Empresa privada
Espaço sonoro e visual		Moradores ou Vizinhos	Clube ou condomínio
Patrimônio Cultural		Outros	Pessoa física
Outros			Sociedade como um todo
			Outros

Diante dessa leitura, disponibiliza-se no site uma base cartográfica georeferenciada da cidade do Rio de Janeiro onde são espacializados os conflitos de forma interativa. O usuário seleciona uma ou todas variáveis e a partir de combinações com as demais variáveis que também são selecionadas o mapa é continuamente redesenhado *online*. O processamento dos dados na plataforma interativa está apto a gerar um conjunto volumoso e diverso de mapas, pois a tecnologia adotada opera pela combinação de todas estas variáveis. A legenda é definida por uma gradação cromática:



Figura 19: detalhe dos mapeamentos gerados *on line* pelo Observatório  
 Fonte: <http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/ajax/indexajax.asp>

Os dados são levantados pela observação sistemática dos seguintes meios: jornal (Extra, o Globo, o Dia, Jornal do Brasil), Ministério Público, rádio CBN, edições do telejornal RJTV (Rede Globo), Diário da Câmara Municipal, cobertura “ao vivo” pelos membros da equipe do observatório; e o chamado de participação dirigido aos movimentos sociais, organizações não-governamentais, associações de diversas naturezas e cidadãos para relatarem sobre determinado evento (já ocorrido ou que ainda ocorrerá). As fontes jornalísticas são utilizadas entendendo-se os limites da sua seletividade e posição política.

A metodologia proposta, articulação institucional e interface tecnológica demonstram a sedimentação de uma investigação que perpassa 20 anos de desenvolvimento e exercício. Atravessou, portanto, inflexões conjunturais expressivas do ponto de vista da vida urbana, dos engendramentos capitalistas na cidade contemporânea, especialmente a afirmação hegemônica da agenda neoliberal em detrimento dos princípios remetidos ao bem comum, à esfera pública e à democracia.

Do ponto de vista das intercorrências entre cidade e conflito, é relevante demarcar um ponto de mutação expressivo e implacável, que tem exigido da leitura das dinâmicas urbanas um reposicionamento urgente. A emergência das multidões nas ruas de inúmeras cidades brasileiras em junho de 2013, fez irromper uma conjuntura muito particular. Na cidade do Rio de Janeiro, cujos impactos dos mega-eventos sobredeterminam as relações entre cidade cotidiana e cidade espetacular, esta inflexão foi exponencialmente radicalizada.

A página de abertura do *site* do observatório testemunha a centralidade dessa questão frente às mobilizações urbanas mais recentes. Subdivide-se em dois conjuntos de informações e em ambos destaca-se as intercorrências entre tais mobilizações, os conflitos urbanos e os eventos. O primeiro conjunto intitula-se “Observando de perto”, cujo artigo elencado inicialmente anuncia-se nos seguintes termos “Impactos dos Megaeventos”. Neste documento são delineadas as frentes de atuação do Observatório nos processos de debate e resistência no contexto dos Megaeventos. O segundo conjunto denominado “Notícias” expõe dois textos: “Mega-eventos, mega-negócios, mega-protestos” e “Pacificação da cidade”, ambos formulados pelo professor Dr. Carlos Vainer (um dos coordenadores do observatório, que vem formulando a ideia de Estado de exceção para caracterizar a atuação do Estado brasileiro frente às demandas da Fifa); a chamada “Libertem Rafael”; e a provocação “Vote Fifa a pior corporação do mundo”.

O observatório define várias aproximações com a dimensão midiática em pauta nesta trama. Adota a mídia como fonte de investigação dos conflitos urbanos, veicula sua produção por um site e pela rede social (facebook) e por fim, a que mais nos interessa, converge todas estas instâncias para uma síntese cartográfica dos conflitos levantados.

### **3.5 INTERPELAÇÕES DAS TRAMAS: APONTAMENTOS SOBRE PARTICIPAÇÃO**

Neste primeiro conjunto de casos, tramamos relações entre Cartografia social, Guia de Rua Maré, Mapeamento dos Espaços Religiosos Afro-descendentes, Cartografia da Ação Social, Observatório dos conflitos da cidade do Rio de Janeiro e Observatório das remoções. Nossa problematização parte da sondagem das noções de representação e política e bifurca-se em duas direções: a investida das escriturísticas a contrapelo e o espraiamento da instância midiática, como mediadora e instrumento de pesquisas, de expressiva coimplicação com o formato de observatórios.

A participação constitui a dimensão central na articulação destas questões mas sua efetividade e impacto nos desdobramentos entre representação política e representação cartográfica assumem características distintas. Poderíamos pensar que a participação engendra-se numa curva proporcional às passagens entre as categorias analíticas propostas por Boaventura. No caso, a desativação da projeção geocêntrica, da simbologia de natureza homérica e a escala internacional/ nacional e o acionamento da projeção egocêntrica, da simbologia bíblica e a escala local demarcariam um curva ascendente do processo de participação. Esta curva apresenta movimento convergente aos pressupostos de participação defendidos pela Cartografia Social. Entendemos que em cada caso tais passagens apontam índices diferentes, efetividades parciais e passagens pontuais entre formas de projeção, simbologia e escala. A participação e as implicações entre representação política e representação cartográfica apresentam especificidades, potentes para traçarmos um quadro relacional.

A participação efetiva-se de forma mais evidente, nos casos do Guia de Ruas da Maré e no Mapeamento dos Terreiros de Salvador/ e das Casas de Religião de matriz africana do Rio de Janeiro. Sujeitos locais empreendem o levante cartográfico que reposiciona suas existências, territorialidades e práticas no regime de visibilidade corrente, instaurando uma disputa por legitimidade política. Nesta, cunham-se gradientes, índices, indicadores, posições, dados, todo um conjunto de informações

produzidas pela centralidade de alguns sujeitos locais, o Observatório de Favelas, a Redes de Desenvolvimento da Maré e o Conselho *Griô*.

A incidência da escala local pressiona as determinações da escala nacional/internacional, que perspectiva as representações hegemônicas e lhe contrapõem conteúdos e imagens produzidas por incursões autônomas aliadas a distintas Universidades Públicas. Tais conteúdos e imagens por sua vez persistem adotando as projeções geocêntricas e a simbologia bíblica precipita-se apenas no caso do ícone dos terreiros do mapeamento baiano, predominando também a simbologia homérica.

Por outro lado, no Observatório das Remoções, no Observatório dos Conflitos Urbanos da cidade do Rio de Janeiro e na Cartografia da Ação Social a participação não compõe o regime de produção cartográfica enquanto sistemática passagem entre as categorias propostas por Boaventura. Tal dissidência não mina o potencial de amplificação das formas de representação política, via interface cartográfica. A vigília do conflito, sua condensação e espacialização cartográfica invocam um processo de afirmação da luta cotidiana urbana, um tipo de impregnação das formas de enfrentamento da múltiplas instâncias hegemônicas que constroem suas práticas políticas e formas de ação na cidade.<sup>67</sup>

O entendimento de Fraser quanto à representação e ao estabelecimento de fronteiras políticas define um elo gráfico e imagético para pensar pertencimento às comunidades de direito ou exclusão. Um pensamento de conotação cartográfica, à medida que a fronteira é elemento decisivo na consolidação da escriturística cartográfica. A linha demarcatória de domínios e propriedade passa a grafar sujeitos, práticas, sistematizar classificações, interpor reconhecimento da cidadania territorial e de múltiplas outras dimensões ligadas ao direito. (OFFEN, 2009)

No caso do Observatório de Remoções, a instância central de articulação das representações cartográficas é a Universidade; o sujeito comum, neste caso, os ameaçados de remoção ou já removidos de suas moradias, não se inserem como cartógrafos, pesquisadores ou informantes no processo de documentação da pesquisa. Notamos uma desestabilização das fronteiras políticas, com o enfrentamento de classificações como informal, cortiços, ocupação irregular entretanto, o redesenho da fronteira nem sempre converte exclusão em direito territorial. Documenta-se o processo

---

<sup>67</sup> Haja visto todo o ataque, aprisionamento e denso processo de criminalização das lutas sociais intensificadas no período de realização da Copa do Mundo 2014. Dezenas de militantes presos, investidas violentas no sentido de minar as forças insurgentes das ruas, prisões preventivas, um conjunto de ações que poderiam ser tomadas na acepção de Telles (2014) como *gambiarra jurídicas*, ou *ilegalismos* operados pelo próprio Estado, como dispositivo de governabilidade das populações.

e arma-se a compressão relacional de processos urbanos numa escala metropolitana. Pretende-se subsidiar as lutas contra as remoções, mas a efetividade, neste caso, o rebatimento entre representação cartográfica representação política requer um aprofundamento mais detido, impraticável no atual arranjo da trama. E portanto, apontamos aqui a dúvida sobre a efetividade, mote de outros e futuros passos investigativos.

Uma constelação de incertezas povoam as interpelações parciais dos casos apresentados e, é com a perspectiva da dúvida, que arrematamos as linhas dessa primeira textura da trama. A Cartografia da Ação Social, faz pensar no caráter público dos dados, defende acesso restrito, sob a alegação de que nem toda cartografia deve ser feita. Nesse espectro retomamos o caso da apropriação do Guia de Ruas da Maré pela UPP Social, braço desarmado da UPP e instância comprometida com a atual gestão da segurança pública do Rio de Janeiro. Vira projeto modelo e padrão a ser implementado em todas as favelas pacificadas, mas ao mesmo tempo, é acionado por agentes de saúde, funcionários das diferentes prestadores de serviço público (água, luz, telefone, correios) e também privadas (bancos e comércio em geral).

Nos casos comprometidos com o subsídio e fortalecimento dos movimentos sociais, como os dois observatórios problematizados e a Cartografia da ação social, a restrição de acesso diante de um regime de visibilidades, que ousamos caracterizar como obscuro, pode incorrer na inoperância e desativação política das cartografias elaboradas. Uma armadilha que a arremessa rumo à figura da cidadela cartográfica, ao encarcerar-se novamente em domínios excessivamente disciplinares, constitui um entrave dos circuitos de trocas e incorporação de capital simbólico inerente à dimensão midiática, comunicacional e informacional que pressupõe a publicização.

A relação entre participação, fronteiras do político, representação política e cartográfica esbarram nesse impasse, relativo à dimensão de uso e apropriação. Um conjunto de implicações que ganham maior expressividade e demandam outras investidas da pesquisa frente à atual conjuntura marcada pela centralidade mídia no agenciamento e engajamento social. É nessa direção que acionamos os próximos casos da trama proposta.

## CAPÍTULO 4

### ENGENDRAMENTOS SIMBÓLICOS: ENTRE REGULAÇÃO E INSURGÊNCIA

#### 4.1 CREDIBILIDADES POLÍTICAS: INJUNÇÕES CIDADE-MÍDIA

Os regimes de ação e visibilidade da cartografia urbana contemporânea apontam densos e profundos imbricamentos com o sentido de mídia. Ambas, cidade e cartografia, assumem a categoria de mídia em associações pleonásticas frente às injunções técnico-informacionais proeminentes nas tramas cognitivas e culturais. Elas sobrepõem os estatutos de veículo, instrumento, canal, mensagem e forma de distribuição de determinado posicionamento ético-político-estético num vigoroso e intensivo processo de produção de sentidos.

Isto recoloca e recodifica os modos de apreensão dos processos urbanos em curso, donde a enunciação dos sujeitos e práticas impacta na consolidação de uma representação consensual. No rastro de Benjamin, rondamos a questão das implicações entre técnica, reprodutibilidade e percepção, adotando para tanto, o seguinte pressuposto: “A forma de percepção das coletividades humanas se transforma ao mesmo tempo em que seu modo de existência” (1994, p.169). A relação entre modos de existência e percepção no escopo de uma análise materialista histórica - que se debruça sobre o imbricamento entre técnica, estética e política - abre frentes de problematização pertinentes na pauta cartográfica. Interessa entender como a consolidação da cidade-mídia, operada pelos atravessamentos comunicacionais e informacionais, institui existências na cidade; existências estas produtos e produtoras de modos de percepção engendrados historicamente.

Os engendramentos cognitivos e simbólicos produzem e são produzidos exponencialmente pelas propriedades da tecnologia informática para impulsionar flutuações de sentidos urbanos, num processo de inversão, reconversão e dissuasão que abalam o estatuto do real, a sua dimensão de realidade imediata implicada na temporalidade do presente. A injunção Rio de Janeiro, cidade-olímpica, UPP's, mobilidade, favelas e novos estádios justapõem numa mesma cartografia territórios urbanos absolutamente paradoxais, donde a existência efetiva de um tem significado a anulação e ausência de outro<sup>68</sup>. Entretanto, todos estes povoam um mesmo espaço-tempo, múltiplas práticas cartográficas restituem a coexistência destes territórios.

---

<sup>68</sup> A título de exemplo, citamos a remoção da Vila do Recreio II, cortada pelo novo traçado do BRT; e das comunidades Metrô Mangureira e do Morro da Providência próximas ao Maracanã.

De Certeau constrói uma discussão acerca das credibilidades políticas, formulando uma arqueologia do crer e sua relação com a visibilidade. Os avatares e o tráfico do crer configuram-se pelo movimento das técnicas de fazer crer – remetidas em primeiro plano às ordens religiosas e sua doutrina, em segundo plano à política, seus partidos e ideologias, e às inúmeras pregnâncias entre ambas – cujo refúgio contemporâneo é a *mass mídia*, os espaços sacralizados para o lazer e o turismo, ou seja, a cidade espetáculo.

*O grande silêncio das coisas muda-se no seu contrário através da mídia. Otem constituído em segredo, agora o real tagarela. Só se vêem por todo o lado notícias, informações, estatísticas e sondagens. Jamais houve uma história que tivesse falado ou mostrado tanto. Jamais, com efeito, os ministros dos deuses os fizeram falar de uma maneira tão contínua, tão pormenorizada e tão injuntiva como o fazem hoje os produtores de revelações e regras em nome da atualidade. **Os relatos do-que-está-acontecendo constituem a nossa ortodoxia.** Os debates de números são as nossas guerras teológicas. Os combatentes não carregam mais as armas de ideias ofensivas e defensivas. Avançam camuflados em fatos, em dados e acontecimentos. Apresentam-se como os mensageiros de um “real”. Sua atitude assume a cor do terreno econômico e social. Quando avançam, o próprio terreno parece que também avança. Mas de fato, eles o fabricam, simulam-no, **usam-no como máscara, atribuem a si o crédito dele, criam assim a cena da sua lei.** (DE CERTEAU, 1994, p. 287)*

Frente ao atual combate entre imagens, visibilidades, técnicas de fazer crer, informação, e mais especificamente, cartografias, nos termos aqui explorados, cidades são instauradas e plasmadas como fatos e dados. As cartografias contemporâneas detêm tal espessura da ortodoxia teológica do real, e incidem sobre a produção urbana por efeito de blindagem e mitificação. Cartografias “mensageiras do real”, animações midiáticas que traficam o crer nos processos de subjetivação contemporânea e ocupam uma posição privilegiada no rol das credibilidades políticas. Parafraseando o autor: “Jamais houve uma **cartografia** que tivesse falado ou mostrado tanto. Jamais, com efeito, os ministros dos deuses as fizeram falar de uma maneira tão contínua, tão pormenorizada e tão injuntiva como o fazem hoje os produtores de revelações e regras em nome da atualidade.”

Tal multiplicação refere-se à radical transformação dos equipamentos coletivos de subjetivação, inseridos nas esferas de trabalho, cotidiana, lazer, pesquisa, transporte, entre inúmeras outras ações urbanas, que se encontram embebidos da figuração cartográfica. Associamos a radicalidade desta conjuntura técnico-informacional à cidade que emerge na produção cartográfica. Neste engendramento, a dimensão de mídia incorpora-se enquanto indissociabilidade entre discurso, imagem,



enfim, os modos de expressão, de conteúdo e de figuração inseridos num processo de comunicação.

Nesta efervescência comunicativa alteram-se os modos de ação política e o sentido de participação, a dimensão midiática pós massiva reposiciona cidades, sujeitos e gestos, num intrincado jogo de representações. Para introduzir os desdobramentos entre cartografia e mídia, partimos das formulações do professor André Lemos; e das colocações do professor Ângelo Serpa. Ambos professores foram entrevistados durante a pesquisa de campo (2010) e suas respectivas perspectivas funcionam como disparadoras de questões e pretendem conduzir nossa leitura dos casos expostos a seguir:

*Esses fenômenos (os processos de colaboração on line) tem ganhado importância pelo fato de dar **aos cidadãos o poder de produzir e distribuir informações sobre o espaço urbano de forma autônoma e livremente**, ao modo como encontramos nos “jornalismo cidadão”, na Wikipédia, no crowdsourcing e crowdfunding ou nas recentes “revoluções 2.0” iniciadas em países árabes e tomando novas proporções hoje no Brasil (junho de 2013), com a manifestação em algumas capitais contra o aumento das tarifas de transportes urbanos. (...) A história da geocolaboração é necessária para que se compreenda a mudança (social, cultural, técnica e econômica) do papel da cartografia. Desde o século XVI, os mapas são instrumentos de poder, dominados por grupos políticos e por burocratas técnicos. Embora as bases cartográficas sejam sempre produzidas por especialistas, a utilização dos mapas modificou-se com o advento das redes telemáticas e com a web 2.0. Essa mudança faz dos **leitores e usuários não apenas consumidores, mas produtores de discurso sobre o espaço**. Podemos aqui estabelecer um paralelo entre a dinâmica dos meios de massa, que caracteriza os mapas tradicionais (analógicos, feitos por cartógrafos profissionais, cuja emissão é controlada e cujos utilizadores são leitores), e as TIG e bases cartográficas, que podem ser apropriadas pelos usuários a partir de uma comunicação transverbal, aberta e colaborativa. (...) Se os mapas podem ser considerados meios (uma mensagem, um canal, um emissor e um receptor), aqueles tradicionais estão para as mídias de massa, enquanto os digitais, para as mídias “pós-massivas” (...) Elas (TIC) são utilitários potenciais a serviço da promoção social, inovações técnicas e econômicas, renovação cultural e transformações políticas. Essas ideias constituem a fundação do mapeamento colaborativo atual. (Mac GILLAVRY, 2006; Mac EACHEREN E BREWER, 2004). (LEMOS, 2013, p. 218 – 224)*

*E o lugar finalmente? Qual a importância do lugar nisso tudo? E na verdade quando analiso o discurso dessas pessoas e grupos, os caras das rádios comunitárias em Salvador, das rádios livres e piratas em Berlim, a liderança comunitária do bairro da Ribeira, enfim, todos que conversei e estudei, eu quero entender como o lugar aparece nessas representações. Que representações de lugar têm esses grupos? E há lugar e há encontro, porque aquela ideia que a técnica isola, separa, segrega, não se efetiva. Há representações coletivas de lugar que se constituem a partir de um processo de apropriação da técnica e da transformação da técnica em tecnologia com produção de conteúdo, seja pra rádio, pra vídeo, essas representações são produzidas para serem*

*colocadas a disposição de um público, ainda que um público pequeno em geral. Então, eu tendo a concordar com isso, que a cartografia, com a revolução da técnica se torna mídia, mas isso não impede a discussão que vai haver sempre uma mídia hegemônica e uma mídia digamos assim mais alternativa, contra hegemônica, comunitária, como se fala aqui em Salvador. (...) Eu tenho medo que a cartografia dessas formas hegemônicas mate essas outras. Eu acredito que a cartografia como mídia é poderosa, mas seria interessante que ela pudesse estabelecer **um conflito, a contraposição**, eu acho que no Brasil é urgente dar acesso geral e irrestrito e condições mínimas para que as pessoas possam se apropriar da técnica, não é milagrosamente que isso vai acontecer. **Pra mim a diferença fundamental é essa, a gente está falando de mídia que dá acesso a todos para todos como produtor, ou é só acesso como consumidor?**” (SERPA, 2010, entrevista concedida à pesquisadora)*

O enfoque aqui pretendido envolve a discussão sobre a mídia a fim de entender como essa dimensão midiática das cartografias incorpora-se ao processo de produção das cidades, de constituição dos sujeitos e de instauração das políticas de subjetivação na contemporaneidade. É premente observar as inúmeras lacunas abertas nas pontuações selecionadas e articuladas de forma segmentada entretanto, elas se inserem na presente problematização como disparadoras de reflexões.

As tensões apontadas como estruturantes do problema da tese: hegemonia x emergência e dominação x insurgência, são explicitadas na pergunta final de Serpa “a gente está falando de mídia que dá acesso a todos para todos como produtor, ou é só acesso como consumidor?” A oposição entre produção e consumo não condensa o emaranhado de sentidos deflagrados com as transformações em curso. Mesmo no contexto das mídias massivas, em que De Certeau propõe o conceito de táticas enquanto a operação dos usuários, tal oposição não opera absoluta. O autor fala em “produção dos consumidores”, uma expressão paradoxal a fim de rejeitar a passividade do consumo e apontar para as maneiras de fazer, as formas de apropriação imprevistas, um tipo de astúcia e combinatória capaz de reverter os seus sentidos previstos.

A produção dos consumidores para De Certeau distingue-se da produção de consumidores promovida pelo próprio sistema capitalista a fim de amplificar seus mercados. Diferente desta última empreitada das forças capitalistas que significa produzir mais consumidores, De Certeau apresenta uma perspectiva contestatória das análises estritamente econômicas calcadas na equivalência entre consumo e alienação. Sua analítica pauta-se pela noção de invenção com o consumo, deflagrada pelos múltiplos processos de produção de sentidos desviantes, prenes de possibilidades de configurar resistências frente à alienação passiva.

Serpa aponta uma pista quanto à possibilidade de tensionar as representações hegemônicas, referindo-se ao estabelecimento do conflito e da contraposição. Lemos levanta as tecnologias informacionais e comunicacionais (TIC) como potenciais utilitários na “promoção social, inovações técnicas e econômicas, renovação cultural e transformações políticas”. A passagem de leitor e usuário, como gestos mais afinados ao consumo para produtor e distribuidor de informações espaciais urbanas, é uma evidência desses potenciais. Duas posições específicas, que nos instigam a pensar as políticas ativadas na dispersidade cartográfica contemporânea - em que se imbricam espaço virtual (internet) e espaço urbano. A tensão produção x consumo e a efetividade de tais potenciais requerem uma abordagem específica a fim de entender como em cada caso como se dão tais relações.

A produção da cidade contemporânea perpassa tais imbricações num incessante conflito de regimes de visibilidade e ação, absolutamente centrais nos modos de produção do capitalismo cognitivo. Tornar visível, propagar as existências, comunicar os processos urbanos assume um valor decisivo nas disputas pela hegemonia do capital nas cidades e pela sua acumulação de natureza flexível. O capital simbólico em composição com o trabalho imaterial (NEGRI E HARDT, 2003) figuram referentes culturais em cartografias insurgentes e hegemônicas – para citar apenas parcialmente as dominâncias aqui perseguidas - cujo acesso e acumulação convertem ‘capital de visibilidade em capital simbólico’ (RIBEIRO, 2010).

Este processo é operado pelos diversos modos do trabalho imaterial converter energias sociais, processos políticos, cotidiano, sujeitos, territorialidades, legislações em informação. Nesse ínterim configura-se a dimensão midiática da produção da cidade via produção cartográfica, que não se restringe aos canais midiáticos notadamente sabidos, televisão, internet, rádio, jornal impresso; transfigura a própria cidade e suas múltiplas territorialidades em mídia. Ela, a cidade, é a fonte da informação, mas é também nela que discursos e imagens encontram canais de efetivação de sentidos, de saberes e de subjetivações, inserindo-os ora nas vertentes de caráter insurgente e resistente, ora nas vertentes de caráter hegemônico.

#### 4.2 TRAMAS CARTOGRÁFICAS: PARTICIPAÇÃO E PLASTICIDADE

Elaboramos uma contraposição entre fragmentos de informações dos seguintes processos encadeados no Rio de Janeiro: o **projeto “Wikimapa”**, realizado pela empresa Vivo de telefonia celular, cujo campo de atuação são algumas favelas pacificadas pela política das Unidades de Polícia Pacificadora: Pavão-Pavãozinho, Complexo da Maré, Cidade de Deus, Santa Marta e Complexo do Alemão; e o **evento**

**“Cartografias Insurgentes”** ocorrido no Morro da Conceição, região central da cidade, envolvendo uma extensa e complexa rede de sujeitos coletivos, tais como Antena Mutante, Iconoclassitas, I-motirão, Universidade Nômade, Fase, Fórum Comunitário do Porto, Olimpi(c)Leaks, Fronteiras Imaginárias Culturais, entre outros.

Estes casos estão contextualizados no radical processo de transformação urbana implementado na cidade do Rio de Janeiro, cujo viés de constituição da cidade e da política insere-se nos domínios do capitalismo global e cognitivo. Sua expressão hegemônica é a investida dos territórios urbanos com vistas a consolidar a face cidade-mercadoria, cidade-empresa e cidade espetáculo (VAINER 2002). Para tanto, apropriase dos mais díspares referentes culturais, sociais e cotidianos de forma a converter seus regimes de visibilidade e ação em imagens- discursos alinhados às suas exigências. Retoma-se, por exemplo, o caso já discutido do processo de retirada dos nomes das favelas cariocas da Plataforma *Google Maps*, uma ação política de apagamento, orientada pela contrariedade figurada pela pobreza nos projetos de cunho estetizantes da cidade – espetáculo.

A cartografia enquanto mídia figura uma das suas expressões mais disputadas na contemporaneidade cujos engendramentos provocam o embate da cidade-mídia - insurgente versus a cidade-mídia-hegemônica. Um campo de forças de irresoluta conformação onde se debatem práticas políticas, que algumas vezes se encontram representadas pelas mesmas palavras-conceito, entretanto, referenciam processos e posicionamentos políticos absolutamente contrários, que em última instância anulam-se mutuamente. Conceitos transformados em palavras de ordem, politicamente corretos, como participação, cidadania e democratização<sup>69</sup>, passam a coabitar as ocorrências aqui abordadas, e a problematização a seguir, pretende distingui-las, apurando a correspondência entre discurso e imagem, entre gesto cartográfico e prática política, a miúde, as especificidades dos diversos sujeitos embrenhados neste saber- poder - fazer.

No cerne deste contexto de escala global - da cidade-empresa, cidade-mercadoria e cidade-global - emergem tramas cartográficas ancoradas no objetivo de

---

<sup>69</sup> É relevante observar como tais conceitos passam a ocupar centralidade nos protocolos de ação das iniciativas viabilizadas pelos principais agentes multilaterais em operação no cerne do capitalismo contemporâneo, tais como, Banco Mundial, FMI, BID, ONU. E mais paradoxal ainda notar que tal centralidade deflagra-se no período das reformas neoliberalizantes e da afirmação da vertente cognitiva e cultural das formas de acumulação do capital. Ou seja, uma coalisão perversa entre discurso politicamente correto e práticas despolitizantes, dado o seu caráter segregacionista, excludente e exponencialmente acumulatório; cujo efeito colateral é a neutralização do exercício político, à medida que os próprios mecanismos de construção da crítica e da resistência são incorporados aos modos de ação e justificação das iniciativas mais privatistas e desenvolvimentistas. Este processo vem sendo caracterizado pela noção de consenso, que opera no sentido da neutralização da dimensão agônica inerente ao exercício político (MOUFFE, 2007), noutros termos, no arruinamento da política.

aprofundar a dimensão democrática das suas produções. Trata-se do acirramento do confronto frente às exigências do formato neoliberal de produção urbana, de caráter despolizante e; à irrupção de ativismos e movimentos sociais, cujos modos de ação, composição de sujeitos e temporalidade de formação caracterizam-se pela noção de plasticidade, do ponto de vista de Safatle (2012)<sup>70</sup>.

#### 4.2.1 PROJETO WIKIMAPA

➤ **Da composição dos sujeitos:**

A composição dos sujeitos do mapeamento do projeto “Wikimapa” delinea-se pela articulação entre:

**EMPRESA “VIVO”**, que integra o Grupo Telefônica e atua na área de telefonia móvel, fixa, televisão por assinatura e internet banda larga. Trata-se de um sujeito institucional, de natureza privada, inserido no circuito das mídias digitais e locativas, cujo perfil define-se pelos seguintes princípios: “A Vivo acredita que numa sociedade em rede **o indivíduo vive melhor e pode mais**. Por isso, tem a missão de criar condições para que o maior número de pessoas possa se conectar, a qualquer momento, em qualquer lugar, vivendo de forma mais humana, segura, inteligente e divertida.” (disponível em <http://vivo.mediagroup.com.br/port/empresa/perfil.asp>);

*A partir do uso das novas tecnologias da informação e comunicação, o projeto wikimapa possibilita a **democratização do acesso à informação e ampliação da participação social** da juventude de baixa renda, que além do papel de consumidora, torna-se **fornecedora de informação**, transformando-se em agentes de divulgação local, ampliando “olhares” e criando novas referências geográficas e culturais. O blog wikimapa vai trazer informações sobre o projeto e notícias diárias sobre a aventura dos nossos wiki-repórteres nessa disputa pela **inclusão**. (Wikimapa, <http://blog.wikimapa.org.br/?p=5>)*

**REDE JOVEM**, seu foco de atuação é a juventude, que munida dos conhecimentos sobre tecnologia (especialmente telefonia móvel celular), é entendida como aliada no enfrentamento de questões sociais ao endossar a noção de participação social à disseminação gratuita de informação. Por este caminho, propõem-se o rompimento da

---

<sup>70</sup> A noção de plasticidade é apontada na palestra intitulada “Quando novos sujeitos políticos sobem a cena”, disponível em <http://www.cpfcultura.com.br/2012/10/26/vladimir-safatle-quando-novos-sujeitos-politicos-sobem-a-cena/>. A sua formulação de plasticidade é adotada para caracterizar uma nova subjetividade política resultante do esgotamento da democracia representativa, particularmente articulada pela forma partidária. O autor defende a plasticidade a partir do acolhimento da contingência, especialmente as formas contingentes pelas quais os sujeitos tem se mobilizado nas ruas das cidades; do acaso e um tipo de reflexividade política do entorno, que não pressupõe uma articulação em escala macro (no nível das instituições e dos partidos) para efetivar-se como potência concreta de transformação social. Tal reflexividade traduz-se na possibilidade de questões locais em circulação dispararem grandes transformações, por vezes, sequer previstas como agenda específica.

segregação e barreiras sociais impulsionadas também pelas assimetrias no uso da tecnologia.

*Idealizado pela insubstituível Dra. Ruth Cardoso, no âmbito dos programas da Comunidade Solidária, o Programa Rede Jovem iniciou sua atuação no ano 2000 com a implantação e gerenciamento de telecentros em parceria com instituições comunitárias de base. Em 2003, a metodologia Rede Jovem ganhou escala, passando a ser aplicada na implantação e gestão de 30 telecentros comunitários do Programa Favela Bairro, da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e nas salas do Programa Internet Livre do SESC Rio. (...) Desenvolveu ferramentas como 0800 Rede Jovem integrado a um sistema de SMS, em que 900 jovens recebem diariamente informações sobre o que acontece gratuitamente próximo de onde residem. (...) Desde seu lançamento, o Programa Rede Jovem recebeu 6 prêmios nacionais e internacionais, reconhecendo a metodologia e tecnologia de mapeamento criada. Entre eles estão Mobile Premier Awards 2010, Prêmio FINEP de Inovação 2010 e Stockholm Challenge Award 2010, na categoria Desenvolvimento Econômico, além da certificação do Banco do Brasil, Unesco e Petrobrás e de parceria com a Nike Brasil, no programa SMS esportes. (disponível em <http://www.redejovem.org.br/cqi/cqilua.exe/sys/start.htm?sid=33>)*

MORADORES JOVENS COM IDADE ENTRE 16 E 25 ANOS DAS FAVELAS Pavão-Pavãozinho, Complexo da Maré, Cidade de Deus, Santa Marta e Complexo do Alemão, eleitas para integrarem o projeto-piloto. Atualmente, o projeto envolve moradores com estas mesmas características das favelas da Rocinha, Mangueira, Morro Agudo (Baixada Fluminense) e Parque Santo Antônio (primeira iniciativa localizada em São Paulo). Os moradores selecionados assumem a atribuição de wikirepórter, recebem um celular com GPS e uma bolsa auxílio de R\$ 300,00 e passam a circular pelas ruas e becos das favelas onde moram em busca de mapeá-los e de encontrar os “**ativos**” que serão georeferenciados e inseridos na plataforma virtual do projeto. Outro elemento constituinte desta atribuição é a concorrência por uma bolsa de estudos numa Faculdade de Comunicação Social, concedida ao mapeador que inserir maior número de ativos na plataforma durante os seis meses iniciais do projeto, por ocasião da Gincana Wikimapa, promovida pela Rede Jovem.

O modo de comunicação diária entre mapeadores, público usuário do site e agentes da empresa Vivo é um blog, no formato de um diário dos wikirepórteres. Suas declarações explicitam diversas impressões, ocorrências cotidianas, agradecimentos aos moradores proprietários dos estabelecimentos mapeados. Um conjunto segmentário de breves observações das experiências de percorrer as ruas, vielas e becos das favelas; falar com os moradores; vivenciar contextos de desapropriação e obras; lidar com a presença das Unidades de Polícia Pacificadora; utilizar a tecnologia digital; declarações

afeitas à ideia de um diário de bordo e por isto inserem no contexto dos mapeamentos, ainda que lateralmente, a dimensão narrativa, ou nos termos De Certeau relatos de espaços.

*Bem hoje não foi um dia muito promissor para mapeamentos, fui para o lado do Pavão-Pavãozinho e é por onde eu não ando muito, as pessoas ali não me conhecem e esse fator junta se ao fato do Pavão-Pavãozinho estar sendo o alvo mais repleto de projetos de obras pelo PAC com isso muito comerciante, morador , estão sendo desapropriados, moral da história, ficam receosos com tudo que é novo.*

*Muitos pensam que o Wikimapa tem alguma associação com as obras, e mesmo explicando tudo o que é o projeto as pessoas permanecem desconfiadas. (...) E a única farmácia existente em todo o complexo vai ser retirada por causa da estrada que vai passar por pontos já demarcados inclusive onde se localiza a farmácia, o dono como pude perceber é super descolado e gostou da idéia e mapeamento, conversando com ele, me disse que não seria viável mapeá-lo pois a drogaria deixaria de existir, e que ele não quer o dinheiro que o governo está dando para os desapropriados, e pediu para cederem par ele um outro lugar na comunidade pra ele reestabelecer a farmácia, afinal de contas ele tem funcionários também, etc, mas não sabe ainda se será atendido. (...) Além disso o cara é gerador de emprego dentro da comunidade, ele e mais dezenas que não foram questionados sobre o que queriam ou se haveria um meio de todos ficarem satisfeitos, a elite e os “favelados” que é a maioria na hora de votar, mas precisam correr, passar por cima de direitos, afinal, copa ta aí, é turista, é mandato acabando, moradores dos bairros nobres querendo não ver mais os amontados de casas de fachada humilde de suas janelas, amontoados esses que também desperta a curiosidade do turista.*

*(Afolady, <http://blog.wikimapa.org.br/?p=427>)*

OS MORADORES DAS FAVELAS, PROPRIETÁRIOS E TRABALHADORES DOS “ATIVOS”, tais como estabelecimentos comerciais - bares, salões de beleza, farmácias, mercados, biroskas, vendas, vídeo locadoras – e também equipamentos públicos como centros de esporte e lazer, bibliotecas, ONG’s, museus, teatros, grupos culturais atuantes, hospitais, creches, escolas, clubes, igrejas.

*Quero mostrar mais dessas guerreiras como a Rose, que com seu salão fortalece a mulherada daqui que podem ficar mais bonitas pagando um valor no nosso alcance por tratamento de qualidade.*

*(Afolady, <http://blog.wikimapa.org.br/?p=335>)*

*Ontem mapeei a Birosca do Seu Manoel, um senhor muito engraçado que vive jogando dominó e coloca músicas para atrair clientes fica legal.*

*(Rafaela, <http://blog.wikimapa.org.br/?p=354>)*

Os sujeitos desta trama compõe-se pela interação entre estas três instâncias subjetivas e delinea um tipo de articulação em que a questão do suporte da ação e de quem é o sujeito do mapeamento é obscurecida. A empresa Vivo passa a deter os “ativos” mapeados, ou seja, referentes culturais antes inseridos apenas no circuito local de identificação, de experiência, de uso e de apropriação são explicitados nos circuitos

globais das tramas cartográficas. Mas, este trânsito escalar é executado por jovens moradores destas comunidades na sua relação direta com outros moradores destas favelas que, a partir deste projeto, passam também a incorporar nos seus referentes cotidianos, “ativos” desconhecidos, estigmatizados, invisibilizados pela relação estabelecida com o lugar onde vivem. Incorporam na sua experiência urbana uma prática exploratória ao caminharem por todas as ruas e becos da favela; e narrativa ao relatarem diariamente os percursos transcorridos, suas percepções e afetos, ultrapassando fronteiras sociais e culturais também presentes nas comunidades relatadas.

As subjetivações enlaçadas na composição destes sujeitos evidenciam a ambiguidade inerente à prática cartográfica no atual contexto, definido pelas incisivas intercorrências entre capital simbólico, trabalho imaterial e acumulação flexível. A ambiguidade atribui plasticidade às dominâncias emancipatórias e regulatórias, tornando o exercício reflexivo sobre estes estudos de caso, um tensionamento contingencial. O regime de visibilidade deflagrado no wikimapa ativa uma visibilidade libertária destes sujeitos e suas respectivas territorialidades na prática cartográfica em questão? A dimensão midiática interposta entre experiência urbana, cotidiano de favelas cariocas pacificadas e moradores reverbera que sentidos políticos frente ao regime de visibilidade e ação propostos no projeto?

➤ **Dos regimes, gestos e ações**

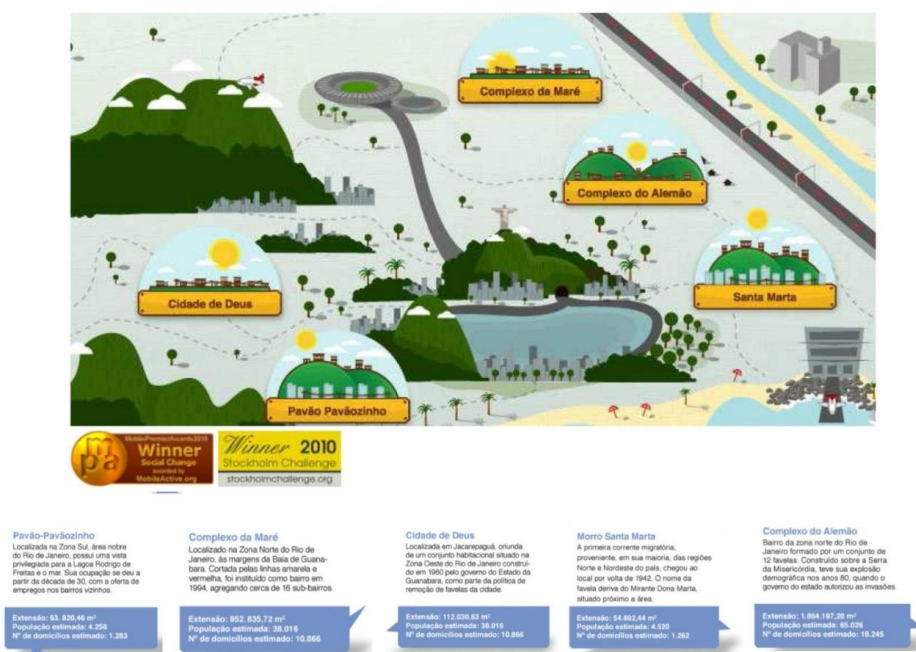


Figura 20: Montagem com imagens da página de abertura do projeto Wikimapa/ Rio de Janeiro  
Fonte: <http://beta.wikimapa.org.br/>



Na ilustração da tela de abertura do <http://beta.wikimapa.org.br/o-projeto> sobrepõem-se à iconografia do regime cartográfico, um Rio de Janeiro preenchido pelo conjunto de cinco favelas, um grande estádio de esportes, pequenas concentrações de monocromáticos edifícios ao rés do chão da cidade. Todos estes banhados pelo verde exuberante dos morros. A presença idílica da geografia carioca, com suas curvaturas orgânicas batizadas em tantas canções da bossa nova é o cenário da cartografia cidadã, em cujo centro visual ergue-se o Corcovado e, sobre ele, a imagem canonizada e folclorizada do Cristo Redentor.

Um Rio de Janeiro de poucas vias e ruas, apenas duas, emblemáticas do sentido de presença e fluxo empreendidos pelas recentes intervenções urbanas com vistas à Copa e às Olimpíadas. Uma delas corta o túnel do Corcovado e o conecta ao estádio, ligando dois espaços absolutamente centrais nos regimes de visibilidade e de ações da cidade-mercadoria. Enquanto outra via atravessa lateralmente a cidade, possivelmente a linha amarela, que margeia o Complexo da Maré, então invisibilizado pela barreira acústica instalada em todo o perímetro da paisagem favelada. Entrada principal de estrangeiros na cidade pelo aeroporto Internacional do Galeão.

Árvores geométricas e coqueiros pontilham os imensos vazios entre os morros naturalmente verdes e os edifícios no chão da cidade e, entre eles, alvorecem como o nascer do sol as favelas mapeadas pelo projeto enquadradas em abóbodas celestes. Sua delimitação espacial é a curvatura do céu e estampam um sol redondamente tropical e amarelo, cintilante ora ao norte, a leste, a oeste ou ao centro. A distinção das favelas é figurada pela indicação da sua topografia. A maioria se encontra sobre os morros e ocupa apenas o seu topo e não nas suas encostas, enquanto a Maré e a Cidade de Deus aparecem planificadas sobre aterros.

A imagem de abertura do site, sua face panfletária alinhada às dominâncias visuais e discursivas do Rio - Cidade Maravilhosa contraria à primeira vista os princípios da cidadania eletrônica, tecnologia social, reconhecimento e pertencimento comunitário, anunciadas na chamada institucional do projeto. O objetivo destes princípios é agir como mecanismos de “ampliar ‘olhares’”, “criar novas referências geográficas e culturais” e “inserir a população de baixa renda nessa nova lógica colaborativa de produção virtual e mobile que permeia as relações sociais”.

De imediato, a centralidade assumida pelos ícones da cidade-mercadoria, Cristo Redentor, vias expressas, natureza idílica, estádio de esportes e favelas pacificadas desestabilizam o nexos democratizante, colaborativo e com efetiva participação social defendido pelo projeto. À imagem institucional justapõem-se a imagem aérea da

plataforma *Google maps*, onde se inserem os ativos mapeados pelos wikireporters. Ou seja, ao navegar no site, atravessamos a imagem hegemônica do Rio de Janeiro cercado pelas favelas - abóbodas celestes para, em seguida, adentrarmos no mapeamento via *Google maps*.

Pensar o gesto cartográfico e a ação política desdobra-se do confronto entre os regimes de visibilidade e ação explicitados nas diferentes mídias utilizadas pelo projeto, no sentido de sondar os discursos, os modos como os sujeitos se posicionam, as imagens produzidas, enfim, as diversas expressões da cidade veiculada, via prática cartográfica. O gesto cartográfico e ação política centrais do projeto podem ser definidos, a princípio, pelo protocolo institucional que descreve a ação em curso:

*O diferencial do projeto é o mapeamento de ruas e vielas de comunidades de baixa renda – até então não realizado pelos serviços de pesquisa e visualização de mapas na internet – além do mapeamento de ativos dessas comunidades, realizado pelos próprios moradores. Com o wikimapa é possível inserir e/ou consultar informações sobre diferentes lugares (escolas, hospitais, igrejas, clubes, bares, lan houses e etc) do país e editar comentários e referências sobre os locais já mapeados, compartilhando informações e conhecendo novas possibilidades de entretenimento, lazer, educação, saúde, cultura, entre outros. (disponível em <http://beta.wikimapa.org.br/o-projeto> acessado em 24/ 04/ 2012)*

A natureza do gesto cartográfico é localizar, descrever e compartilhar a informação georeferenciada. A ação política declarada institucionalmente pretende desmistificar a associação entre favela e crime, evidenciando o que tem de “bom nas comunidades”, “a ideia não é criar um mapa das favelas, mas sim, incluir as favelas no mapa, criando um ambiente de integração que possa ser utilizado por todos” (*ibidem*).

A pretendida ação política esbarra nas contradições estabelecidas entre o regime de visibilidade da primeira imagem do site; o discurso da inclusão, cidadania e democratização; e o processo mais abrangente em curso no Rio de Janeiro, cuja expressão máxima da política segregacionista e anti-democrática é a envergadura das ações de remoção de favelas e comunidades de baixa renda de territórios consolidados historicamente.<sup>71</sup> Este processo tem reverberações no relato do wikirepórter do morro Pavão-Pavãozinho, que cita a retirada da única drogaria do bairro e a desconfiança dos moradores com relação à associação entre o projeto wikimapa e as obras viabilizadas pelo PAC.

---

<sup>71</sup> A área central da região portuária é fortemente marcada pela ocupação residencial voltada para moradias populares. Estima-se que até o momento o projeto Porto Maravilha e o Programa Morar Carioca removeram cerca de 605 famílias, entre as que viviam no Morro da Providência e nas ocupações do entorno: Morro da Providência 140 famílias, Ocupação Machado de Assis 150 famílias, Ocupação Flor do Asfalto 30 famílias, Ocupação Boa Vista 35 famílias, Ocupação Zumbi dos Palmares 133 famílias, Ocupação Carlos Marighela 47 famílias, Ocupação Casarão Azul 70 famílias. Ao todo são cerca de 3.099 famílias removidas em toda a cidade, e mais 7.843 estão sob ameaça de remoção. (Oliveira *et al*, 2014, p. 20)

A princípio o wikirepórter não observa nenhuma associação direta entre ambos os projetos. Entretanto, na perspectiva das tramas cartográficas é coerente entender que tanto a obra do PAC quanto o mapeamento das favelas pacificadas integram um panorama mais amplo da política urbana brasileira e da subjetivação da favela frente aos demais segmentos da sociedade. No caso do Rio de Janeiro, esta política encontra-se fortemente determinada pelas exigências econômicas e desenvolvimentistas pressupostas para a realização dos maiores eventos de esporte do mundo. Ao mesmo tempo, precisa incorporar subjetivações recentes das favelas, remetidas às iniciativas culturais de expressão internacional (como o caso de MV Bill, Afro Reggae), filmes (Cidade de Deus, Tropa de Elite), novelas, enfim, um conjunto de investidas que reposicionam a sua dimensão estética, cultural e política nos imaginário urbano das metrópoles brasileiras.

Neste aspecto, novamente a dimensão midiática é ativada, pois a própria cidade do Rio de Janeiro configura-se como mídia dos empreendimentos Copa, Olimpíadas e todas as demais ocorrências culturais relacionadas à vida nas favelas. Sua “imagem-celebridade” seleciona subjetivações icônicas, convertendo-as em semióticas regulatórias da cidade maravilhosa, tal como aquela estampada na capa do site <http://beta.wikimapa.org.br/o-projeto>: a favela convertida na abóboda-celeste, o Rio numa cidade pontos-turísticos. Entretanto, no cerne do mapa e do blog, ali onde podemos atrelar a dimensão espacial à narrativa cotidiana dos wikirepórteres, habitam Afrolady, Seu Manoel (dono da Biroasca), Rose (dona do Salão), o anônimo, “descolado e desconfiado” dono da drogaria prestes a ser removida pelas obras do PAC, entre diversos outros sujeitos locais. Neste ínterim de dominâncias, oscilação constante entre processos de produção da cidade-global, cidade-evento, cidade- espetáculo e cidade-cotidiana, cidade-popular pairam as contradições do gesto cartográfico e da prática política.

Ainda que o gesto cartográfico definido institucionalmente seja o da localização, ao ampliar sua inserção para a configuração de um blog-diário, as narrativas aí inseridas compõem um tensionamento polifônico da rigidez expressa pelo espaço cartesiano enquadrado na plataforma *Google maps*. A prática política inerente ao processo de constituição destas relações espaciais também assume a condição de plasticidade é definida na oscilação contingente destas dominâncias. Apresenta-se como princípio inicial, declarado institucionalmente, a desmistificação da relação entre pobreza e crime, mas acaba extrapolando para pautas como a pacificação das favelas e a intercorrência disto com a possibilidade e impossibilidade de transitar pelas ruas, a presença do poder

público via obras do PAC, o sentido do voto dos “favelados” e a relação das reformas fachadistas das favelas com vistas a integrar as rotas turísticas do Rio de Janeiro.

Abarca, portanto, a dimensão cotidiana, pelo viés da denuncia, do questionamento, da crítica, da valorização de gênero, da celebração das vizinhanças e gestos de solidariedade. Espreita-se entre os sentidos de “valorização imaginativa dos lugares”, desdobrando-se na “emancipação dos imaginários”, propostos por Ana Clara Torres Ribeiro; e de mitificação do real, desencadeado na sobredeterminação da imagem nos processos de constituição dos sujeitos contemporâneos, definidos pela autora na máxima “Virei imagem, logo existo” (RIBEIRO, 2010, p.33).

A ação social dos wikireporters não se restringe a desempenhar institucionalmente a função a eles atribuídas pela empresa Vivo. Esse entendimento arrasaria um conjunto de fabulações inventivas, táticas implicadas na sua experiência cotidiana (DE CERTEAU, 1994), que perpassam as práticas da denúncia, da crítica, da valorização recíproca. Entretanto, há anteparos para tais fabulações e processos de redirecionamento das suas forças sociais, no sentido de capitalizá-las e convertê-las também nos referenciais regulatórios e icônicos, estereotipando e folclorizando a vida na favela, a partir da apropriação destes discursos e de hipervalorização da imagem.

Este jogo de forças nos remete à questão inicial proposta por Serpa: “Pra mim a diferença fundamental é essa, a gente está falando de mídia que dá acesso a todos para todos como produtor, ou é só acesso como consumidor?”. A tensão entre imagem e ação social; e entre emancipação dos imaginários e regulação imagética aponta intercorrências com o próximo caso desta montagem; e algumas questões ainda em aberto serão novamente retomadas a partir da transversalidade dos discursos e imagens atrelados aos projetos em questão “wikimapa” e “Cartografias insurgentes”.

#### **4.2.2 EVENTO CARTOGRAFIAS INSURGENTES**

➤ **Da composição dos sujeitos:**

Neste caso, a composição do sujeito efetiva-se pela presença significativa de formações coletivas, agrupamentos de interesses sob diversas pautas políticas, entre eles:

UNIVERSIDADE NÔMADE:

*A rede Universidade Nômade se formou há mais de dez anos, entre as mobilizações de Seattle e Gênova, os Fóruns Sociais Mundiais de Porto Alegre e a insurreição Argentina de 2001 contra o neoliberalismo. Foram dois momentos*

*constituintes: o manifesto inicial que chamava pela nomadização das relações de poder/saber, com base nas lutas dos pré-vestibulares comunitários para negros e pobres (em prol da política de cotas raciais e da democratização do acesso ao ensino superior); e o manifesto de 2005 pela radicalização democrática. Hoje, a Universidade Nômade acontece novamente: seu Kairòs (o aqui e agora) é aquele do capitalismo global como crise. Na época da mobilização de toda a vida dentro da acumulação capitalista, o capitalismo se apresenta como crise e a crise como expropriação do comum, destruição do comum da terra. Governa-se a vida: a catástrofe financeira e ambiental é o fato de um controle que precisa separar a vida de si mesma e opõe a barragem aos índios e ribeirinhos de Belo Monte, as obras aos operários, os megaeventos aos favelados e aos pobres em geral, a dívida aos direitos, a cultura à natureza. Não há nenhum determinismo, nenhuma crise terminal. O capital não tem limites, a não ser aqueles que as lutas sabem e podem construir. A rede Universidade Nômade é um espaço de pesquisa e militância, para pensar as brechas e os interstícios onde se articulam as lutas que determinam esses limites do capital e se abrem ao possível: pelo reconhecimento das dimensões produtivas da vida através da renda universal, pela radicalização democrática através da produção de **novas instituições do comum**, para além da dialética entre público e privado, pelo ressurgimento da natureza como produção da diferença, como luta e biopolítica de fabricação de corpos pós-econômicos. Corpos atravessados pela antropofagia dos modernistas, pelas cosmologias ameríndias, pelos êxodos quilombolas, pelas lutas dos sem teto, sem terra, precários, índios, negros, mulheres e hackers: por aqueles que esboçam outras formas de viver, mais potentes, mais vivas. (UNIVERSIDADE NÔMADE uninomade.net/tenda/manifesto-uninomade-10-tatu-or-not-tatu/)*

COLETIVO ACIDADE: uma vertente mais prática da Universidade Nômade, que durou aproximadamente 1 ano e reuniu ativistas, artistas, advogados e pessoas engajadas em iniciativas culturais, a partir de uma declaração em 2009 do prefeito Eduardo Paes, afirmando o objetivo de remover mais de 270 favelas, a fim de melhorar a qualidade de vida da cidade. Diante disso, esse grupo passa então a promover ações mais propositivas, debates, publicação de textos, assembleias, encontros a fim de questionar a política urbana em exercício naquele momento. A pauta da cartografia emerge na ocasião do edital de Mídias livres do Ministério da Cultura e é colocada em execução no sentido de cartografar os movimentos de resistência às remoções, que em 2011 ganharam extrema centralidade, devido à intensificação destes procedimentos pela prefeitura e governo do Estado.

I-MOTIRÃO: descrevem-se a partir de um 'remix' das considerações de Hardt e Negri, declarando-se como multidão, rede aberta de multiplicidades, composta 'potencialmente de todas as diferentes configurações da produção social':

*i-Motirõ é um grupo de pessoas que vem desde 2005 trabalhando na área de Cultura Digital principalmente com inclusão digital, software livre, re-apropiação tecnológica, arte eletrônica, mídia comunitária e tática no Rio de Janeiro e Espírito Santo. (...) Em 2009 essas pessoas resolvem fundar o coletivo i-Motirõ*

*buscando uma agenda inovadora para temas como Governança da Internet, Propriedade Intelectual, Pluralidade Cultural, Constituição do Commons, Economia Criativa da Dádiva e Solidária, Cultura Livre, Agroecologia, Arte Eletrônica e Digital entre outros, apoiado suas ações em diversos setores da sociedade civil e buscando parcerias com o governo quando possível. Atualmente diversos movimentos sociais e entidades culturais distribuídas pelo Brasil apropriam-se dos meios de produção cultural utilizando das novas tecnologias de comunicação e informação, montando estúdios livres, trocando conhecimentos em encontros e oficinas, desenvolvendo pesquisas, traduções, tutoriais e softwares livres, realizando comunicação independente, buscando alternativas econômicas e ambientais integradas as novas tecnologias etc. É nesse contexto de experimentação e realização de Cultura Digital que a i-Motirão se constitui e fundamenta. (<http://imotiro.org/node/6>)*

Essas três formações citadas, Universidade Nômade, Coletivo aCidade e Imotirão são apoiadores do projeto e possuem diversos membros comuns, atuantes em mais de uma destas iniciativas. Estes apoiadores realizaram no evento atividades específicas como oficinas e debates.

FÓRUM COMUNITÁRIO DO PORTO formado a partir de 2011 a princípio por moradores da zona portuária do Rio de Janeiro, e em seguida, ONGs, universidades e parlamentares. Esta mobilização é precipitada pelas intensas transformações urbanas decorrentes das intervenções do projeto Porto Maravilha, e tem como principal objetivo constituir um espaço público para potencializar denúncias de violação de direitos e articular apoio institucional que assegure a defesa destes direitos. Age principalmente a partir dos seguintes eixos: questão fundiária, violação de direitos e conflitos urbanos e projetos e concepções de desenvolvimento.

ANTENA MUTANTE coletivo formado em 2007, cujo eixo de atuação é a relação entre rua e internet, entendidas enquanto espaço público. Suas atividades tem inserção em diversas cidades, como Oaxaca (México); Bogotá, Medellín, Cali, Quibdó, La Maria Piendamó, Barrancabermeja (Colômbia), Paris (França), Madrid (Espanha), Berlim (Alemanha), New York (Estados Unidos), Rosário (Argentina), Palestina (Cisjordânia), Santiago de Chile (Chile), Belém, Santarém e Rio de Janeiro (Brasil). Assumem como missão a ideia de propagação de informação detonada pela tecnologia, e como único objetivo serem conhecidos como **comunicadores piratas sintonizados**. Na sua página inicial está anunciado “**Hackeando la calle**”, modo de ação política travada por:

*produccion de **cartografias críticas**, en el trabajo audiovisual y grafico, en el trabajo de interconexión a través del streaming de video y audio, en la propuestas de interrupciones planteadas colectivamente para generar multiples interconexiones entre la calle y la internet.*

*(<http://www.antenamutante.net/antenamutante>)*



Figura 15: páginas veiculadas no site do coletivo Antena Mutante  
 Fonte: <http://www.antenamutante.net/riodiagnostico>



Figura 21: anúncio do coletivo Antena Mutante  
 Fonte: <http://www.antenamutante.net/>

A participação da Antena Mutante no evento Cartografias Insurgentes consistiu na realização da oficina de Vídeo e *Streaming*. O *streaming* significa fluxo de mídia e a atividade centrava-se na abordagem dos modos de distribuição de informação multimídia na internet de forma livre. O evento deflagrou uma parceria entre este coletivo e o Rio 40 Caos, outro coletivo ativista que também tem se engajado na pauta urbana detonada pelas Olimpíadas e Copa do Mundo na cidade do Rio de Janeiro. Iniciaram nesta ocasião o projeto do vídeo “Rio Diagnóstico: da cidade global ao Rio Distópico”, finalizado com o título *Distopia 021*<sup>72</sup>, um ano depois do evento.



Figura 22: imagem do coletivo Rio 40 Caos  
 Fonte: <http://www.antenamutante.net/riodiagnostico>

<sup>72</sup> Desdobrando a etimologia do título chegamos à seguinte significação: *Dis* que significa dificuldade, dor, privação e infelicidade; e *topos*, referente a lugar, formando a ideia de Rio como lugar infeliz.



Figura 23: imagem do vídeo *Interrupción Cartográfica: Río Distópico*  
 Fonte: <http://www.antenamutante.net/videointerrupcion>

**ICONOCLASSITAS**, coletivo sediado na Argentina, de inserção internacional, já atuou nos seguintes países Peru, Argentina, Colômbia, México, Portugal, Espanha, Áustria e Brasil. Realizam desde 2006 mapeamentos coletivos em atividades específicas desenvolvidas com midiativistas, artistas, ativistas de pautas urbanas, sociais, ecológicas, comunicadores, organizações de bairro, movimentos sociais, estudantes, instituições artísticas internacionais (museus, bienais, bibliotecas, fundações), com a proposta metodológica de configurar um “laboratório”. Como a própria denominação do coletivo referencia, tem na imagem um foco de interesse de constituição de sentidos a partir de uma “política de la mirada”. A **cartografia coletiva**, sua principal forma de atuação, corresponde a um exercício prático de elaboração de mapeamentos relativos a diferentes situações de confronto entre as forças hegemônicas e contra-hegemônicas, cuja proposição orienta-se por tais princípios:

*poner a disposición una herramienta de fácil apropiación y reproducción, un dispositivo agilizador de encuentros y, un artilugio que empuja la organización de **prácticas emancipatorias y colectivas**. Consideramos la comunicación como una práctica política desde la cual crear recursos gráficos orientados a establecer rupturas en las significaciones, como forma de resistencia e influencia en el imaginario social, pero también como propuesta de cambio y de transformación. (...) A comunicación,*



entendida en un amplio sentido, como impulso de un pensamiento crítico que desestabilice las representaciones hegemónicas, inquietando todos los sentidos. **En la batalla política la dimensión estética y simbólica no debe ser descuidada. (...) Y porque la “estetización de la política” nos obliga a recuperar una ética de la imagen<sup>73</sup> que funcione, y a la vez posibilite, actitudes de compromiso renovado frente a una realidad que consideramos injusta. (...) ¿cómo organizar el pesimismo por medio de imágenes iluminadoras? Una posible respuesta la pensamos en el ejercicio de revelar problemáticas, mostrando conexiones y responsabilidades, con el objetivo de denunciarlas.** (disponible en <http://www.iconoclasistas.net/2013/mapa-del-mapeo-colectivo/>)



Figura 23: mapeamento coletivo “La Barceloneta”  
Fonte: *ibidem*

Defendem as seguintes práticas políticas: ativismo artístico, intervenções urbanas, cultura livre, atividades nas ruas e organização coletiva. No eixo entrecruzado pela mídia, cidade e cartografia, militam ainda contra as determinações dos direitos autorais,

<sup>73</sup> A estetização da política remete-se às relações propostas por Walter Benjamin e discutidas também por David Harvey, que exploramos no capítulo 2. Como a expressão visual, gráfica, do cinema, cartazes, bandeiras, foram fundamentais no engendramento político dos nacionalismos ditatoriais, relacionados com o Stalinismo, o Nazismo, Fascismo.

e por isso disponibilizam na internet um conjunto de ferramentas gráficas de representação correlatas à linguagem cartográfica, como pictogramas, símbolos, grafismos diagramáticos formulados por um tipo de dramaturgia da militância. A atividade integrada no evento (utilizando o mecanismo de vídeo conferência) foi a oficina “Cartografias críticas e afetivas: *‘Nos metemos en la película: roda de referências e intencionalidades; compartilhando imaginários de arte e política.’*” A proposta da oficina definia-se nos seguintes termos:

Entenda-se intencionalidade como a vontade de conectar cérebros, afetos e destrezas diversas: arte urbana, ativismo digital, cultura de rua, lutas comunitárias em torno do trabalho de **cartografia crítica** sobre as transformações que acontecem no Rio de Janeiro. Esta será a fase zero para definir um trabalho criativo a médio e longo prazo. A metodologia consistirá em apresentações em formato breve de experiências, trabalhos e referências culturais dos participantes. Haverá dois projetores e as paredes do galpão para fazermos a intervenção. Será disponibilizado um disco rígido onde compartilharemos vídeos, livros, imagens, música. Lembre-se de levar seus materiais digitais (suas referências) para apresentar e fazer intercâmbios. (disponível em <http://cartografiasinsurgentes.wordpress.com/programacao/>)

FASE, sigla da **Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional**, uma ONG fundada em 1961, cujo objetivo anunciado institucionalmente é:

*Busca a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social com justiça, a sustentabilidade do meio ambiente e a universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais, civis e políticos. (...) Como estratégia para o cumprimento dessa missão, a instituição se organiza em dois programas nacionais (Programa Direito à segurança alimentar, agroecologia e economia solidária e Programa Direito à cidade: cidades justas, democráticas e solidárias); no Núcleo Nacional Justiça Ambiental e Direitos e em seis programas regionais que atuam nos estados do Pará, Pernambuco, Mato Grosso, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Os seis escritórios regionais desenvolvem ações próprias de acordo com a realidade local, no entanto, articulam-se entre si e com os programas nacionais a partir de temas comuns e, muitas vezes, por meio de redes de articulação, grupos de trabalhos e fóruns temáticos.* (disponível em [http://www.fase.org.br/\\_fase/pagina.php?id=1](http://www.fase.org.br/_fase/pagina.php?id=1))

No caso mais pontual, a Zona Portuária do Rio de Janeiro, foco da problematização do evento Cartografia Insurgente, a Fase tem uma atuação continuada junto ao Fórum Comunitário do Porto e a diversos movimentos sociais engajados nessa questão. Em 2011, produziu o Relatório de Violação de Direitos e Reivindicações.<sup>74</sup>

---

<sup>74</sup> No momento final da tese, quando sua configuração já estabilizava uma forma e articulação, descobrimos a publicação elaborada pela Fase em colaboração com a Fundação Rosa Luxemburgo intitulada **Cartografia Social Urbana: transformações e resistências na região portuária do Rio de Janeiro**, disponível em <http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=3936>. Este material é resultante da seguinte construção: “As oficinas de Cartografia Social realizadas no mês de agosto de 2013 trouxeram como principal desafio o mapeamento das transformações em curso na região portuária do Rio de Janeiro. Apesar do foco estar nessas modificações contemporâneas, tentamos produzir uma cartografia que identificasse as mudanças ocorridas na espaço pela ação do

**FRONTEIRAS IMAGINÁRIAS CULTURAIS:** coletivo sem definição de origem e integrantes. Afirma-se como multidão, atua de forma mais pontual no Rio de Janeiro e vem desenvolvendo diversas atividades em parceria com o I-motirõ (já apresentado anteriormente) a partir da seguinte premissa:

*A plataforma WEB FIC - Fronteiras Imaginárias Culturais - visa ser uma base de dados de conteúdos agrupados por mapas, retratando aspectos culturais de diferentes comunidades e coletivos, através de registro multimídia. Os mapas cognitivos, também entendidos como mapas mentais, mapa êmicos, psicogeografia ou **cartografia social e imaginativa**, podem ser apreendidos como representações gráficas de conjuntos de representações discursivas, contudo acreditamos que os mapas cognitivos extrapolam o campo da representação e abrem o horizonte das possibilidades, criam uma forma de reapreender o mundo segundo o registro da criação. (...) Na prática a plataforma FIC apresenta-se como mapas interativos, onde pontos distribuídos no seu desenho são hiperlinks que acionados abrem uma poesia e assim por diante. O próprio desenho do mapa assim como a localização dos pontos no mapa, quantos serão e pra quais tipos de informação multimídia/audiovisual eles direcionam é exatamente a construção infinita desse mapa cognitivo onde os atores refletem seus modos de pensar e agir uma descartografia. (disponível em <http://fronteirasimaginarias.org/node/8>)*

Integrou as atividades do evento, realizando a princípio a apresentação dos trabalhos já desenvolvidos e a Oficina de comunic(ação), cuja proposta de pauta foi o midiativismo. Na sua plataforma, encontra-se disponível a “Cartografia afetiva da Vila Autódromo”, desdobramento da articulação desencadeada no evento, que se insere na mobilização mais abrangente e posterior ao evento de contestação do processo de remoção da Vila Autódromo no Rio de Janeiro. Trata-se de uma cartografia realizada por crianças, enfocada sobre a questão do espaço vivido, uma composição entre desenhos infantis manuais e recursos áudio-visuais, na intenção de “retratar a sombra da árvore em frente ao Bar do Cleber, os mutirões de limpeza do canal, a convivência com os vizinhos, as brincadeiras na rua, os bichos, a lagoa. A interação dos moradores com esses lugares e entre si atribuem a esse espaço físico uma riqueza imaterial - cultural, histórica e social”. (disponível em <http://www.fazendomedia.com/criancas-contam-a-historia-da-vila-autodromo-rj/>)

Entretanto, a figuração do mapa disponibilizada na plataforma WEB, ainda que seja regida pelas premissas acima mencionadas, revela-se esvaziada no sentido da potência de ação política demandada num confronto desta natureza: agentes estatais, em coalisão com os interesses privados, pressionando um bairro pobre. O gesto cartográfico perpassado pela infância, pela manualidade e pela memória alça o sentido

---

tempo e pela ação dos projetos propostos para a região ao longo dos séculos, tentando identificar as expressões da alteração nas funcionalidades dos lugares.” (Oliveira *et al*, 2014, p. 19)

de um simbolismo<sup>75</sup> quase lírico frente a esse confronto e, por exemplo, não consta enquanto instrumento de luta cotidiana, ainda que porte um potencial de emancipação dos imaginários, expansão da auto-estima e sedimentação de interesses comuns e modos de agir guiados pelo horizonte do comum.

➤ **Dos regimes, gestos e ações**



Figura 24: anúncio do evento Cartografias Insurgentes  
Fonte: <http://cartografiasinsurgentes.wordpress.com/>

A montagem agora é acionada a partir das imagens de evidência militante, a tônica visual opera pela explicitação denunciativa e alarmante, a visualidade da guerra aloja-se na linguagem icônica das figuras expropriadas de sua feição estável e acopladas à armas, perturbadas em gritos, cobertas por máscaras. Antenas de comunicação erguem-se sobre o território da cidade do Rio de Janeiro em diversos pontos, no seu pico traços ondulatórios demarcam a ressonância comunicativa destas imagens, onde tratores e edifícios são atacados por bandeiras piratas.



Figura 25: zoom na imagem do site  
Fonte: da autora

<sup>75</sup> Estabelecemos aqui uma tensão a noção de simbólico e simbolismo. O último não assume, do ponto de vista da potência política, força de engendramento de pressão, contestação e reconversão das inúmeras injustiças sociais decorrentes da acumulação, que se dá via capital simbólico.

Um atleta corre em nossa direção, está prestes a sair do traçado da cidade do Rio e Janeiro e saltar fora do mapa. Corre uniformizado com o símbolo oficial dos anéis olímpicos transfigurado em cinco algemas entrelaçadas, tem o rosto coberto por uma máscara de gás, decompõe-se na sua vitalidade esportiva a asfixia, o ataque e a proteção, um atleta preparado para a guerra e não para o jogo. Caveiras e máquinas fotográficas interceptam o anúncio da Cidade Olímpica.

Algumas manchetes anunciam as determinações da cidade global, da pacificação, do projeto Porto Maravilha batizado de Porto Morte da Vida. Aparecem no seu subtítulo a associação com o Haiti e o Iraque, o Cristo Redentor rendido pela mesma máscara do atleta, encontra-se cercado por duas sombras armadas, sujeitos enormes, aos pés da sua fundação mimetizam-se no monumento e parecem ocupar uma posição panóptica em relação à cidade. Esse conjunto de referentes apresentam-se nos sites e conteúdos disponibilizados pelo Antena Mutante e pelo Cartografia Insurgente, fora algumas lateralidades nos sites e publicações dos demais sujeitos que compõem o evento foco desta articulação, cuja aproximação resultou em diversos trabalhos colaborativos concernentes às práticas cartográficas.

Ao transitar pelos espaços-tempos virtuais da rede formada pelos sujeitos coletivos atrelados à Cartografia Insurgente, a dimensão midiática da produção cartográfica assume o primeiro plano tanto dos gestos cartográficos quanto das práticas políticas correspondentes. Seus regimes de visibilidade e ação são inflamados de uma postura manifesta e ativista, cito por ora uma seleção relâmpago de expressões que compreendidas pelo viés das tramas indicam a natureza desta dimensão midiática. São extrações das apresentações que cada coletivo faz de seus princípios e posicionamentos, citadas anteriormente no tópico da composição dos sujeitos: declarações como “batalha política”, “hackeamento”, “insurreição”, “luta”, “multidão”, “comunicadores piratas sintonizados”. Estas acenam o embate proposto como título do manifesto “Megaeventos x Microguerras: Colonialismo 2.0 – Por Novos mapas”, redigido pelo coletivo Baobá<sup>76</sup> e disponibilizado como referência no site do Cartografias Insurgentes.

---

<sup>76</sup> O coletivo Baobá não foi mencionado propriamente como sujeito da articulação Cartografias Insurgentes, pois definiu-se como tal, apenas aqueles mencionados na organização e realização de atividades durante o evento, ou seja, inseridos de forma direta na programação. Como se trata da constituição de redes, onde essas articulações operam de forma exponencial, seria impossível abarcar todas as interações aí estabelecidas. Citamos a seguir, os termos que definem a formação do coletivo: “Somos ações de resistência e redescobrimiento, midiáticas, ativistas, artísticas, políticas, agrofloretais e tecnológicas que recriam-se mais um vez, rebeldes e desafiadoras. Ações feministas, narrativas, imagens e stencils de lutas históricas e identitárias, rádios livres, hortas, escolas tornam-se histórias inseparáveis para

A natureza de envolvimento e tipo de conexão estabelecida neste engendramento cartográfico é definida pela noção de rede e um dos objetivos citados é a formação de uma rede de conhecimentos. A prática política, neste caso, pressupõe a constituição da rede, cujos liames operam diversas composições entre dimensão simbólica e produção midiática. Produção de informação como sinônimo de produção de conhecimento e, a cópula entre ambas, como um tipo de prática política caracterizada pelo se fazer visível, sabido e representado. A emergência de inúmeros sujeitos coletivos, cujas práticas políticas instrumentalizam-se com o uso de tecnologia virtual, Internet, diversos equipamentos eletrônicos (máquinas fotográficas e filmadoras, celulares que também incorporam essa função, GPS, laptops, ipods) explicita a relevância da dimensão simbólica na atual conformação da lógica capitalista contemporânea.

As denominações Capitalismo Cognitivo e Capitalismo Cultural alardeiam outras faces do embate entre hegemonia e insurgência atualmente em curso; a dimensão estética, a presença da imagem, a plasticidade (SAFATLE, 2012) atribuída aos novos sujeitos políticos incidem numa operação mútua sobre esta prática delineada estética e imagetivamente. A cartografia nesse espectro também assume, portanto, uma particular propriedade simbólica, estética e imagética. Há aí um descentramento da epistemologia científica, a partir da inserção de recursos de composição remetidos às histórias em quadrinhos, ao design gráfico, ao cinema, ao desenho manual. Recorremos novamente à questão sugerida na introdução da tese: “em que medida se correspondem ação política e modo de representação?”

É coerente admitir que, neste caso, o gesto cartográfico também assume expressão simbólica que, por sua vez, apresenta restrições quanto à efetividade política. A potência política de contrapor referentes hegemonizados esbarra nos processos de diluição e dispersão característicos dos enlaces do Capitalismo Cognitivo. Nestes, gestos de expressão simbólica, incorporam-se num vasto rol de disputas simbólicas de tênues demarcações no que se refere às posições assumidas pela hegemonia e sua contestação. As cartografias insurgentes, paramentadas com uma complexa rede de conhecimentos, capazes de produzirem tecnologia e informação, pelos princípios da

---

as nossas ideias de futuro. O que propomos com este blog é uma nova prática social de produção de informações, que investigue as resistências e insurgências deste continente, as histórias locais, seus e suas protagonistas, nossas raízes, não de forma primitivista a valorizar o antigo mas de forma a reconhecemo-nos e darmos ressonância às nossas ações e potências presentes e futuras. Uma visão de mundo desafiadora, que desmascare as megatecnocracias, as mídias de massa e os guias de viajantes, jogando nova luz ao mundo das idéias, e assim tornando-se único. Esse é o baobá voador, um lançar-se. Não cabe a ele criar significados, apenas relatar cotidianos, uma de muitas narrativas possíveis.” (disponível em <http://baobavoador.noblogs.org/para-todxs-tudo-para-nos-nada/>)

pirataria e do hackeamento, efetivam-se enquanto possibilidade de apropriação e resistência, entretanto, instaurando essa face pirata e hacker<sup>77</sup> – também no território? Essa passagem entre cartografia, no plano simbólico-midiático e possibilidade de presença nos territórios urbanos é rarefeita em termos de ação política.

O evento Cartografias Insurgentes pretendia produzir outro regime de visibilidade frente às intervenções urbanas realizadas no Rio de Janeiro a reboque da Copa do Mundo e das Olimpíadas. O ocultamento da violência praticada por tais intervenções, o impedimento da participação da população diretamente envolvida com estes territórios, as ilegalidades praticadas pela face mais autoritária e privatista do Estado foram os focos de observação, a partir da lente cartográfica e da dimensão midiática coimplicada nas suas manifestações contemporâneas:

O recurso à criação de mapas e a proposta de realização de cartografias junto aos movimentos de moradia urbana e das favelas nos ajuda a melhor contextualizar esses conflitos territoriais e se soma às demais formas de resistência ao projeto dos megaeventos. (...) O encontro funciona como espaço de experimentações e debates que tratam das reconfigurações da cidade e das dinâmicas de resistência que lhe são correlatos, articulando-se como um **laboratório em rede** (Rio de Janeiro – Amazônia – América Latina) sobre política, estética e cultura. (...) Entendida como uma **tática criativa** de formação do desejo no campo social, a prática cartográfica nos remete a novos territórios, teorias e práticas. A potência do espetáculo atual que governa o mundo e os sonhos criados para escapar de seu reinado, **pode ser anulado** se usarmos um método que consiste em tomar as coisas dos inimigos para montar uma outra coisa, que ajude a combatê-lo. A organização de um novo significado que confira um sentido vivo a cada elemento faz parte da prática artística que ao utilizar diferentes mídias transforma o próprio desejo humano. (disponível em <http://cartografiasinsurgentes.wordpress.com/>)

Esta descrição geral da metodologia de trabalho - correlata ao entendimento da cartografia - foi colocada em prática nas seguintes atividades que compunham a programação do evento: *Oficina de guerrilha da comunicação; Oficina de Comida Viva: por uma alimentação saudável; Oficina de Redes Sociais Livres Autogestionadas; Deriva Maravilha, um passeio pela zona de atuação do projeto Porto Maravilha;*

---

<sup>77</sup> Hackear significa a modificação ou intervenção em um sistema tecnológico programado para funcionar de determinada maneira, sem o consentimento daquele que o concebeu, no sentido de viabilizar determinados usos e apropriações imprevistas na versão original, especialmente ligadas às possibilidades de acesso e suas restrições. Trata-se de uma ação de contestação do lobby das grandes corporações tecnológicas.

Encontro por uma Cartografia Crítica da Amazônia; Oficina de Cartografia Aérea com Pipas e Balões; Investigação Militante e Cartografia como Pesquisa.

O objetivo de espacializar territorialmente os confrontos materializou-se no ensaio fotográfico intitulado crônica visual; em formulações diagramáticas manuais; desdobrou-se em ocasião posterior, por exemplo, no vídeo Distopia 21; e, na “Cartografia afetiva da Vila Autódromo”(também mencionada há pouco). Ainda que disponha de um instrumental de composição gráfica amplificado pelas interfaces tecnológicas e midiáticas, constatamos que a figuração cartográfica não é o objetivo final desta iniciativa. Há um interesse determinante no processo de formação de todos envolvidos, aderindo aos princípios da pirataria, democratização da tecnologia, do hackeamento e da publicização de processos pelo viés midiático.

Entretanto, a pretensão de ‘anular o espetáculo’, num ‘combate’ efetivado ao ‘tomar as coisas dos inimigos para montar uma outra coisa’, talvez se revele um tanto desproporcional diante da força detida pelas investidas da cidade espetáculo e do tempo dedicado a tal pretensão. A força de engendramento do social, suas possibilidades de produção urbana e territorial define-se de forma contundente quando se trata das investidas hegemônicas e, portanto, sua ‘anulação’ tem se mostrado um desafio inconcluso. O confronto de natureza tática caracteriza-se por anulações parciais e persistentes, revelando um exercício de resistência social também caracterizado pela fragmentação e dispersividade.

#### **4.3 VÁCUOS E ZONAS DE INDIFERENCIAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E LUTA**

O evento Cartografias Insurgentes detido sobre a dimensão simbólica, via mobilização midiática, dispara o questionamento do potencial efetivo de enfrentamento entre tática e estratégia (DE CERTEAU, 1994). Ambas - remetidas ao escopo simbólico que atualmente demarca as hegemonias do Capitalismo Cognitivo - deslizam entre a privatização de sentidos e o mecanismo de torná-los públicos. Um vertiginoso processo de apropriação dos referentes simbólicos de ordem cultural, que também se viabiliza pelas práticas cartográficas.

Algumas considerações de Acselrad (2010), comparam a dinâmica política desencadeada nas tramas urbanas e nas tramas fronteiriças, co-implicadas no processo dos denominados “mapeamentos participativos”. Estas considerações subsidiam a



problematização da dimensão simbólica e sua efetividade política em pauta nos presentes casos. O marco da passagem dos anos 2000 bifurcou, no ponto de vista do autor, em dois processos distintos. No caso das áreas de fronteiras não urbanas, observa-se uma expansão da pressão no sentido do 'reconhecimento de direitos territoriais de comunidades tradicionais e da formalização de usos do espaço tendo por base direitos costumeiros'; enquanto nos espaços urbanos vem se afirmando um processo de despolitização formalizado em consensos que ativam a captação de capital internacional no rol da competição interurbana e o esvaziamento da força de direitos, frente à indistinção progressiva entre o lícito e o ilícito, entre o direito e a força, entre a norma e a exceção. (*Ibidem*, p. 10)

Esta diferença pode ser notada pela presença significativa de processos de mapeamento participativo em áreas fronteiriças com intercorrência direta nos processos de titulação e reconhecimento de propriedade e na presença apenas simbólica destes processos de mapeamento em áreas urbanas, sem resultar, entretanto, na efetivação destas titulações e demarcações. A abordagem comparativa detém-se sobre a presença de mapeamentos participativos como instrumento de conquista de direitos territoriais. Não pretendemos perder de vista, o processo de politização decorrente de conquistas relacionadas aos quilombos urbanos, as casas de religião afro-brasileira, entre outras conquistas fundiárias ligadas aos diversos movimentos sociais urbanos.

A questão da demarcação de terras na cidade é uma pauta dos anos 80, vinculada ao potente movimento de Reforma Urbana, uma expressão disso, são as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Quanto ao reposicionamento político deflagrado na virada dos anos 2000, os mapeamentos são correlatos a dois tipos de conjunturas: a desestigmatização dos lugares de pobreza com a potencialização da capacidade produtiva e prospectiva das comunidades; e as novas lutas territoriais desencadeadas em função do urbanismo corporativo e da ação virulenta do estado.

Entretanto, quando enquadramos tais disputas mediadas pela prática cartográfica, é notória a predominância desta como instrumento de demarcação territorial em áreas fronteiriças. Esta predominância aponta pistas sobre, por exemplo, uma diferença própria à dimensão simbólica e midiática nestes dois recortes, que explicitam gradações da efetividade do capitalismo cognitivo nestas áreas.

*Pois se o 'mapeamento participativo' se pretende parte de um contra-projeto visando a questionar os pressupostos ocultos da ciência da informação geográfica no que diz respeito a seus efeitos sociais, o cumprimento do que promete deveria resultar em processos concretos de*

*democratização do território e do acesso a seus recursos e não à configuração de uma simples expressão espacial da ideologia do desenvolvimento, que se quer, desta feita, participativo. (ACSELRAD/ COLI, 2010, p. 11)*

A face ideológica assumida pelo contra-projeto referenda o processo de despolitização e constituição do consenso e, neste caso, a própria noção de 'mapeamento participativo' corre o risco de anular seu potencial de crítica e de prática política efetiva, ao converter-se apenas em retórica. A distinção quantitativa e de natureza política entre as ocorrências urbanas e fronteiriças não constitui um dualismo em que os mapeamentos participativos de áreas fronteiriças possuem maior índice de transformação política do que aqueles realizados em áreas urbanas, cuja dimensão simbólica manifesta-se de forma mais contundente.

Ambas as iniciativas são problematizadas pelo autor a partir da "participação oferecida de cima ou a mobilização a partir de baixo, que sugerem um *surplus* de legitimidade de suas respectivas representações cartográficas" (Idem, p. 11). Estas duas formas de operar a participação são tributárias das dominâncias regulatórias e insurgentes disputadas via produção cartográfica que, no caso deste estudo, quer dizer produção de territorialidades. Ao esboçar a composição dos sujeitos dos casos em questão, algumas pistas acerca da expressão regulatória e insurgente manifestam-se.

O próprio nome do evento Cartografia Insurgente explicita sua perspectiva frente à pauta da participação. Nos princípios da prática política e do gesto cartográfico apontados pelos sujeitos desta mobilização emergem inúmeras denominações, entre elas, cartografia afetiva, crítica, como pesquisa, descartografia, social, imaginativa e coletiva. Estas atribuições não equalizam os princípios participativos, mas apontam numa direção comum, prevalece aí a mobilização a partir de baixo, uma participação militante e contestada, frente a um processo de esvaziamento participativo mais amplo, inculcado nos engendramentos da cidade-espetáculo. Não há a manifestação de nenhum sujeito de caráter privado e todos os sujeitos mobilizadores destas cartografias são constituídos enquanto coletividade.

No projeto wikimapa figuram as seguintes expressões: mapeamento de ativos e mapa virtual colaborativo. O agente disparador do processo é uma empresa de telecomunicação, cuja acumulação (pelo viés flexível) do capital se dá justamente pela concentração e domínio de informações decorrentes do uso destas tecnologias, a cópula entre capital de visibilidade e capital simbólico proposto por Ribeiro (2010). O atrelamento do projeto-piloto às favelas pacificadas submete a possibilidade de

participação ao estatuto consensual de submissão da cidade ilegal à cidade legal. Pela perspectiva neoliberal, a cidade é transformada em negócio/ mercadoria e, neste caso, o acoplamento: patrocínio da empresa Vivo, UPP's, investimento de instituições privadas, justapõe forças de caráter privatizante instrumentalizadas pela prática cartográfica e militarizada sob a insígnia da participação.

Quando isso atravessa a dimensão midiática, em função dos diversos fatores atrelados à presença da imagem, somados ao perigo da sua estetização e decorrente despolitização, à dispersividade e efemeridade de processos inerentes ao modo de funcionamento da rede (Internet); à plasticidade constituinte dos seus possíveis sujeitos; em suma, às decorrências da perspectiva simbólica predominante nos engendramentos contemporâneos, é pertinente insistir novamente na questão de Serpa, participar como consumidor ou como produtor? Inclusão pelo consumo ou pela prática política?

Estas insistentes perguntas remetem-se às explorações de Risek (2011) sobre a relação entre cidade x precariedade, cidade x trabalho, cidade x pobreza, cidade x condições de vida, em que se institui uma zona de indiferenciação entre práticas e proposições culturais e gestão social da pobreza urbana. A socióloga alerta para o processo de conversão de práticas culturais em políticas sociais de combate à pobreza e vice-versa, erigidas de forma consensual sob a égide da 'protagonismo juvenil', do exercício cidadão, da valorização da auto-estima, do combate à violência, (precisamente a vinculada ao tráfico de drogas), do complemento ao processo de educação formal.

*Cabe ressaltar, sobretudo que as maiores ênfases na produção e gestão da cultura parecem se configurar como estratégia de negócios, como dimensões de um empreendedorismo social. (...) A ancoragem nas questões que estruturam as desigualdades urbanas, a partir de formas precárias de inserção produtiva, ainda que revestidas de índices crescentes de consumo e de renda, permite que se postulem, por um lado, os programas de geração de emprego e renda como eixo de um conjunto de políticas sociais. Por outro lado, permite também que as práticas e ações culturais se desenhem como alternativa ou como complemento de um processo de educação formal para e pelo trabalho, como "alternativa cultural e culturalizada" ao emprego, como "micro entretenimentos" que organizam parte do cotidiano desses territórios, como mais uma porosidade e liminaridade entre ação social, inserção e inclusão e pura gestão e acomodação de uma pobreza investida por novos patamares de consumo e integração financeirizada, sem que as dimensões da desigualdade possam ser descortinadas ou vislumbradas. (RISEK, 2011, p. 132)*

Enfim, trata-se da equivalência virtuosa entre assistência social, alternativa cultural, novas formas de associativismo popular e combate à pobreza, assimilados enquanto estratégia de inclusão social via empreendedorismo e responsabilidade social

das empresas. Forja-se, por este ângulo de apreensão, uma nova forma de 'gestão da pobreza', agora culturalizada e selada sobre um novo campo sócio-assistencial, integrado pelo acoplamento entre instituições empresariais, estado, associações, organizações sociais e comunitárias e ONG's.

Wikimapa é exatamente o que esperamos de um projeto *Stockholm Challenge*. Ele preenche os critérios de desenvolvimento e empoderamento do seu público alvo. (...) tem a clara visão de agregar valor aos grupos de baixa renda atendidos, e faz o que o Brasil e mundo precisam – contribui para a distribuição de riqueza. (Comissão avaliadora, *Stockholm Challenge* 2010) (disponível em <http://www.redejovem.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=16477&sid=30>)

Como fazer um trabalho de indicação de áreas de interesse em um mapa virtual, poderia trazer algo concreto para minha comunidade e o mais importante, para minha vida? Se alguém tivesse falado que um dia eu estaria em um palco falando sobre Jovens, tecnologias, potencial, empreendedorismo, além de está ao lado da Presidente de uma grande Instituição, uma Secretária de direitos humanos, Coordenador Geral de Inclusão digital e um cara que demora 12 horas dentro de um barco para chegar onde mora, eu falaria: Viajou mano!!! Mais isso aconteceu. Conheci muita gente interessante. A Primeira foi a que mais me impressionou foi Joares Santos Miranda. Amigos, esse cara mora na comunidade de Boim no Pará e encara 12 horas de viagem de barco de Santarém até sua comunidade. Os jovens de lá são doidos mesmo. Os caras aprendem as paradas pelo youtube (é serio!), eles estão construindo uma antena de celular (O sinal lá é muito ruim) com antenas de televisão, o inacreditável, funcionou cara! **Isso é ou não inovação, empreendedorismo e todas as palavras da moda hoje?** (ROBSON SANTOS, wikirepórter, <http://blog.wikimapa.org.br/?s=robson+santos>)

A suspeita sobre o espraiamento desta nova forma de gestão cultural da pobreza recai sobre o processo de terceirização da gestão e da questão social e, a consequente despolitização da própria prática artística e cultural frente à sua crescente institucionalização no rol dos citados acoplamentos. Entretanto, é importante demarcar o papel fundamental de diversos grupos culturais e artísticos em territórios de pobreza, engajados em movimentos sociais militantes, cuja prática política combina-se justamente com a dimensão estética derivada destas ações.

Risek assinala um ponto de inflexão político tributário da proeminência da vertente do empreendedorismo cultural, da responsabilidade social e da noção de cultura como estratégia de negócio, que intencionam colonizar os próprios movimentos sociais e grupos culturais e artísticos engajados politicamente. A colonização demarca-se como intenção totalizante de capitalizar tais energias sociais que, entretanto, não se efetiva de forma absoluta. Nos persistentes processos de colonização (tentativos e efetivos) embrenha-se outro, a amplificação da capacidade de voz e proposição nesses espaços, instituições e suas respectivas plataformas de ação e discurso, cuja

contribuição política é a instauração da ambiguidade como motor da disputa de sentidos.<sup>78</sup>

As expressões mais evidentes desse processo de colonização no caso do projeto Wikimapa é o prêmio *Stockholm Challenge* recebido em 2010 na categoria Desenvolvimento Econômico; e a parceria da Rede Jovem (sujeito central desta articulação) com a Nike e a Vivo. A afirmação sobre a distribuição de riqueza viabilizada pelo projeto não encontra nenhuma implicação efetiva frente à prática política e ao gesto cartográfico adotados pelos sujeitos desta ação. Ao contrário, parecem alinhar-se com mais precisão à prerrogativa de Risek quanto à nebulosidade assumida pela questão da desigualdade frente à inclusão social, que na acepção da autora tem se neutralizado diante do processo de despolitização e acomodação da pobreza.

A narrativa de Robson Santos viola o protocolo do discurso da responsabilidade social e desarticula a sua aparente virtuosidade pela afirmativa da moda. Empreendedorismo e inovação na sua observação equivalem a “palavras da moda de hoje”; e poderíamos associar tal expressão à ideia de “palavras de ordem” da razão do empresariamento cultural e da tentativa de conversão de práticas cotidianas, artísticas e culturais em negócio. Nos termos apontados por Risek geração de emprego e renda, inclusão social pelo consumo e despolitização via acomodação da pobreza. Por outro lado, ao acionar a ideia de moda para referenciar a prática de Joares Santos Miranda (o barqueiro construtor da antena para internet), explicita um tipo de sincronicidade entre um sujeito remetido a uma geografia remota e os regimes de visibilidade e de ação do mundo globalizado. Tal acionamento interpõe processos de legitimação de uma prática cuja singularidade refere-se às formas imprevistas de apropriação da tecnologia.

As considerações de Risek e Acselrad assinalam as dominâncias hegemônicas, alertam para a participação, inclusão social e processos de democratização enquanto estratégia ideológica. Engendramentos estratégicos fortemente tensionados por mobilizações de fôlego, cuja prática política instala insurgências no seio das regulações, ora mais sutis, apenas manifesta numa passagem dos seus discursos (como a

---

<sup>78</sup> Aqui ressaltamos o contraponto firme da orientadora da tese, Dra. Ana Fernandes, no sentido de alertar sobre a ambiguidade e a insurgência, evitando a simplificação da nossa leitura do vetor colonialista. Para tanto, expôs uma passagem que consideramos relevante trazer à tona: “no capitalismo industrial, conseguir um emprego também significou a possibilidade de se voltar contra o próprio aparato produtivo.” Essa breve passagem explicita a necessidade de não estabelecer uma resistência por fora, mas de compreendê-la como força implicada nos processos de dominação.

declaração de Robson Santos), ora mais contundente, cujo direcionamento aponta com clareza um determinado objetivo. Travam-se aí as contrações entre táticas e estratégias, permeadas de recuos, ganhos parciais, anulações persistentes das forças hegemônicas, viabilizadas por instrumentos de luta e contestação que permeiam desde a dimensão mais cotidiana à mais institucional.

O caso de Joares Santos Miranda exposto pelo wikirepórter foi visibilizado pelo mesmo prêmio *Stockholm Challenge*. Nesta ocasião, um jovem de uma favela carioca, mapeador do projeto financiado pela Vivo conhece um jovem de uma vila paraense, construtor de antena de celular a partir de uma antena de televisão, blogueiro do projeto Saúde e Alegria, que também é financiado pela Vivo. Essa tentativa poderia ser compreendida como uma tática de pirataria ou de hackeamento, nos termos propostos pelos coletivos Antena Mutante e i-Motirõ (ligados ao evento Cartografias Insurgentes), ao redesenhar um equipamento cuja finalidade é transmitir o sinal para televisão e redirecioná-lo para o sinal de celular.

Entretanto, pirataria e hackeamento são palavras que ainda não integram o léxico e a gramática da cidadania, entendida por Risek (2011) como mais um instrumento da legitimação destas iniciativas. Este léxico forma um vácuo entre a 'linguagem do direito' e a luta por ele, face ao processo de aderência indistinta entre 'nomeações e objetos'. É como se a 'gramática da cidadania' se 'colasse' às mais variadas práticas legitimando-as pela incontestada prerrogativa social da inclusão e da democracia. Cabe, portanto, detalhar a natureza e forças viabilizadoras de tal inclusão, democracia e participação. Nesse sentido, selecionamos mais uma passagem que relata outra experiência desencadeada na mesma comunidade de Joares Santos Miranda, em que se entrelaçam atuação de jovens a partir da apropriação das TIE's e a atuação das empresas de telefonias móveis:

Um dos responsáveis pelo Blog da Vila de Boim e ex-coordenador do Telecentro Cultural da comunidade, apresentou textos, fotografias e uma música na chamada criativa do site *Itsnoon* (uma rede que conecta pessoas e ideias por meio de **chamadas criativas de financeiras**). A chamada tinha como tema "Como o seu celular pode te ajudar a transformar a sua comunidade?". A Vila de Boim e cerca de mais 80 comunidades ribeirinhas dos Rios Tapajós e Arapiuns receberam telefones celulares através do Projeto Saúde & Alegria e apoio da Vivo com características multimídia (câmera de boa qualidade e conexão com a Internet) e, de posse dele, Maickson produziu conteúdos comunitários para concorrer à premiação. (...)

Rede Macoronga: Como foi a experiência de enviar um trabalho para uma chamada criativa?

Maickson: Foi uma experiência incrível, queria mostrar o protagonismo juvenil ribeirinho amazônico para o mundo. Mostrar, principalmente, a importância das tecnologias na comunicação e, sobretudo, como o celular pode ajudar a transformar a minha comunidade, que era o tema da chamada. (disponível em <http://boim.redemocoronga.org.br/2011/03/30/jovem-da-vila-de-boim-tem-trabalho-selecionado-no-itsnoon/> acesso em 01/03/2013).

A vertente do empreendedorismo cultural e do protagonismo juvenil cola-se às práticas que vão desde o morador da favela wikirepórter até o jovem morador de um vila ribeirinha da região amazônica. Munidos de celulares, câmeras fotográficas, do modo de operação da Internet (blogs, sites, redes sociais) a participação instaura-se num regime de visibilidade e ação simultaneamente achatado e amplificado pela presença da imagem. A cartografia integra uma das suas figurações atrelada, via de regra, a inúmeras outras, numa configuração espectral e tecnológica quanto às visibilidades e discursos impregnados da 'gramática do direito'.

Esse modo de operar a participação demonstra os deslizamentos entre exercício político efetivo e a gestão social da pobreza. A formulação de Risek quanto a gestão cultural da pobreza pode ser traduzida nestas tramas como uma gestão cartográfica da pobreza, com fortes implicações culturais. Por vezes, participação torna-se, frente à agenda neoliberal, uma estratégia de forte apelo multicultural, uma tecnologia de gestão social em oposição à alegada tática de aprofundamento democrático.

A tática contrai-se na face mais explícita desse processo de natureza estratégica. A figura discursiva da moda suscitada pelo jovem protagonista da favela despretensiosamente descortina outras dominâncias destes engendramentos estratégicos. A partir da abordagem proposta por Risek, associamos a ideia de moda à 'gramática da cidadania', operada pelo mecanismo da cola e da indistinção. Ambas, moda e gramática, como instrumentos de normalização e ordenação dos sentidos. A moda cidadã cola-se ao vocabulário empreendedorista, mas sua aparição é lampejante, dura o instante do relato de Robson dos Santos, num blog do projeto e pouco se consolida enquanto crítica direta, ou seja, como possibilidade de efetivar distinções entre as dominâncias acionadas.

A dimensão tática praticada com os gestos da pirataria e do hackeamento da tecnologia móvel; com os afetos simbólicos figurados graficamente no vídeo Rio Distópico que se desdobrou das Cartografias Insurgentes; com as falas pontuais que descolam os sentidos ideológicos dos gestos cotidianos abre-se como um extenso horizonte analítico. Perde-se à primeira vista o próprio objeto, a cartografia enquanto

instrumento, materialidade, figuração e imagem. A cola entre as nomeações cartografia cidadã, democrática e participativa também se esvai em aderência quando apuramos seus rebatimentos nas Cartografias Insurgentes e no Projeto Wikimapia. Na intenção distinguir pressupostos ideológicos, retóricos e efetivamente políticos, observamos que multiplicam-se os sentidos destas nomeações, algumas vezes em significados inconciliáveis quanto à natureza de suas práticas políticas, gestos cartográficos e sujeitos mapeadores.

Frente ao posicionamento ético adotado nesta reflexão, é fundamental entender a potência criativa mobilizada em torno da esperança insurgente, ainda que a dimensão estratégica revele contundentes anteparos para interpor as táticas políticas incitadas pela cartografia nas suas intercorrências entre cidade x mídia e dimensão simbólica. É substancial distinguir também as enunciações institucionais destes casos e as ambiguidades resultantes dos engendramentos cotidianos e sociais. Seria muito simplista admitir apenas as Cartografias Insurgentes enquanto mobilizações potentes no processo de conversão do capital de visibilidade em capital simbólico remetido às esferas de exercício da autonomia e da participação democrática. Isto seria considerar apenas as suas prerrogativas iniciais.

As tantas nomeações para a cartografia não ficam circunscritas aos pressupostos dos coletivos envolvidos nas Cartografias Insurgentes. Propomos uma migração de sentidos, um *zoom* tático no rastro do espraiamento destas cartografias pela rede, da sua migração para as ruas e para as ações cotidianas. Os moradores das favelas, travestidos da insígnia de wikireporter, produzem um excedente destes capitais de visibilidade e simbólico a partir das implicações resultantes da apreensão e comunicação da dimensão local, do gesto de pirataria das antenas, dos vínculos de vizinhança e confiança construídos nos percursos do mapeamento. E, é nesse excedente que as dominâncias regulatórias do protagonismo não governam em absoluto. Excedentes que aprofundam experiências de autonomia, de emancipação discursiva e política e de acessibilidade cotidiana em territórios de pobreza e estigmatização.



#### 4.4 TRAMAS CARTOGRÁFICAS: ENCRUZILHADAS ENTRE TÁTICAS E ESTRATÉGIAS

As mobilizações da vida social investidas de uma emoção coletiva e pulsante produzem e são produzidas por cidades. O urbanismo, entretanto, ainda produz cartografias dualistas, como as cidades e suas territorialidades enquadradas nas seguintes categorizações: formal, informal; legal e ilegal; público e privado; planejado e não-planejado; local e global. Classificações hegemonicamente recalcadas na fragmentação das cidades em áreas, partes homogêneas, que não apreendem as passagens e intersecções entre estas categorias. Não apreendem, sobretudo, a cidade enquanto potência de engajamento da emoção social, de espessa densidade histórico-social, constituída e constituinte das políticas do espaço.

Entretanto, isto não se deve estritamente às prerrogativas da abordagem cartográfica clássica fundada sobre o pressuposto da representação, mas à própria natureza da vida urbana, ou de forma mais ontológica, da vida. A urbanista Dr. Ana Fernandes exprime de forma decisiva alguns impasses aqui apresentados, ao afirmar que “a vida é irrepresentável” no campo cartográfico<sup>79</sup>. E novamente ressoa a dúvida que retorna sobre si mesma, colocada por Wood: sobre o que define as existências, opondo-se à persistência dos *a priori*.

Se o “objeto” da cartografia urbana é a cidade, a vida aí engendrada, constituída pelos vínculos, relações e arranjos sociais, desfaz-se imediatamente a noção de objeto e faz-se determinante pensar em processo. Se partirmos do pressuposto de que esta existência, a vida urbana é processo e dada sua condição ontológica é irrepresentável, desfaz-se sucessivamente a pretensão primeira da cartografia, representar. Se esta vida está absolutamente implicada no espaço que a constitui e é constituído por ela, diante da condição de opacidade deste último, desfaz-se duplamente a evidência da representação.

Entendemos esta sucessão de suposições como um exercício de radicalização das hipóteses da pesquisa, saturadas ao extremo pelas incongruências e um tipo de indeterminação inerente à possibilidade de conhecer quando se trata do espaço urbano e da vida e, portanto, das cidades. Trata-se de um limite da reflexão aqui pretendida,

---

<sup>79</sup> Esta colocação foi proposta pela professora durante uma entrevista concedida à professora Alessia de Biase, que por sua vez nos cedeu tal registro. Ao se deparar com estas considerações que tomam sua posição como eixo argumentativo, Ana Fernandes coloca a seguinte ressalva: “se pensarmos no teatro, na poesia, na música, aí a vida comparece de forma inelutável, não em sua completude, mas em sua complexidade.” Estas ponderações descortinam fronteiras sutis entre representação e criação.

uma contração dos domínios da epistemologia científica ao esbarrar na cegueira e na opacidade enquanto condições implacáveis dos modos de conhecer a cidade, seus sujeitos, territorialidades, ações, gestos, enfim, as existências que tramam sentidos, algumas vezes inclassificáveis.

O limite aqui não impede o conhecimento, neste caso, formulado pela prática cartográfica, mas constitui um anteparo de restrições a ser explorado pela arqueologia. A ideia de conhecer perpassa níveis de abstração absolutamente fundamentais para o exercício da crítica, da síntese e da relação entre as existências. Todos estes – crítica, síntese e relação – são constitutivos da dimensão criativa deste processo que formula sentidos e não os interpreta ou lê de forma direta. A incidência da criação como dimensão inerente ao processo de representação contraria as abordagens regidas pela vertente empiricista. Esta vertente caracteriza-se pelo teor fatalista, que pode arrasar inclusive a própria possibilidade de reversão de sentidos e de transformação radical das existências.

Esta entrada na questão da representação expõe, portanto, um conjunto de impasses decorrentes dos mútuos rebatimentos entre noções como *a priori*, abstração, empiria, vida, existência e espaço. Algumas ideias desdobradas do primeiro gesto arqueológico, tais como esquizofrenia ontológica, opacidade, cidadela cartográfica e dimensão narrativa são confluentes aos próximos apontamentos, fundamentados pela análise das mutações das cidades contemporâneas.

A socióloga Cibele Saliba Risek<sup>80</sup> alertou recentemente que estamos diante de um conjunto de forças absolutamente transformado nas cidades contemporâneas, especialmente quando se trata do atrelamento observado entre pobreza, trabalho, moradia e constituição de territorialidades urbanas. Configuram-se rebatimentos contundentes entre tais dimensões e, neste contexto, os engendramentos da violência e do crime são desenquadrados de uma delimitação exata entre legalidade e ilegalidade.

Acumula-se ainda sobre estas arestas, suas espessuras e concavidades a intensificação de um tipo de ação cultural nestas territorialidades, entendidas pela professora enquanto gestão cultural da pobreza. Cruzamentos embaralhados de sentido

---

<sup>80</sup> Estas considerações foram colocadas pela professora numa sessão de apresentação do livro *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo* realizada no Programa de Pós-graduação em Urbanismo – UFBA, 2012.

- abordados a partir de uma formulação com caráter de “tentativa” - sob a ótica das liminaridades ou zonas de indecidibilidade entre legal e ilegal, público e privado, formal e informal, hegemonia e resistência. Todas estas categorias emaranhadas na complexidade empreendida pelas dominâncias do capitalismo corporativo, de caráter cognitivo e de acumulação exponencial.

A fluidez dessas dominâncias corporativas e financeiras implanta-se fortemente nas mínimas capilaridades da vida social e, exatamente por isso, emergem incessantemente acionamentos disruptivos. Mobilizações que vão da configuração mais pontual e efêmera ao extremo oposto, articulada pelos mecanismos das redes informáticas de escalada global, cujos acionamentos também podem efetivar-se enquanto efemeridade. Risek acentua a necessidade de abordar as dimensões interescalares, a fim de abarcar as oscilações próprias ao sentido de fluxo e poder, absolutamente centrais nos processos entrevistados acima.

O processo investigativo passa pela contestação da noção de cartografia passiva, cujo escopo, do ponto de vista da autora, reúne apenas função sem dar conta do sentido da ação dos sujeitos que disputam o sentido da vida nas “franjas da cidade”. Ao relatar sua experiência investigativa nestas territorialidades onde a ilegalidade e a legalidade copulam-se em alianças nebulosas frente à erosão da experiência correlata ao trabalho, apoia-se na ideia de tatear em contraponto à de mapear. Os pressupostos clássicos do mapeamento são limites à abordagem das liminaridades, pois a própria espacialização referendada pelo mapeamento e a autoridade conferida ao sujeito mapeador são colocados em risco nesta conjuntura. Risco no sentido literal, pois a explicitação das dinâmicas do trabalho urbano significa evidenciar interpelações entre criminalidade e violência, que por sua vez revelam sujeitos, lógicas e nexos determinantes no agenciamento entre lícito e ilícito na cidade.

Nesse sentido, emerge o procedimento de tatear, associado à abordagem etnográfica de perspectiva interescalar, perpassando desde a dimensão doméstico-familiar até os fluxos globais empreendidos por redes de imigração internacionais. Os interlocutores, sujeitos habitantes e trabalhadores destas territorialidades precisam ser mantidos sob a insígnia do anonimato, para não correrem o risco de perderem suas vidas a depender dos relatos concedidos aos pesquisadores.

Esta breve explanação acerca dos princípios metodológicos explorados por Risek deflagram as truncadas relações que povoam a trama investigativa da cidade

contemporânea, onde a cartografia se insere de forma absolutamente central. As considerações da autora são convergentes às ideias propostas pela socióloga Vera Telles, na obra intitulada *Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade*<sup>81</sup>, que deflagra uma abordagem urbana sob o princípio da mobilidade, distinto da fragmentação da cidade e da sedentarização de seus fluxos.

A autora apresenta uma atitude investigativa, no sentido ético-político, desestabilizador da representação da cidade a partir de fronteiras e territórios fixos, de indicadores sócio-econômicos que localizam e fixam áreas de riqueza e pobreza no mapa da cidade e enquadram processos em binaridades clássicas – formal/ informal, centro/periferia, emprego/moradia, trabalho/família.

*Seguir as mobilidades urbanas não é, portanto, a mesma coisa que fazer a cartografia física dos deslocamentos demográficos. Não é tão simplesmente fazer o traçado linear de seus percursos (pontos de partida, pontos de chegada)... Espaço e tempo são imbricados em cada **evento de mobilidade**, de tal modo que mais importante do que identificar os pontos de partida e os de chegada, são esses eventos que precisam ser interrogados: pontos críticos, pontos de inflexão, de mudança e também de entrecruzamento com outras histórias – “zonas de turbulência” em torno das quais são redefinidas (deslocamentos, bifurcações) práticas sociais, agenciamentos cotidianos, destinações coletivas. E são esses eventos que nos dão a cifra para apreender os campos de forças operantes no mundo urbano: a trama das relações, de práticas, conflitos e tensões, enfim, a **pulsção da vida urbana**. (TELLES, 2006, p. 5-6)*

Este estudo aponta um percurso exploratório do espaço urbano articulando trajetórias sociais, mobilidades urbanas apreendidas a partir de deslocamentos espaciais, ocupacionais e habitacionais. Nesta reflexão, compõe-se uma complexa trama entre tempos biográficos, tempos sociais e espacialidades transcorridas. Passagens entre campos de práticas e, portanto, entre territorialidades de natureza interescalar, cujos embaralhamentos de configurações e sentidos realiza-se também pelos deslocamentos. A cidade, neste caso, é cartografada<sup>82</sup> a partir dos trajetos, das conjunções e conexões que formam zonas de turbulências no território urbano,

---

<sup>81</sup> Este texto é uma versão resumida do livro “Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios”, obra em co-autoria com Robert Cabanes.

<sup>82</sup> A abordagem de Vera Silva Telles aponta para uma possibilidade cartográfica que não adota recursos gráficos e figurativos, revelando uma aproximação metodológica e epistemológica das etnografias urbanas. Neste caso, trata-se de uma ampliação gigantesca do campo investigativo, que também se efetiva por exemplo, na obra de PASSOS, Eduardo/ KASTRUP, Virgínia / ESCÓSSIA, Lilianna da. **Pistas do método da cartografia**. Ed. Sulina, 2009; e GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Ed. Vozes, 2005. Em ambas obras, cartografia e psicologia configuram campos correlatos que prescindem da representação gráfica. Na nossa abordagem, priorizamos problematizar casos em que se efetiva a figuração gráfica da cartografia. Entretanto, a medida que aprofundamos nos elos entre representação, política e regimes de visibilidade, as considerações de Vera Silva Telles assumiram relevância no sentido de incorporar um tipo de geopolítica cartográfica urbana, que nos termos da autora, são tomados pela ideia de cartografia política da cidade.

subvertendo a concepção rígida e estanque das categorizações e enquadramentos do espaço urbano em limites e territórios fixos.

Essa abordagem pode ser entendida, por exemplo, como um contraponto à lógica domiciliar adotada pelo levantamento censitário produzido pelo IBGE, que por sua vez, orienta hegemonicamente os processos de planejamento/ intervenção urbanos. Esta reconfiguração dos pressupostos metodológicos e de análise das dinâmicas sociais apresenta diversos pontos de conexão com as formulações elaboradas pela socióloga Ana Clara Torres Ribeiro, mais pontualmente, quando a autora recusa o domicílio como localizador social central das elaborações acerca das referidas dinâmicas:

*Superar as representações hegemônicas do espaço popular implica em confrontar a noção predominante de território, permitindo o reconhecimento de historicidades singulares, da potência de sujeito dos muitos outros, da rugosidade que permite a sobrevivência e dos vínculos sociais que transcendem a visão censitária da sociedade, ou seja, a colagem da população ao espaço através do domicílio. Como se sabe, a visão censitária pertence ao Estado e às organizações da sociedade civil que nele conseguem influir. Outras leituras de território e povoamento, que contemplem os muitos outros, podem ser construídas através, por exemplo, da **reconstrução analítica do cotidiano, da valorização da geografia das práticas sociais, da sociabilidade e da dinâmica do território usado**. (RIBEIRO, 2010, p. 66)*

A princípio, Risek e Telles propõem o questionamento das mutações da vida urbana contemporânea e suas conseqüentes inflexões políticas pela temática do trabalho, da pobreza, da moradia, de modo que estas instâncias são problematizadas pela ótica das mobilidades e das trajetórias históricas, sociais, geracionais e por fim, biográficas. Ribeiro demarca definitivamente um corte com a leitura hegemônica do território, e aponta horizontes propositivos para a construção de outras leituras, que perpassam cotidiano, práticas, sociabilidades e uso. A nossa entrada na análise das mutações do diagrama de forças constituintes das pulsações da vida urbana, ocorre pela prática cartográfica, que apresenta relações de recorrências, lateralidades e convergências com as proposições das autoras.

Tais mutações são próprias às dinâmicas do capitalismo cognitivo, cujo caráter de produção flexível, financeirização da economia e centralidade das dimensões culturais e simbólicas demarcam o esgotamento do entendimento da cidade via o paradigma da cidade fordista, à medida que suas polaridades centro – periferia, moradia – trabalho e formal – informal são radicalmente desestabilizadas. O eixo analítico

cortado pela perspectiva das mobilidades e das trajetórias acima mencionada reengendra os horizontes políticos das cartografias urbanas contemporâneas. Este novo conjunto de forças incita composições políticas absolutamente alteradas, com relação ao arranjo fordista, fortemente demarcado pelas classificações em classes socioeconômicas, evidenciada na oposição burguesia x proletariado.

Tanto Risek quanto Telles detêm-se sobre territorialidades de difícil nomeação, são as *franjas da cidade*, os *territórios da pobreza*<sup>83</sup>, que por sua vez são desdobrados pelo exercício teórico analítico em categorias como *liminaridades*, *zonas de turbulência*, *zonas cinzentas* e *zonas de indecidibilidade* (RISEK, 2011; TELLES, 2014). Os nexos estabelecidos entre as categorias clássicas dos estudos urbanos são *disparatados* (TELLES, 2014) frente às intensivas pressões das estratégias de gestão destes territórios, resultantes das investidas específicas do capital corporativo e cognitivo. A pulsação da vida urbana, suas mobilidades e trajetórias, cadências de fluxos culturais, informacionais e comunicacionais ultrapassam em velocidade e consistência nosso exercício taxonômico. As modulações resultantes do enfrentamento entre tática e estratégia convertem o que chamamos inicialmente de dominâncias em ambiguidades latentes.

No escopo das cartografias urbanas as ambiguidades latentes armam uma encruzilhada, um ponto a partir do qual os caminhos analíticos bifurcam-se em direções diferentes e por vezes opostas, impossíveis de serem percorridos de forma simultânea. Cada caminho requer o esgotamento reflexivo para ganhar compreensão e posição, ou seja, sedimentar uma apuração quanto ao exercício político das dominâncias tratadas e, ao mesmo tempo manter-se permeado das ambiguidades constitutivas destas dominâncias para não incorrer em dualismos que simplificam sua complexidade. O par tática e estratégia - tão central na construção do pensamento De Certeau – situa-se no impasse desta encruzilhada empírica, são táticas convertidas em estratégias no alcance relâmpago de articulações institucionais duvidosas; são estratégias reconvertidas em táticas, no mesmo golpe, num jogo de representações de difícil assimilação.

A dimensão simbólica apropriada enquanto tática para contrariar a estabilização de regimes de visibilidade hegemônicos transmuta-se em léxico de ordem; a dimensão jurídica, munida das escriturísticas a contrapelo estancam-se em modelos de gestão. A

---

<sup>83</sup> No colóquio “Espaços, mercados, controles: campos de tensão e cartografias políticas da cidade”, a professora admite, ser uma denominação emergencial, fruto da dificuldade, do não saber como nomear, mas onde a pobreza e a desigualdade social são determinantes nos engendramentos sociais.

constituição dos sujeitos desses engendramentos atravessam as fronteiras classificatórias, em plasticidade (SAFATLE, 2012), manejam discursos de diferentes frentes e fabulam novas significações para técnica disponibilizada. Na expectativa de adensar nossa trama, exploraremos mais um caso, cujo arranjo no que se refere aos sujeitos, gestos e ação política disparam novos vetores para a torção dessa encruzilhada. Trata-se do projeto Solos Culturais, ligado à produção do Guia Cultural de Favelas, ambos entrelaçam-se às texturas e superfícies já tramadas, por acionarem novamente sujeitos e processos problematizados pontualmente no caso do Wikimapa, do Guia de Ruas da Maré e tangencialmente toda a trama armada até aqui.

#### 4.4.1 SOLOS CULTURAIS E GUIA CULTURAL DE FAVELAS

➤ Da composição dos sujeitos



Figura 25: Cronologia da estrutura do Solos Culturais e Guia Cultural de Favelas  
Fonte: <http://www.solosculturais.org.br/>

A imagem expõe a cronologia das ações do projeto e os demais sujeitos de natureza institucional implicados nessa trama. Em 2012 foi realizada a etapa Solos Culturais, que envolveu o grupo mais numeroso (100 participantes) e constituiu-se como um curso de extensão em Produção Cultural e Pesquisa Social ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Neste, encadeiam-se três frentes de trabalho: um curso de formação em pesquisa e produção cultural, convergente com a segunda frente,

deflagrada com a realização de intervenções estéticas nos territórios envolvidos no projeto e a terceira definida pelo mapeamento de práticas e hábitos culturais dos jovens das cinco favelas.

Todo o processo foi sistematizado na publicação homônima ao projeto, cuja estrutura oferece um relato de cada uma destas frentes remetidas respectivamente aos capítulos Conceito, Programa e Pesquisa. A publicação e o site, ambos intitulados Solos Culturais, são os suportes de compartilhamento do processo. O Guia cultural de favelas dá prosseguimento ao trabalho desenvolvido em 2012 e 2013 com um grupo de 40 produtores e gestores culturais, denominado de “Coletivo de arte e território do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro”. Esta etapa consiste num levantamento mais específico, articulado em linguagem multimídia (registro das práticas e manifestações, entrevistas com seus líderes, membros e etc), que poderão ser visualizados num mapa colaborativos destes 6 territórios.

Uma populosa trama de subjetivações é formada com a participação de dezenas de jovens de seis territórios populares e pacificados do Rio de Janeiro: Cidade de Deus, Complexo do Alemão, Complexo da Penha, Manguehinhos, Rocinha e Maré. A *juventude* é adotada como *categoria sociopolítica*, a *favela*, território de onde procedem, *categoria empírica* e a *cultura categoria analítica*. A composição destas três categorias deflagram o objetivo do projeto, a constituição desses jovens como gestores culturais. (DIAS, 2013, p. 44)

SOLISTAS: avatar dos jovens atuantes no projeto, com faixa etária entre 15 e 29 anos, interessados ou engajados em práticas culturais, nos termos do projeto agentes culturais, protagonistas dos movimentos culturais das favelas e/ou integrantes de algum projeto sociocultural em andamento. Num dos relatos dos articuladores do projeto<sup>84</sup> identificamos com maior precisão essas nomeações:

*O grupo com o qual iria trabalhar, que ajudei a formar na seleção dos jovens, era bem plural. Idades, experiências culturais e formações escolares bem diferenciadas. Muitos já eram agentes culturais em seus territórios (DJs, dançarinas, jornalistas comunitários, fotógrafos, ritmistas de escola de samba) e outros diziam não ter nenhuma experiência cultural (opinião que reavaliaram mais à frente quando ampliaram o conceito de cultura a partir dos encontros de formação). Mas também não tinham conhecimento e nem experiências de produção cultural e era exatamente isso que queriam conquistar ao fazer parte do grupo de “solistas”. (CONCEIÇÃO, 2013, 69)*

---

<sup>84</sup> Função desempenhada por profissionais ligados à pesquisa social e atuação cultural, na sua maioria graduados e pós-graduados nestas áreas. Para cada território um articulador local, cujo papel era coordenar o grupo, nos termos adotados pelo projeto, encontramos mediador, provocador, interlocutor, todos sintetizam a prerrogativa de exercitar a autonomia e o protagonismo dos jovens. Noções muito centrais no arranjo conceitual e metodológico, que problematizaremos a seguir.



100 jovens de 5 favelas cariocas, cultivando saberes e transformando a cidade. (Disponível em <http://www.solosculturais.org.br/>)

*A juventude brasileira parece desejar mais que um projeto social. Em coletivos ou aglomerações desorganizados, as últimas gerações reocupam as ruas, opinam deliberadamente, dançam desinibidas. Na **onda da valorização juvenil**, o projeto Solos Culturais se funda num modelo pautado nos novos. Isso quer dizer que nos compomos de corpos pouco maduros, prontos apenas para mutar, descobrir, experimentar. Aos 24 anos, assumi a produção técnica do projeto como um todo. Aí, imposto pelo velho modelo e resistindo à demanda do próprio coraçã, assumi o produtor cultural – instituído, formal, formado, pronto, cristalizado. Naturalmente, e entendendo o desenvolvimento das atividades de intervenção dos territórios, me libertei rapidamente da capa encardida do antepassado e **me deixei sem casca, líquido**. Só assim, me coloquei como agente **processual**, como ser **inventivo**, como voz **dissonante** e, paralelamente, **coletiva**. (VIEIRA, 2013, p. 103)*

*O Solos para mim, foi uma grande oportunidade que eu pude ter. Um jovem morador de uma Comunidade do Rio de Janeiro, onde todos visam como favelado, dizer que na minha Comunidade existiu um curso no qual eu fui qualificado por Produtor Cultural. Isso pra mim é só motivo de **inspiração e orgulho**. Poder dar um grande passo na minha vida. Já participei de produções de comerciais e novelas que me ajudaram muito no Guia. (Solista do Complexo da Maré, 2014)<sup>85</sup>*

*Na verdade fui selecionado para participar do projeto por ser um **protagonista** da arte e cultura no território, o projeto vem **legitimar** essas ações como produtor de cultura aqui na região. (Solista da Penha, 2014)<sup>86</sup>*

A subjetivação solista enreda-se nos liames entre práticas culturais, juventude e protagonismo. O sujeito aí implicado constitui-se pela passagem entre jovem protagonista para profissional da cultura, mais particularmente *produtores autogestores* (SANTOS, 2013, p.58), *jovens da favela empoderados para habitar a cidade como um todo* (CARDOSO, 2013, p. 77), inseridos nos contornos da *nova era de produtores*, de *caráter colaborativo e criativo* (SILVA, 2013, p. 98). Ou seja, descrever a composição desse sujeito significa lidar com o próprio processo de subjetivação desdobrado do projeto. Processo de tornar-se sujeito inscrito nesse conjunto de referências subjetivas, valores e formas de resignificar e reposicionar a existência dos jovens urbanos pobres ligados às favelas cariocas no rol dos regimes de visibilidade e suas respectivas legitimidades. O mapeamento enquanto instância de culminância da mobilização que, por sua vez, derivou na elaboração do Guia Cultural de Favelas, figura o instrumento de pleito da transformação das representações destes territórios e das práticas culturais aí engendradas.

---

<sup>85</sup> Depoimento de Gil Lira obtido a partir de contato estabelecido via *facebook*. Com a localização da comunidade Solos Culturais na rede social, foram contatados alguns participantes do projeto (ao todo 20). Foi enviado um grupo de perguntas pelo *chat* da rede e apenas 2 enviaram respostas. Ambos encontram-se atualmente vinculados à segunda fase do projeto, a preparação do Guia Cultural de Favelas.

<sup>86</sup> Depoimento de Wallace Bidu obtido de forma semelhante ao anterior.

Encadeamos discursos de três jovens engajados no Solos Culturais a fim de levantar a adesão às referências guias do projeto, tais como protagonismo, autonomia, autogestão, que ressoa nos depoimentos também como um modo gestão de si. Sentidos como processual, inventivo, dissonante e coletivo; inspiração e orgulho, e a convicção do protagonismo como critério seletivo para integrar a equipe de participantes conspiram ativações dessas subjetividades. Nesse caso, tornar-se sujeito pelas sedimentações, transformações e modulações processuais desencadeadas com a experiência em curso. Os rebatimentos políticos destas ativações serão indagadas a seguir no tópicos sobre os gestos cartográficos e as práticas políticas.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA (SEC) DO RIO DE JANEIRO: na sua apresentação enquanto instituição integrante do Solos Culturais demarca alguns pontos de inflexão quanto à atual gestão da secretaria. Tal apresentação também configura a apresentação de alguns pressupostos do projeto. O principal ponto citado é a criação de um setor específico denominado de Gerência de Culturas Urbanas, integrante da Coordenadoria de Diversidade Cultural, pautada pelo objetivo de construir ações específicas para os territórios populares.

*Editalis como os de Pontos de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, de Criação Artística no Funk, de Cultura Digital, de Mestres e Grupos de Cultura Popular, de Apoio a Microprojetos Culturais e o de Apoio à Produção de Eventos, voltados para as várias linguagens artísticas, contemplaram **jovens artistas e empreendedores culturais** que, em muitos casos, pela primeira vez, recebiam recursos públicos para realizarem suas atividades. (...) Em outra frente, a SEC investiu na construção de **equipamentos públicos** de excelência em alguns desses territórios, como as Bibliotecas Parque de Manguinhos e da Rocinha. E está prevista, ainda em 2013, a inauguração de uma nova Biblioteca Parque no Complexo do Alemão. (...) O Solos Culturais **potencializa a produção cultural local**, a exemplo de ações patrocinadas pela SEC, como o “Arraiá da Paz”, organizado pelo Voz da Comunidade; o “Sarau do Alemão”, produzido pelo Grupo Pensar; o “Memórias do PAC”, que promoveu o registro das obras desse programa pelas lentes de jovens moradores das comunidades que passaram por essas intervenções; ou como a “Via Sacra da Rocinha”; o “Favela Festival”, promovido pela CUFA (Central Única de Favelas) e, ainda, iniciativas como os festivais “Tela Cine Brasil” e o de artes cênicas, “Tempo Festival”. (RATTES, 2013, apresentação do projeto)<sup>87</sup>*

A explicitação dos eixos de atuação da SEC (2010 – 2014) insere novos elos nesta trama de sujeitos e práticas. Ao justapor tantas ações ligadas aos territórios populares, notamos uma densa rede de mobilizações culturais e artísticas correlatas ao Solos Culturais e seu posterior desdobramento em Guia Cultural de Favelas. Simultaneamente à constatação da densidade da rede, nos deparamos com o dado da ausência de investimentos formais e a predominância de financiamento de origem

---

<sup>87</sup> Adriana Scorzelli Rattes Secretária de Estado de Cultura do Rio de Janeiro.

própria (muitas vezes adotando formas de trabalho voluntário para viabilizar produções), levantado pelo mapeamento das práticas e hábitos sistematizados pelo projeto.

Ou seja, as evidências propagadas pela SEC correspondem a um recorte parcial, um modo superlativo de disseminar as informações quanto às ações políticas desenvolvidas que não operam com clareza no sentido de dimensionar de fato a presença de políticas públicas nesses territórios. Para tanto, seria fundamental confrontar esse recorte com um panorama de implementação de política estaduais (e seus respectivos recursos) na cidade como um conjunto articulado.

Quando apenas são citados projetos referência, e até mesmo propagados como âncoras políticas, incorre-se na leitura isolada de mobilizações em territórios populares do Rio de Janeiro. Desconstrói-se o intrincado nexos do jogo de investidas políticas de natureza cultural disseminadas pela cidade e pelo Estado enquanto conjuntura. A própria leitura escalar no âmbito desses territórios encontra-se comprometida novamente com o pressuposto dos territórios pacificados, inseridos na cartografia política da cidade por determinações mais amplas, do que o próprio mérito destes territórios e suas articulações internas.

Diante das pistas quanto à noção de cartografia política da cidade, lançadas por Vera Telles (2014), definimos como abordagem metodológica, pressionar esta iniciativa pelo ângulo das conjunturas. Deslocar a perspectiva dos 6 territórios isoladamente e tentar vislumbrá-los primeiro enquanto recorte qualificado pela estratégias de pacificação e gestão do território (leia-se critério de escolha: implementação das UPPs); e segundo, como um amálgama de territorialidades implicadas no intensivo processo de transformação urbana desencadeado no Rio de Janeiro (pré Copa e Olimpíadas).

Essa opção metodológica desenquadra o foco das práticas e hábitos culturais *per se*. Consideramos inquestionáveis seus valores e sentidos e passamos a perseguir as formas de propagação e legitimação do sentido de cultura na cidade do Rio de Janeiro, inscrita em singular conjuntura. Esse passo reposiciona nossos argumentos e esse alerta pretende prevenir quanto à associação direta entre a análise crítica do projeto Solos Culturais e seu rebatimento para o objeto de mapeamento sobre o qual se debruça. Insistimos que o mapeamento das práticas e hábitos culturais dos territórios populares são absolutamente centrais no processo de democratização do acesso à cidade. A nossa inquietação refere-se ao nexos entre pacificação, mapeamento e legitimação das práticas existentes, com estreitos rebatimentos entre profissionalização, mercado e gestão.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS: sobre sua formação recorrer à página 97 desta tese, onde descrevemos a composição da rede de sujeitos articuladas para a realização do Guia de Ruas da Maré. Ambas iniciativas evidenciam seus princípios centrados na formação e fortalecimento de redes de estudantes e intelectuais, na promoção de indicadores e outros repertórios de representação das favelas como forma de orientar políticas públicas. Quanto ao Solos Culturais e a composição dos sujeitos, os diretores pontuam:

*O nome Solos Culturais reflete essa visão compartilhada pela Secretaria e pelo Observatório de Favelas: busca promover o entendimento de que as favelas são solos férteis de onde brotam diferentes saberes e práticas culturais. “Solo” remete a **chão** e **cultivo**, mas também às ações **individuais dentro de um coletivo**, como o solo de um músico em uma orquestra. **Solos e solistas são os protagonistas do projeto.** (BARBOSA e DIAS, 2013, p.11)*

As evidências mais relevantes desta passagem são a noção de solos, de inspiração musical e agrária, um atravessamento entre favela, território e fertilidade e entre orquestrações de indivíduos e coletivos para a emergência de subjetivações protagonistas, pois que solistas; a declaração quanto ao alinhamento entre o Observatório de Favelas e a SEC (RJ), partilha consensual da noção tema do projeto, demanda outras averiguações quanto aos alinhamentos políticos.

### ➤ Dos regimes, gestos e ações



Figura 26: Site do projeto Solos Culturais  
Fonte: <http://www.solosculturais.org.br/>

Para acionar a dimensão das ambiguidades do Solos Culturais e do Guia Cultural de Favelas revelou-se decisivo extrapolar as publicações sínteses de cada um (sites e livros). Nestas, rastreamos a consistência teórico-analítica, de significativo teor crítico quanto aos pressupostos da democratização do acesso aos bens culturais e à própria cidade; do fortalecimento de práticas locais e expressões culturais das favelas, enquanto territórios onde se imbricam arte e vida; do aprofundamento do sentido de cultura, incorporado como sinônimo de modos de vida destituídos de hierarquia e de reprodução de desigualdades, mas prenes de singularidades; do questionamento da produção de cultura institucionalizada, sinônimo de obras e equipamentos monumentais e da homogeneização das múltiplas manifestações, dada sua tributação à lógica produtivista e utilitarista.

A partir desse conjunto de princípios analíticos, pleiteia-se a dimensão contestatória das representações hegemônicas das favelas<sup>88</sup>, engendradas pelas alcunhas da carência/ ausência (sem ordem, lei e civilidade), da precariedade; e neutralizadas por estereótipos quanto ao quesito cultural, traduzido como celeiro de talentos e fonte de culturas extraordinárias, fórmulas para a dedução de culturas exóticas e folclorizadas. O vigor e a consistência de tais formulações teórico-metodológicas revelam a envergadura superlativa quanto a possibilidade de tensionar os modos de ação política disseminados nessa complexa relação entre formação, investigação e mapeamento. Os indícios das ambiguidades deslizam das enunciações dos financiadores e das conexões destas duas iniciativas com a conjuntura urbana definida nas tramas cognitivas e culturais do Rio de Janeiro. Ambos explicitam os mecanismos adotados pelo capitalismo contemporâneo para investir, atacar, ativar e capitalizar os territórios urbanos.

Adotamos como procedimento reflexivo e tensionador a interposição e encadeamento descontínuo das enunciações do projeto Solos Culturais; das reflexões sobre as cartografias políticas da cidade<sup>89</sup>; das pautas e discursos atrelados a outros sujeitos e projetos imbricados na conjuntura citada. Trata-se de uma edição a fim de friccionar as diferentes posições políticas, fazê-las vibrar, ecoar impasses e dúvidas e,

---

<sup>88</sup> É recorrente ao longo do livro Solos Culturais a menção à definição do IBGE de 1990, que classificava as favelas como **aglomerados subnormais** e à definição do Ministério das Cidades de 2010 que as define como **assentamentos precários informais**.

<sup>89</sup> Tal expressão deriva do colóquio intitulado "Espaços, mercados, controles: campos de tensão e cartografias políticas da cidade" realizado pela socióloga Dra. Vera da Silva Telles em 2014 e disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Q4MtmKMcopc>. As formulações da professora foram transcritas para integrarem o arcabouço analítico das nossas tramas.

por fim, expor um estado de crise que se desdobra das implicações entre cidade, cultura a partir de alguns atravessamentos cartográficos.

#### 4.5 GESTOS CARTOGRÁFICOS PARA RECLASSIFICAÇÕES: QUANDO POBRE VIRA CLASSE MÉDIA E RICO

A partir de um vasto levantamento etnográfico, concentrado especialmente nas favelas de São Paulo, com fortes intercorrências com o fenômeno das favelas pacificadas do Rio de Janeiro, Telles (*ibidem*) formula uma composição intrigante, *disparatada* é o termo que adota. De um lado a pobreza celebrada, transformada em mercado e negócio, cujos indícios mais evidentes são favela *tour*, protagonismos recorrentes em novelas globais, grifes de restaurantes internacionais denominadas pela insígnia da favela; cursos de educação financeira promovido pela Bolsa de Valores e curso de empreendedorismo pela *Odebrecht* disponibilizados nestes territórios, e toda a implementação de um circuito cultural muito importante no rol dos megaeventos.

De uma forma geral, mobilizações que abarcam Ong's, organizações diversas da sociedade civil, Agências multilaterais e entidades públicas de todas as esferas (municipal, estadual e federal). Esse arranjo vai se multiplicando e conformando duplos operatórios aderentes ao léxico do mercado para a reclassificação do sujeito anteriormente tipificado como pobre, criminoso, violento, ilegal e inúmeras outras atribuições num novo registro pautado pelas seguintes noções:

*A pobreza aparece como solução, os pobres comparecem como operadores do mercado local, empreendedores capazes de acionarem e alavancarem o desenvolvimento comunitário e a construção de alternativas promissoras e celebradas para as patologias da pobreza. Criatividade, capacidade infinita de transformar necessidades em oportunidade (linguagem mercadológica), janelas de oportunidade. Programas sociais na lógica do chamado empreendedorismo, igualmente festejado com a extensão do consumo popular, turbinado pela dita democratização dos mecanismos de crédito e financiamento, quer dizer endividamento. Pobre vira, portanto, a classe média emergente ou nova classe média, cujos critérios de organização são inteiramente mercadológicos, formas de medir, classificar e categorizar o mercado de consumo popular. (TELLES, 2014)*

*Que venham os desafios dos grandes eventos no Rio, que os jovens dessas comunidades estão preparados para superá-los! (Petrobrás, 2013)<sup>90</sup>*

*Eles vão se indagar: “Não temos cinema, teatros, bibliotecas, museus, mas temos muitas coisas bacanas. A gente pensava que era pobre, mas era rico” (BARBOSA, disponível em <http://oglobo.globo.com/cultura/o-mapa-da-cultura-na-favela-7489814#ixzz38EDrR6yr>)<sup>91</sup>*

---

<sup>90</sup> Trecho extraído do texto de abertura do livro Solos Culturais, publicação síntese do projeto.

<sup>91</sup> Diretor e fundador do Observatório de Favelas.

Três posições, distintas enunciações quanto às formas de classificar e nomear a pobreza urbana confrontada pelas novas injunções do capital. O empreendedorismo ressoa na tônica da superação da juventude defendida pela Petrobrás, conquistado com a aquisição de uma competência, viabilizada pelo projeto financiado por ela. O distintivo da superação é associado por Telles à uma teologia da redenção, calcada em desempenhos individuais ou fragmentários, que despotencializam e despolitizam as formas de enfrentamento direto e conjunturais dos impasses sociais.

A enunciação da Petrobrás, assim como a constatação de Barbosa, denotam faces desse léxico mercadológico. O pobre que na verdade é rico, faltava-lhe apenas as lentes ideais para mapear seus valores; e tais lentes, neste caso de natureza cartográfica, descortinariam a possibilidade de superar desafios da ordem dos grandes eventos mundiais. Barbosa e Petrobrás apresentam direções convergentes com sutis, mas relevantes diferenças.

A Petrobrás espelha o desejo de capitalizar a energia social da juventude num discurso pseudo-vitioso-virtuoso. Barbosa reverbera a tônica da superação, com pretensões mais singelas. Admitimos alguns termos dessa superação, via transformação do entendimento de si, transformações de estigmas pelos veios da estima e do empoderamento. Ainda assim, ou mesmo diante dessa positividade do discurso de Barbosa, tal posição requer um exame mais minucioso a fim de entender as extensões e distensões dos seus engendramentos políticos.

#### **4.6 DAS FABRICAÇÕES: DO GUIA CULTURAL DE FAVELAS AO MAPA DE SIGNIFICAÇÕES CULTURAIIS**

Telles coloca lado a lado algumas cenas urbanas, que tem lógicas próprias buscando as ressonâncias entre a promoção do empreendedorismo popular, a gestão do risco e a liberação de espaço para o mercado. Trata-se, ao seu ver, da governabilidade dos espaços via gestão das populações (e seus movimentos) e intensificação do uso de dispositivos de criação de mercados.

*Quando colocamos na cartografia urbana, as fronteiras ficam todas meio embaralhadas. Mas são lógicas e matrizes de produção e gestão de espaços, por acumulação e despossessão, usando aqui dois mecanismos propostos por Harvey, ao lado da pobreza transformada em mercado. O Bradesco, Branco do Brasil, Odebrecht, Net estão todos lá. No Rio de Janeiro, na hora que entram as UPPs e pacificam a primeira coisa que chega são as operadoras a Net, a Oi, a Claro, a Vivo; o Sebrae com cursos de empreendedorismo; os bancos, as grandes empresas, o Carrefour. Todas essas ocorrências são matrizes de como se fabrica mercado, a partir da figura do pobre como seu principal operador e de formas de controle e gestão dos espaços chamados de risco.*

Objetos ganham sentidos múltiplos. O celular vira mediação na produção estética de **autorrepresentação** visual e sonora por parte dos jovens. Onde o sentido único parece se instaurar acaba por se transformar em **dobraduras de apropriações** e, não raramente, em um dispositivo de mobilização de atos e linguagens afirmativas de pertencimentos ao território. Queremos destacar que os objetos e as práticas de consumo são reconfigurados nas favelas, uma vez que ganham a forma de **dispositivos de comunicação de subjetividades**. Está feito o jogo semiológico em que nos identificamos no mapa de significações culturais para além de localizações imediatas dos acontecimentos. (BARBOSA, 2013, p. 22)

Nessa mesma oficina sobre roteiro, Julia usou os filmes **Ameaçados e Cadê os Amarildos?** para exemplificar e auxiliar as suas explicações. Outro ponto que não foi deixado de lado, foi a utilização das câmeras de celular como **armas jurídicas** e de denúncia para a sociedade, e sobre os impactos dessa **tecnologia para as mobilizações sociais**, dentro e fora das favelas. O debate seguiu em frente e teve também, como assunto, o Marco Civil da Internet e os impactos para o uso da rede. (disponível em <http://www.favelacriativa.rj.gov.br/guia-cultural-de-favelas-ta-rolando/>)

Telles parece concluir sua analítica com a chegada das empresas e a fabricação dos mercados, via dispositivos de gestão de territórios e populações. Uma verificação fundamental para entender as lógicas de produção da própria cidade e orientar as suas próximas especulações sobre o que denomina de *cartografias políticas da cidade*. A citação de Barbosa é recortada de uma discussão, pautada pela voracidade e sedução do consumo do territórios das classes C e D (2013, p. 21 – 24). É como se Barbosa partisse da fabricação defendida por Telles, mas cercando a questão pelo ângulo das reconfigurações, dobraduras e apropriações.

Se adotarmos como guia a acepção de De Certeau quanto as *maneiras de fazer, de empregar e de inventar* engendradas pelos consumidores, tomada por ele como um tipo de *fabricação* (1994, p. 39), novamente somos remetidos à encruzilhada. Um ponto na nossa reflexão onde fabricação atrela-se aos engendramentos da gestão e da dominação dos territórios de pobreza e, simultaneamente, fabricação articula-se à invenção e desvio tático dos sujeitos cotidianos destes territórios. A coincidência do termo fabricação figura portanto, a encruzilhada que detona ambivalências desafiadoras no plano da articulação teórico-analítica.

O mapa de significações culturais, defendido por Barbosa cujo correspondente por certo não se trata da materialização do Guia Cultural de Favelas - mas que pode reverberar elos do seu processo de construção, correlato ao processo de formação em pesquisa social e produção cultural - opera pela noção de jogo semiológico. Na perspectiva de Barbosa, *investir nesse jogo* significa a afirmação do sujeito ativo e criativo, a partir da contestação de invisibilidades e das disputas simbólicas de imaginários e representações. Na citação de Júlia, evidencia-se parte do conteúdo



trabalhado durante os *workshops* com os jovens para a etapa final de elaboração do Guia Cultural de Favelas. A própria fonte audiovisual, os filmes *Ameaçados* e *Cadê os Amarildos?* embaçam a tônica da fabricação de mercado, como dado de dominância estritamente regulatória (gestão e governabilidade). De dentro de um curso viabilizado pela parceria com o projeto Favela Criativa e com a UPP Social parte-se para a discussão da morte do pedreiro Amarildo Dias de Souza no dia 14 de julho de 2013, cometida pela UPP, a mesma instituição que pautou a seleção dos territórios a serem mapeados pelo Guia Cultural de Favelas.

A convocação de Telles quanto a emergência de articular essas questões no plano teórico-analítico, refere-se à contundência da violência letal empreendida contra esses mesmos sujeitos, a mesma pobreza celebrada continua sendo morta e removida de forma violenta. Persiste a pergunta *Cadê os Amarildos?*. Na sua visão, trata-se de mecanismos *disparatados* de composição do social. Este disparate entre discurso celebratório e redentor da pobreza e militarização das formas de gestão das populações e espaços de risco resignam um novo regime discursivo.

*Este regime parece desativar o campo semântico e político no qual ganhava potência crítica e analítica as noções de exclusão e segregação, já que todos pobres estariam integrados pelo consumo. Entretanto, os problemas que essas noções apontam não foram desativadas no campo social, apenas no campo discursivo. Figurações da cidade inclusiva e criativa compõem esse mesmo regime e começam a fazer parte dos programas sociais que circulam pelo sul global. Eles ganham força ao mesmo tempo que se intensificam de forma abrupta, violenta e letal os dispositivos de controle e repressão, que atuam como dispositivos de gestão e produção desses territórios. (TELLES, 2014)*

O Guia faz parte do Programa Favela Criativa. Será uma ferramenta de busca e construção de itinerários, além de elaborar roteiros e fornecer informações sobre cada ponto de cultura e criação artística. Um mapa interativo, móvel e colaborativo das práticas culturais desses territórios. (disponível em <http://observatoriodefavelas.org.br/projetos/guia-cultural-de-favelas-solos-culturais/>)

*Favela Criativa é resultado da parceria entre o poder público e a iniciativa privada. O Favela Criativa conta com recursos de mais de R\$ 14 milhões, provenientes da Secretaria de Estado de Cultura, de patrocínio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro e da Light, do Programa de Eficiência Energética da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, e de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento–BID e do MinC, através do Programa Caminho Melhor Jovem, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. É formado por um conjunto de projetos que oferece aos jovens agentes culturais formação artística e especialização em gestão cultural e estabelece canais de diálogo entre eles, possíveis parceiros e patrocinadores potenciais. O Programa se propõe a: Oferecer formação artística a jovens e agentes culturais; Capacitar jovens agentes para que se tornem gestores e empreendedores culturais; Desenvolver a sustentabilidade de empreendimentos e projetos culturais; Criar uma rede permanente de agentes culturais, possíveis parceiros e patrocinadores potenciais; Contribuir para o*

*desenvolvimento cultural, social e econômico das favelas; Contribuir para o processo de pacificação; Contribuir para a formação de um jovem cidadão-consciente de sua responsabilidade social. (disponível em <http://www.favelacriativa.rj.gov.br/o-programa/oquee/>)*

São evidentes os rebatimentos entre o novo regime discursivo tratado por Telles e as proposições do programa Favela Criativa, do qual o Guia Cultural de Favelas integra como a principal iniciativa do eixo de atuação definido como Economia Criativa. No rol das engrenagens cognitivas e culturais do capitalismo contemporâneo, a desativação da política via mitificação da criatividade; a neutralização do cidadão via consumidor; nos parecem pares fatalistas, entretanto, suas implicações são notórias. Algumas máximas dessas implicações poderiam ser sintetizadas - com certa ironia - na seguinte sucessão: Não basta ser pobre, tem que ser jovem. E não basta ser jovem, tem que ser protagonista. São cadeias de associações subjetivas, que remetem às vertentes do empreendedorismo, mas simultaneamente nos arremessam ao fenômeno dos protestos desencadeados desde 2013, intensivas investidas de contestação e lutas alastradas pelas ruas da cidade, neste caso jovens num exercício político de disputa pela cidadania.

#### **4.7 CARTOGRAFIAS POLÍTICAS DA CIDADE**

Diante do disparate e no sentido de entender os nexos entre dispositivo de exceção, formas controle e produção de mercado, a pesquisadora pontua sobre a exigência de colocar a cidade como plano de referência a partir da formulação de uma epistemologia urbana, capaz de precisar a geometria fractal da cidade frente à lógica expansiva dos mercados. Toda uma constelação de práticas são abarcadas pelos dispositivos, que convertem os territórios da pobreza em oportunidade de mercados. Este processo não se instala em qualquer lugar, é preciso interrogar os lugares em que esses territórios se situam na cartografia urbana. Estes territórios cuja primeira associação às figuras do crime e da violência autorizam sucessivas experiências de confronto são espaços problemas situados no coração dos circuitos da circulação da riqueza.

*No Rio de Janeiro é escandalosamente evidente, não é qualquer lugar que vão implantar tudo isso. Em São Paulo, instalaram a primeira versão paulista das UPPs em Paraisópolis, a segunda maior favela da cidade, no coração do Morumbi, o bairro mais rico de São Paulo. Um enclave na beira da marginal, onde está arraigado o circuito globalizado, prédios inteligentes, sedes dos grandes bancos, sedes das empresas multinacionais, shoppings de luxo. É o coração da cidade global. É uma favela antiga, não dá pra eliminar, dá pra*

*incorporar ao mercado. No Rio de Janeiro são as favelas pacificadas, dotadas dos credenciais para serem incluídas na Cidade Maravilha. A coisa agora está fazendo água, está vazando. Em cada caso, entram em operação dispositivos para tornar seus espaços governáveis, seus habitantes operadores de mercados locais, de modo que situações de mercado vem sendo produzidas e fabricadas como dispositivo de gestão da ordem. (Telles, 2014)*

*A sofisticação da sociedade nacional, com a incorporação de dezenas de milhões de brasileiros ao mercado de trabalho e de consumo exige a abertura para novas representações do mundo e formas de nele viver. Logo, o estímulo à formação de profissionais com os perfis para **atividades criativas e sofisticadas**, e não apenas para os trabalhos manuais, é uma necessidade social, sendo um dever do Estado e do Mercado. Espera-se que até as Olimpíadas de 2016 o Território Criativo da Maré seja uma referência, transformando este conjunto de 16 favelas, com cerca de 130mil moradores, num polo de cultura e educação, funcionando num espaço de dois quarteirões à beira da Av. Brasil. (disponível em <http://observatoriodefavelas.org.br/projetos/politicas-urbanas-projetos/territorio-criativo-da-mare-2/>)*

*O debate não é se o policiamento comunitário é bom. Agora o mapa das UPP's do Rio de Janeiro, ele é muito claro, você tem toda região hoteleira, da zona Sul, você tem o Morro da Providência em função do Porto Maravilha. Você tem o entorno do Maracanã e você tem a Cidade de Deus, único lugar em toda Jacarepaguá que não está na mão da milícia. O mapa das UPP's é um mapa revelador de um projeto de cidade, uma concepção de cidade, onde há uma retomada militar dos territórios, para viabilizar uma cidade investimento, uma cidade empresa. É isso que está em jogo. (FREIXO, 2012)<sup>92</sup>*

As credenciais impõe-se como arbítrio, regime de legitimidade e de visibilidade, operadores de autoridade e hierarquização da própria pobreza. A cartografia figura nessa trama um dos credenciais acessórios ao processo de pacificação, para viabilizar a incorporação de vastos e labirínticos territórios, seus sujeitos e modos de vida. A cartografia política da cidade pressupõe uma leitura conjuntural, impelindo nossa leitura do projeto Solos Culturais e do Guia Cultural de Favelas na direção das associações destes com uma rede mais abrangente de referências. Um espraiamento de linhas, sentidos políticos coletados desde a enunciação isolada de um jovem envolvido no projeto até a enviesada trama que interpõem a escalada global do capital apreendido das agências multilaterais. Uma analítica alinhada aos pressupostos de Vera Telles, quanto à perspectiva cartográfica orientada pelas mobilidades, pelo exercício inter-escalar que articula dimensão biográfica e social.

O revés de uma cartografia enquanto escriturística a contrapelo pulveriza-se nas práticas cotidianas deslocadas para o campo da profissionalização e formação. Esta conjugação disparatada (para usar um termo da nossa interlocutora) levanta mais dúvidas do que conclusões. O vínculo entre território, propriedade e Estado

---

<sup>92</sup> Trecho de depoimento do deputado federal Marcelo Freixo disponível no documentário "Domínio Público" disponível em <http://catarse.me/pt/dominiopublico>.

(supostamente moderno) sustém fortes elos nestes engendramentos contemporâneos. O Guia Cultural de Favelas insere-se nas dominâncias hegemônicas do projeto de cidade empresa, seu crivo é equivalente ao crivo estatal que deflagra áreas de intervenção e ocupação. Por outro lado, inserção não significa estritamente submissão, pois mesmo aí, ainda vislumbramos a possibilidade de construção de novos horizontes e insurgências.

As credencias apresentam correspondências contundentes, o que seleciona determinado território para integrar o programa de polícia comunitária e polícia pacificadora, autoriza também a atuação dos cartógrafos *ordinários* (CERTEAU, 1994). Deslimites entre cartografia de Estado e cartografia para o Estado, aglomeradas em fronteiras coincidentes na cartografia política da cidade. O território criativo da Maré associa sofisticação, criatividade, nacionalismo e novas representações do mundo. Seu endereço postal já não parece ser um problema de áreas de risco, encontra-se legendado pela referência da Av. Brasil, eixo de ligação entre o aeroporto internacional e a cidade Olímpica, território central nos engendramentos da cidade global. Caberia detalhar que legendas fixam as inserções conjunturais dos outros 5 territórios do Guia Cultural de favelas. Mas poderíamos caracterizar tais legendas confrontando-as com uma questão mais abrangente: onde poderíamos encontrar Guias Culturais para as outras 720 favelas cartografadas pelo IBGE no mesmo Rio de Janeiro, não exatamente o mesmo, pois que não partilham dos credenciais da cidade maravilha?

O dado do IBGE de 720 favelas cariocas evidencia a extensão do campo investigativo se pretendêssemos efetivamente responder sobre todas as favelas e as iniciativas de mapeamentos desenvolvidas em cada uma delas. É certo que não temos como levantar tais dados, inclusive isso significaria uma pretensão semelhante ao Colégio dos Cartógrafos e o paradoxo da escala 1:1. Mesmo assim, nos colocamos o desafio de localizar outras iniciativas correlatas ao Guia Cultural de Favelas e ao Guia de Ruas da Maré. Este desafio nos revelou outro projeto de mapeamento de favelas cariocas denominado de Tá no Mapa, que corrobora nos nossos apontamentos finais:

Somente no Rio de Janeiro existem mais de 1.000 favelas e apenas 0,0001% delas são mapeadas. O projeto Tá no Mapa tem como objetivo mapear e dar visibilidade às favelas que não aparecem nos mapas da internet. Mais do que inserir as comunidades no mundo digital e nos mapas oficiais da cidade, queremos promover a cidadania, o crescimento do mercado local e o acesso a serviços públicos. Parada de Lucas, localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro, já foi mapeada. Mas esse é só o começo. A ideia é levar o Tá no Mapa para todas as regiões em que

o AfroReggae tem sede e, até mesmo, para outras cidades. (disponível em <http://www.tanomapa.org/#content-home>, acessado em 19/10/2014)

A resposta sobre os Guias Culturais das outras 720 - que a partir desta última citação já somam 1.000 favelas – bifurca-se em duas direções: a primeira é que para a grande maioria delas, ainda não há guias, apenas significações anônimas, pois que estão em qualquer lugar e não pulsam no coração da cidade global e; a segunda é que os engendramentos da cartografia política da cidade (de evidente associação entre cartografia, Estado e cidade global) extrapolam as delimitações que hierarquizam favelas credenciadas e descredenciadas. As mesmas credenciais que autorizam o mapeamento e estabelecem marcos para a formação da hegemonia, impulsionam múltiplos sujeitos mapeadores e práticas políticas para muito além desta dualidade e hierarquia. Favelas credenciadas na cidade-global e favelas anônimas passam a recolocar as posições e os limites da cartografia política desta cidade. Este último projeto, Tá no Mapa, aponta para a insurgência da Zona Norte do Rio de Janeiro, um tensionamento que inscreve outras determinantes nestas legendas e credenciais e impede a sua cristalização em polaridades como Zona Norte x Zona Sul; anonimato e representação; e, por fim, hegemonia x resistência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O prefácio abre a tese com o jogo das metamorfoses de Foucault e Velázquez, aparição breve, apenas disparadora de uma atenção criteriosa diante do nosso campo investigativo, as cartografias urbanas. Leitura dissidente da promessa da pura felicidade das imagens, refratária à relação de correspondência integral entre representação, espelho, reflexo, imitação e retrato. Uma entrada - guia, disposta a ativar a criação de referentes e excitar a imaginação para amparar o percurso exploratório da presente tese.

Sucessivos gestos de classificação do material empírico orientaram nossas investidas metodológicas na expectativa de definir parâmetros das tramas propostas. Primeiro sistematizamos as seguintes associações entre os principais campos disciplinares e temáticas observados: comunicação X cultura; política X urbanismo e, por fim, o atrelamento entre todos eles; segundo apuramos os principais sentidos, definindo duas diretrizes mais recorrentes: cartografias como instrumento político jurídico e como aporte simbólico de processos de subjetivação. Destas direcionamos nosso foco para a seleção de ocorrências pontuais, que por sua vez, condensassem recorrências destes dois procedimentos anteriores e apontassem elos substanciais para alinhavarmos o que denominamos de tramas.

Trama foi a ferramenta analítica e metodológica ativada na expectativa de instigar uma abordagem consonante com a vastidão do levantamento empírico, permeada pelo paradoxo da escala 1:1 e a expressão indisciplinar das práticas cartográficas contemporâneas. Estas constatações nos arremessaram na tarefa compositiva de tramar linhas transversais, intercorrências entre experiências diversas e a impugnação do sentido da cartografia como produto nos interessava os seus processos constitutivos. A sua apreensão passou a ser orientada pelos seguintes parâmetros: sujeito do mapeamento, gesto cartográfico e ação política, extraídos de uma das perguntas guias da nossa analítica: “qual é a ação política que o gesto cartográfico serve efetivamente de suporte e quem é o sujeito do mapeamento?” (Acselrad, 2010)

A esta indagação justapunham-se mais duas no sentido de exaltar as ocorrências selecionadas para tramar os sentidos cartográficos urbanos e contemporâneos, são elas: em que medida se correspondem ação política e modo de

representação? E, que cidades são instauradas/ produzidas na contemporaneidade, mediadas e mediante tais práticas cartográficas? Localizamos esse conjunto de sentidos num campo de interações agenciado pela tensão entre as seguintes dominâncias: emergência, insurgência e resistência X dominação, hegemonia e regulação. Estas dominâncias nos exigiram minúcia, pois no lugar de determinações, ressoavam ambiguidades subjacentes às operações das forças produtivas do capitalismo contemporâneo, dada a natureza das contrações que o impregna.

Formular uma analítica prenhe de ambiguidades, destituiu a precisão do texto e exigiu a adoção de alguns recursos figurativos, que convencionamos nomear como polos magnéticos e encruzilhada. Estas figuras são uma tentativa de explicitar o movimento tomado como pressuposto da ambiguidade; recursos cuja expectativa é instigar uma leitura imaginativa, apta a espacializar os conceitos e envolvê-los nas tramas, sem resultar apenas em deslizamentos e instabilidades imponderáveis do ponto de vista político. Ainda que se movam, apontam direções e estabilizam conformações das cartografias políticas da cidade, no sentido proposto por Vera Silva Telles.

Nossa abordagem pretendeu descanonizar o estatuto da representação cartográfica, uma pretensão engajada com o sentido de produção e instauração, difíceis de averiguar, mas desafiadores quanto à possibilidade analítica. Produzir versus representar, nos pareceu em princípio, coerente com a radicalidade de efeitos, intercorrências, reverberações e ativações, vislumbrados como decorrência das práticas cartográficas empreendidas na cidade contemporânea. Instaurar, na sequência, nos possibilitou alargar aquilo que em princípio intencionamos qualificar como força produtiva e abarcar processos como constituir, instituir e implantar.

A nossa hipótese quanto à proeminência da dimensão produtiva reverbera as inflexões deflagradas com o capitalismo cultural e cognitivo, definido pelas contrações entre economia, cultura e estética. Produzir distende-se das determinações mais concretas, palpáveis e mensuráveis, para compor forças produtivas engajadas com as contrações mencionadas. Um vigoroso processo de reposicionamento da dimensão visual, ligada à produção de imagens, caracterizado por Ana Clara Torres Ribeiro com a máxima: “virei imagem, logo existo”.

Nestas contrações esboça-se um regime de visibilidades alterado quanto às hierarquias, conteúdos, figuração, distribuição e valoração, operado por inúmeros dispositivos, dentre eles a cartografia, com efetiva centralidade. Produzir acopla-se à dimensão imaterial, às esferas da produção do conhecimento e das práticas criativas, numa conjuntura marcada pelas ondulações do controle (DELEUZE, 2007), pela

plasticidade da política (SAFATLE, 2012) e pelas liminaridades dos territórios (RISEK, 2013 e TELLES, 2014). Tais demarcações conjunturais ensejaram relevantes questões nos nexos tramados entre representação cartográfica e política que, por sua vez, desestabilizaram a correspondência irrefutável entre representação e realidade/cartografia e território.

Mesmo diante dessa inflexão da dimensão produtiva, persistia a dúvida sobre a efetividade dos seus engendramentos nos territórios urbanos. A proeminência do espectro imaterial colocou o impasse quanto à possibilidade de aferição destes engendramentos, dos rebatimentos entre tais processos sociais e seus respectivos territórios. O impasse referia-se a possibilidade de avaliar a transformação, o movimento, o redesenho destas territorialidades, desafiando a polarização material/imaterial, a fim de entender uma perspectiva articulada entre as dimensões concretas, simbólicas e subjetivas. E, mais ainda, se seria possível definir medidas de aferição para afirmar que uma cartografia participativa é efetiva ou não? <sup>93</sup>

Ambas aferições referiam-se a possibilidade de identificar rebatimentos entre práticas cartográficas autodeclaradas como participativas e produção de territórios, daí deduziríamos sua efetividade quanto à constituição de resistências. Em princípio, estabelecer a correspondência direta entre produção participativa e o polo das resistências, soou simplista frente às ambiguidades e aos modos de ação política observados. A partir das cartografias passamos a acessar um conjunto mais abrangente de formatos composto por Observatórios, Censos, Cartilhas e Guias com forte intercorrências com a representação cartográfica.

A incorporação destes formatos ampliou nossa apreensão das relações entre formas de representação e ação política, pois nos encontrávamos diante de um descentramento disciplinar mais abrangente, que extrapolava a disciplina cartográfica. Tal descentramento explicitou um fenômeno em que a cartografia detém potencial de articulação com vários outros formatos e por vezes assume o papel de mediadora de conteúdos e, ao mesmo tempo, expandiu nossa leitura quanto à indisciplinarização das instituições. A indisciplinarização ocorre concomitante a processos que pretendem enrijecer as estratégias disciplinares, como a disseminação do mapa do medo (RIBEIRO, 2010) e a militarização da vida cotidiana (TELLES, 2014), evidências do jogo das ambiguidades.

---

<sup>93</sup> Citamos pontualmente, os questionamentos levantados nessa direção, dos professores André Lemos, membro da banca de qualificação e Henri Acselrad, co-orientador da tese.



A cartografia social, por exemplo, já apontava seus engendramentos como uma expressão de indisciplina (CRAMPTON e KRYGIER, 2006); ao confrontar esse apontamento aos mecanismos forjados com a lógica 2.0 (seja na web, seja na cartografia), nos deparamos com a amplificação do processo de reposicionamento das hierarquias disciplinares, o Censo não é apenas uma produção estatal; a cartilha volta-se a processos de formação remetidos às escriturísticas a contrapelo; os observatórios fervilham ângulos e instrumentos de observação. As associações entre as práticas cartográficas e essa multiplicação de formatos reverberam as contrações cognitivo-culturais e intensificam a produção do conhecimento sobre determinado território como possibilidade de apreendê-lo, delimitá-lo, ou seja, apropriar-se das suas múltiplas dimensões.

A noção de apropriação passa a condensar nossas hipóteses primeiras quanto à produção e à instauração. Dos termos assinalados por De Certeau, “a empresa escriturística cria dentro de si os **instrumentos de uma apropriação** do espaço exterior” (1994, p. 226) extraímos uma indicação relevante para destilar os sentidos de produção e instauração. Não se trata de abandoná-los, mas de cercar suas efetividades a partir da relação entre produção de conhecimento (instância cognitivo cultural), instauração de processos políticos (luta taxonômica) e apropriação de territórios (enfrentamento material e imaterial). Uma articulação, trama de engendramentos, cuja culminância é a efetivação de existências na/ da cidade.

E tais pares passam por recomposições, colocam em jogo possibilidades de acesso ao território, de visibilidade dos sujeitos e de legitimidade das suas ações políticas. A leitura de Fraser quanto à representação política mediante a figura da fronteira e das linhas demarcatórias de dentro e fora, incluídos e excluídos dos sistemas classificatórios, apontam convergências com a perspectiva da apropriação. Como se o movimento e a localização das fronteiras despontassem como gestos cartográficos, um tipo de apropriação apta a reverter delimitações primeiras. Apropriação decorre em acesso, visibilidade e legitimidade, luta persistente por representação política pressionada pelo sistema classificatório das cartografias políticas da cidade (TELLES, 2014)

A representação cartográfica foi compreendida como uma das formas da escriturística operar, nesse caso, a escriturística do espaço, formulada via projeção, simbologia e escala e as distintas classificações indicadas por Boaventura de Sousa Santos: egocêntrica, geocêntrica, homérico, bíblico, local, nacional e internacional. Estas derivações apoiaram nossa problematização quanto à participação, tentamos

aferi-la a partir de uma avaliação das passagens e estratificações entre estas classificações, nos casos do Guia de Ruas da Maré, dos Mapeamentos dos terreiros de Salvador/ Casas de religião de matriz africana do estado do Rio de Janeiro, dos Observatório das Remoções e dos Conflitos Urbanos da Cidade do Rio de Janeiro e a Cartografia da ação social.

A cartografia, na sua expressão político-jurídica, mais evidente no Guia de Ruas da Maré, dos Mapeamentos dos terreiros de Salvador/ e das Casas de religião de matriz africana do estado do Rio de Janeiro detém índices de participação relevantes quanto a efetivação de resistências urbanas. Nestes a expansão das fronteiras da representação política desdobra-se da representação cartográfica, gestos cartográficos e ação política convergentes com a ideia de escriturística a contrapelo. A análise destes casos reposicionaram uma de nossas dominâncias. A regulação transpôs a condição de pólo para abrir-se como passagem comunicante, relação entre as demais dominâncias hegemonia, dominação X resistência, insurgência e emancipação. Ainda que apresente mais atratividade com um dos pólos a depender do caso, manifesta-se como possibilidade de consolidar regimes de visibilidade comprometidos com a alteridade e a cidadania territorial, seja via regulação fundiária, previdenciária, tributária; seja pela incorporação de logradouros públicos de favelas nos mapas da cidade.

O formato dos Observatórios encadeou a transição das cartografias como instrumento político jurídico para as cartografias como aporte simbólico de processos de subjetivação. Nestes casos, a trama produção de conhecimento, instauração de processos políticos e apropriação de territórios é sobredeterminada pelas intercorrências com a mídia, que passa a incidir conceitualmente sobre a própria definição de cartografia. Cartografia como mídia referenda-se pela abordagem afeita à Comunicação, que admite a cartografia como mediadora, emissora, canal específico, instrumento de conexão e construção de um discurso. Funções e sentidos sobrepostos constataam a procedência da cartografia como mídia, e como tal, envolvida num conjunto de transformações que a dimensão midiática assume nos arranjos informacionais e comunicacionais contemporâneos.

A acepção de mídia pós massiva demarca a inflexão técnica quanto à possibilidade de produzir e emitir informação suscitada pelos mecanismos da web 2.0. No nosso caso, estamos diante de vários polos emissores e produtores de informação cartográfica (cartografia 2.0), resultando na crescente dificuldade de apurar as dominâncias dos regimes de participação, dado que a conjuntura técnica está alinhada com estes pressupostos. Ou seja, a participação constitui processo inerente a todo o

escopo técnico entretanto, tal generalização não resulta apenas na efetividade participativa, mas também na mitigação da participação. Nossa leitura comprometeu-se com implicações entre técnica e política, que exigiram da nossa atitude investigativa uma postura de desconfiança quanto à promessa da participação tão generalizada.

Os projetos Wikimapia, Solos Culturais e Guia Cultural de Favelas expuseram relevantes regimes de participação e delimitação das fronteiras da representação política. A primeira fronteira traça uma divisão entre favelas pacificadas e não pacificadas, a primeira estariam dentro do sistema de direitos, direito à ter um Cep, à fazer parte do mapa da cidade e à acessar diferentes instâncias das políticas públicas culturais. Segmenta-se duas classificações de favela, não se trata mais um conjunto homogêneo classificado estritamente como ilegais, informais e precários. As diferentes práticas cartográficas desencadeadas com estes projetos integram os mecanismos de restabelecimento dos parâmetros classificatórios, a fronteira da representação política reposiciona-se pelos pressupostos da participação e é traçada como demarcação das cartografias políticas da cidade.

A apuração dos princípios correlatos à participação nestes casos foi composta na perspectiva dos léxicos, um agrupamento de sentidos mapeados ao longo da problematização dos projetos. O léxico comprometido com a hegemonia/ dominação associa participação a empreendedorismo, protagonismo, gestão, governabilidade e ativos; o léxico empenhado com as resistências agrega valorização, potencialização, democratização, inclusão, legitimação, empoderamento, auto estima e enfrentamento. Ambos encontram-se integralmente inseridos nos argumentos destes projetos e reverberam contradições tão fundantes, que imobilizam nossa possibilidade analítica, demandando outras investidas para além da apuração do discurso, tamanha sua conotação retórica.

Nestas tramas cartográficas, deduzimos recorrentes relações de impasse quanto às formas de representação e os sentidos das favelas (mais pontualmente as favelas cariocas), uma disputa que remonta a ideia de luta taxonômica enquanto ação política. Os embates quanto aos regimes de visibilidade incidem com maior expressividade nestes territórios, marcados pela forte tensão entre hegemonia e resistência, dominação e insurgência. Neles identificamos persistentes questões quanto à autoridade de quem mapeia e à definição dos sistemas classificatórios, suas fronteiras e pertencimentos, um jogo de representações em movimento intensivo, excitado pelas possibilidades cartográficas descortinadas com inflexão pós massiva.

Em breves sínteses poderíamos indicar algumas configurações das tramas: (1) favelas viram morro, numa passagem em que o léxico sócio-econômico submete-se ao léxico geográfico; (2) morro supera o anonimato das ruas, produz nomes e código de endereçamento postal, um movimento a contrapelo em que o léxico jurídico regula existências invisibilizadas, traça novas linhas dentro do sistema classificatório da cidade; (3) cartografia política redesenha cidade e favela, que se incorporam mutuamente pela estratégia pacificadora; (4) mapeamento como escriturística a contrapelo enforma-se como modelo de ação política; (5) morro não perdura como representação política das favelas, estas detêm índices de resistência e insurgência de alta complexidade; (6) espaços culturais e comerciais das favelas viram ativos, alvo da investida de jovens repórteres; (7) cartógrafos viram wikirepórteres, numa interposição do léxico da comunicação/ jornalismo sobre o léxico da cartografia disciplinar; (8) pobre vira classe média e até rico; (8) favela pacificada é protagonista de guia cultural, centraliza-se o léxico cinematográfico e teatral neste jogo de representações; (9) guia cultural vira suporte de mapeamento da favela criativa.

A figura emblemática do panóptico, definido por Foucault como a dissociação do par ver-ser visto, aquele que vê localiza-se num ponto cego para aqueles que são vistos, desfaz-se em improcedência diante do jogo das metamorfoses. Não se trata mais de uma dissociação, mas de associações espectrais ver- ser visto – ver - ser visto – ver – ∞, desenquadradas da fixidez arquitetônica do panóptico. Tampouco as ondulações do controle (Deleuze, 2007) são capazes de incorporar todo espectro de associações produzidas. As cartografias remetidas à epistemologia científica, aos saberes disciplinares correlatos à estatística, demografia, geografia e economia, elas mesmas como uma expressão panóptica da modernidade, não referendam-se mais apenas por essa lógica.

Podemos associar a escala espectral dessas produções de existências das favelas com o jogo das metamorfoses de Foucault. Neste jogo, não há correspondência direta entre modos de representação e ação política de fato, esta equivalência simplificaria demasiado os engendramentos dessa luta, pois tão simples quanto localizar as insurgências e resistências seria também imobilizá-las. Nossa perspectiva metodológica orientada pela trama, definiu a panorâmica como escala de observação, a intenção anunciada de elaborar leituras conjunturais a partir de casos pontuais. Com ela, Enquadramos os movimentos suscitados pela representação cartográfica e política disseminados pela cidade, perpassando desde as determinações da cidade global à cidade cotidiana sem, no entanto, nos determos em cada um destes enquadramentos, pois nos interessava o jogo das representações.

Nossa intenção era apurar as dominâncias, cujas possibilidades de observação e aferição são absolutamente distintas. A trama, como panorâmica, detém maior potencial de apreender as hegemonias e formas de dominação, sobre elas nossas constatações ganharam complexidade e contundência. As insurgências por sua vez, vazam este enquadramento, seus sentidos lampejam evidências, podemos farejá-las, sabê-las como pistas e potências, sem no entanto, compreender seus modos mais específicos de ação. As resistências alçaram ao menos duas condições: aquelas transpostas como regulação, no nosso caso, as escriturísticas a contrapelo como instrumento de regulação de existências deliberadamente invisibilizadas foram capturadas, pudemos problematizá-las, inclusive tensionar suas contradições e magnetismos; aquelas praticadas de forma sorrateira, entrópica, mimética, por vezes, portadoras de táticas de invisibilização premeditada não foram sequer localizadas.

Nossa trama é também mapa desse jogo de metamorfoses, ou seja, invisibiliza pela sua própria natureza, inúmeros e imponderáveis sujeitos, modos de ação de política e gestos cartográficos de todos os casos abordados. Alguns elos e pontos são suprimidos pela escala de observação e análise; noutros a simbologia, seja ela bíblica ou homérica, ou a associação entre ambas, simplifica figuras, virtualiza apenas dimensões concretas; as projeções, ainda que comprometidas com a porosidade local, nacional e internacional constituem figurações parciais. Por fim, nossas tramas cartográficas tentam configurar uma tática nesse jogo das metamorfoses; uma arma dessa guerra simbólica de mapas; um anti-guia frente às inúmeras encruzilhadas e campos magnéticos por onde transitamos no decurso da tese.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### LIVROS

ACSELRAD, Henri (org.) **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), 2008.

ACSELRAD, H. (org.) **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), 2013.

ACSELRAD, H. e COLI, L. R. **Disputas cartográficas e disputas territoriais**. In ACSELRAD, Henri (org.) **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), 2008.

ACSELRAD, Henri; VIANNA, Aurélio (Orgs.) **Cartografia Social dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), 2010.

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó (SC): Editora Argos, 2009

ARANTES, O. , VAINER, C. e MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ASSIS, W. F. T. No princípio era terra: a territorialização ds lutas agrárias no contexto de expansão capitalista da Amazônia. In ACSELRAD, H. (org.) **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), 2013.

BARBOSA, J. L. e DIAS, C. G. **Solos Culturais**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013.

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e Simulações**. Lisboa: Relógio d'água. 1981

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Obras escolhidas, v. 1).

\_\_\_\_\_. **Obras escolhidas II: rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BORGES, Jorge L. *Prosa Completa*, Barcelona: Ed. Bruguera, 1979, vol. 1.

CARDOSO, D. **Um passeio pelo projeto**. In BARBOSA, J. L. e DIAS, C. G. Solos Culturais. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013.

CHAPEL, Enrico. **L'oeil raisonne: l'invention de l'urbanisme par la carte**. Gêneve: Métié Presses, 2010.

- CONCEIÇÃO, W. S. **E quando ninguém tiver um olho na terra dos cegos? Sobre um aprendizado mútuo em produção cultural** In BARBOSA, J. L. e DIAS, C. G. Solos Culturais. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013.
- COSGROVE, D. **Apollo's Eye. A cartographic genealogy of the earth in the western imagination.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.
- COSTA, Xico. **Síntese gráfica: Funes, el memorioso e o Colégio de Cartógrafos do Império.** In <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/05.010/1643> (acessado em 06/02/2014)
- COURI, Aline. **Incons[ciências] do olhar: notas sobre o problema da representação das cidades na cultura urbanística atual** (tese de doutorado, PROURB, UFRJ, 2011)
- CRAMPTON, Jeremy. W.; KRYGIER, John. **Uma introdução à cartografia crítica.** In ACSELRAD, Henri (org.) **Cartografias Sociais e Território.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), 2008.
- CRAMPTON, J. (2009). **Cartography: maps 2.0.** Progress *In Human Geography*, v. 33, n. 1, pp.91-100.
- CRUZ, V. C. **Das lutas por redistribuição de terra às lutas pelo reconhecimento de territories: uma nova gramática das lutas sociais?** In ACSELRAD, H. (org.) **Cartografia social, terra e território.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), 2013.
- DEBORD, Guy. **Comentários sobre a sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- DELEUZE, G. (1990). **O que é um dispositivo?** acessado em <http://www.ufes.br/ppgpsi>
- \_\_\_\_\_. **Foucault.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Post-Scriptum: sobre as sociedades de controle.* In: **Conversações.** Trad. de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2007.
- DELGADO, Manuel. **Sociedades movilizadas: passos hacia uma antropologia de las calles.** Barcelona: Editorial Anagrama, 2007.
- DIAS, C. G. e BARBOSA, J. L. **Inventário de práticas artísticas e culturais.** In BARBOSA, J. L. e DIAS, C. G. Solos Culturais. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013.
- EISENSTEIN, Serguei. **Reflexões de um Cineasta.** Trad. Gustavo Doria. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969

EMERSON, Renato. **Cartografagens da ação e dos conflitos sociais: análise comparativa de observações e representações do espaço-tempo do fazer político.** (Relatório concernente ao Auxílio à Pesquisa na modalidade “APQ1”, Processo E-26/110.192/2009- FAPERJ/ UFRJ/ cedido pelo autor)

FONSECA, Denise P. R. e GIACOMINI, Sonia Maria. **Presença do axé: mapeando terreiros no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio, 2013.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Editora Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso.** Rio de Janeiro: edições Loyola, 16ª edição, 2008.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir** 27ª ed. Petrópolis: Editora Vozes 1987

FOX et all. **O poder de mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial.** In ACSELRAD, Henri (org.) **Cartografias Sociais e Território.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), 2008.

FRASER, N. **Renquadrando a justiça em um mundo globalizado.** Lua nova, São Paulo, n. 77, p. 11-39, 2009.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário contemporâneo.** São Paulo: SESC: Annablume, 1997.

GOMES, Maria Andrade do Carmo. **Velhos mapas, novas leituras: revisitando a história da cartografia.** In CEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 16, pp. 67-79, 2004.

GUATARRI, F.; ROLNIK, S.. **Micropolítica. Cartografias do desejo.** Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

GUATARRI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético.** São Paulo: Ed. 34, 1992.

GUATARRI, Félix. **Espaço e poder: a criação de territórios na cidade.** In Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano V, n. 16, 1985

**Guia de Ruas da Maré,** 2014. Redes de Desenvolvimento da Maré e Observatório de Favelas (orgs.)

HARDT, M.; NEGRI, T. **Império.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Multidão. Guerra e democracia na era do Império.** Rio de Janeiro: Record (trad. Clóvis Marques), 2005.

HARLEY, J. B. **Deconstructing the map.** *Cartographica*, vol. 26, 1-20, 1989.



HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 2ª edição. São Paulo, Edições Loyola: 2006.

\_\_\_\_\_. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. Revista Espaço e Debates, ano XVI, no. 39, 1996

\_\_\_\_\_. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola. 15ª ed. 2006

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

JACQUES, Paola Berenstein(org.) **Internacional Situacionista - Apologia da Deriva, escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

KASTRUP, Virgínia. **O funcionamento da atenção no trabalho cartográfico**. In Psicologia e Sociedade, n. 19 (1): 15-22, jan/abr. 2007.

LAZZARATO, Maurizio e NEGRI, Antonio. **Trabalho Imaterial**. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2001.

LA ROCQUE, Eduarda. **Novo impulso à virada do Rio, 2012**. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/documents/91329/c897df72-d5be-42be-b4a7-212f54d83abc>.

LEMOS, André. **A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura**. São Paulo: Annablume, 2013. (Coleção Atopos)

LITTE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: série antropologia, n.322, UnB, 2002.

MARQUEZ, Renata M. **Geografias portáteis: arte e conhecimento espacial**. Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Geografia, Belo Horizonte, 2009 (tese de doutorado).

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia e ESCÓSSIA, da Liliana (org.) **Pistas do método da cartografia: pesquisa, intervenção e produção de subjetividade**. Porto alegre: Sulina, 2009.

LITTLE, P. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília, série Antropologia, n. 322, UnB, 2001

MONMONIER, Mark. **How to lie with maps**. Chicago: Chicago Press. 2ª edição, 1996.

MOUFFE, Chantal. **En torno a lo político**. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 2007

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia e ESCÓSSIA, da Liliana (org.) **Pistas do método da cartografia: pesquisa, intervenção e produção de subjetividade**. Porto alegre: Sulina, 2009.

PICKLES, John. **A History of Spaces: cartography reason, mapping and the geocoded world**. London/New York: Routledge, 2004.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; editora da UFRGS, 2006.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Outros territórios, outros mapas**. Em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16TRibeiro.pdf>, capturado em 2007.

\_\_\_\_\_. "Dança de sentidos: na busca de alguns gestos". In: JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D. (. ). **Corpocidade: debates, ações e articulações**. Salvador: EDUFBA, 2010.

\_\_\_\_\_. "Homens Lentos, opacidades e rugosidades". In: **Redobra n. 9**. Salvador: Laboratório Urbano - PPGAU-FAUFBA/FAPESB, 2012a.

\_\_\_\_\_; BIASE, Aléssia de. "Aléssia de Biase entrevista Ana Clara Torres Ribeiro". In: **Redobra n. 9**. Salvador: Laboratório Urbano - PPGAU-FAUFBA/FAPESB, 2012.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; BARRETO, Amélia Rosa Sá; LOURENÇO, Alice; COSTA, Laura Maul de Carvalho; AMARAL, Luís Cesar Perucci. "Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método". **Cadernos IPPUR**. V. 15, n. 2, 2001.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Cátia Antônia da; PERUCCI, Luís; SCHIPPER, Ivy; CARVALHO, Vinícius. "Pensamento vivo de Ana Clara Torres Ribeiro". In: **Redobra n. 9**. Salvador: Laboratório Urbano - PPGAU-FAUFBA/FAPESB, 2012b.

RIBEIRO, Ana Clara T., CAMPOS, Andreilino, SILVA, Catia Antônia (org). **Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, Capes, 2011.

RIBEIRO, Ana Clara T., SILVA, Catia Antonia, SHIPPER, Ivy. **Cartografia da ação e a juventude na cidade: trajetórias de método**. In RIBEIRO, Ana Clara T., et all. **Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, Capes, 2011.

RIBEIRO, J. C. e LIMA, L. B. **Mapas colaborativos digitais e (novas) representações sociais do território: uma relação possível**. In *Ciberlegenda*, nº 25, PPG/COM, 2011/2

RISEK, Cibele et all. **Saída de emergência: ganhar/ perder a vida na periferia de São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

SILVA, Catia Antonia (org). **Território e ação social: sentidos da apropriação urbana**. Rio de Janeiro: Lamparina, Capes, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegómenos a uma concepção pós-moderna do direito**. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 24, março, 1988.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Jocélio (coord.) **Mapeamento do terreiros de Salvador**. Salvador: Ufba, Centro de estudos afro-orientais, 2008.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço tempo, globalização e meio técnico-científico informacional**. 2a ed. São Paulo, Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 14ª edição. Rio de Janeiro: Record. 2007.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência**. Boletim Gaúcho de geografia, n.21, p. 7-14, 1996.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço – técnica e tempo razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Emerson. **Cartografias e lutas sociais: notas sobre uma relação que se fortalece**. In RIBEIRO, Ana Clara T., CAMPOS, Andreilino, SILVA, Catia Antônia (org). **Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, Capes, 2011.

SANTOS, D. **Apreendendo uma proposta metodológica** In BARBOSA, J. L. e DIAS, C. G. Solos Culturais. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013.

SCHIPPER, Ivy. **Cartografia da ação social e Teatro do Oprimido: complementaridade na pesquisa qualitativa através do teatro** *Jornal na rua*. In Redobra, n.10, 2012

SOUSA, P. V. B. **Cartografia 2.0: Pensando o Mapeamento Participativo na Internet**. In Ciberlegenda, nº 25, PPG/COM, 2011/2.

TELLES, Vera da Silva. **Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade**. In Vera da Silva TELLES, e Robert CABANES (orgs.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006.

TOPALOV, C. **Os Saberes sobre a Cidade: Tempos de Crise?**. In: Espaço & Debates, nº 23. São Paulo: NERU, 1991. pp. 28-38.

VIANA JR., **O reencantamento da cartografia** In *Le Monde Diplomatique* 05 de Junho de 2009.

VIEIRA: G. **Por outra construção da produção cultural no Brasil: um olhar sobre a execução das intervenções dos solos culturais nos territórios**. In BARBOSA, J. L. e DIAS, C. G. Solos Culturais. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013.

VIRILIO, Paul. **A máquina de visão**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1994.

WOOD, Denis. **Rethinking the power of maps**. New York: The Guilford Press, 2010.

**SITES:**

<http://www.antenamutante.net/>

<http://axs5.free.fr/#>

<http://baobavoador.noblogs.org/para-todxs-tudo-para-nos-nada/>

<http://beta.wikimapa.org.br/o-projeto>

<http://www.bdebarna.net/v2/>

<http://blog.wikimapa.org>

<http://casastristes.org/>

<http://cartografiasinsurgentes.wordpress.com/>

<http://cartografiasonline.wordpress.com/>

<http://ccjuve.prefeitura.sp.gov.br/2012/10/25/mostra-nos-no-mapa/>

<http://cotidianoemobilidade.wordpress.com/>

<http://www.d-toren.nl/site/read.htm>

<http://www.elephantpaths.net/>

<http://www.fase.org.br/>

<http://www.fazendomedia.com/criancas-contam-a-historia-da-vila-autodromo-rj/>

<http://boim.redemocoronga.org.br>

<http://fronteirasimaginarias.org/node/8>

<http://www.iconoclasistas.net/2013/mapa-del-mapeo-colectivo/>

<http://imotiro.org/node/6>

<http://www.mapascoletivos.com.br/reports/view/395>

<http://www.memorialameda.cl/>

<http://observatorioderemocoes.blogspot.com.br/>

<http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/ajax/indexajax.asp>

<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/04/23/google-maps-faz-do-rio-um-aglomerado-de-favelas-924305146.asp#ixzz1LuHq1w1p>

<http://www.o-vanderaa.com/citysnappermain/index.htm>

[www.pagina22.com.br/index.php/2012/11/labirinto-decifrado#sthash.a5XSWByT.dpuf](http://www.pagina22.com.br/index.php/2012/11/labirinto-decifrado#sthash.a5XSWByT.dpuf)

<http://www.redejovem.org.br>

<http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudo?id=4520488>

<http://www.tacticalsoundgarden.net/>

[www.terreiros.ceao.ufba.br/mapa](http://www.terreiros.ceao.ufba.br/mapa)

<http://territorialidadeterritoriality.blogspot.com.br>

[http://turbulence.org/Works/rustbelt\\_bayou/index.html](http://turbulence.org/Works/rustbelt_bayou/index.html)

<http://unloop.com.br>

<http://www.urbansquares.com/>

<http://urbantapestries.net/>

<http://uninomade.net/tenda/manifesto-uninomade-10-tatu-or-not-tatu/>

<http://vivo.mediagroup.com.br>

[www.wokitoki.com.ar/post](http://www.wokitoki.com.ar/post)

**ANEXO 1:**  
**SÍNTESE MATERIAL EMPÍRICO**

# COMUNICAÇÃO/ CULTURA

## MEMORIA HISTORICA DE LA ALAMEDA

Barbara Palomino, David Boardman, Diego Mometti, Enrique Morales, Ivan Atencio Abarca, Melissa Trojani e Pablo Cottet  
**CHILE**

Data de criação: 2005

<http://www.memorialameda.cl/>

Plataforma própria: Cultural Luggage, localização por satélite e marcação “poética-cidadã de lugares históricos”.

Memória histórica da Alameda, centro de Santiago do Chile. Trabalho coletivo, obra coral, memória de um povo pelo povo



## BDEBARNA – HISTÓRIAS DE BARCELONA

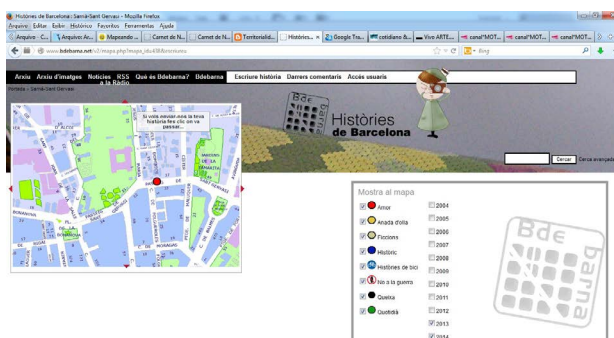
Henrique Vila-Matas

Espanha

Data de criação: 2008

<http://www.bdebarna.net/v2/>

“O nome do projeto é inspirado num grafite misterioso que apareceu na cidade de Nova Fez (Marrocos). Era o grafite de um imigrante agricultor, que não foi integrado a vida urbana e que para se orientar marcou seu próprio mapa colocando o nome Bdebarna na topografia da cidade para se orientar. Tendo em vista o protagonista desta história, o site pretende desvendar os segredos escondidos de Barcelona, tornando-a mais habitável do que um amontoado de concreto e estradas. Este é o site que reúne histórias, idéias, recortes de outras vidas. Quem constrói estas histórias com textos e imagens são os próprios internautas, que utilizam um mapa para localizar o bairro ou região da cidade em que ocorreu o fato. Além disso, é possível classificar a história em uma categoria, criando uma legenda no mapa.”



## ACCESS 5 - BILBAO REALITY HACKING

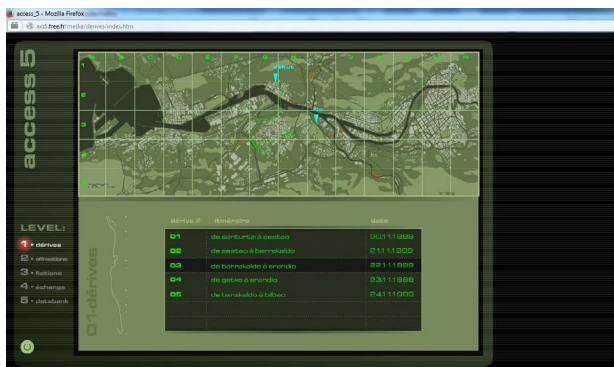
Beju, Sly e Tommy

**FRANÇA**

Data de criação: 2001

<http://axs5.free.fr/#>

Reativar pólos industriais abandonados desde a década de 70, fortemente presentes na constituição da cidade de Bilbao. Estes espaços foram renegados e invisibilizados pela estratégia de marketing urbano empreendida com a iniciativa de construção do museu Guggenheim (aberto em 1997). Este museu é marco no debate sobre o culturalismo de mercado como princípio âncora de projetos urbanos, de caráter segregador, elitista e excludente.



## URBAN TAPESTRIES

Coletivo Proboscis

Inglaterra

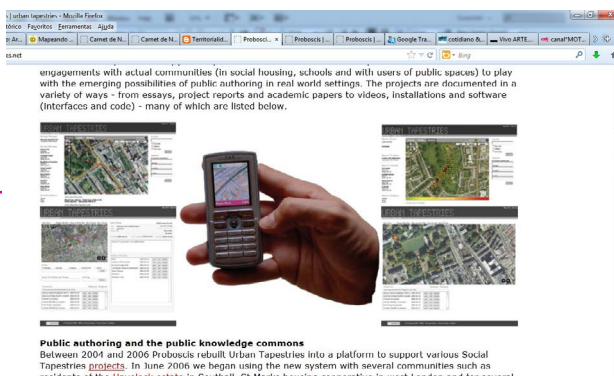
Data de criação: 2004

<http://urbantapestries.net/>

“Antropologia de nós mesmos”, adota e adapta as novas e emergentes tecnologias para criar e compartilhar conhecimento e experiência cotidianos, memórias coletivas, que estabelecem diferentes relações com o espaço, tempo e comunidades.

Eixos: educação e aprendizagem, pessoas e meio ambiente, cidadãos, vizinhanças e serviços públicos

PATROCÍNIO/ PARCERIA: London School of Economics, Birkbeck College, Orange, HP Research labs, France Telecom R&D UK, Ordnance Survey.



# COMUNICAÇÃO/ CULTURA

## POST URBANO

Coletivo Wokitoki

Argentina

Data de criação: 2006

www.wokitoki.com.ar/post

GoogleMap

“Plataforma que permite a realização de “sinalizações urbanas”, a fim de gerar colaboração entre habitantes e usuários da cidade. Os usuários do site podem realizar suas próprias sinalizações urbanas, gerando um entorno de colaboração entre habitantes e usuários da cidade. Com este propósito surgiu Post Urbano (2006-2008), uma plataforma que permite a realização de “sinalizações urbanas”, gerando um entorno de colaboração entre habitantes e usuários de la “ciudad”. Cuen ingrese al sitio puede realizar su propio señalamiento urbano sobre una imagen satelital de la ciudad, acompañandolo con un relato o vivencia particular sobre el lugar indicado. Luego estas señalizaciones son transcritas al espacio urbano (concrete) mediante atches. Ir al proyecto”



wokitoki.org

Proyectos

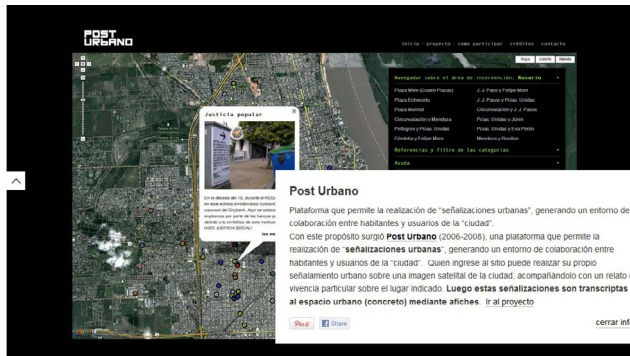
Blog

Contacto

Archivos Wokitoki

Facebook

Twitter



## e-former-resident-project

Walking down Sixth Avenue, a couple of blocks from my apartment - this was in the Slope, in the 70's. A good-looking Puerto Rican, maybe 30, but looking pissed-off, is walking from the other direction. As he walks closer he looks at me, a hard THWACK against my shirt. I'm 5'2" but I usually let insults, let alone spit assaults, go unheeded, because I've got a Brooklyn mouth. I looked up and said, very evenly, "Don't say a word." It was hard to see of the whole thing. But I kept my mouth shut. In a way, I felt he said it for my benefit - that he was warning me away from an explosion about to happen with the next word or word. I let him pass, though I was shaking with Nobody else was around. When I got home I threw away the shirt but the memory stuck.

SENT Carol Walkley grew up in, and still dreams about, Brooklyn. She's lived in Oregon since 1980.



◀ previous next ▶

## FORMER RESIDENT

Rachelle Viader Knowles

EUA

Data de criação: 2006 (em agosto de 2007, foi incluído o projeto Helsinki)

http://uregina.ca/rvk/frp/

Quando você se move, o que se move com você?

A cidade é explorada a partir de narrativas de moradores provisórios, habitantes temporários e acontece nas ruas e na internet de forma simultânea. Apresenta-se como um projeto interdisciplinar: site-specific, cenografia, história oral, estudos performáticos, estudos urbanos, psicogeografia e teatro; e interativo, pois incorpora descrições destes residentes temporários ocorridas no Brooklyn e Helsinki. Estas histórias passam a compor o mapa da cidade (no website) e também são fixadas nos lugares onde ocorrem na própria cidade.

## RUST BELT / BAYOU

Julia Christensen

http://turbulence.org/Works/rustbelt\_bayou/index.html

“Na abertura do site o artista explica que o trabalho se deu através de um outro trabalho de fotografia e escrita, com o qual percebeu a semelhança entre as cidades de Cleveland e New Orleans, duas cidades industriais e portuárias e com uma cultura passada muito rica. O artista registrou áudios das duas cidades e criou o site como um álbum sonoro da vida dessas cidades. Para acessar cada álbum basta clicar nas palavras rust belt e bayou – Cleveland e New Orleans, respectivamente – os álbuns são mapas das duas cidades, com ícones ao lado que indicam algumas localidades, que abrem um pequeno texto que registra algum traço cultural local, enquanto se escuta um barulho da respectiva cidade.”

The sounds of this cemetery are mostly cars, and one solo bird. Just over the fence is a huge big box development called The Steelyard. History is being documented across America through the names developers choose for their big box districts. The names are almost always what was there before.



click here to stop sounds

(go back)



# COMUNICAÇÃO/ CULTURA

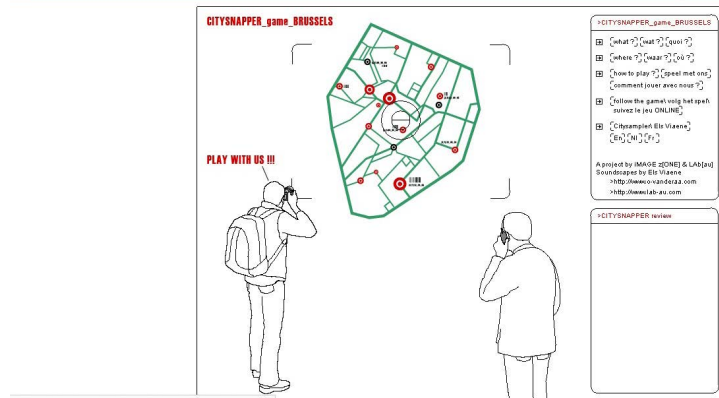
OLIVIER VANDERAA

Bélgica

Data de criação: 2003

<http://www.o-vanderaa.com/citysnappermain/index.htm>

Envolve quatro grandes cidades: Montréal, Barcelona, Kortrijk, Rotterdam. Trata-se de um jogo fotográfico e interativo, utiliza um programa de modelagem 3 D e telefone celular. Relaciona o espaço urbano, a internet, os jogadores (habitantes das cidades que colaboram com imagens, depoimentos, vídeos) e o fotógrafo urbano Olivier Vanderaa (propositor do projeto). A ideia é construir uma representação lúdica da cidade, que pode ser acompanhada pela Internet.



D-TOWER

NOX, Q.S Serafijn, e V2\_Lab

Data de criação: 1998

<http://www.d-toren.nl/site/read.htm>

Projeto realizado na cidade de Doetinchem (Holanda). Estrutura-se em três eixos: uma torre de 12m no centro da cidade; um website e um questionário. Com a frequência de 2 dias são lançadas 2 perguntas para os habitantes da cidade que integram a plataforma e participam voluntariamente do projeto. O questionário é composto das seguintes respostas: sim, não, um pouco, muito. As respostas geram um resultado estatístico quanto ao índice de felicidade dos habitantes da cidade durante dos dois dias.

No site, registra-se tal índice, localizando nas ruas as regiões de maior e menor felicidade, que se comunica com uma cor emitida pela torre de do centro da cidade. A cada 6 meses, são alterados os participantes e os resultados compõem o arquivo da pesquisa.

*Lezen Beelmen Handleiding Inschrijven Cdfyfo*  
*Inschrijven*

\* Gebruikersnaam:

\*\* Password:

Beveiligd password:

E-mail adres:

Postcode:

\*\*\* Huisnummer:

*Verstuur*

\* dit is de naam die u gebruikt om in te loggen, deze naam zal zichtbaar zijn op de site samen met uw postcode en straatnaam. De gebruikersnaam mag uit maximaal 16 tekens bestaan en enkel uit letters en cijfers (peen spaties!).

\*\* het password gebruikt u in combinatie met de gebruikersnaam om in te loggen. Het password mag uit maximaal 16 tekens bestaan en enkel uit letters en cijfers (peen spaties!).

\*\*\* enkel het huisnummer zonder toevoegingen. Huisnummers zijn bekend bij de beheerder maar worden niet openbaar gemaakt.

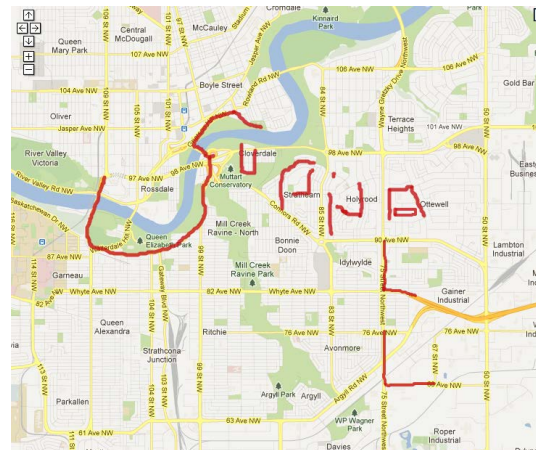
GPS WRITING

André Lemos

Brasil

Data de criação: 2008

“Uma trilogia que preparo sobre escritas com GPS (ou “GPS Writing”) nas cidades em que morei entre setembro de 2007 a setembro de 2008. O primeiro projeto foi o SURVIVALL, escrita com GPS tracker de carro em 40 KM de Edmonton, no Oeste do Canadá durante o inverno de 2007-2008. No atual trabalho, escrevo, de bicicleta em 14 km, e de uma só vez (ou seja sem parar e em um único arquivo .gpx), a palavra “Identité”, questão central no Canadá, mas particularmente forte em Montreal e em toda a região do Québec. A terceira escrita com GPS será feita em Salvador, Bahia, Brazil em setembro de 2008.



# COMUNICAÇÃO/ CULTURA

## MAPEANDO LENÇÓIS

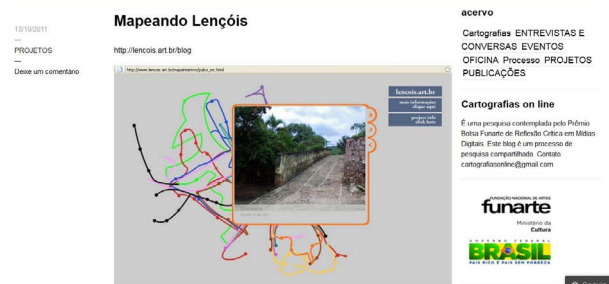
Karla Brunet

2008

<http://lencois.art.br/blog>

Realizado durante o evento de submidialogia #3.

Mapeamento fenomenológico (fluxos e trajetos no espaço) da comunidade local, em particular crianças, com deriva pela cidade, anotações analógicas no mapa em formato A3 e envio de informações digitais para o site do projeto. “A motivação veio do interesse em misturar estas práticas situacionistas com tecnologias como o celular e internet, em um lugar com pouca infraestrutura. Em uma cidade pequena, mesclando experiências dos visitantes de fora, de grandes centros urbanos, e habitantes da cidade.”



## TACTICAL SOUND GARDEN

Mark Shepard

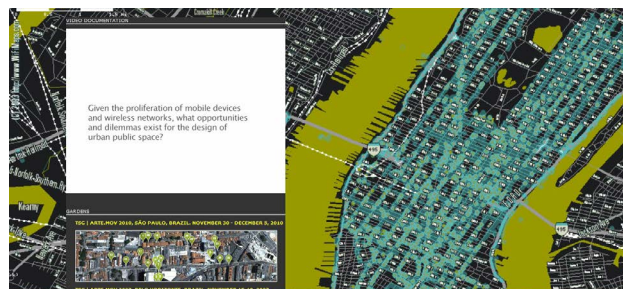
EUA

Data de criação: 2004

<http://www.tacticalsoundgarden.net/>

“Diante da proliferação dos equipamentos móveis e dos sistemas wireless, que oportunidades e dilemas colocam-se para o projeto do espaço público?”

Implanta-se com o uso de um software um ponto emissor de sons em parques públicos urbanos, (onde opera o sinal wireless). Esses pontos são disponibilizados em mapas no site do projeto. Trata-se de um software livre, que pretende cultivar virtualmente jardins sonoros nas cidades contemporâneas.



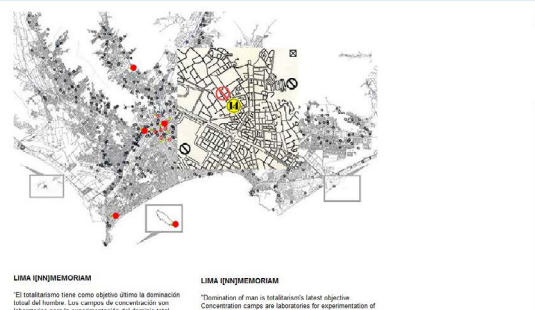
Rogelio López Cuenca e Tupac \* Caput

Espanha

LIMA I (NN) MEMORIAM

<http://www.lopezcuenca.com/lima/index.html>

“Identificação e mapeamento de espaços e lugares da cidade marcados nos últimos 30 anos pela violenta confluência de contradições, relativos à política, ao mercado e sua racionalidade econômica, à repressão cultural, racial e sexual e a eliminação de espaços considerados pelo governo como ingovernáveis. Propõem colocar em relevo estes lugares, apropriando-se das estratégias de sinalização do turismo convencional.”



## NÔMADE IND

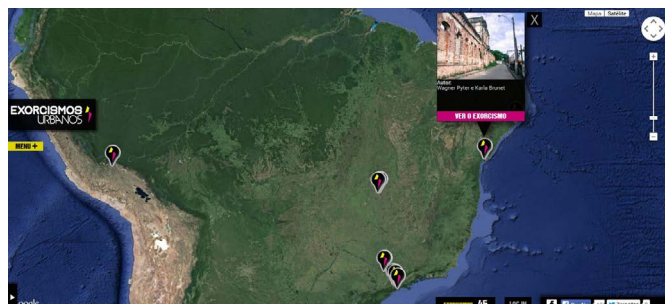
Brasil

EXORCISMOS URBANOS

Data de criação: 2009

<http://exorcismosurbanos.com>

“A cidade é um grande cenário de múltiplos acontecimentos. Alguns lugares ganham maior visibilidade, são bastante frequentados e reconhecidos. Outros caem em descrédito, são esquecidos no tempo e por vezes até proibidos ou perigosos. Os mapas e guias, tradicionalmente, destacam os lugares que são valorizados na cidade, deixando tantos outros pontos cada vez menos lembrados. Esses se tornam anti lugares, territórios negativos, esquecidos pela memória coletiva e inutilizados pela sociedade. Exorcismos Urbanos é a possibilidade de você valorizar os anti lugares da sua cidade. Um mapa lado B feito por pessoas que vivem os espaços de corpo e alma e querem recolocá-los em um status de visibilidade.”



# COMUNICAÇÃO/ ARTES URBANISMO/ POLÍTICA

MAPEANDO O COMUM/ MAPPING COMMONS

2014

Projeto de pesquisa sobre o comum urbano, materializado em mapeamentos do comum de diferentes metrópoles globais. Já foram realizadas oficinas em Quito, Istambul, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Atenas. Trata-se de uma rede difusa que geralmente associa-se à universidades nestes locais ou grupo de midiativistas ou de arte eletrônica e operam uma metodologia dividida em 3 etapas.

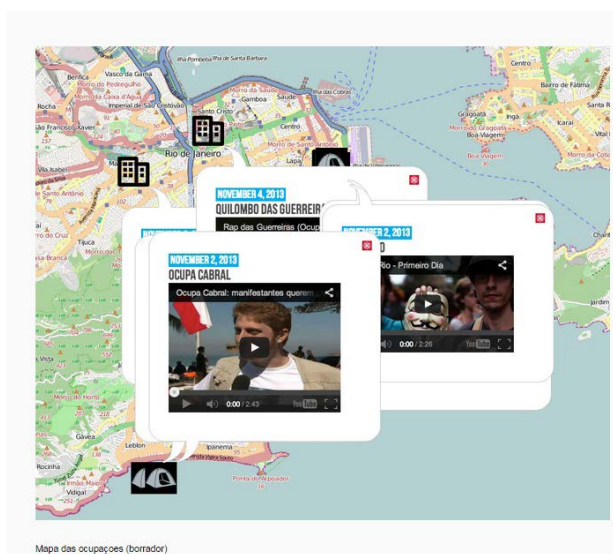
A primeira constitui-se pela introdução à teoria, orientada pelo pensamento de Hardt e Negri quanto ao entendimento de comum e Deleuze e Guattari quanto à concepção de cartografia.

Após esta introdução, passa-se à etapa da parametrização: “O primeiro parâmetro é a definição do nome que representa o bem comum discutido. Em seguida, pensa-se nos atores que tentam preservar este determinado bem comum. O terceiro parâmetro analisado foi o processo pelo qual os atores tentam preservar tal bem comum. O último passo é distinguir o conflito, ou seja, a maneira pela qual o bem comum está ameaçado.” A última etapa é denominada de videocartografia, em que os grupos envolvidos no mapeamento partem para um registro e edição de natureza audiovisual, que será inserida na plataforma do projeto. O projeto orienta-se pela seguinte indagação: “pode o comum ser mapeado?”. Esta pergunta parte da constatação de que nossa tradição de entendimento do público e do privado, da propriedade e do individualismo, dificultam o reconhecimento dos bens comuns nas cidades e seria nesse rastro que o projeto se construiria.

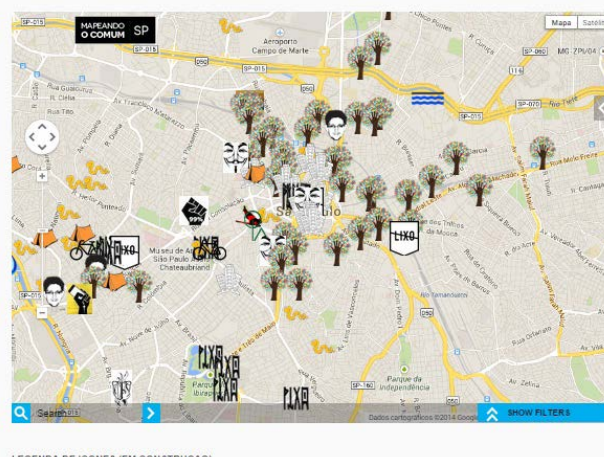
No Rio de Janeiro foram mapeados: ocupações, mobilidades urbana, cinelândia e democracia, assembleias populares, memes da revolta, imaginário infantil dos protestos;

Em Belo Horizonte: cultura multitudinária, cultura negra, ocupações urbanas, práticas agroecológicas urbanas, cicloativismo, vazios como reserva;

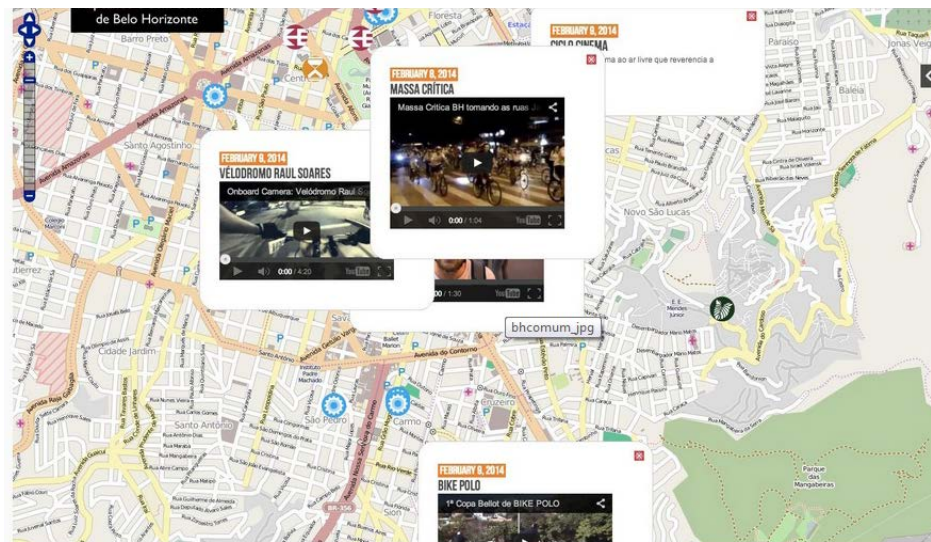
e em São Paulo: morar, arte multitudinária, pixo, buraco da minhoca, parque augusta, casa amarela, praças e suas ocupações, mobilidade urbana, lixo resíduo, commons digital e hortas urbanas.



Mapa das ocupações (borrador)



LEGENDA DE ÍCONES (EM CONSTRUÇÃO):



# COMUNICAÇÃO/ CULTURA URBANISMO/ POLÍTICA

## MAPA DA CULTURA VIVA

coletivo Soy Loco Por Ti e Laboratório de Cultura Digital Brasil - 2014

Tem como objetivo dar visibilidade e articular iniciativas e ações do programa Cultura Viva. Os dados são oriundos da Secretaria de Cultura e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura. Trata-se da reunião de informações atualizadas de 2.706 pontos de cultura distribuídos em todo território nacional em uma plataforma aberta à participação dos pontos, que por sua vez poderão contribuir atualizando os dados referentes às suas atuações, inserções, programas e etc. A ideia inspira-se nos princípios da Democracia digital propagadas pelo Ministério da Cultura com base na iniciativa denominada de Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.



## MAPA DA CULTURA DE FORTALEZA

Secretaria Municipal de Cultura e Casa da Cultura Digital (São Paulo) 2010

Mapa virtual da cidade, onde os pontos dos locais de manifestações culturais e dos prédios tombados como patrimônio histórico-cultural são georreferenciados. Constam também horário de funcionamento, descrições das atividades desenvolvidas além de vídeos e fotografias. A proposta é defendida como estratégia que busca a participação da sociedade, para o acompanhamento e divulgação de políticas e ações culturais e a difusão e democratização da cultura, à medida que o georreferenciamento e a catalogação destes dados possibilitam a extração de indicadores úteis à desenvolvimento de políticas públicas de fomento à cultura. O portal é aberto à participação pelas redes sociais e foi desenvolvido com software livre.

### Mapas Digitais.org

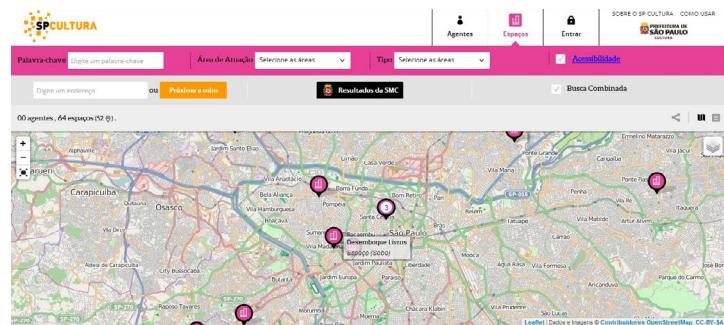


## SP CULTURA

Secretaria Municipal Cultura de São Paulo e Instituto TIM - 2013

Plataforma de gestão cultural e mapeamento colaborativo, desenvolvida para a cidade de São Paulo e transformada em modelo para outras cidades brasileiras em 2014. Por meio de um login e senha, os usuários cadastrados podem inserir informações de quatro categorias diferentes: agentes culturais, espaços culturais, eventos culturais e projetos.

As informações serão cruzadas para que seja possível relacionar tais categorias. A gestão do sistema é feita pela Secretaria Municipal de Cultura. O projeto referencia-se pelo Guelph Cultural Map, plataforma adotada pela prefeitura de Guelph, no Canadá, com características semelhantes.

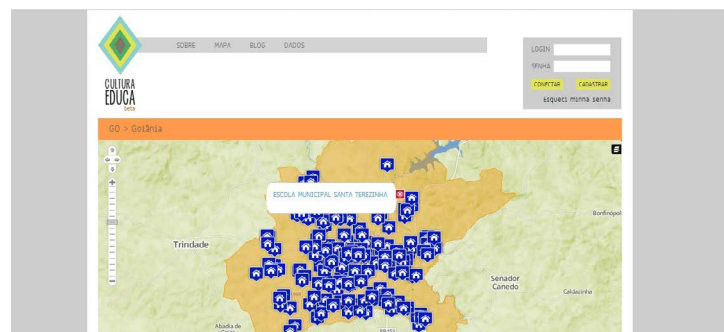


## CULTURAEDUCA

Instituto Lidas - 2012

Um mapa criado para a visualização dos "territórios educativos do Brasil", reunindo dados sobre escolas públicas, população, infra-estrutura e equipamentos culturais. Encontram-se registrados praças, pontos de cultura, bibliotecas, oficinas de artistas e trabalhadores ligados à arte e à cultura. Este projeto objetiva facilitar e fortalecer o diálogo entre a escola e as instituições, iniciativas e pessoas próximas a ela. Comunidades formadas por crianças, jovens, professores, pais, agentes culturais e cidadãos são convidados a mapear seus territórios educativos de forma colaborativa.

Os mapas ainda apresentam dados sobre as particularidades de cada território: demografia, atividade econômica predominante, renda, escolaridade, entre outros. Essas informações são estratégicas para embasar o planejamento de ações comunitárias e/ou de políticas públicas.



## EMPRESA LOTURA - IDOIA SOTO

Espanha

2009

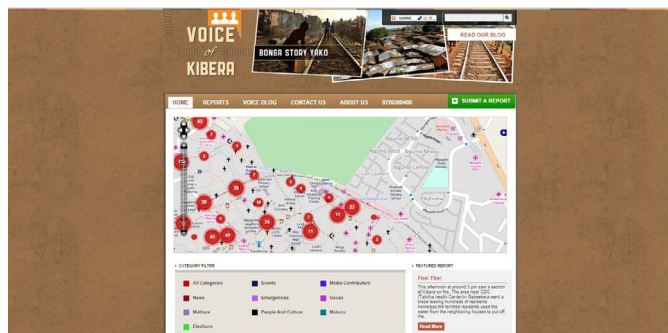
A chamada do site é “Se a prefeitura esquecer, a comunidade se lembra”. A proposta é instituir um canal de comunicação direto com o cidadão, para que eles possam gerir e denunciar os problemas de seu município a partir de uma participação direta. Este canal permite a compilação de todas as demandas, o acompanhamento das opiniões dos cidadãos, o esclarecimento de dúvidas e o debate de propostas.



## VOICE OF KIBERA (NAIROBI)

2010

Projeto que objetiva criar uma voz coletiva e global dos residentes de Kibera, a partir do agrupamento de informações de cidadãos locais, da mídia comunitária e de outras informações e notícias relevantes. Trata-se de uma iniciativa em parceria com o Map Kibera (<http://mapkibera.org/>), que lançou o Vozes de Kibera para visualizar informações sobre Kibera, uma das maiores favelas da África. Vozes de Kibera obteve engajamento da comunidade e formou o Editorial de Bordo composto por representantes do KCODA, *Hot Sun Foundation*, *Kibera Mpira Mtaani*, *Mchanganyiko*, *Kibera Community Youth Programme*, *Map Kibera*, and *Ushahidi*.



## PORTO ALEGRE.CC

Universidade do Vale do Rio dos Sinos/Unisinos e da prefeitura de Porto Alegre

2011

Projeto pautado pelos princípios wikicidade, constituído como plataforma digital, comprometida com a ideia de radicalização da democracia. Trata-se de uma base cartográfica onde se encontram representados os 82 bairros da cidade, para que sejam publicados conteúdos diretamente das redes sociais Twitter, Facebook, YouTube e Vimeo. “Certo lugar perto da sua casa tem interesse histórico? Você pode criar um wikispot para ele. Ou quem sabe criar um para seu próprio bairro, estimulando a discussão entre o pessoal da sua comunidade sobre os problemas que estão acontecendo, e debatendo como resolvê-los? É assim que dá pra começar a fazer a diferença.” O sufixo cc é derivado do termo Creative Commons, que propaga a ideia de licença de propriedade intelectual. A ideia é construir um espaço onde o cidadão tenha voz para discutir os problemas e questões específicas da cidade.

